



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**UM BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA INDUSTRIAL DE PORTO FERREIRA:
Avaliação, bússola do processo educacional**

REGINALDO MIGUEL ARCHANJO

Dissertação apresentada ao
Instituto de Biociências do Campus
de Rio Claro, Universidade
Estadual Paulista, como parte dos
requisitos para obtenção do título
de Mestre em Educação.

JANEIRO - 2013

**UM BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA INDUSTRIAL
DE PORTO FERREIRA:
Avaliação, bússola do processo educacional**

REGINALDO MIGUEL ARCHANJO

Orientadora: Prof. Dra. Arlete de Jesus Brito

Dissertação apresentada ao
Instituto de Biociências do Campus
de Rio Claro, Universidade
Estadual Paulista, como parte dos
requisitos para obtenção do título
de Mestre em Educação.

Rio Claro – SP

2013

371.26 Archanjo, Reginaldo Miguel
A669b Um breve histórico da Escola Industrial de Porto Ferreira :
avaliação, bússola do processo educacional / Reginaldo
Miguel Archanjo. - Rio Claro : [s.n.], 2012
152 f. : il., figs., tabs., quadros, fots. + CD-ROM

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Biociências de Rio Claro
Orientador: Arlete de Jesus Brito

1. Avaliação educacional. 2. Prova. 3. Exame de
admissão. 4. Exames finais. 5. Professor. I. Título.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma discussão a respeito da trajetória dos métodos e processos avaliativos no decorrer da história educacional da antiga Escola Industrial de Porto Ferreira, tendo como enfoque os anos de 1960 a 1980. Nesta instituição de ensino, desde 1946, foram criados diversos cursos com o intuito de formar jovens que quisessem aprender um ofício laboral, principalmente, nas áreas de cerâmica, mecânica e economia doméstica. Utilizando de fontes orais, impressas e imagéticas e considerando diversos contextos sociais, elaboramos uma análise que evidencia um entendimento de como se trabalhou avaliação nesta escola e qual a sua importância em todo processo educacional verificado no período, levando em consideração reformas e movimentos educacionais que influenciaram a época objetivada.

Palavras-chave: Prova; Avaliação; Exame de Admissão; Exames Finais e Professor.

ABSTRACT

This paper presents a discussion about the trajectory of the evaluatives' methods and processes during the educational history of the Porto Ferreira's former Industrial School, focusing on the years 1960 to 1980. In this School, since 1946, several courses were created in order to train young people who wanted to learn a craft labor, especially in the areas of ceramics, mechanics and domestic economy. Using oral, print and imaging sources and considering various social contexts we prepared an analysis that shows a understanding of how assessment was worked at this school and what is its importance in the whole educational process occurred in the period taking into consideration educational reforms and movements that influenced the time objectified.

Keywords: Proof; Evaluation; Admission Evaluation; Final Evaluation and Teacher.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Foto aérea da cidade de Porto Ferreira.....	26
FIGURA 2: Balsa idêntica a utilizada por João Inácio Ferreira.....	28
FIGURA 3: Foto da ferrovia de Porto Ferreira no final do século XX.....	30
FIGURA 4: Alguns Dados Estatísticos.....	31
FIGURA 5: Foto da Escola Estadual Dr Djalma Forjaz.....	32
FIGURA 6: Fotos da construção do prédio antigo.....	36
FIGURA 7: Fotos da construção do prédio antigo.....	37
FIGURA 8: Fotos de funcionários da escola.....	38
FIGURA 9: Fotos do prédio antigo.....	39
FIGURA 10: Fotos do prédio antigo.....	40
FIGURA 11: Fotos do prédio antigo (alunos em sala).....	43
FIGURA 12: Fotos do prédio antigo (alunos em sala).....	44
FIGURA 13: Sala para aprendizado de cerâmica (Preparo da Massa).....	45
FIGURA 14: Sala para aprendizado de cerâmica.....	46
FIGURA 15: Sala para aprendizado de cerâmica.....	47
FIGURA 16: Ponto para Avaliação.....	63
FIGURA 17: Prova de Matemática de 1931.....	73
FIGURA 18: Prova de Matemática de 1941.....	79
FIGURA 19: Prova de Matemática de 1941.....	79
FIGURA 20: Prova de Matemática de 1941.....	80
FIGURA 21: Prova de Matemática de 1951.....	81
FIGURA 22: Prova de Matemática de 1951.....	81
FIGURA 23: Prova de Matemática de 1951.....	82
FIGURA 24: Prova de Matemática de 1951.....	82
FIGURA 25: Prova de Matemática de 1951.....	83
FIGURA 26: Prova de Matemática de 1961.....	89
FIGURA 27: Prova de Matemática de 1961.....	90
FIGURA 28: Prova de Matemática de 1961.....	91
FIGURA 29: Prova de Matemática de 1961.....	92
FIGURA 30: Prova de Matemática de 1961.....	93
FIGURA 31: Ficha Individual Anual.....	95
FIGURA 32: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES.....	117
FIGURA 33: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES.....	118

FIGURA 34: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES.....	119
FIGURA 35: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES.....	120
FIGURA 36: Recorte da Ficha Individual Anual.....	135
FIGURA 37: Ata do Conselho de Classe.....	138
FIGURA 38: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES.....	142

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Exame de Admissão no Período Diurno	50
TABELA 2: Exame de Admissão no Período Noturno.....	50
TABELA 3: Número de alunos da escola atual.....	59

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....09

METODOLOGIA.....14

CAPÍTULO I

1.1 PORTO FERREIRA: O nascimento de uma história.....26

..

1.2 A Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz” antigo “Industrial”.....32

CAPÍTULO II

Histórico da Avaliação.....61

CAPÍTULO III

3.1 Avaliação na Escola Industrial de Porto Ferreira.....114

3.1.1 Exames de Admissão.....114

3.1.2 Provas e Avaliações durante o ano123

3.1.3 Exames Finais, 2ª Época e Recuperação.....132

CAPÍTULO IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....145

ANEXO.....CD

INTRODUÇÃO

Quando se tem à disposição exames e provas de alunos ganha-se a possibilidade de análise de ingredientes fundamentais da prática pedagógica. Em especial, elementos que poderão permitir que se escreva uma história da avaliação escolar para além do que a legislação do ensino prescreveu sobre o assunto. Assim, por exemplo, provas e exames possibilitam o estudo da ação didática dos professores, em sua seleção face aos programas de ensino, pontos, livros didáticos etc., dos elementos considerados representativos para seu trabalho pedagógico. (MACHADO; VALENTE, 2000, p.1)

Entendemos que a avaliação é uma ferramenta que está intrinsecamente ligada ao ser humano. Desde o nascimento a utilizamos para interagir com o mundo que nos cerca e por meio dela é possível verificar se as ações que tomamos estão surtindo o efeito esperado e com isso poderemos reforçar ou modificar nossas atitudes. Na escola, isso deve ocorrer de forma análoga, pois tanto educando como educador tem na avaliação uma forma de evidenciar o que se objetivou e o que foi alcançado no processo ensino-aprendizagem, adquirindo através dela informações que são importantes no fazer pedagógico.

Quando aluno, na então *Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Dr. Djalma Forjaz*, além das aulas comuns do currículo, como matemática, português, história etc., tive também aulas de mecânica. Essa disciplina era realizada em período contrário ao que tinha aula das demais disciplinas (estudava de manhã e o curso era à tarde), mas, segundo o professor de mecânica, o desempenho nela influenciava nas notas das disciplinas “convencionais”, o que me levava a pensar como essa matéria influenciaria no modo como eu aprendia as outras disciplinas, mesmo porque ela não era obrigatória. Eu, em particular, me esforçava para realizar as atividades da melhor maneira possível, pois, apesar de gostar muito da disciplina, devido à influência de meu pai que era mecânico, tinha medo de tirar nota baixa nas outras matérias em consequência do mau rendimento nas aulas de mecânica. Isso, na época, me indignava, mas hoje surge a pergunta sobre o porquê de o professor utilizar-se de certa “ameaça” para que nos aplicássemos nas atividades, o que hoje consideramos desnecessário, pois a disciplina era optativa.

Tive quase toda minha formação no Ensino Fundamental nessa escola, da 1ª a 7ª série, e por isso desenvolvi um carinho especial por ela, sendo que por isso a escolhi para realizar meu estágio quando aluno de graduação. Sempre tive vontade de conhecer um pouco mais a história dessa escola e como a avaliação se tornou uma ferramenta que os meus professores, não só o de mecânica, utilizavam para manter o controle da disciplina e determinar quem poderia continuar seus estudos.

O que me deixou mais curioso foi saber que muitos de meus professores também estudaram lá, por volta das décadas de 1960, 1970 e 1980, e receberam, se me lembro bem dos comentários durante as aulas, uma educação idêntica a que nos forneciam, porém sempre diziam que no tempo deles era mais difícil, mas depois de todas as minhas pesquisas vejo que em muito a metodologia por eles usada era bem semelhante a que seus professores utilizavam. Descobrir como foi a formação na época em que meus professores estudaram foi importante para que eu conseguisse elaborar um conceito de como fui formado e qual era o objetivo que meus professores tinham quando realizaram minha formação.

Concordo com Haydt (2000) e Hoffmann (1996) quando afirmo que, com as diversas ferramentas e métodos de analisar o processo de ensino-aprendizagem, a avaliação passa a ter importância ímpar no processo educacional, pois desde que realizada com responsabilidade e coerência com a realidade educacional em que será aplicada, terá um papel fundamental, proporcionando dados que indicarão tanto êxito como necessidade de redirecionamento do trabalho pedagógico.

No entanto, em várias situações, os alunos são punidos por seus erros, com notas baixas, e por vezes são taxados como inferiores por estarem em desacordo com o que o avaliador tem como padrão em comparação com aqueles que obtêm uma nota maior. Essa atitude tem uma perigosa consequência que é citada em D'Ambrosio (1996).

Seria desnecessário dizer o quanto os modelos classificatórios de avaliação podem abrir espaço para corrupção. Corrupção no sentido usual, pois o que está envolvido em um bom resultado é um credenciamento que muitas vezes se transforma em bens materiais. E corrupção num sentido mais amplo e ainda mais grave, pois esses modelos levam os

avaliados a se adaptar ao que é desejado pelos avaliadores. (D'AMBROSIO, 1996, p.63)

Em meu trabalho docente, quando o tema avaliação era levantado em nossas reuniões pedagógicas, ficava no ar um desconforto de minha parte e de meus companheiros, pois, para nós, o assunto era sempre acompanhado de cobranças, as quais se relacionavam quase sempre aos índices como o IDEB¹ e o IDESP² que são, em nossa maneira de ver, formas de classificar as escolas e muitas vezes acabam por humilhar e conseqüentemente excluir determinados grupos ao rotulá-los de “ruins” pelos baixos resultados nas avaliações externas, tais como a Prova Brasil e o SARESP, respectivamente. Muitos de nós, professores, só conseguimos ver tais avaliações como uma meta que deve ser atingida para atender aos anseios de políticas públicas que aparentemente buscam mais índices elevados sem saber se eles refletem a diminuição dos problemas educacionais.

A relação entre avaliações, políticas públicas e mudanças sociais é histórica e explícita qual o tipo de educação que se apresenta em cada momento histórico, pois:

Historicamente, podemos compreender que as relações, professor/aluno/conhecimento que permeiam as escolas, modificam-se de acordo com o desenvolvimento econômico da sociedade. E, dessa forma, priorizam-se nas relações intra-escolares as características que atendessem às necessidades da sociedade em diferentes períodos. (BERTAGNA, 1997, p. 9)

Por exemplo, na reforma da educação de 1942, do governo de Getúlio Vargas, o Ministro da Educação Gustavo Capanema expressou sua opção por uma educação propedêutica que tinha por dever promover o patriotismo, alicerçado nos pilares estado-igreja-exército, em que a escola prepararia uma elite intelectual para servir como modelo a ser seguido pelo resto do país. Tal reforma foi descrita no texto de Nielsen (2004), e parece refletir de maneira evidente a relação complexa entre escola e sociedade, que ao meu modo de

¹ O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino (4ª e 8ª séries do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação). Fonte: <<http://ideb.inep.gov.br/>>, acessado em 03 de outubro de 2012,

² O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) é um indicador de qualidade do Ensino Fundamental e Médio do Estado de São Paulo, obtido por meio do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Fonte: <http://idesp.edunet.sp.gov.br/o_que_e.asp>, acessado em 03 de outubro de 2012

ver pões, por um lado, muitas vezes, sobre os ombros da escola a responsabilidade de formar indivíduos que sejam preparados a interagir com o mundo em constante mudança, mas, por outro, não gera, ou pelo menos não a contento, condições para que a instituição escolar possa desempenhar seu papel de forma mais eficaz referente às necessidades e anseios da sociedade capitalista que cobra resultados imediatos. Na legislação que validava essa reforma foram explicitados nos Artigos 29 e 30 os critérios para um pretendente adentrar em um dos cursos oferecidos na época: cursos industriais, mestria, técnicos e cursos pedagógicos, mas no Artigo 30 é informada a necessidade de se aplicar exames vestibulares com o intuito de selecionar os melhores candidatos, segundo os examinadores, que pleiteavam uma das vagas oferecidas.

Encontramos em muitos trabalhos, como os de Haydt (2000), Valente (2008), Lafourcade(1980) e Hoffmann (1996), a temática da Avaliação e percebemos que os autores buscam definir o que ela é, mostrando variações da mesma, qual a sua importância no processo de ensino-aprendizagem e também sua adequação às políticas públicas que a influenciaram no decorrer da história da educação nacional. Outro ponto que muito tem se falado nesses trabalhos é como os alunos encaram a avaliação em sua vida escolar, bem como sua influência na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Como exemplo, temos o trabalho de Bertagna (1997), no qual a autora considera os alunos como centro do processo pedagógico e busca descobrir o que eles pensam sobre a avaliação que lhes é imposta.

Como foi dito acima muito tem se falado sobre avaliação, mas pouco, ou melhor, quase nada encontramos sobre a visão particular dos professores sobre o tema. Para mim, o educador é peça insubstituível e de suma importância para que o processo ensino-aprendizagem ocorra e proporcione uma educação de qualidade, primeiramente para o aluno e consequentemente para toda a sociedade que dela se beneficiará, pois é ele, o professor, quem proporciona os mecanismos para que se concretize o elo entre aluno e conhecimento.

Sendo assim, pela falta de trabalhos no intuito de compreender como o professor realiza avaliação em sua atividade educacional, tendo como enfoque a Escola Industrial de Porto Ferreira e a influência que a avaliação teve sobre a

formação educacional durante o passar das décadas de 1960 a 1980, considero necessária uma investigação mais precisa com o questionamento: **“Como os professores, através de suas experiências, concebem o ato de avaliar na Escola Industrial de Porto Ferreira e que valor atribuem a ela?”**

O objetivo da pesquisa será **“Investigar como os professores da Escola Industrial de Porto Ferreira utilizavam a avaliação no período de 1960 a 1980.”**

A temática da avaliação levanta polêmicas devido ao seu impacto como forma de evidenciar o trabalho que vem sendo realizado nas escolas brasileiras, possibilitando a visualização de mazelas que vêm sendo cometidas com a educação e permitindo a um pesquisador, que possua interesse pela História Cultural³, encontrar nos documentos sobre avaliação uma leitura mais ampla da cultura escolar.

[...]poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (JULIA, 2001, p.10)

Segundo Julia (2001), a cultura escolar não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular. Sendo assim o estudo da avaliação vai além da análise documental produzida pelo aluno, esse estudo envolve o entendimento de um complexo sistema organizacional que perpassa pelo âmbito escolar, social, político e econômico.

Cada um desses pilares tem sua colaboração na construção dessa cultura escolar e invade diretamente o trabalho com a avaliação, pois a utiliza e molda conforme suas necessidades e anseios. Porém, nem sempre tais necessidades são amplamente satisfeitas produzindo, muitas vezes, conflitos entre grupos, sendo que “[...] grupo nada mais é do que uma prática ativa e

³ Para Roger Chartier, a História Cultural de um povo vem arraigada de um grande significado no qual um objeto, hábito ou costume deve passar por um processo de recepção e apropriação cultural para ser considerado pertencente ao meio, ou seja, nada tem significado único e o papel da História Cultural é estudar esse processo de obtenção de significado.

intencional de sujeitos humanos reunidos num conjunto.” (BETONNI, 2002, p. 69).

Segundo Firme (2008) cada avaliação deve se revestir de características próprias em sintonia com o contexto social, político, cultural e educacional em que se realiza e de forma tal que o avaliador é essencialmente um historiador, que descreve, registra e interpreta a história singular de cada cenário no qual toda cultura escolar é analisada.

Essa visão da avaliação abre um novo caminho no trabalho educacional, no qual ela deixa de ser simplesmente uma fonte para levantamento de dados quantitativos.

METODOLOGIA

O foco do trabalho será a avaliação utilizada entre as décadas de 1960 a 1980 na Escola Industrial de Porto Ferreira.

Para este trabalho foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre as políticas educacionais implantadas em nosso país, dando um enfoque maior para a parte referente às Escolas Industriais. Essa pesquisa abrangeu várias reformas educacionais e políticas.

Complementando a pesquisa bibliográfica e por sugestão de diversos professores que trabalharam na atual Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, realizamos uma pesquisa nos arquivos da escola como também nos do Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira⁴. Em ambos, os funcionários foram receptivos e solícitos em tudo que precisamos, mas o trabalho foi bem diferente em cada um deles, pois no museu os documentos estavam arquivados em pastas guardadas em armários com etiquetas indicando assunto, ano e procedência, item que facilitou muito o trabalho. Já na escola os documentos estavam todos encaixotados sem qualquer tipo de identificação, mas os responsáveis pelo arquivamento estavam presentes na escola, o que diminuiu a dificuldade, pois indicaram o local de cada material

⁴ O Museu se localiza na Rua João Procópio Sobrinho na altura do número 397, no Centro de Porto Ferreira.

O contato com os arquivos da escola e do museu ocorreram primeiramente no final de 2011 e devido à necessidade de novas pesquisas voltamos nos meses de maio e abril de 2012, mas sempre com a mesma metodologia de pesquisa.

solicitado, apesar de que mesmo com o auxílio, tivemos que abrir todas as caixas, pois havia muito material e eles não se lembravam de tudo.

O trabalho no museu foi organizado por etapas, no primeiro e no segundo dia fizemos o levantamento de todos os arquivos que achamos pertinentes ao trabalho, como recortes de jornais, fotos, documentos doados pelas escolas etc. Na segunda etapa, levamos um computador com scanner e realizamos a reprodução dos documentos que havíamos elencado previamente, sendo que muitos tiveram sua reprodução dificultada devido ao estado de deterioração. Por diversas vezes, tivemos que solicitar aos funcionários do museu que nos ajudassem no processo de reprodução digital para que diminuísse o risco de danos que por ventura pudéssemos causar nos documentos.

No arquivo da escola, o trabalho foi semelhante no que se diz respeito ao procedimento, porém foi nos permitido a retirada de alguns documentos para fotocópias e também para uma análise mais profunda num local fora do prédio da escola, onde a orientadora esteve presente, porém a todo o momento procurou-se preservar os documentos transportando-os com cuidado e adequadamente. Depois de todo esse levantamento de dados, foi realizada uma análise de suas informações buscando relacioná-la com a pesquisa bibliográfica, como também com as entrevistas que realizamos. Todos os documentos provenientes dos arquivos da escola e museu e que foram copiados e analisados constam neste trabalho nos Anexos, sendo que alguns deles também foram inseridos no corpo do texto, quando necessário.

Após constituir uma base teórica sobre o tema e tendo procedimentos da História Oral indicada por Meihy (2005) sua base metodológica, realizamos duas entrevistas com professores que atuaram como docentes na Escola Industrial de Porto Ferreira no período de 1960 a 1980 e dois professores que lá estudaram no mesmo período, sendo que um deles também, lá, lecionou. Essas entrevistas foram semiestruturadas, isto é, a entrevista foi regida por um guia mínimo, que se encontra em anexo, com perguntas abertas, sendo que houve abertura aos entrevistados para discorrer sobre temas que porventura achassem pertinentes por apresentarem real importância para o melhor entendimento do tema central.

As entrevistas foram centradas no tema avaliação, porém procurou-se levantar características da metodologia de ensino utilizada na Escola Industrial

de Porto Ferreira. Foram gravadas em aparelho de áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra e anexadas ao corpo do trabalho e para a análise das mesmas foi necessário utilizar documentos da época⁵, como: livro de registro de notas, livros didáticos, fotos e artigos, para que fosse feita uma análise a partir dos dados desses documentos.

De posse das informações realizamos uma análise qualitativa dos dados obtidos. Alicerçado nos dizeres dos professores, os quais foram localizados no tempo e espaço, pudemos produzir um texto que abrangesse a temática da avaliação no contexto da Escola Industrial de Porto Ferreira, tendo como pano de fundo a vida escolar desses professores, que nos permitiu entender o funcionamento daquela instituição de ensino por meio de suas atividades pedagógicas de avaliação.

Para a realização das entrevistas e posteriormente sua transcrição, utilizamos procedimentos da História Oral como metodologia de pesquisa. Esse diferente, porém não menos importante modo de caracterizar e fazer história proporcionou um meio de dar voz ao professor que, muitas vezes, teve sua fala reprimida, mas agora teve o direito de relatar suas experiências por meio da produção oral⁶, registro e divulgação de sua experiência docente.

Tivemos na tecnologia um grande facilitador na realização das entrevistas, porém o contato pessoal com o colaborador⁷ foi indispensável devido aos detalhes da fisionomia, tom de voz, gestos, entre outros trejeitos que só são perceptíveis com o contato humano direto, pois segundo Meihy:

O que se deve ficar claro, porém, é que a história oral não se faz sem a participação humana direta, sem o contato pessoal. A eletrônica por mais importante que seja, é um meio não um fim. (MEIHY, 2005, p.33)

Depois de gravar a entrevista, foi importante e indispensável colocá-la no papel, o que justificou a necessidade da transcrição. Realizamos as

⁵ Como já dissemos, tais documentos são provenientes dos arquivos da Escola e do Museu Municipal.

⁶ Temos aqui produção oral todo tipo de representação sonora produzida por um ser humano como: música, entrevista, relato etc. que contenha dados que possibilitem evidenciar características de um grupo com um modo peculiar, que tenha informações fomentadoras de construção de um saber histórico desse grupo. Tal verificação pode denotar fatos novos de uma história que devido a poucas evidências ou documentos tendenciosos que produzam uma versão incompleta ou equivocada do fato documentado e aceito como verdade (tendo como verdade a definição de Meihy: "referencial objetivo de versões de fatos"). Este produto deve ser gravado por um objeto tecnológico que possibilite a posterior utilização desta gravação.

⁷ Segundo Meihy é o "nome dado ao depoente, que tem um papel mais ativo em história oral, deixando de ser mero informante, ator ou objeto de pesquisa.

transcrições dos dizeres de orador e colaborador colocando apenas as informações ligadas à entrevista, filtrando os sons considerados secundários, porém alguns itens do contato humano como sorrisos e mudanças no tom de voz foram colocados para fornecer ao leitor uma maior gama de informações, o que poderá auxiliá-lo numa possível releitura⁸ da mesma.

Posteriormente a essa transcrição realizamos uma filtragem das informações ali colocadas, deixando apenas os dizeres dos entrevistados, sendo que foi necessário realizar uma adequação do texto para que o mesmo apresentasse uma sequência lógica e pudesse fornecer ao leitor apenas as informações emitidas pelo entrevistado, porém não temos aqui o desejo de classificar o texto como textualização, pois não o é, mas sim uma reorganização da transcrição de tal forma que facilitasse a leitura da entrevista.

As transcrições depois de filtradas foram devolvidas para os depoentes, que após uma leitura minuciosa fizeram suas observações e aprovaram os textos finais autorizando por meio dos “*Termos de Consentimento Livre e Esclarecido*”⁹, produzidos de acordo com o Comitê de Ética deste Instituto¹⁰, a utilização das informações ali contidas como também a publicação dos textos na íntegra, sendo que seus verdadeiros nomes poderiam ser utilizados na publicação.

Como último item dos procedimentos que utilizamos, provenientes da História Oral, temos a devolução do conhecimento construído com as entrevistas por meio da conclusão e publicação deste trabalho, que de modo geral poderá gerar conhecimento, por existir pouca publicação documental sobre o que foi relatado sobre o trabalho docente com avaliação na Escola Industrial de Porto Ferreira no período analisado.

O passado contido na memória é dinâmico com a própria memória individual ou grupal. Enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão desde a ênfase ou a entonação até os silêncios e disfarces. (MEIHY, 2005, p. 61)

Obtivemos com esses procedimentos da História Oral o método de transformar um vasto e mutável repertório de narrações do passado em um

⁸ Entendemos aqui “releitura” como uma nova interpretação do leitor por meio de suas próprias experiências.

⁹ Estes documentos foram copiados e colocados em ANEXO neste trabalho.

¹⁰ Instituto de Biociências – UNESP – Rio Claro

documento escrito, pois neste ponto é que verificamos a importância da metodologia da História Oral por meio da responsabilidade em dar sentido à memória como tema para a história, em particular neste trabalho em que decidimos construir um conhecimento sobre avaliação através de entrevistas feitas com os professores, em que se utilizaram da memória para evidenciar suas experiências com avaliação em sua prática docente.

As entrevistas propriamente ditas e aqui apresentadas foram feitas de forma semiestruturada, sendo necessária a elaboração de um questionário que fornecesse um direcionamento para todo trabalho, em cuja elaboração buscamos abordar o maior número de questões que envolvessem a temática da avaliação e da prática docente, como também questões sobre a experiência do entrevistado com avaliação no período que era aluno. Foi feito um questionário prévio buscando abordar todas essas temáticas citadas, o mesmo foi amplamente analisado em conjunto com a orientadora, sendo que após essa análise verificou-se a necessidade de algumas adequações para que ao ser aplicado surtisse melhor resultado, gerando a maior gama de dados úteis ao trabalho.

Para que pudéssemos dar andamento no trabalho e realizar as entrevistas foi necessário apresentar o questionário ao Comitê de Ética do Instituto para que fosse aprovado, após recebermos a confirmação do comitê demos início às entrevistas, sendo que apesar de seguirmos o questionário elaborado, foi possível e necessário introduzirmos outras perguntas a partir das respostas dadas pelos professores.

Durante toda a entrevista mantivemos a preocupação de abordar a temática da avaliação, mas ao mesmo tempo deixou-se que os entrevistados se posicionassem sobre outros assuntos, que achassem pertinentes ao trabalho.

Concomitantemente a todo o processo de elaboração e aprovação do questionário, tivemos a formação da lista de possíveis entrevistados. Para a preparação dessa lista foi necessária a ajuda de amigos professores de Porto Ferreira¹¹, que detinham um bom conhecimento sobre a história da atual Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz e por isso puderam indicar alguns nomes de

¹¹ Dentre estes amigos podemos citar os professores: Maurícia Aparecida da Silva, Benedito Antonio Cortese, Gilsandro Cesar Prudente, Aparecido Affonso Espírito Santo entre outros.

professores que lecionaram na escola desde seus primórdios. Todo o grupo indicado poderia contribuir para o trabalho com suas experiências por meio da concessão de uma entrevista, pois tiveram uma participação atuante na história da escola, mas nem todos tiveram essa participação no período que definimos como recorte.

Tendo por referência as indicações feitas pelos professores, foi elaborada uma lista com dez nomes de professores que trabalharam ou tiveram alguma relação educacional com a Escola Industrial de Porto Ferreira na época estipulada como recorte, porém o nosso objetivo era utilizar apenas quatro entrevistas, então foi necessário estabelecer um critério para selecionar quais seriam os sujeitos de nossa pesquisa.

Todos os indicados correspondiam a nossa expectativa referente a sua vida profissional, o que era ótimo para o trabalho, porém uma dificuldade para a seleção. Para a escolha, tomamos como condição inicial a de que deveríamos escolher dentre todos, dois professores que estudaram antes da época do recorte e que tivessem lecionado na Escola Industrial de Porto Ferreira no período escolhido, para os outros dois adotamos como critério que os selecionados deveriam ter estudado na Escola Industrial de Porto Ferreira na época do recorte, e se possível ainda lecionassem no sistema público de ensino.

Para a primeira opção tivemos quatro professores que estudaram antes da época do recorte e lecionaram na escola na época pretendida. As duas pessoas escolhidas para este trabalho tiveram grande atuação como professoras na Escola Industrial, tanto que tiveram seus nomes indicados por todos os professores com os quais conversamos e utilizamos como informantes para a elaboração da lista de possíveis entrevistados.

Uma delas, a senhora Vera Terezinha Bissoli Gomes, teve sua indicação de maneira incisiva por parte dos informantes, por ter sido casada com um ex-diretor da Escola Industrial de Porto Ferreira, o prof. Dorival Gomes¹², como também por ter sido professora na Escola Industrial durante anos e presenciar diversas mudanças que aconteceram, portanto poderia oferecer uma gama de informações que abordariam grande parte da história da escola. A segunda

¹² O prof. Dorival Gomes teve seu período de trabalho como diretor na Escola Industrial de Porto Ferreira em grande parte de nosso recorte que foi de 1960 a 1980.

professora, a senhora Terezinha de Jesus Pereira de Campos, teve seu nome selecionado por ter sido indicada por todos os informantes, sendo que segundo arquivos da escola encontrados no Museu Municipal, a professora Terezinha teve uma participação ativa na formação técnica e ginasial, além de ter sido também professora na Escola Normal e Ginásio Estadual Washington Luiz, o que poderia fornecer informações importantes para realizar uma análise comparativa entre os dois sistemas de ensino, o Ginásio convencional e o Ginásio Industrial, tais características não foram observadas em nenhum dos outros indicados.

Para o segundo grupo, o professor Airton Cruche de Jesus teve seu nome selecionado por ter estudado na Escola Industrial e ainda lecionar nos dias de hoje, sendo que ao ser contatado apresentou um grande interesse em relatar sua experiência como aluno da Escola Industrial de Porto Ferreira e também era o único que ainda lecionava no estado, pois os outros já estavam aposentados. Para a quarta entrevista foi escolhida uma professora que ao contrário dos outros não era de matemática, mas de educação física. A escolhida foi a senhora Ermelidia Dozzi Tezza Villa, que estudou na época do recorte e hoje é aposentada (se aposentou recentemente), mas durante sua vida como professora fez um curso de pós-graduação em Administração Escolar, que necessitou da realização de um estágio, o qual foi feito na atual Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz. Esse estágio levou à elaboração de um trabalho, que por ventura veio a explorar um pouco a história da escola, o que gerou um relatório que a mim foi indicado por vários funcionários da escola e professores, inclusive o atual diretor, o senhor Gilsandro Cesar Prudente. Ao ler tal trabalho me deparei com diversas informações que constavam só ali, mas que me despertaram um forte interesse em saber se ela poderia contribuir mais com novas informações.

O contato inicial foi igual para todos os entrevistados, primeiro por telefone, quando foi marcado um encontro no qual expliquei o trabalho e qual seria a sua participação no projeto. Depois de um tempo, tempo esse devido à espera pela aprovação do questionário pelo Comitê de Ética, retomei o contato com os professores e entreguei o roteiro da entrevista para que fizessem a leitura e se preparassem. Posteriormente, repeti o contato e pedi para que eles indicassem o melhor dia e horário para fornecerem a entrevista, que sugeri que

acontecesse em suas residências, pois ali se sentiriam mais confortáveis e à vontade para relatar suas experiências. A entrevista com a professora Ermelidia ocorreu neste ano de 2012, após a qualificação, pois foi sugerido pela banca que buscasse outras fontes de informação. O nosso grupo de professores¹³ foi:

- Entrevista 1 – Terezinha de Jesus Pereira de Campos
- Entrevista 2 – Vera Terezinha Bissoli Gomes
- Entrevista 3 – Airton Cruche de Jesus
- Entrevista 4 – Ermelidia Dozzi Tezza Villa

A professora Terezinha teve por opção dar a entrevista no dia 7 de novembro de 2011 pela manhã e solicitou que fosse realizada às 9:30h, dia esse que estava muito agradável. A professora nos recebeu com um grande sorriso e com boas vindas, pediu-nos que ficássemos à vontade em sua casa e disse que se quiséssemos algo era só pedir. A entrevista transcorreu com tranquilidade e muitos momentos de bom humor por parte da entrevistada por relembrar muitas coisas de sua vida docente que a levou a vivenciar uma fase que há muito estava esquecida por ela. No final, a professora se disponibilizou a sanar todas as dúvidas que surgissem e quando quiséssemos poderíamos retornar para continuar o assunto, o que ocorreu, antes da qualificação, por aparecerem algumas lacunas em nossas análises que desejamos preencher antes da qualificação.

Esse retorno ocorreu numa manhã em que estava um calor muito grande, mas devido à proximidade das festas de fim de ano e a entrevistada possuir muitos compromissos particulares não pudemos mais adiá-la. Foi feita na residência da própria professora, na qual fui muito bem recebido e no fim da entrevista fui presenteado com vários livros que a professora tinha utilizado quando lecionava e agora os cedeu para que fossem utilizados neste trabalho. São eles:

- Livros didáticos de matemática para o primeiro grau sendo alguns do autor Osvaldo Sangiorgi e um dos autores José R. Giovanni e José R. Bonjorno;

¹³ Os entrevistados autorizaram o uso de seus verdadeiros nomes.

- Livros didáticos de matemática para o segundo grau, alguns de um grupo que a própria professora Terezinha chamava de os 7 autores, tendo como o mais conhecido Gelson Iezzi, outro dos autores Osvaldo Dolce e José Nicolau Pompeo, e um dos autores Cid A. Guelli, Gelson Iezzi e Osvaldo Dolce.
- Vários livros de sua época de faculdade, das disciplinas de Cálculo, Álgebra Vetorial e Álgebra Moderna dos autores R. Courant, Benedito Castrucci e L. H. Jacy Monteiro, respectivamente.

Após a qualificação, por indicação da banca, tivemos no dia 25 de abril de 2012 a realização de nova entrevista, com o intuito de responder questões levantadas referentes à Escola Industrial de Porto Ferreira que até o momento da qualificação não tinham sido levantadas. A entrevistada se mostrou extremamente feliz pela importância de sua colaboração para a elaboração do trabalho.

Já a professora Vera preferiu conceder a entrevista no dia 21 de novembro de 2011, no período da manhã às 9h, o dia estava agradável, porém um pouco quente. A professora, dias anteriores à entrevista, teve uma enfermidade que motivou a mudança da data da entrevista. Na chegada, fomos muito bem recebidos com um sorriso e boas vindas, porém a professora deixou transparecer um nervosismo devido às perguntas que seriam feitas. A entrevista transcorreu com tranquilidade e a todo o momento a professora fazia comentários sobre sua vida acadêmica demonstrando através de olhares e gestos grande nostalgia sobre tais lembranças. Por diversas vezes, a entrevista foi interrompida por causa do toque do telefone da casa como também do celular da professora, mas nada que atrapalhasse de maneira significativa o andamento da entrevista. Quando terminamos a entrevista a professora se prontificou a nos ajudar com as possíveis dúvidas que surgissem, como também a possibilidade de retomarmos o assunto em outro momento.

Durante a entrevista houve uma pequena complicação com o gravador sendo necessário dividir o arquivo de áudio em três, porém isso não ocasionou maiores problemas.

Após a qualificação, por indicação da banca no dia 17 de maio de 2012, realizamos nova entrevista, com o intuito de responder questões levantadas referentes à Escola Industrial de Porto Ferreira que até o momento da

qualificação não tinham sido abordadas, sendo que prontamente atendeu nossa solicitação e demonstrou gosto pelo assunto e pelo diálogo que ele gerava quando abordado.

O Professor Airtton preferiu conceder sua entrevista no dia 22 de dezembro de 2011, no período da tarde. Às 15h, o dia estava muito quente e abafado, mas devido a compromissos particulares do professor não foi possível a mudança de dia. Ao chegar à residência fui recebido por sua filha mais velha, que estava muito alegre e receptiva e isso deu um clima de descontração à entrevista.

Fui recebido na porta da sala pelo professor, que prontamente me convidou para entrar e sentar. Percebi que minha presença deixou o Prof. Airtton tenso e nervoso, tentei acalmá-lo explicando que a entrevista era coisa simples e tranquila, que ele poderia ficar calmo, pois tudo seria um bate-papo entre dois amigos de trabalho.

Depois de uns 30 minutos de conversa, o professor se acalmou e com isso pude dar início ao trabalho começando a falar sobre os procedimentos para a entrevista, explicando o funcionamento do equipamento, como seriam feitas as perguntas e tudo mais. Ele deu sinal de positivo e começamos. Tudo transcorria muito bem, como as questões tinham sido entregues anteriormente, ele aprontou um rascunho para as respostas, o qual usou para facilitar seu discurso ao responder às perguntas.

Durante a entrevista, sua filha mais velha, a mesma que nos recebeu, estava desavisada do trabalho, e por isso passou pelo corredor da casa cantando. Isso ocorreu várias vezes, sendo que em alguns momentos tivemos que parar o gravador para que o áudio não fosse afetado, mesmo porque o rádio da casa estava ligado o tempo todo, mas ambos os problemas foram superados e não chegaram a causar danos ao trabalho. No geral transcorreu tudo muito bem, o professor agradeceu a escolha de sua pessoa para a entrevista e disse ficar lisonjeado com o convite, mas que se desculpava pela interferência da filha e se colocou à disposição para sanar possíveis dúvidas que surgissem. No final, a filha mais nova e a esposa chegaram e fizeram perguntas sobre de que se tratava o trabalho, apesar de estarem cientes de que a entrevista ocorreria naquele dia e horário. Depois, fui convidado para

tomar um café e conhecer a residência da família e prontamente aceitei. Depois de um gostoso papo, cafezinho e pão, nos despedimos e fui embora.

Neste ano de 2012, no dia 27 de abril, devido a uma sugestão da banca de qualificação, realizamos nova entrevista com o objetivo de esclarecer dúvidas que apareceram como também conseguir novas informações a respeito da Escola Industrial. A entrevista transcorreu muito bem, por minha parte fiquei feliz pela recepção e creio que o professor sentiu o mesmo em cedê-la, pois ficou muito animado em lembrar coisas de sua época escolar.

A Professora Ermelidia foi contatada no dia 14 de abril de 2012, para que nos cedesse a entrevista, mas devido a problemas particulares só foi possível agendá-la para o dia 19 de abril. O dia estava muito quente e a professora não quis marcar um horário, ficando de ligar para que eu fosse até sua casa para a entrevista, porém deixou claro que seria na parte da tarde.

Essa ligação ocorreu aproximadamente às 14h, rapidamente cheguei à sua casa e fui, desde o início, bem recebido pela professora, que me pediu para entrar e indicou o sofá para que me sentasse. No começo, retomei com ela os objetivos do trabalho e fiz uma pré-entrevista para saber qual o melhor caminho para direcionar nossa conversa, pois a professora Ermelidia não é de matemática, sendo assim nossa entrevista deveria ter um direcionamento diferente das demais entrevistas, pois os outros eram professores de matemática.

A entrevista transcorreu com tranquilidade e a professora foi solícita em responder a todas as questões, e sempre demonstrava um forte interesse em esclarecer todos os pontos com os maiores detalhes. Foi percebida na voz da professora uma nostalgia referente ao seu tempo de escola, o que facilitou a lembrança de pontos importantes da história da Escola Industrial.

Como já foi dito, as entrevistas foram transcritas e para este trabalho encontramos quatro, representadas através de suas transcrições, apresentadas de duas formas, a primeira de forma completa, contando com as perguntas e respostas, exemplificando exatamente o que o entrevistado disse, a segunda traz a transcrição quase como uma textualização, porém não objetivou que o texto tivesse uma fluidez que uma textualização exige sendo assim não podemos classificá-la como tal. As duas formas se encontram em anexo.

Capítulo I

Capítulo I

1.1 PORTO FERREIRA: O nascimento de uma história.



Figura 1: Foto aérea da cidade (2009)

Fonte: site oficial da cidade¹⁴

A cidade de Porto Ferreira é um município do estado de São Paulo que tem como principal via de acesso a Rodovia Anhanguera e, por meio desta, dista 227 km da Capital, São Paulo. É limitada ao Norte pela cidade de Santa Rita do Passa Quatro, ao Sul pela cidade de Pirassununga, a Oeste pela cidade de Descalvado e a Leste pela cidade de Santa Cruz das Palmeiras. Tem como localização geográfica latitude 21°51'00" Sul e longitude 47°28'00" Oeste, estando a uma altitude de 549 metros, possui uma área de 246 km² e uma população estimada, segundo IBGE (2010), de 51.400 habitantes.

A origem de Porto Ferreira possui duas versões que durante anos foram discutidas por pesquisadores da história ferreirense que, em publicações póstumas, expuseram suas opiniões, o Professor Flávio da Silva Oliveira (2005) e o Professor João Teixeira (2009). Uma das versões, defendida pelo Professor Flávio, sugere que a cidade não teve fundador, pois sua criação se deve à aglomeração de pessoas no entorno do Porto de João Ferreira.

O Porto de João Ferreira, insignificante ponto de atracação de balsa, teve garantido seu desenvolvimento demográfico e, conseqüentemente, de se transformar em cidade, ao receber

¹⁴ Site oficial da Prefeitura Municipal de Porto Ferreira < <http://www.portoferreira.sp.gov.br/> > Acesso em: 15 de abril de 2012

os trilhos da Via Férrea e os vapores da Navegação Fluvial, cujas atividades conjuntas ofereciam meios de subsistência, diretos ou indiretos, a inúmeras pessoas que o procuravam. O pequeno aglomerado humano transformou-se, por isso, em movimentadíssimo entroncamento hidro-ferroviário cuja população aumentava, dia a dia, em ritmo acelerado. (OLIVEIRA, 2005, p.41)

Sendo assim, essa primeira versão afirma que não houve a necessidade de um fundador, pois o surgimento da cidade de Porto Ferreira se deu devido ao desenvolvimento que ocorreu na região, impulsionado pela instalação da linha Férrea e a Navegação Fluvial no Rio Mogi Guaçu, esse último tendo como parada o Porto de João Ferreira. Segundo Oliveira esses fatores culminaram no surgimento da cidade.

Não há dúvida, portanto: Porto Ferreira não teve fundador, como querem alguns, simplesmente nasceu espontaneamente. (OLIVEIRA, 2005, p.42)

Porém, em textos expostos no Museu Municipal de Porto Ferreira¹⁵, como por exemplo, o trabalho de Teixeira (2009), pudemos observar outra versão para a fundação da cidade. Nessa versão, no ano de 1870, houve a chegada do mineiro Vicente José de Araújo, acompanhado de sua família, às terras que hoje formam a cidade de Porto Ferreira. Diz a história que Vicente José de Araujo comprou terras nas margens do córrego dos Amaros, e lá instalou uma serraria movida pela força daquelas águas, razão pela qual o córrego, mais tarde, passou a ser denominado Serra D'água. Segundo essa versão, a vinda e instalação de sua moradia fizeram com que Vicente José de Araujo fosse considerado o primeiro morador do local, no qual posteriormente se instalou a cidade de Porto Ferreira.

Segundo Coelho (2009), a serralheria da família Araujo teve importância ímpar para o surgimento da cidade, na qual seu funcionário, o Balseiro João Inácio Ferreira exerceu suas atividades, efetuando a travessia de passageiros e mercadorias às margens do rio Mogi-Guaçu, que na época era rico produtor de café, ao litoral e à Capital.

¹⁵ Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flávio da Silva Oliveira” foi criado pelo Governo do Estado em 1970, nele podemos encontrar diversos objetos como: fotos, livros, utensílios domésticos, máquinas de vários ofícios etc., que remontam a história de Porto Ferreira.

Para mim, tudo isso revela a participação e a despretenhosa liderança da família Araujo, no nascimento desta cidade, que valeu, por justiça e merecimento a seu chefe – Vicente José de Araújo – o honroso título de fundador de Porto Ferreira, como uma justa e merecida homenagem ao seu trabalho (humilde e anônimo), levado a efeito pela grandeza deste pedaço de terra às margens do rio Mogi Guaçu. (TEIXEIRA, p.90, 2009)

O trabalho do balseiro se estabeleceu inicialmente pelas proximidades do Ribeirão dos Patos, mas por volta de 1861, Joaquim Procópio de Araújo Carvalho comprou do Barão de Souza Queiroz uma grande área de terra que margeava o lado direito do rio e proibiu o tráfego do público, atitude que levou João Inácio Ferreira a transferir seu trabalho de transporte para próximo da foz do Rio Corrente. Segundo pesquisas de Rocha (1996), para poder continuar seu trabalho, João Inácio Ferreira foi obrigado a mudar a balsa rio abaixo, passando a atracar do lado direito, junto à foz do Rio Corrente e do lado esquerdo, próximo à barranca do Ribeirão Santa Rosa.

Devido à importância do seu trabalho à história da cidade o responsável por este porto fluvial, João Inácio Ferreira, cedeu seu nome ao local no qual ele trabalhava, ficando o porto conhecido como Porto de João Ferreira e posteriormente o nome foi atribuído à cidade.

Figura 2: Balsa idêntica a utilizada por João Inácio Ferreira



Fonte: “Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira”

Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

Outro fator que fortemente impulsionou a formação da cidade foi a instalação das vias férreas nas proximidades do Porto de João Ferreira. A

Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, no final do século XIX, disputava com a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro a primazia na exploração do transporte de cargas e pessoas ligando a Capital e o litoral à rica região produtora de café no interior do estado, pois segundo Rocha (1996) o Estado de São Paulo era o maior centro nacional produtor de café, tendo como destaque a cidade de Ribeirão Preto.

Segundo Rocha (1996), em 1879 os trilhos pertencentes à Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais já haviam ultrapassado a cidade de Pirassununga em direção ao interior do estado, concomitantemente foi construída uma ponte de madeira sobre o Rio Mogi Guaçu. Essa estrada foi aumentada chegando às proximidades do Porto de João Ferreira, local no qual se encontrava também a ponte de madeira. Esse novo trecho foi inaugurado em 15 de Janeiro de 1880, também patrocinado pela a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, com o deliberado intuito de atravessar o Rio Mogi Guaçu e atingir a rica e próspera região de Ribeirão Preto, sendo que com isso a Companhia Paulista monopolizaria o transporte da produção cafeeira da região e obteria um rendoso frete pelo trabalho.

Com a construção da linha férrea ao entorno do Porto de João Ferreira, houve a necessidade de mão de obra. Sendo assim, diversos novos moradores se instalaram na região próxima às margens do rio contribuindo para o aumento do contingente populacional da futura cidade, com um atrativo mercado de trabalho e uma região em franca expansão econômica. Porém, mesmo com todo esse investimento feito, a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais teve seus planos frustrados devido à decisão do Governo da Província que a preteriu escolhendo a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, que possuía trilhos passando por Casa Branca, uma cidade próxima à região.

Figura 3: Foto da ferrovia de Porto Ferreira no final do século XX



Fonte: “Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira”
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

Mas a Companhia Paulista não desistiu, e mudou seu enfoque de utilizar a linha férrea no transporte de cargas e pessoas. Segundo Rocha (1996) a Companhia Paulista resolveu atingir seus objetivos por meio da atividade da navegação fluvial no Mogi Guaçu, até sua confluência com o Rio Pardo, o que fez do local, onde posteriormente se concretizou a criação da cidade de Porto Ferreira, um importante entreposto hidro-ferroviário, grande responsável pelo povoamento e consequente florescimento do município, possibilitando seu desenvolvimento industrial, anos depois.

Anos mais tarde, em 1º de maio de 1903, a navegação fluvial foi extinta, pois, segundo Rocha (1996) a Companhia Paulista realizou uma nova ligação ferroviária atravessando o Rio Mogi Guaçu entre Rincão e Pontal, via Guarapará, para a região cafeeira. Tal obra barateou o frete no transporte de mercadorias, tornando o transporte fluvial obsoleto, consequentemente o mesmo foi extinto.

Esse acontecimento criou uma crise econômica na cidade, pois devido à extinção da navegação diminuíram as ofertas de trabalho fazendo com que muitas famílias deixassem a cidade. Porém, o Rio Mogi Guaçu forneceu uma solução, por meio de seus recursos naturais como areia e pedregulho, encontrados em suas barrancas que eram apropriados à fabricação de telhas e tijolos.

ALGUNS DADOS ESTATÍSTICOS				
ANO	POPULAÇÃO	NASCIMENTOS	CASAMENTOS	ÓBITOS
1.890	3.000	-	-	-
1.900	9.333	301	31	215
1.910	6.000	252	46	118
1.920	5.521	218	50	101
1.930	5.700	233	26	84
1.940	5.877	214	31	112
1.950	7.155	477	129	93
1.960	13.375	464	85	115
1.970	19.205	545	147	152
1.975	22.110	556	232	151
1.980	27.977	788	238	144
1.985	39.000	690	272	171
1.990	-	726	231	231
1.991	-	684	206	189
1.992	-	781	217	211
1.993	-	802	261	203
1.994	-	790	248	213
1.995	60.000	762	231	242

Em 1905, Porto Ferreira contava com 11.500 habitantes, concentrados na zona urbana.
Em 1910 a população caiu assustadoramente para cerca de 6.000, devido o êxodo provocado pela paralização da navegação fluvial.

Figura 4

Fonte: (ROCHA, p.18, 1996)

Algo que foi de muita importância para a recuperação econômica da cidade, fazendo com que se tornasse um pólo industrial, foi sua posição geográfica em relação aos centros consumidores, pois pela cidade passava uma das mais importantes vias de transporte terrestre (atual Anhanguera), como também rotas das linhas férreas, isso fez com que diversas indústrias se interessassem em se instalar na cidade, o que proporcionou uma retomada econômica importante, depois da crise proveniente do fim do transporte fluvial. Segundo Oliveira (2005) e Rocha (1996), nas primeiras décadas do século XX (1910–1920), paradoxalmente à decadência em que a cidade se encontrava, foi observado o desenvolvimento da infraestrutura municipal, com a chegada de água encanada, esgoto, luz elétrica, telefone, grupo escolar e estradas de rodagem estaduais. Esses itens desenvolveram interesse de indústrias em se instalar na cidade, sendo o que caracterizou a era Industrial de Porto Ferreira foi o surgimento das Fábricas de Louças.

1.2 A Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz - antigo Industrial.



Figura 5: Foto: Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz (2005)

Prédio Atual

Nas primeiras décadas do século XX, se desenvolveram em Porto Ferreira diversas empresas, dentre elas olarias, fábricas de cerveja entre outras. A indústria de cerâmica, uma das empresas mais antigas da cidade a Cerâmico Porto Ferreira, teve, e ainda hoje tem, sua colaboração para o desenvolvimento ferreirense. O setor ceramista contribuiu na geração de empregos e divisas para o município, além de promover o nome da cidade para o resto do país, tanto que durante anos a cidade de Porto Ferreira ficou conhecida como a “Capital da Cerâmica Artística”.

Tendo em vista a importância da indústria de cerâmica à economia municipal, houve a preocupação de formar os jovens ferreirenses para o mercado de trabalho. Assim, no dia 08 de março de 1947, personalidades municipais da época, como o Sr. João Teixeira (então prefeito nomeado pelo governador do estado, 1947 – 1948), o Sr. Manuel da Silva Oliveira (primeiro prefeito da cidade eleito pelo voto popular, 1948 – 1951) e pelo grande amigo da família Forjaz (família que posteriormente cedeu o nome à escola), o Sr. José Carlos de Macedo Soares (Interventor Federal¹⁶), conseguiram, por meio do Decreto de Lei 17.087 a criação do **Curso Prático de Ensino Profissional de Porto Ferreira**. Meses antes, no dia 14 de setembro de 1946, já havia sido criado o Curso Prático de Cerâmica.

¹⁶ **Interventor federal** era a denominação dada ao cargo de governador de estado aos indicados pelo Presidente da República a esta função.

Desde o fim do século XIX, o Brasil passou por mudanças econômicas, políticas e educacionais devido, entre outras coisas, ao modelo de capitalismo importado de outros países. A educação sempre esteve na paralela aos anseios das lideranças políticas de cada época reproduzindo em cada aluno seu modelo de indivíduo, ou aquele que mais se aproxima das necessidades de uma sociedade capitalista e exploradora de uma mão de obra barata e muitas vezes mal preparada.

De 1960 que eu comecei na Escola Industrial via que o que os alunos achavam não ter necessidade de aprender a matemática, o português, a história e a geografia. Os alunos aprendiam um pouco daquilo, mas o que tinham necessidade era de aprender um ofício, pois precisavam trabalhar. Eles queriam um ofício de mecânica, porque iam trabalhar nisso ou, por exemplo, eletricidade eles queriam porque eles iam utilizar. Vários alunos nossos trabalharam na Nestlé e em outras indústrias grandes, ou seja, a escola serviu muito, mesmo que algumas matérias, para eles, não eram tão importantes. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

Essa ideia de escola para formar mão de obra começou em 1909 com a criação de dezenove Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA) que tinham como intuito agilizar a preparação de uma mão de obra capacitada numa quantidade suficiente para suprir a necessidade do mercado como também manipular as massas operárias. Com essas escolas conseguia-se também um modo de inibir a criação de grupos que pudessem se organizar para causar problemas aos patrões, que visavam apenas maximizar os lucros e produção, pois a formação era voltada à criação de um operário submisso, que pudesse fornecer o máximo em sua força na mão de obra e, devido a essa submissão, inibir o surgimento de uma possível organização com fins políticos de caráter trabalhista, por parte dos operários.

O objetivo desta Escola Industrial era mais profissionalizante, que eu tenho conhecimento era apenas profissionalizante, porque depois os alunos não continuavam nenhum estudo, completavam e paravam ali, não tinha continuidade. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

Essa política de educação profissional representou o início das Escolas Técnicas no Brasil, que se efetivaram em 1930 quando Getúlio Vargas subiu ao

poder. Para Pommer (2010), isso ocorreu devido ao sistema econômico brasileiro que passava de agroexportador, para urbano-industrial, o que promoveu um grande desenvolvimento industrial.

Devido a esse desenvolvimento da indústria nacional cresceu o número de vagas ociosas nas indústrias por falta de mão de obra capacitada, ocupadas, por vezes, por pessoas com salários mais baixos que não possuíam a formação necessária para efetuar o trabalho para o qual haviam sido contratadas. Esse sistema industrial brasileiro baseava seu desenvolvimento nos princípios taylorista-fordista¹⁷, para que esse desenvolvimento fosse a contento foi necessário desenvolver políticas públicas que viabilizassem uma educação que atendesse à demanda na preparação de jovens profissionais.

Quando o país atingiu o estágio em que as tarefas de reparo, manutenção e ajustes das novas tecnologias necessitaram de trabalhadores mais bem preparados, surgiram os cursos profissionalizantes. Porém, com a concentração de trabalhadores em parques industriais ou em áreas de habitação específicas, o movimento operário poderia encontrar facilidades de organização e de reivindicações, essa modalidade de ensino assumia, também, a função de controlar os movimentos que pudessem colocar a ordem aristocrático-burguesa em risco. (POMMER, 2010, p.4)

Segundo Pommer (2010), no período Pós II Guerra o processo de industrialização se intensificou devido à abertura do Brasil ao capital estrangeiro. A falta de mão de obra especializada se tornou um problema cada vez maior, que o estado buscou resolver por meio da criação de Escolas Técnicas de formação rápida. Essa solução foi utilizada pelos governos militares após 1964, porém com a adequação ideológica que o Regime Militar determinava. As escolas formavam trabalhadores e os encaminhavam às funções para as quais eram preparados.

Assim, após março de 1964, mais que em outras épocas, a educação profissionalizante foi usada como forma de adestramento do operariado, até por que, a ideia de que o estudante deveria estudar e o trabalhador trabalhar se constituiu no lema da educação brasileira dos governos militares. (POMMER, 2010, p.4)

¹⁷ Métodos de organização das indústrias, criados por Frederick Winslow Taylor (1856 – 1915) e Henry Ford (1863 – 1947), que tinham por objetivo fragmentar a função de cada operário nas fábricas para que cada um fizesse uma parte específica e tentasse melhorar o tempo de produção e qualidade. Outra característica importante é o sequenciamento da produção através da linha de montagem.

A efetiva instalação do Curso Prático de Ensino Profissional de Porto Ferreira ocorreu três anos depois, em 16 de novembro de 1950, no prédio da Rua Daniel de Oliveira Carvalho, nº 15. Teve vários funcionários, sendo Diretor o prof. Bráulio Teixeira; como mestre Sr. João Borsoni; contramestre o Sr. Oswaldo Arantes; professora de português a Sra. Carolina Azevedo Oliveira; Matemática, a Sra. Yara Zadra Ribaldo; escriturário a Sra. Altair Afonso Borelli; e os Serventes João Tavares e Victor Pedro da Cruz. Porém, a escola só iniciou seus trabalhos em 1º de março de 1951.

Os trabalhos começaram, nesse primeiro ano, só com o curso de Cerâmica, tendo inicialmente 45 alunos matriculados, dos quais 30 do sexo masculino e 15 do feminino, porém desse número, em 1952, concluíram 10 alunos do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

No começo da Escola Industrial a procura não era grande, pelo que eu ouvi falar foi muito duro, tinha que procurar aluno para levar à escola. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

No ano seguinte, em 1953, foi percebido pela população ferreirense a necessidade da aquisição de um prédio próprio para a escola, o qual proporcionaria ao processo de ensino-aprendizagem uma maior eficácia devido a melhores acomodações para os alunos e espaço físico para a colocação de ferramentas e máquinas úteis ao ensino de um ofício profissionalizante. Isso é visto no jornal *O Ferreirense*¹⁸ (1954, 1960, 1961 e 1963), que em diversos de seus artigos, com datas de 1954 a 1963, indica a comoção popular quando em abril de 1953, na Praça Alcides Salzano, nº 22, foi inaugurado o novo prédio com as dimensões e equipamentos necessários. Neste ano, ao ensino no curso de Cerâmica que já era fornecido desde 1951, se acresce um novo curso, o de Educação Doméstica.

¹⁸ Anexo IV – Encontrados nos arquivos do Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flávio da Silva Oliveira” (Museu Municipal)



Construção da Escola



Figura 6

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Vista aérea da escola , vendo-se aos fundos o Cemitério Velho.



Inauguração do prédio da escola em abril de 1953

Figura 7

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Funcionários da escola em 1953

Da esquerda para a direita:

- 1- Virgílio (Lilo) Melchiorretto
- 2- Oswaldo Arantes
- 3- Altair Borelli Fader
- 4- Ivone Karan José
- 5- Ulisses Borelli Thomaz

Figura 8

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Figura 9

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Sanitários



Sanitários e Lavanderia

Figura 10

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

Segundo documento¹⁹ encontrado no Museu Municipal, a referida instituição de ensino começou a oferecer também, em maio de 1953, objetivando fornecer aos jovens uma ampliação de seus conhecimentos, os Cursos Extraordinários: Corte e Costura, Serviços Domésticos, Cerâmica e Decoração, os quais eram ministrados no período noturno.

Os artigos de lei abaixo se referem à normatização das Escolas Artesanais. As disciplinas técnicas estavam na grade curricular com o mesmo peso das outras disciplinas tidas como tradicionais -português e matemática- e tais cursos tinham a duração de dois anos.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO ENSINO INDUSTRIAL

SEÇÃO I - DOS CICLOS, ORDENS E SEÇÕES

Art. 6º O ensino industrial será ministrado em dois ciclos.

§ 1º O primeiro ciclo de ensino industrial abrangerá as seguintes ordens de ensino:

- 1 - ensino industrial básico;
- 2 - ensino de mestria;
- 3 - ensino artesanal;
- 4 - aprendizagem.

§ 2º O segundo ciclo do ensino industrial compreenderá as seguintes ordens de ensino:

- 1 - ensino técnico;
- 2 - ensino pedagógico.

Art. 7º Dentro de cada ordem de ensino, o ensino industrial será em seções, e as seções, em cursos.

SEÇÃO II - DA CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS

Art. 8º Os cursos de ensino industrial serão das seguintes modalidades:

¹⁹ O documento a que se refere a citação é o “Plano Global do Ginásio Industrial Estadual ‘Dr. Djalma Forjaz’”, documento esse proveniente dos arquivos da atual Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz” e hoje se encontra guardado nos arquivos no Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira – Anexo IV.

- a) cursos ordinários, ou de formação profissional;
- b) cursos extraordinários, ou de qualificação, aperfeiçoamento ou especialização profissional;
- c) cursos avulsos, ou de ilustração profissional

SEÇÃO III - DOS CURSOS ORDINÁRIOS

Art. 9º O ensino industrial, no primeiro ciclo, compreenderá as seguintes modalidades de cursos ordinários, cada qual correspondente a uma das ordens mencionadas no § 1º do artigo 6º desta Lei:

- 1 - cursos industriais;
- 2 - cursos de mestria.
- 3 - cursos artesanais.
- 4 - cursos de aprendizagem.

§ 1º Os cursos industriais são destinados ao mesmo, de modo completo, de um ofício cujo exercício requeira a mais longa formação profissional.

§ 2º Os cursos de mestria tem por finalidade dar aos diplomados em curso industrial a formação profissional necessária ao exercício da função de mestre.

§ 3º Os cursos artesanais destinam-se ao ensino de um ofício em período de duração reduzida.

§ 4º Os cursos de aprendizagem são destinados a ensinar, metodicamente, aos aprendizes dos estabelecimentos industriais, em período variável e sob regime de horário reduzido, o seu ofício.

Art. 10. O ensino industrial, no segundo ciclo, compreenderá em correspondência às ordens de ensino mencionadas no § 2º do artigo 6º desta Lei, as seguintes modalidades de cursos ordinários:

- 1 - cursos técnicos;
- 2 - cursos pedagógicos.

§ 1º Os cursos técnicos são destinados ao ensino de técnicas próprias ao ensino ciclo de funções de caráter específico na indústria.

§ 2º Os cursos pedagógicos destinam-se à formação de pessoal docente e administrativo do ensino industrial.

Art. 11. Cada seção, de que trata o artigo 7º desta Lei, será constituída por um ou mais cursos ordinários, e abrangerá os cursos extraordinários e avulsos que versem sobre os mesmos assuntos.

Parágrafo único. As seções relativas à aprendizagem não abrangerão cursos extraordinários.

SEÇÃO IV - DOS CURSOS EXTRAORDINÁRIOS

Art. 12. Os cursos extraordinários serão de três modalidades:

- a) cursos de continuação;
- b) cursos de aperfeiçoamento;

c) cursos de especialização.

§ 1º Os cursos de continuação destinam-se a dar a jovens e a adultos não diplomados ou habilitados uma qualificação profissional.

§ 2º Os cursos de aperfeiçoamento e os cursos de especialização têm por finalidade, respectivamente, ampliar os conhecimentos e capacidades, ou ensinar uma especialidade definida, a trabalhadores diplomados ou habilitados em curso de formação profissional de ambos os ciclos, e bem assim a professores de disciplinas de cultura técnica ou de cultura pedagógica, incluídas nos cursos de ensino industrial, ou a administradores de serviços relativos ao ensino industrial.

(BRASIL, 1942)



1958 - Sala para aprendizagem de Arte Cerâmica

Figura 11

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Aula de Trabalhos Manuais



Aula de Arte Culinária

Figura 12

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Figura 13 – Preparo da Massa²⁰

Fonte: “Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira”

Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

²⁰ Ao lado direito da sala se encontra o “tamborão”, máquina utilizada no preparo da massa para a confecção da cerâmica. Este equipamento é composto por um cilindro de metal apoiado por duas pilastras fixadas ao solo. Durante seu funcionamento realiza movimentos giratórios em seu eixo, por meio da tração de um motor elétrico ligado a ele por correias de borracha. Dentro do “tamborão” são colocados todos os ingredientes necessários para a produção da massa, como: dolomita, argila, água e silicato, para que sejam misturados até dar a textura desejada para massa.

Fonte: Cerâmica Silveira (Rua Dr. José de Paula Castro, 227, Vila Maria - Porto Ferreira – SP).



Figura 14

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012



Sala para o aprendizado de Cerâmica



Sala para aprendizagem de Cerâmica

Figura 15

Fonte: "Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

Os Cursos Extraordinários, segundo a legislação vigente, DECRETO-LEI Nº 4.073 - DE 30 DE JANEIRO DE 1942, já citada acima, eram de iniciação dando ao aluno formado condições para desempenhar suas funções profissionais de maneira mais eficiente. Segundo o Jornal *O Ferreirense* (1954, 1960, 1961 e 1963), esses cursos foram muito bem recebidos pela população, pois formavam o jovem ferreirense para o mercado de trabalho, o que lhe ofereceria uma possível melhora na qualidade de vida.

Quem procurava essa Escola Industrial eram famílias mais simples, em que eles tinham que empregar a criança. Depois de muito tempo que o trabalho foi restrito a jovens de 16 anos, mas antes eles podiam trabalhar com 14 anos, então eles já iam sabendo alguma coisa de mecânica e eletricidade, coisas que o patrão, lógico, iria preferir. Meu filho estudou lá. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

Segundo a mesma legislação, de 1942, para adentrar nesses cursos os candidatos deveriam apresentar a formação inicial básica (primário) e possuir aprovação em Exame de Admissão, como também apresentar um atestado de saúde²¹ e ter idade de no mínimo 12 anos. O Exame de Admissão durante um tempo não foi problema aos candidatos ferreirenses, devido a pouca procura pelo curso.

SEÇÃO II - DOS EXAMES VESTIBULARES

Art. 31. Os exames vestibulares poderão ser feitos, a arbítrio do candidato, em duas épocas do ano escolar coincidentes com as épocas dos exames finais.

§ 1º O candidato a exames vestibulares deverá fazer, na inscrição, prova das demais condições especiais e das condições gerais de admissão.

§ 2º Os exames vestibulares prestados num estabelecimento de ensino federal serão válidos para matrícula em qualquer outro, federal equiparado ou reconhecido; os prestados num estabelecimento de ensino equiparado serão válidos para a matrícula em qualquer outro, equiparado ou reconhecido; os prestados em estabelecimento de ensino reconhecido serão válidos para a matrícula em qualquer outro, reconhecido, se o candidato, por mudança de residência, não puder matricular-se no estabelecimento de ensino em que se houver habilitado.

§ 3º O candidato inabilitado em exames vestibulares, em primeira época, não poderá fazê-los de novo, em segunda, nem o inabilitado num estabelecimento de ensino poderá repeti-los, na mesma época, em outro.

(BRASIL, 1942)

²¹ Um atestado que indica não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado, habilitando-o a se matricular no curso pretendido caso, é claro, fosse aprovado no Exame de Admissão.

Nos Livros de Registro de Exame de Admissão²², foi possível verificar o uso dos Exames de Admissão no período de 1951, ano de início dos trabalhos, até o ano de 1971. Nesse período houve variação no número de candidatos e no ano de 1960 observamos a aplicação do vestibular também para os cursos noturnos.

²² Livros encontrados nos arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, nos quais eram registrados os nomes, notas e resultados dos candidatos ao Exame de Admissão a partir do ano de 1951. Porém, foram encontrados nestes livros os resultados de Exames Finais, como também as notas finais indicando se o aluno foi promovido, retido ou ficará em 2ª época.

Tabela 01

Relação do número de candidatos que realizaram o Exame de Admissão no Período Diurno

EXAME DE ADMISSÃO	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971
	APROVADOS	45	37	69	21	32	38	47	47	33	77	39	49	75	66	54	118	156	248	260	125
REPROVADOS	25	0	5	0	0	0	0	0	2	1	1	0	8	66	66	129	98	140	83	63	20

Tabela 02

Relação do número de candidatos que realizaram o Exame de Admissão no Período Noturno

EXAME DE ADMISSÃO	1960 1961 1962 1963 1964 1965 1966 1967 1968 1969 1970 1971												
	APROVADOS	133	85	45	24	22	33	34	29	0	0	18	82
	REPROVADOS	21	0	0	2	0	0	5	0	0	0	0	2

As tabelas foram construídas com dados provenientes da análise dos documentos encontrados nos arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, nelas encontramos tabulados o número de alunos que realizaram os Exames de Admissão aos cursos que se iniciaram entre os anos de 1951 à 1971. Os cursos diurnos, a que esses exames se direcionavam, eram equivalentes ao ginásio das escolas convencionais, já os cursos noturnos, além dos convencionais, havia turmas que eram de especialização em alguma área, como: manutenção de máquinas, conhecimento de ferramentas, materiais de produção, entre outras coisas. Nos primeiros anos da aplicação do Exame de Admissão a Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz é notado que houve pouca reprovação, sendo que em consonância ao aumento da procura pela instituição de ensino isso foi mudando, pois há um momento em que o número de reprovados supera o de aprovados.

Do começo ao fim da aplicação deste exame foi perceptível o aumento no número de candidatos que procuravam a escola, sendo que esse aumento não ocorreu de forma regular, pois há momentos em que houve redução no número de candidatos de um ano para o outro, como exemplo tem o ano de 1959. Somente no ano de 1966 o número de reprovados superou o número de aprovados, sendo que nos dois anos anteriores (1964 e 1965) o número de aprovados e reprovados foi igual.

Essa relação entre aprovados e reprovados indica que o aumento do número de vagas oferecidas não acompanhou a crescente procura pela escola, porém nos anos seguintes a 1966 o número de candidatos aprovados aumentou significativamente denotando o aumento no número de vagas oferecidas.

Por meio do DECRETO DE LEI 1821 DE 18 DE MARÇO DE 1953, o ensino nas escolas de ofícios industriais teve uma conquista ao ser elevado ao nível equivalente do ensino ginásial, pois durante muitos anos havia sido qualificado como inferior. Segundo Moura (2012) essas escolas, por terem como público-alvo crianças provenientes de famílias pobres, eram consideradas como restritas a esses alunos, que por meio da formação, teriam a chance de mudar sua situação profissional e com isso serem alocadas em melhores empregos e conseqüentemente conquistar uma melhor qualidade de vida para si e suas famílias.

Tinha competitividade entre as escolas, mas nós que éramos do Ginásio Industrial tínhamos sempre aquele sentimento de que éramos inferiores, porque éramos em menor grupo, uma turma menor, bem menor. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

No ano seguinte à mudança de prédio, em 1954, o Curso Prático de Ensino Profissional de Porto Ferreira, por meio do DECRETO 2.663 DE 21 DE JANEIRO DE 1954, foi transformado em Escola Artesanal de Porto Ferreira, sendo que de 1951 a 1953 houve um aumento no número de matrículas, e no ano de 1954 houve queda nesse número. Porém, é percebido um aumento na procura pela Escola Artesanal, conforme a *Tabela 03* e *Tabela 04* da página anterior.

Segundo o documento *Plano Global do Ginásio Industrial Estadual "Dr. Djalma Forjaz"* (1974), que consta no ANEXO IV deste trabalho, no ano de 1954, a direção da escola estava a cargo do Prof. Ulysses Borelli Thomaz e na secretaria Altair Afonso Borelli exercia a função de escrituraria. O corpo docente era formado pelos contra-mestres: João Borsoni, Oswaldo Arantes, Virgílio Melchiorretto, Ivonne Karam José e Therezinha Delpha Arliani, que ficavam a cargo do ensino dos ofícios. As disciplinas de português e matemática, na época classificadas como Cultura Geral, ficavam a cargo das professoras Moacyr dos Santos Leal Pedroso, Joanna Giselda Ribaldo e Nilce Borelli Thomaz.

Um dado interessante que consta no documento *Plano Global do Ginásio Industrial Estadual "Dr. Djalma Forjaz"* (1974), citado acima, como também verificado em artigos do jornal *O Ferreirense* (também no ANEXO IV), é o de que os alunos com bom aproveitamento eram premiados, como também, tinham assegurados o direito ao serviço de alimentação e higiene escolar²³.

Anos depois, em 1958, foram criados o Curso Pré-Industrial e o curso avulso de Arte Culinária. Esse último, segundo a legislação vigente sobre Escolas Artesanais, de 1942, era utilizado para a divulgação de novidades técnicas ao aluno referente ao seu trabalho profissional. Segundo a legislação

²³ Os serviços de merenda escolar, como também a limpeza do prédio público de ensino, visando dar aos alunos condições básicas para o desenvolvimento de suas atividades educacionais.

de 1942, esses cursos proporcionariam uma elevação na qualidade do nível técnico do aluno e futuro profissional.

SEÇÃO V - DOS CURSOS AVULSOS

Art. 13. Cursos avulsos, ou de divulgação, são os destinados a dar aos interessados em geral conhecimentos de atualidades técnicas.
(BRASIL, 1942)

Em 1960, teve início o curso de Ajustagem Mecânica, tendo como professores Herly Machado de Campos e Clivio Sommerhalder. Em seu primeiro ano teve 7 alunos diplomados. Anos mais tarde, em 1963, as Escolas Artesanais foram transformadas em Escolas Industriais, por meio do DECRETO 41.895 DE 30 DE ABRIL DE 1963, sendo assim a Escola Artesanal do município passou a se chamar Escola Industrial de Porto Ferreira.

Dois anos antes, com a LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961, houve várias mudanças na estrutura da educação brasileira, tais mudanças tinham por objetivo reorganizar a educação do país por meio das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (*LDB*). Tais Diretrizes afirmam, sobre o ensino técnico:

CAPÍTULO III Do Ensino Técnico

Art. 47. O ensino técnico de grau médio abrange os seguintes cursos:

- a) industrial;
- b) agrícola;
- c) comercial.

Parágrafo único. Os cursos técnicos de nível médio não especificados nesta lei serão regulamentados nos diferentes sistemas de ensino.

Art. 48. Para fins de validade nacional, os diplomas dos cursos técnicos de grau médio serão registrados no Ministério da Educação e Cultura.

Art. 49. Os cursos industrial, agrícola e comercial serão ministrados em dois ciclos: o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, no mínimo de três anos.

§ 1º As duas últimas séries do 1º ciclo incluirão, além das disciplinas específicas de ensino técnico, quatro do curso ginásial secundário, sendo uma optativa.

§ 2º O 2º ciclo incluirá além das disciplinas específicas do ensino técnico, cinco do curso colegial secundário, sendo uma optativa.

§ 3º As disciplinas optativas serão de livre escolha do estabelecimento.

§ 4º Nas escolas técnicas e industriais, poderá haver, entre o primeiro e o segundo ciclos, um curso pré-técnico de um ano, onde serão ministradas as cinco disciplinas de curso colegial secundário.

§ 5º No caso de instituição do curso pré-técnico, previsto no parágrafo anterior, no segundo ciclo industrial poderão ser ministradas apenas as disciplinas específicas do ensino técnico.

Art. 50. Os estabelecimentos de ensino industrial poderão, além dos cursos referidos no artigo anterior, manter cursos de aprendizagem, básicos ou técnicos, bem como cursos de artesanato e de mestria, vetado. Parágrafo único. Será permitido, em estabelecimentos isolados, o funcionamento dos cursos referidos neste artigo.

Art. 51. As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino.

§ 1º Os cursos de aprendizagem industrial e comercial terão de uma a três séries anuais de estudos.

§ 2º Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se, mediante exame de habilitação, nos ginásios de ensino técnico, em série adequada ao grau de estudos a que hajam atingido no curso referido.

(BRASIL, 1961)

Segundo essa legislação, de 1961, as empresas industriais eram obrigadas a fornecer aos seus funcionários menores de idade cursos de aprendizagem que possibilitassem formar uma mão de obra mais capacitada. Tais cursos deveriam possuir de 1 a 3 anos de duração e sua certificação poderia ser obtida por meio de um exame de habilitação que alocaria o aluno no ensino regular na série que fosse equivalente às disciplinas cursadas.

A Escola Artesanal foi transformada em Escola Industrial de Porto Ferreira pelo DECRETO 41.895 DE 30 DE ABRIL DE 1963. No ensino industrial, o tempo de duração dos cursos foi alterado, pois com essa legislação os cursos deveriam possuir 4 séries, nas quais as disciplinas seriam ministradas fornecendo ao aluno uma formação básica das disciplinas comuns ao ginásio convencional, mas também as disciplinas que forneciam a preparação técnica almejada para o curso ao qual o aluno se propunha.

Segundo documentos analisados na Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz²⁴, verificamos a transformação da Escola Industrial em Ginásio Industrial pela LEI Nº 44.533 DE 19 DE FEVEREIRO DE 1965, o que proporcionou novas matérias de Cultura Geral, aproximando o ensino industrial dos cursos do

²⁴ Dentre os documentos analisados podemos citar o Plano Global do Ginásio Industrial Estadual "Dr. Djalma Forjaz" de 1970, como também os Livros de Registro de Exame de Admissão.

ginásio regular²⁵. Faziam parte do corpo docente os professores Celso Chiaratti, Ebe Salzano, Madiana de São Geraldo Barbosa, Sergio Roberto Fernandes, Jadyr Salles, Jorge Pedro Assef Júnior, Terezinha Pereira, Cleusa Iatauro Assouad Falco, Maurício Zanchetta, Maria Aparecida Eleutério, Arnaldo Duarte de Oliveira, Célia Myrte Pincerato, Herly Machado de Campos, João Borsoni, Olívio Sommerhalder, Oswaldo Arantes, Therezinha Delpha Arliani Galhardo.

Quando passou a Ginásio Industrial, os professores tiveram que fazer uma faculdade, cada um na sua especialidade, porque na Escola Industrial tinha aula de ciência, tinha aula de geografia, tinha todas as matérias, mas nós professores não tínhamos faculdade. Então, devido a mudança para o Ginásio Industrial tivemos que fazer a faculdade, para dar continuidade depois para esses alunos fazerem faculdade e continuarem os estudos. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

Nós tínhamos como coordenador, nessa época, o Professor Jadyr Salles. Ele era o coordenador que foi colocado para entrosar as várias disciplinas, porém na época não ouvi a palavra interdisciplinar, era entrosamento o termo usado, era entrosamento que se fazia entre as várias disciplinas. Então por exemplo, matemática e desenho nós tínhamos que fazer o entrosamento, apesar de que a matemática se entrosava com quase todas. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

Uma lei de 23 de novembro de 1970 estabeleceu a denominação de Dr. Djalma Forjaz ao Ginásio Industrial Estadual de Porto Ferreira, que passou a se chamar Ginásio Industrial Estadual Dr. Djalma Forjaz²⁶. Essa mudança do nome da instituição de ensino se deu a pedido do Deputado Sólon Borges dos Réis ao Governador do Estado, Roberto Costa de Abreu Sodré (1967 – 1971). O nome dado é uma homenagem à família do industrial que colaborou para o desenvolvimento da cidade de Porto Ferreira. No ano seguinte à mudança de nome, outra mudança importante ocorreu na escola, pois pela LEI Nº 5.692 DE 11 DE AGOSTO DE 1971, as escolas estaduais tiveram sua organização alterada segundo os moldes de 1º e 2º graus, nos quais o 1º grau seria

²⁵ Ensino esse que não seguia as normas do Ginásio Industrial Estadual.

²⁶ O Dr. Djalma Forjaz nasceu a 7 de maio de 1888, em Leopoldina, Minas Gerais, casou-se em 16 de abril de 1906 com a Dona Lucia de Vergueiro Forjaz. Faleceu em 10 de agosto de 1962, deixando filhos, esposa e uma gama de contribuições para a política, indústria, literatura etc., principalmente em Porto Ferreira.

ministrado em 8 anos letivos, tendo os municípios a incumbência de fornecer condições para que o aluno tivesse acesso ao ensino nesse nível. Já o ensino de 2º Grau teria a duração de 3 a 4 anos letivos, dependendo a que o curso se referia, técnicos ou não, porém em ambos os casos havia uma grade curricular mínima.

No período que passou de Escola Industrial para Ginásio a maneira de trabalhar a matemática mudou, porque nós adquirimos mais experiência, estudávamos para darmos uma aula bem dada, porque quando era Escola Artesanal os alunos não se interessavam muito, eles se interessavam mais pela parte de cerâmica, pela parte de mecânica que eles se interessavam para aprender alguma coisa naquilo... Agora, depois não, no Ginásio Industrial eles se interessavam mais, então nós tínhamos que reforçar bem mais a matéria.

Ai eu lecionava matemática, que correspondia mais ou menos a uma quarta série. O programa que vinha para nós darmos era correspondente mais ou menos a uma terceira ou quarta série, acho que antigamente nem se tratava de série, era o primeiro ano, segundo ano, terceiro ano e quarto ano, porque o forte dos Ginásios Industriais era a parte técnica dava uma continuidade no ensino de matérias específicas como português, matemática, história e geografia, eram as matérias em que tinham lá e que eles pediam para o currículo. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

Nos arquivos da atual Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz foram encontrados livros de matrícula, livros com médias finais de diversos anos a partir de 1953, como também livros com notas e resultados de Exames de Admissão. Por meio da análise desses documentos foi possível verificar vários dados importantes como o número de alunos, índice de aprovados e retidos, e também o número de alunos que ficavam em recuperação, sendo que até 1973 para a recuperação era utilizado um sistema de exame chamado de 2ª *Época*²⁷.

²⁷ 2ª *Época* era um exame aplicado pelas instituições de ensino aos alunos com rendimento insatisfatório após uma análise minuciosa das notas recebidas durante o ano. No final de todo ano era feito o cálculo de uma média final, tal média era feita com a análise de três notas: Cultura Geral (disciplinas comuns ao ginásio: português, matemática e etc.), Cultura Técnica (disciplinas de caráter técnico: desenho técnico, tecnologia e etc.) e Exame Final (Escrito e Oral). Para o cálculo das duas primeiras era dada uma nota mensal e depois era feita uma média ponderada bimestral, sendo que a média feita entre março e abril era peso um e os outros bimestres seguintes (maio e junho, agosto e setembro e por fim outubro e novembro), peso 2.

Nos meses de Junho e Novembro eram realizadas provas parciais, sendo a de Junho chamada de 1ª parcial e a de novembro de 2ª parcial, tais provas eram referentes à Cultura Geral e Técnica, também em novembro eram realizados os Exames Finais.

Para o cálculo da média final era realizada média ponderada com a média das notas bimestrais valendo peso 3 e a média das parciais valendo peso 1, isso para a Cultura Geral e Técnica, de posse dessas duas

Em 21 de outubro de 1975, para melhor alojar os alunos na escola, que já há algum tempo vinha sofrendo com a falta de espaço físico para abrigar os diversos cursos de sua grade, ganhou da Prefeitura Municipal um prédio situado na Rua Nelson Pereira Lopes, 557²⁸, prédio esse que anteriormente abrigou o Ginásio Estadual Washington Luiz durante um determinado período. Esse prédio foi adequado para o trabalho GIE Dr. Djalma Forjaz, sendo que até hoje é utilizado pela atual Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, porém para o setor administrativo.

A alocação nesse novo prédio não resolveu os problemas de espaço, sendo necessário continuar utilizando o antigo prédio, ou seja, nesse momento os cursos do GIE Dr. Djalma Forjaz eram ministrados nos dois prédios, o original situado na Praça Alcides Salzano e o novo, na Rua Nelson Pereira Lopes, isso os trabalhos administrativos da escola, pois os alunos tinham que se locomover de um prédio a outro, o que dificultava os trabalhos.

No dia 28 de janeiro de 1976, por meio de uma publicação no Diário Oficial o GIE Dr. Djalma Forjaz foi transformado em Centro Educacional Interescolar Dr. Djalma Forjaz (CEI). Nessa mudança de GIE para CEI manteve-se o ensino de Segundo Grau, surgido na mudança ocorrida no Ginásio em 1971, sendo que houve uma organização de todo o ensino de 1º e 2º Grau, como também nos cursos de Mecânica, Cerâmica e Economia Doméstica. Essas mudanças proporcionaram um aumento pela procura por essa escola e consequentemente aumentou o número de matrículas.

Poucos anos depois foi publicado no Diário Oficial, em 27 de janeiro de 1978, fundamentado no artigo 2º, Inciso I, Decreto 7400/75, a conversão do CEI Dr. Djalma Forjaz, na Escola Estadual de Segundo Grau (EESG) Dr. Djalma Forjaz.

O Prof. Dorival Gomes, que entrou para o corpo docente da escola em 1959, permaneceu na direção da mesma até 11 de setembro de 1982, quando se aposentou e foi substituído pelo Prof. Oswaldo Arantes, que até então exercera as funções de Assistente de Diretor. O mesmo se aposentou em 5 de

notas era calculada uma média com a nota do Exame Final, esse resultado era a Média Final que deveria ser maior ou igual a 50% da nota máxima(poderia ser 50 ou 5, depende da época).

²⁸ Esse endereço tem sua própria história, pois o prédio da escola durante muito tempo teve como portão principal uma saída para a Rua Nelson Pereira Lopes, na altura do nº 557, porém essa entrada não existe mais desde a construção do novo pavilhão, em 1987, mas o endereço continua nesta rua até os dias de hoje.

maio de 1983, após vinte e quatro anos de serviço nessa escola. Com a aposentadoria do Prof. Oswaldo Arantes, o Prof. Benedito José Roterotte exerceu por designação o cargo de diretor interinamente até a posse da nova diretora, a Profa. Antonia Clara Jorge de Mello, que assumiu o cargo em 4 de maio de 1984.

A última mudança na denominação da escola verificou-se em 30 de janeiro de 1984, devido à introdução do Ensino de Primeiro Grau. A resolução 79/84, fez surgir a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau (EEPSG) Dr. Djalma Forjaz.

Já nessa época a escola enfrentava sérias dificuldades quanto ao espaço disponível. Eram utilizados dois prédios: um na Rua Nelson Pereira Lopes em que se concentrava o maior número de alunos e o da Praça Alcides Salzano, que abrigava as classes de Mecânica e de Magistério. Essa divisão vinha causando sérios transtornos à escola, devido, sobretudo, ao deslocamento de professores e à falta de integração entre os estudantes.

Os primeiros passos para a solução desses problemas foram dados no dia 10 de dezembro de 1985 quando se firmou um convênio entre a Prefeitura de Porto Ferreira e a Companhia de Construções Escolares para que fosse ampliado o prédio da Rua Nelson Pereira Lopes.

Segundo Villa (1991), em 15 de fevereiro de 1986 foi assinado um contrato entre a Prefeitura e a Construtora HOPASE, firma que saiu vencedora da concorrência para a realização da obra. A doação do terreno da Prefeitura, para o Estado foi oficializada pelo DECRETO 25351 DE 10 DE JUNHO DE 1986, levado a lume no Diário Oficial no dia posterior.

Os trabalhos começaram rapidamente e atravessaram quase todo o ano de 1986 e a metade de 1987, obrigando a direção a transferir algumas classes para um terceiro prédio, o da EEPG Prof. José Gonso, na Av. Professor da Motta Fonseca Júnior, 849.

Em abril foi empossado o diretor o Prof. José Pedro Bianchini.

Com a inauguração em 25 de julho desse portentoso prédio, construído de acordo com os mais modernos padrões de estrutura arquitetônica, a EEPSG Dr Djalma Forjaz passou a possuir um prédio que abriga todos os seus cursos num endereço só.

Hoje, no ano de 2012, a escola é denominada Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, parte integrante das instituições de ensino público do Estado de São Paulo, pertencente à Diretoria de Ensino de Pirassununga.

Está situada no centro da cidade, ocupando uma quadra inteira de área de aproximadamente 10.000 m², tendo como endereço oficial a Rua Nelson Pereira Lopes nº 557, a instituição de ensino encontra-se com um grupo de 17 funcionários, 46 professores na ativa e um contingente de 818 alunos.

Sendo que hoje se aplica ao ensino de nível: Fundamental II, Médio e possui algumas classes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A escola que hoje se apresenta é bem diferente da Escola Industrial, porém continua com o propósito de proporcionar a seus alunos uma inserção ao mercado de trabalho por meio da educação.

Tabela 03

Número de alunos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz				
	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA*	TOTAL
Manhã	177	114	—	291
Tarde	242	—	—	242
Noite	—	165	120	285
TOTAL	419	279	120	818

• EJA – Ensino de Jovens e Adultos (Nível de Ensino Médio)

Capítulo II

Capítulo II

2. Histórico da Avaliação

Do final do século XVIII até os dias atuais, ocorreram várias reformas e movimentos educacionais, que contribuíram para o modelo de sistema educacional que hoje temos como padrão em nossa sociedade. Sendo assim me pergunto: como era concebida a ideia de avaliação no decorrer dessa construção histórica do sistema educacional brasileiro? Para responder a essa questão, mesmo que superficialmente, realizaremos um breve histórico da avaliação escolar em nosso país.

A educação escolar em sua história, em particular no ensino secundário, durante anos não foi seriada ou possuía obrigatoriedade de frequência em unidades de ensino e também foi frequente a utilização de aulas régias como método de formação educacional que, segundo Miorim (1998) surgiram a partir de 1771, pela reforma pombalina²⁹. Tais aulas eram de disciplinas isoladas, cujo objetivo consistia em preencher a lacuna deixada pela eliminação da estrutura escolar jesuítica após a expulsão dos jesuítas do Brasil. Tais estudos poderiam ser realizados em casa e quando o indivíduo e seu tutor o julgassem preparado, poderia realizar os exames necessários para comprovar as habilidades necessárias para adentrar no curso superior.

Assim, desde que foram criados os Cursos Jurídicos no Brasil, em 1827, surgem os cursos preparatórios aos candidatos ao ensino superior. Tais cursos irão suprir, por cerca de cem anos, a falta de um ensino secundário seriado e obrigatório ao ingresso nos cursos universitários. Preparando os candidatos aos exames parcelados, esses cursos serão a origem dos liceus e colégios provinciais criados no século XIX. (VALENTE, 2008, p.14)

²⁹ Nosso trabalho tem o enfoque na influência educacional destas reformas, sendo assim temos que as reformas pombalinas são:

[...] reformas político-econômicas administrativas, educacionais e eclesiais empreendidas por Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), o Marquês de Pombal, tiveram início com a missão de reconstruir Lisboa, após o terremoto de 1755. Desta empresa, Pombal saiu fortalecido para implementar reformas em várias áreas do estado português.

[...] A reforma educacional tornou-se uma alta prioridade na década de 1760. A expulsão dos jesuítas deixara Portugal despojado de professores tanto no nível secundário como no universitário. Os jesuítas haviam dirigido em Portugal 34 faculdades e 17 residências (colégios). No Brasil possuíam 25 residências, 36 missões e 17 faculdades e seminários.

As reformas educacionais de Pombal visavam a três objetivos principais: trazer a educação para o controle do estado, secularizar a educação e padronizar o currículo. Já em 1758 foi introduzido o sistema diretivo para substituir a administração secular dos jesuítas. Os diretores deveriam ocupar os lugares dos missionários e duas escolas públicas deveriam ser estabelecidas em cada aldeia indígena, uma para meninos e outra para meninas. Aos meninos se ensinaria a ler, escrever e contar, assim como a doutrina cristã, enquanto as meninas em vez de contar, aprenderiam a cuidar da casa, costurar executar outras tarefas. Os diretores, diferentemente dos missionários, deveriam impor às crianças indígenas o uso do português e proibir o uso da própria língua. (LOMBARDI e SAVIANI, 2006)

O sistema seriado de ensino para o secundário passou a ocorrer desde 1837 com a criação do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. De acordo com Valente (2008) esse sistema seriado foi preterido em favor do sistema de exames parcelados³⁰.

Segundo Valente (2008), nas décadas finais do século XIX, os professores tinham nos exames parcelados uma das únicas maneiras de verificação do nível de aprendizagem, sendo que esses exames fragmentavam o ensino por considerar cada disciplina independente e exclusiva. Nele, o aluno era um “coleccionador” de certificados, não percebendo uma possível correlação entre as disciplinas. Tais exames, que também ficaram conhecidos como preparatórios, eram utilizados até os anos de 1920 como método qualificatório, pois devido à aprovação o aluno era considerado apto a prosseguir em seus estudos, ou seja, era qualificado por apresentar o cabedal de conhecimento considerados necessários e conseguir legitimar esse conhecimento por meio de certificados.

Para tal exame o professor ficava incumbido, em seu trabalho pedagógico, de fazer com que o aluno fixasse o *ponto*³¹ e posteriormente tivesse condições de realizar o exame oral e escrito. Temos abaixo um fragmento de um *ponto de geometria* encontrado em Valente (2008, p.15-16), proveniente de um texto de Jerônimo Pereira Lima intitulado *Pontos de geometria para provas escritas nos exames da instrução pública da Corte*, impresso em 1869, pela Tipografia de Pinheiro, no Rio de Janeiro.

³⁰ Regime de exames parcelados proporcionava ao candidato ao ensino superior realizar uma sequência de exames orais e escritos, nos quais o candidato ao ser aprovado em uma das disciplinas era habilitado a realizar o exame para a próxima até obter todos os certificados e com isso o candidato era considerado apto em adentrar a universidade no curso pretendido.

³¹ Lista de conteúdos que deveriam ser aprendidos pelos alunos, pois seriam cobrados nos exames.

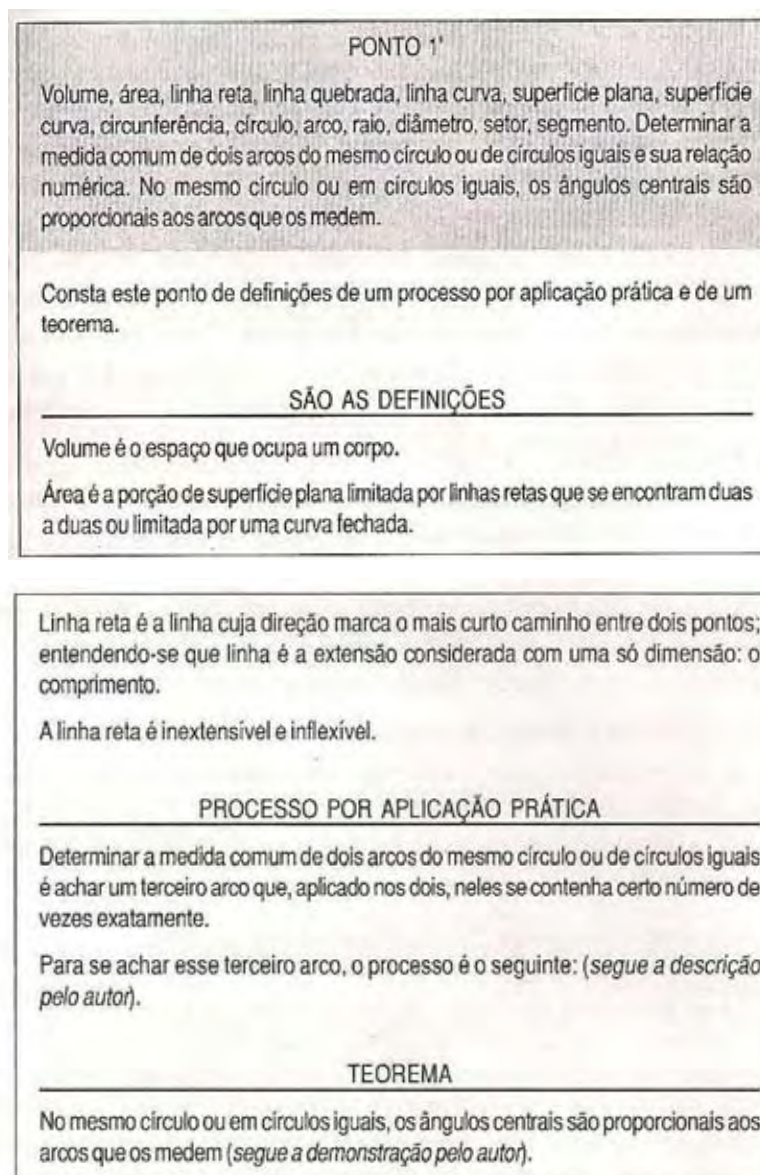


Figura 16

Segundo Valente (2008), cada instituição de ensino superior era responsável em selecionar os pontos a serem estudados em cada disciplina, os quais os alunos deveriam memorizar para que conseguissem obter êxito nos exames orais e escritos. Após conseguir eliminar cada um dos exames e receber os respectivos certificados de todas as disciplinas, ele era considerado habilitado a matricular-se no Ensino Superior pretendido, nos cursos de bacharelado em Direito, Engenharia ou Medicina.

No fim do século XIX, a Reforma Benjamin Constant, ocorrida em 1890, por meio do DECRETO Nº. 981 - DE 8 DE NOVEMBRO DE 1890, determina o exame como mecanismo de seleção e exclusão escolar, pois quem não

obtivesse êxito na realização do exame ficaria impedido de prosseguir os estudos no ensino superior. O público que usufruía dessa educação, na sua maioria, eram os filhos dos integrantes da elite.

A universalização da instrução elementar entre nós esbarrava não só na legislação existente. Em consonância com CARTOLANO (1994, p. 130), ela esbarrava principalmente em determinantes sócio-culturais e político-econômicos que privilegiavam a formação de uma elite intelectual de “bacharéis” e de “doutores”, em geral, nascidos nas famílias de grandes proprietários de terra, em detrimento dos despossuídos de quaisquer bens culturais ou materiais. (DELANEZE, 2006, p. 5421)

Vemos abaixo alguns artigos de lei, dessa reforma, que citam o método de utilização dos exames:

Art. 6º Ficam instituídos os dois certificados: de estudos primários do 1º grau e de estudos primários do 2º grau, os quaes serão conferidos aos alunos das escolas públicas e a quaisquer candidatos aprovados em exame geral, a que se procederá no fim de cada ano letivo.

Parágrafo único. O certificado de estudos primários do 1º grau dará livre entrada nos estabelecimentos de ensino secundário e normal, e será exigido (dentro de seis anos contados da execução deste decreto) como condição indispensável a todo cidadão, que pretender emprego em repartição do Estado; o certificado de estudos primários do 2º grau, além deste direito, dará isenção dos exames de português, geografia e matemática elementar aos candidatos a empregos administrativos, que não exigirem habilitação técnica especial.

Art. 13. Para a matricula na Escola Normal será exigido o certificado de estudos primários do 1º grau de acordo com esta lei, ou, enquanto as escolas primárias o não derem, aprovação em exame de admissão nas seguintes matérias: leitura, ditado, gramática portuguesa, aritmética pratica até regra de três inclusive, sistema métrico decimal e morfologia geométrica.

(BRASIL, 1890)

Falemos agora de como eram os exames dos Ginásios, verificando como a referida reforma estruturava essa fase da educação escolar, sendo que nesse momento começa-se a estruturar um modelo de ensino seriado. Nesse período final do século XIX, temos nos Ginásios a continuação dos estudos do Ensino Primário, sendo que para o aluno adentrar no Ginásio há a necessidade de possuir no mínimo 12 anos, ter concluído o Primário e possuir o respectivo certificado ou provar ter sido aprovado em todas as disciplinas do curso ginásial e por último provar ter sido vacinado. A realização do curso ginásial era aberta a toda a população e garantida por lei na Reforma Benjamin Constant – Brasil (1890), porém é perceptível que indiretamente os estudos ficavam restritos às elites intelectuais e financeiras da época.

Art. 33. Os exames serão:

a) de suficiência, para as matérias que têm de ser continuadas no ano seguinte; estes exames constarão simplesmente de provas orais;

b) finais, para as matérias que houverem sido concluídas; estes constarão de provas escritas e orais, havendo também prova prática para as cadeiras seguintes: física e química; meteorologia, mineralogia e geologia; biologia; geografia; desenho, música e ginástica.

c) de madureza, prestado no fim do curso integral e destinado a verificar si o aluno tem a cultura intelectual necessária.

Art. 34. O exame de suficiência será prestado ante uma comissão composta pelos entes do ano e presidida pelo ente para isso designado pelo reitor.

Art. 35. O exame final de cada matéria será prestado ante uma comissão composta pelos dois entes da respectiva cadeira e presidida pelo reitor, pelo vice-reitor ou por outro ente do Ginásio para esse fim nomeado pela reitoria.

§ 1º Quando houver um só lente³² da cadeira para ambos os estabelecimentos, o reitor completará a comissão nomeando outro ente do Ginásio, que tenha idoneidade para o encargo.

§ 2º Serão exames finais os seguintes:

de matemática elementar, de língua portuguesa, e de geografia, no fim do 2º ano;

de calculo e geometria descritiva, de língua francesa e de língua latina, no fim do 3º;

³² Segundo Oliveira (1971), lentes eram professores de universidade ou de escola secundária.

de mecânica e astronomia, no fim do 4º;

de física e química geral, de inglês ou alemão, de grego e de musica, no fim do 5º;

de biologia, de meteorologia, mineralogia e geologia, de historia universal e de desenho, no fim do 6º;

de sociologia e moral, de historia do Brasil, de historia da literatura nacional e de ginástica, exercícios militares e esgrima, no fim do 7º.

§ 3º Aos exames finais do Ginásio Nacional poderão apresentar-se alunos estranhos ao estabelecimento, caso o requeiram, respeitada a ordem lógica das disciplinas.

(BRASIL, 1890)

Segundo a legislação acima, a utilização dos exames ficaria restrita a qualificação do aluno como apto ou inapto em determinadas disciplinas. Para tanto os exames eram separados em dois tipos, um chamado exame de suficiência que se destinava àquelas disciplinas que iriam ter continuidade no próximo ano e era oral e aplicado pelos *lentes* do ano que compunham uma comissão presidida por um lente designado pelo reitor. Já nos exames finais, além da parte oral, consistia também em uma escrita e para algumas disciplinas havia a parte prática. A comissão desse exame poderia ser presidida pelo reitor ou vice-reitor do Ginásio.

Segundo Miorim (1998), essa reforma foi elaborada segundo a filosofia de Augusto Comte e representou uma ruptura com a tradição clássico-humanista no ensino secundário. Essa reforma tentou introduzir uma formação científica, nos moldes positivistas realizando uma substituição da formação literária existente. Isso se realizou por meio do acréscimo de disciplinas científicas, o que ampliou ainda mais o caráter enciclopédico do currículo da escola secundária.

Verificaremos abaixo como o exame de Madureza³³ se estruturava, possibilitando a verificação do nível de desenvolvimento intelectual.

Art. 36. O exame de madureza, a que só poderão ser admitidos, dentre os alunos do Ginásio, os aprovados em todos os exames finais

³³ "Uma questão diferencial na Reforma de 1890 foi a extinção dos exames preparatórios e a introdução dos exames de madureza, que buscavam averiguar o nível intelectual do alunado para o ingresso ou não no curso superior. Tal exame cabia apenas aos estabelecimentos de ensino estaduais, com a pretensão de melhorar o ensino secundário no país. Entretanto, a reforma não fora executada, foi apenas prorrogado o prazo de obrigatoriedade do exame de madureza." (SEKI, 2008, p.16)

referidos no artigo precedente, constará de provas escritas e orais sobre cada uma das secções seguintes:

1ª Línguas vivas, especialmente língua portuguesa e literatura nacional;

2ª Línguas mortas;

3ª Matemática e astronomia;

4ª Ciências físicas e suas aplicações: meteorologia, mineralogia e geologia;

5ª Biologia; zoologia e botânica;

6ª Sociologia e moral; noções de economia política e direito pátrio;

7ª Geografia e historia universal, especialmente do Brasil.

Parágrafo único. Haverá, além disto, provas praticas sobre as matérias das secções 4ª, 5ª e 7ª.

Art. 37. Os pontos para os exames de suficiência versarão sobre a matéria lecionada durante o ano; para os exames finais versarão sobre diferentes partes de toda a disciplina compreendida no programa de estudos; para o exame de madureza versarão sobre questões verdadeiramente gerais e abrangendo assuntos importantes relativos às diversas disciplinas da secção.

§ 1º Os pontos para os exames de suficiência e para os exames finais serão formulados pela comissão examinadora no dia da prova.

§ 2º Os pontos para o exame de madureza serão cada ano, pouco antes da época dos exames, propostos pela congregação do Ginásio e submetidos ao exame e á aprovação do conselho diretor, o qual terá sempre em vista o fim especial a que esta prova se destina.

§ 3º Para cada prova escrita deste exame de madureza o candidato terá o prazo máximo de cinco horas.

§ 4º O aluno inabilitado nesta prova só poderá apresentar-se a novo exame decorrido o prazo de um ano.

Art. 38. A aprovação no exame de madureza do Ginásio Nacional dará direito á matricula em qualquer dos cursos superiores de caráter federal na Republica; ao candidato, que nele obtiver pelo menos dois terços de notas - plenamente -, será conferido o titulo de Bacharel em ciências e letras.

Parágrafo único. Quando qualquer dos Estados da Republica houver organizado estabelecimentos de ensino secundário integral segundo o plano do Ginásio Nacional, darão os seus exames de madureza os mesmos direitos a esta matrícula nos cursos superiores.

Art. 39. Ao exame de madureza do Ginásio Nacional serão anualmente admitidos, conjuntamente com os alunos do estabelecimento, quaisquer candidatos, munidos do certificado de estudos primários do 1º grau, que tiverem recebido instrução em estabelecimentos particulares ou no seio da família, e pretenderem a aquisição do certificado de exames secundários ou a do título de bacharel.

§ 1º Os examinandos estranhos ao Ginásio, a que se refere este artigo, pagarão no ato da inscrição uma taxa de 5\$ por cada secção, a cujo exame desejarem submeter-se.

§ 2º No regulamento do Ginásio Nacional se especificarão os pormenores deste processo de exames e arbitrar-se-á uma gratificação para os entes examinadores obrigados a semelhante serviço.

§ 3º Cada comissão julgadora destes exames de madureza, compor-se-á de sete membros: dois entes do Ginásio Nacional, dois professores particulares, dois entes de cursos superiores, e o reitor do Ginásio ou outro membro do conselho diretor como presidente.

§ 4º O inspetor geral, ouvido o conselho diretor, organizará anualmente e submeterá á aprovação do Governo as sete comissões julgadoras do exame de madureza.

Art. 40. O examinando estranho³⁴ ao Ginásio Nacional apresentará á mesa julgadora um curriculum vitae assinado pelo diretor do estabelecimento particular, em que estudou, ou pelos professores que o doutrinaram no seio da família, donde se possam colher informações sobre seus precedentes colegiais, seu procedimento moral e o aproveitamento que teve no curso de estudos.

(BRASIL, 1890)

No ano de 1925 houve, durante o governo de Arthur Bernardes, a Reforma João Luiz Alves, que ficou conhecida como Lei Rocha Vaz (LEI Nº 16.782 A – DE 13 DE JANEIRO DE 1925), evento que, segundo Corrêa (2001), teve por objetivo quebrar com o estigma de educação fragmentada que o ensino, através dos exames parcelados, fornecia. O objetivo de acabar com o exame parcelado, segundo Valente (2008), não foi alcançado, pois anos depois, por meio do decreto 5.578, assinado em 16 de novembro de 1928, os estudantes que tivessem sido aprovados em pelo menos um dos exames parcelados teriam o direito a permanecer no antigo regime, até realizar os exames que faltassem.

Nessa época, segundo Figueiredo (1925) a palavra avaliar não se relacionava ao fazer pedagógico, pois significava um mecanismo de tomar valia

³⁴ Examinado estranho eram aqueles que não pertenciam à instituição e se dirigiam a mesma para realizar os exames.

de algo. Na educação usava-se o termo examinar, que remetia à ideia de investigação de aptidão ou capacidade.

No decreto de lei proveniente da Reforma João Luiz Alves (Brasil, 1925), foi instituída a obrigatoriedade do Ensino Seriado, que, já há anos, vinha sendo adotado no Colégio Pedro II e copiado por outras Instituições de Ensino. Consequentemente os exames seriados eram o método que qualificava o aluno taxando-o de apto ou inapto na sua vida educacional, por meio de um exame anual que o consideraria aprovado a seguir para a série seguinte. Tal exame seguiu por anos os mesmos moldes dos exames parciais.

Surgiu também, na década de 1920, no Brasil, uma nova ferramenta, os testes, encarada como uma nova modalidade no ato de examinar. Para Valente (2008), os testes foram úteis nos sistemas de exames, pois houve um aumento no contingente de alunos e, com isso, surgiu a necessidade de um sistema de examinar que fosse mais prático e que inspirasse imparcialidade nos resultados.

Segundo Haydt (2000), hoje os testes em educação são divididos em dois grupos: testes elaborados pelo professor e testes padronizados. O primeiro deles é definido como:

[...] uma prova objetiva organizada para fins imediatos, geralmente sem experimentação prévia das questões, com finalidade de averiguar o aproveitamento escolar do aluno como resultado do processo ensino – aprendizagem. (HAYDT. 2000, p.77).

Já os testes padronizados têm um enfoque um pouco mais amplo e sua utilização necessita de alguns itens básicos para sua elaboração, organização, implementação e utilização dos dados provenientes desses testes. Há três tipos de testes padronizados: testes de aptidão, testes de personalidade e interesse, testes de aproveitamento ou de escolaridade, porém em todos os casos, segundo Haydt (2000), eles são em geral comercializados e o grupo de controle deve apresentar as mesmas características dos alunos que serão avaliados.

É organizado e elaborado por especialistas em testes e medidas, e, antes de ser regulamente aplicado, suas tarefas são previamente experimentadas em grupos de controle. Os testes padronizados possuem normas e tabelas para interpretação dos resultados “baseadas numa vasta amostragem de desempenhos de alunos amplamente

distribuídos em termos de área geográfica, níveis de idade e série escolar³⁵. Portanto, a característica básica do teste padronizado, isto é, suas tarefas são previamente aplicadas num grupo normativo, que constitui a amostra-padrão. (HAYDT. 2000, p.77).

Porém, muito antes, nos anos 1920, foi criada a docimologia, disciplina ligada a psicologia, criada pelos franceses Henri Píeron e Henri Laugier, que visava, segundo Valente (2008), o estudo da metodologia dos exames, sistema de correção e comportamento de examinado e examinador. Os estudos dessa disciplina proporcionavam discussões a respeito do modo como os exames vinham sendo feitos e quais as falhas que por ventura poderiam ser corrigidas, com o intuito de dar mais confiabilidade ao processo.

Os testes vieram, para alguns educadores, como um mecanismo de auxílio, pois facilitava o trabalho de avaliar e por outro lado garantia, supostamente, a imparcialidade do processo avaliativo, o que era uma preocupação na época. Segundo Valente (2008):

O diretor do Pedro II, colégio-modelo para o ensino secundário desde o Império, segue defendendo a mudança no processo de avaliação, argumentando que, com a supressão dos exames orais e a adoção dos testes padronizados, haveria:

- Simplificação do processo de exames, que aliviados dos trabalhos exaustivos das provas orais, poder-se ia fazer, com muito menor número de examinadores, no mesmo prazo em que se faz atualmente ou em prazo ainda mais curto;
- melhor remuneração do trabalho dos examinadores, pois, mantidas as taxas atuais, passariam elas a ser compensadoras para o trabalho de fiscalização do julgamento de provas escritas, muito mais suave que o das orais, mormente se forem adotados os testes:
- situação mais cômoda e independente para os examinadores, que ficariam livres das importunações uma vez mantido para todas as provas o ótimo sistema de sigilo dos autores, ficarão ao abrigo de qualquer suspeita e terão uma barreira a interpor entre a sua consciência de juízes e a impertinência dos amigos;
- apreciação mais justa e equitativa do preparo dos estudantes, que passará a ser feita, por assim dizer, mecanicamente; e, tanto quanto possível, independente do critério individual e da disposição de espírito do examinador. (Ibidem) (VALENTE, 2008, p. 26)

Nesse período, era desconsiderado, para efeito de análise acadêmica, qualquer tipo de prova aplicada pelo professor da sala, pois sua correção e

³⁵ Richard H. Lindeman, Medidas educacionais, p.101.

análise poderiam ser corrompidas por interesses particulares que visassem um benefício de partes interessadas, ou por perseguição. Tal preconceito com as provas parciais³⁶ perdeu fôlego nos anos de 1930, quando as mesmas ganharam status avaliativo significativo no processo de promoção dos alunos.

Outro momento importante foi a Reforma Campos, ocorrida em 1932, tendo, no ensino da matemática, a quebra com os modelos excessivamente lógicos e sistemáticos colocando os exames e provas, como já dissemos, como mera ferramenta de classificação e mensuração. A obrigatoriedade do sistema serial de ensino, cada vez mais, ia se tornando sólida na oposição que fazia ao antigo regime dos preparatórios.

A Reforma Campos foi especificada e justificada por lei no “*DECRETO N. 19.890 - DE 18 DE ABRIL DE 1931*” que descrevia o processo seletivo para o ensino secundário como também o trabalho com as Provas Parciais e Finais, que indicavam a aptidão do aluno para as séries seguintes. Temos abaixo alguns artigos dessa lei que regulamentavam o processo avaliativo.

Art. 36. Haverá anualmente em cada classe e para cada disciplina quatro provas escritas parciais, constituindo a média dessas quatro notas a nota final de provas parciais.

§ 1º As provas parciais não serão assinadas, mas recolhidas de modo a que possam ser posteriormente identificados os respectivos autores.

§ 2º As provas assinadas terão a nota zero.

§ 3º O aluno que não comparecer a qualquer prova parcial, seja qual for o motivo, terá a nota zero.

Art. 37 As provas parciais, depois de julgadas pelos professores e inspetores, serão encerradas, por disciplina e série, em lucro que será lacrado e rubricado pelo respectivo inspetor e por um representante do estabelecimento de ensino.

§ 1º Só depois de concluído este processo, será feita a identificação dos autores das provas, organizando-se ao mesmo tempo, para remessa

³⁶ Provas formuladas e aplicadas pelos professores em sala de aula para avaliar o trabalho realizado.

ao Departamento Nacional do Ensino, a relação dos nomes dos alunos e das notas a eles respectivamente atribuídas.

§ 2º Os invólucros neste artigo ficarão arquivados nos estabelecimentos e serão remetidos ao Departamento Nacional do Ensino, caso por este requisitados.

§ 3º No Colégio Pedro II caberá aos professores catedráticos e auxiliares de ensino a execução do disposto neste artigo.

Art. 38. Encerrado o período letivo, serão os alunos submetidos a provas finais, que constarão, para cada disciplina, de prova oral ou prático-oral nas matérias que admitirem trabalhos de laboratório, e versarão sobre toda a matéria do programa.

§ 1º As provas finais serão prestadas perante uma banca examinadora, constituída de dois professores do estabelecimento de ensino, sob a presidência do inspetor da respectiva secção didática.

§ 2º A nota da prova final será a média das notas atribuídas pelos examinadores e pelo inspetor.

§ 3º Do julgamento da prova final da cada disciplina será feita uma relação, em duas vias, de que constem, discriminadamente, as notas atribuídas pelos examinadores e pelo inspetor.

§ 4º Desta relação terão ciência exclusivamente a diretoria do estabelecimento e o Departamento Nacional do Ensino.

§ 5º No Colégio Pedro II a constituição das bancas examinadoras e o processo de julgamento das provas finais obedecerão ao disposto no respectivo regulamento.

(BRASIL, 1931)

Nos artigos de lei acima, fica claro que os exames ainda tinham um caráter classificatório, como também a preocupação com a imparcialidade na análise dos exames, pois tal análise era feita por uma banca e sem assinatura do aluno, denotando a preocupação com um possível favorecimento na análise.

Vejamos, para exemplificar, o Exame de Admissão abaixo.

1º) Achar o valor d'um terreno de forma rectangular, tendo $32^m,5$ de frente e $58^m,7$ de fundo a razão de 260\$ o are.

2º) D'uma peça de fazenda $\frac{2}{5}$ foram inutilizados n'um incendio, venderam-se os $\frac{4}{11}$ da peça e sobraram $6^m,30$. Qual o comprimento da peça?

3º) Achar o Maximo Commum e o Minimo Multiplo commum 18, 132, 64.

1º) $32^m,5 \times 58^m,7 = 1907,75$
 $1907,75 \times 260 = 496.015$
 Resp: 496.015 \$

2º) $\frac{2}{5} + \frac{4}{11} = \frac{22}{55} + \frac{20}{55} = \frac{42}{55} = 0,84 + 6^m,30 = 6^m,30 + 0,84 = 7^m,14$
 Resposta: O comprimento da peça é 7 mts.

3º) $18, 132, 64$
 Resposta: O m. o. c. é 2.
 Resposta: O m. m. c. é 6336

132	64	18	2
66	32	9	2
33	16	9	2
33	8	9	2
33	4	9	2
33	2	9	2
33	1	9	2
11	1	3	2
11	1	1	1
1	1	1	1

Figura 17: Prova de Matemática de 1931.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

Esse Exame de Admissão, de 1931, refere-se ao processo seletivo no antigo Ginásio do Estado ou a atual Escola Estadual de São Paulo. (cf. Valente (2001)).

Observamos que o exame foi organizado em sua folha inicial em dois blocos e toda copiada e feita a mão, sendo o primeiro formado por Ortografia e Caligrafia e o segundo por Aritmética, Desenho e Geometria Prática, porém na análise iremos utilizar apenas a parte que corresponde a Aritmética e Geometria.

A parte referente à Aritmética é composta por três exercícios que abordam principalmente os temas de unidade e medida, figuras geométricas, múltiplos e divisores e frações. As questões são simples, porém, a meu ver, de raciocínio interessante e bem elaborado para o público pretendido e abordava temáticas do cotidiano como medida de tecido e medidas de terrenos. A correção é simples com um traço para o acerto e um X para o erro, porém sem comentários. O que é notório nas questões é a busca pela aproximação do conteúdo matemático com atividades do cotidiano, o que denota uma preocupação dos examinadores em verificar a capacidade do examinado de visualizar o trabalho com a matemática em atividades práticas.

Para Nilsen (2004), a história da educação nacional teve outro movimento de reforma significativa que ficou conhecido como Reforma Capanema em 1942, a qual objetivava, entre outras coisas, desenvolver nos alunos, através de seu método de ensino e disciplinas, uma visão para nacionalismo. Ainda para esse autor, tal reforma objetivava formar a elite para ser modelo para toda a nação, buscando com isso uma uniformidade e eficiência para o profissional formado, característica essa dos fundamentos da ideologia política da época do Estado Novo.

Nessa época, os artigos 29, 30 e 31 da *Lei Orgânica do Ensino Industrial – DECRETO-LEI N. 4.073 – DE 30 DE JANEIRO DE 1942* impunham a necessidade de exames de seleção para candidatos que pleiteavam uma vaga no ensino superior, além de outras áreas de estudo, na época, julgadas importantes para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho, por exemplo, nas indústrias que se alavancavam nessa época.

Os currículos foram redefinidos e o ensino secundário ficou em oposição ao profissional, com existência de articulação tênue entre eles, numa época que havia a necessidade de formação de força de trabalho. O curso secundário foi eleito para formar os dirigentes da nação, já os ramos da educação profissional foram designados para os seguintes setores da produção: primário, para o ensino agrícola; secundário para o ensino

industrial; terciário para o ensino comercial e o ensino normal para a formação de professores (MANFREDI apud PAMPLONA e OTRANTO et al., 2006, p. 2)

Segundo Sousa (2009, p.5), “O ensino secundário manteve-se organizado em dois ciclos de estudos, o ginasial e o clássico ou científico”, porém “[...] Quanto à avaliação da aprendizagem, nota-se que não houve renovação com relação à concepção até então vigente, expressa no decreto anterior, o que se procurará elucidar, recorrendo-se às questões inicialmente propostas.”

Essa mudança também foi notória no processo seletivo para o aluno adentrar as escolas da época e tais mudanças eram previstas em lei pelo DECRETO Nº 4.073.

CAPÍTULO VIII
DA ADMISSÃO À VIDA ESCOLAR
SECÇÃO I
Das condições de admissão

Art. 29. O candidato à matrícula na primeira série de qualquer dos cursos industriais, de mestria, ou técnicos, ou na única série dos cursos pedagógicos, deverá desde logo apresentar prova de não ser portador de doenças contagiosas e de estar vacinado.

Art. 30 Deverá o candidato satisfazer, além das condições gerais referidas no artigo anterior, as seguintes condições especiais de admissão:

I. Para os cursos industriais:

- a) ter doze anos feitos e ser menor de dezessete anos;
- b) ter recebido educação primária completa;
- c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
- d) ser aprovado em exames vestibulares.

II. Para os cursos do mestre:

- a) ter concluído curso industrial correspondente ao curso de mestria que pretenda fazer;
- b) ser aprovado em exames vestibulares.

III. Para os cursos técnicos:

a) ter concluído o primeiro ciclo do ensino secundário, ou curso industrial relacionado com o curso técnico que pretenda fazer:

b) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;

c) ser aprovado em exames vestibulares.

IV. Para os cursos pedagógicos:

a) ter concluído qualquer dos cursos de mestria ou qualquer dos cursos técnicos:

b) ser aprovado em exames vestibulares.

(BRASIL, 1942)

Nesse artigo de lei acima, fica implícito que o objetivo do ensino mudou em relação ao que vínhamos tratando, pois tira o foco da preparação de uma elite pensante e direciona a formação de uma mão de obra capacitada para adentrar nas indústrias que, nessa época, necessitava de um grande contingente de trabalhadores que tivessem uma formação condizente com as suas necessidades produtoras.

SECÇÃO II

Dos exames vestibulares

Art. 31. Os exames vestibulares poderão ser feitos, a arbítrio do candidato, em duas épocas do ano escolar, coincidentes com as épocas dos exames finais.

§ 1º O candidato a exames vestibulares deverá fazer, na inscrição, prova das demais condições especiais e das condições gerais de admissão.

§ 2º Os exames vestibulares prestados num estabelecimento de ensino federal serão válidos para a matrícula em qualquer outro, federal, equiparado ou reconhecido; os prestados num estabelecimento de ensino equiparado serão válidos para a matrícula em qualquer outro, equiparado ou reconhecido; os prestados em um estabelecimento de ensino reconhecido serão válidos para a matrícula em qualquer outro, reconhecido, se o candidato, por mudança de residência, não puder

matricular-se no estabelecimento de ensino em que se houver habilitado. § 3º O candidato inabilitado em exames vestibulares, em primeira época, não poderá fazê-los de novo, em segunda, nem o inabilitado num estabelecimento de ensino poderá repeti-los, na mesma época, em outro.

SEÇÃO V

DOS EXAMES ESCOLARES

Art. 43. Haverá, em cada período letivo, para todas as disciplinas, duas ordens de exames escolares: os primeiros exames e os exames finais.

§ 1º Os primeiros exames serão realizados no decurso do mês de julho, e constarão, para cada disciplina, de uma prova escrita.

§ 2º Facultar-se-á segunda chamada para primeiros exames ao aluno que não tiver comparecido, à primeira, por moléstia impeditiva do trabalho escolar, ou por motivo de nojo em consequência de falecimento do pai ou mãe, ou de quem as suas vezes fizer, ou de irmão. A segunda chamada só se permitirá no decurso dos dois meses seguintes à época normal dos primeiros exames.

§ 3º Dar-se-á nota zero, em primeiro exame de uma disciplina, ao aluno que deixar de comparecer, à primeira chamada, sem motivo de força maior, ou ao que não comparecer a segunda.

§ 4º Os exames finais serão de primeira ou de segunda época, realizando-se os primeiros a partir de 1º de dezembro e os outros em período especial, no decurso do último mês do período de férias.

§ 5º Os exames finais se destinarão à habilitação para efeito de promoção de uma série escolar a outra, ou para efeito de conclusão de curso. Os exames finais de promoção constarão, para cada disciplina, e conforme a sua natureza, de uma prova oral ou de uma prova prática. Os exames finais de conclusão constarão, para cada disciplina, de uma prova escrita e ainda, conforme a natureza dessa disciplina, de uma prova oral ou de

uma prova prática. Os exames finais de promoção versarão sobre a matéria ensinada em cada série escolar. Versarão os exames finais de conclusão sobre toda a matéria do curso.

§ 6º Os primeiros exames serão prestados perante os professores das disciplinas, e os exames finais, perante bancas examinadoras.

§ 7º Não poderá prestar exames finais, de primeira ou de segunda época, o aluno que houver faltado a vinte por cento da totalidade das aulas dadas nas disciplinas de cultura técnica, ou de cultura pedagógica, ou a trinta por cento da totalidade das aulas nas disciplinas de cultura Geral, ou a trinta por cento das aulas e exercícios dados em cada prática educativa obrigatória, e bem assim o que tiver como resultado dos exercícios escolares e dos primeiros exames, no grupo das disciplinas de cultura geral e no grupo das disciplinas de cultura técnica, ou no grupo das disciplinas de cultura pedagógica, média aritmética inferior a quarenta.

§ 8º Só poderão prestar exames finais de segunda época os alunos que os não tiverem feito, em primeira época, pôr motivo de força maior, ou os que, em primeira época, houverem sido inabilitados somente no grupo das disciplinas de cultura geral, limitando-se os novos exames, em tal caso, somente a esse grupo de disciplina.

(BRASIL, 1942)

Na década de 1940, devido ao aperfeiçoamento dos instrumentos de medida em educação como também ao grande impulso dado à elaboração e aplicação de testes, tal abordagem se limitava a analisar os dados de maneira puramente quantitativa. Em instrumentos, os alunos eram vistos apenas pelos números que os classificaria como aptos ou inaptos para seguir em seus estudos. Vejamos, como exemplo, exame de Admissão de 1941 e 1951.

80/

Matemática
Problemas

21) Efetuar $(b-4,7 + 3,68) \times 0,2415 \div 3,45$

$$\begin{array}{r} 60 \\ 47 \\ \hline 13 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 3,68 \\ 4,30 \\ \hline 4,98 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 0,2415 \\ 4,98 \\ \hline 1,19320 \\ 21,735 \\ \hline 46,60 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 1,302,6704,246000 \\ 1,302,6704,246000 \\ \hline 29,67040,348 \\ 29,67040,348 \\ \hline 207,060 \end{array}$$

22) Uma garrafa tem a capacidade de $1,35$ centilitros. Quantas vezes a água contida neta garrafa encherá um copo cuja capacidade é 45 centímetros cúbicos.

$$\begin{array}{r} 1,35 \\ 45 \\ \hline 0,030 \end{array}$$

Encherá 30 vezes.

23) Duas fontes correndo ao mesmo tempo encheram em 14 horas um tanque de 11400^l de capacidade. Uma delas fornece 2380^l mais do que a outra; quantos l deu cada uma

$$\begin{array}{r} 11400 \\ 2380 \\ \hline 09,520 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 9,520 \\ 14 \\ \hline 133,280 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 4,760 \\ 2380 \\ \hline 7,140 \end{array}$$

Uma deu $7,140^l$ outra $4,760^l$

24) Dois irmãos dividem devem repartir igualmente entre si um terreno com $1,336$ ares, um deles dá ao outro $1,2025000$ com a condição de que ficará a sua parte com 142 ares mais do que o outro. Calcular o valor da parte de cada um.

Figura 18: Prova de Matemática de 1941

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

$$\begin{array}{r} 1,2025000 \\ 60740 \\ \hline 00000 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 1,2025000 \\ 1,2025000 \\ \hline 6,835000 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 1,23612 \\ 1,23612 \\ \hline 00 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 668 \\ 8,600 \\ \hline 5844 \\ 5878,000 \end{array}$$

A do primeira e $5,6783000$ e a do segundo $6,835$

25) Quando se peneira a farinha ela perde $\frac{3}{25}$ do seu peso, que porção de farinha se deve peneirar para se obterem 33 quilos de farinha peneirada?

$$\begin{array}{r} 25 \\ 25 - 3 = 22 \\ \hline 22 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 33 \\ 22 \\ \hline 1,5 \end{array}$$

$$\begin{array}{r} 1,5 \times \\ 25 \\ \hline 37,5 \end{array}$$

precisará 37,5 Kilogramas

Figura 19: Prova de Matemática de 1941.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

Esse Exame de Admissão, de 1946, refere-se ao processo seletivo no antigo Ginásio do Estado ou a atual Escola Estadual de São Paulo. (cf. Valente (2001))

Esse documento se restringe a Português e Matemática. A temática das questões são, de modo geral, sobre volume, massa, análise do tempo, valores monetários e frações.

As questões são mais extensas e em maior número do que em 1931, tendo na sua maioria problemas que buscam uma contextualização. O texto das questões é mais complicado que o da anterior e no corpo de algumas provas são visíveis rabiscos que se assemelham a um rascunho, o que não percebi na outra.

A correção continua sendo pouco detalhada, sem comentários, porém foi colocado o valor da nota diretamente no corpo da prova.

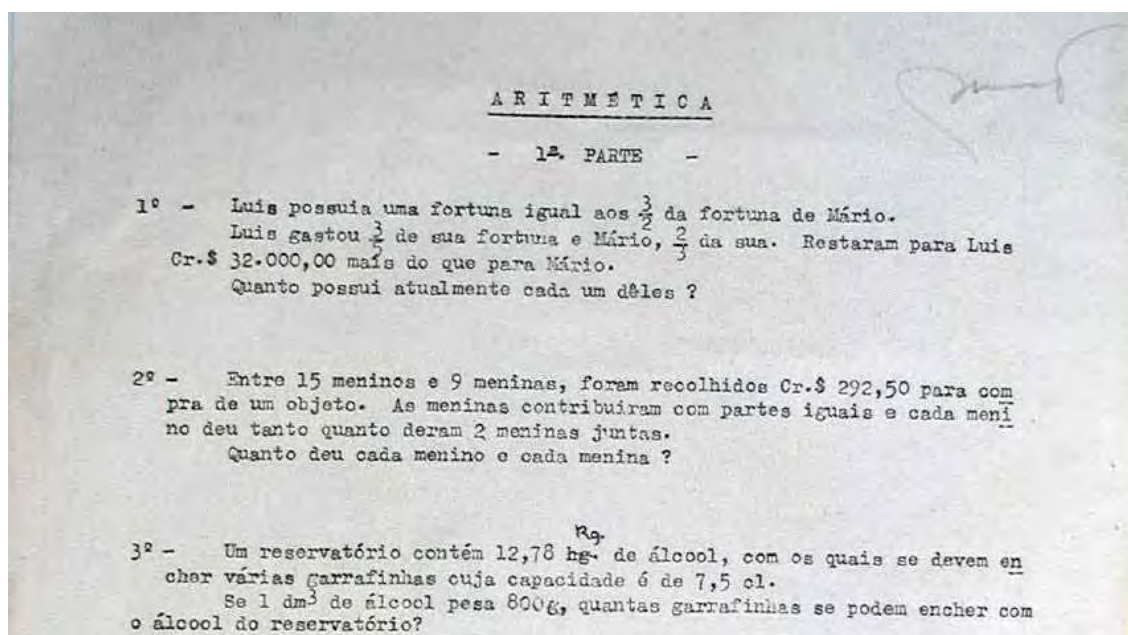


Figura 20: Prova de Matemática de 1951.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

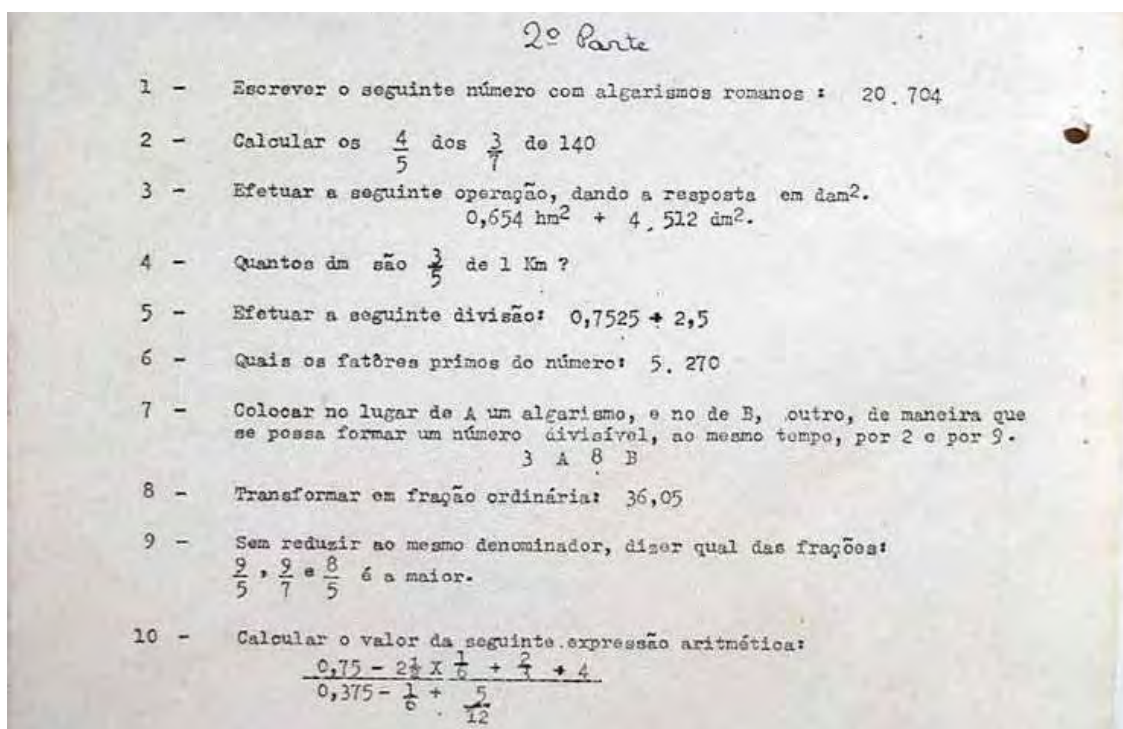


Figura 21: Prova de Matemática de 1951.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

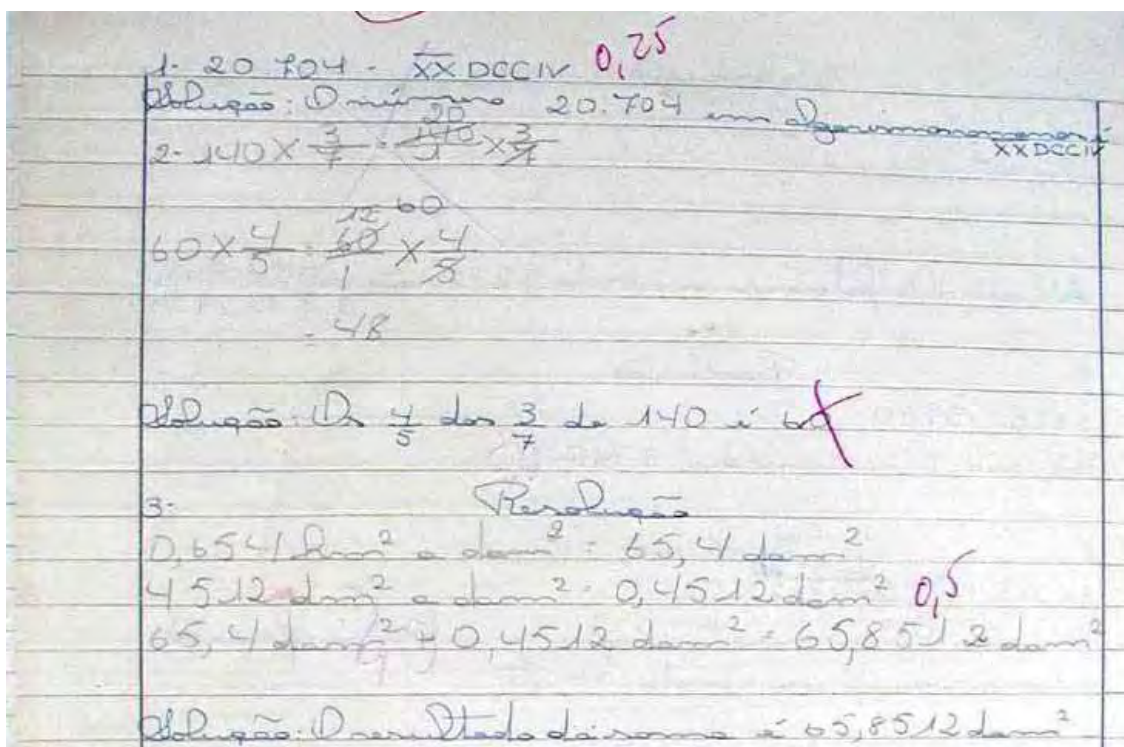


Figura 22: Prova de Matemática de 1951.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

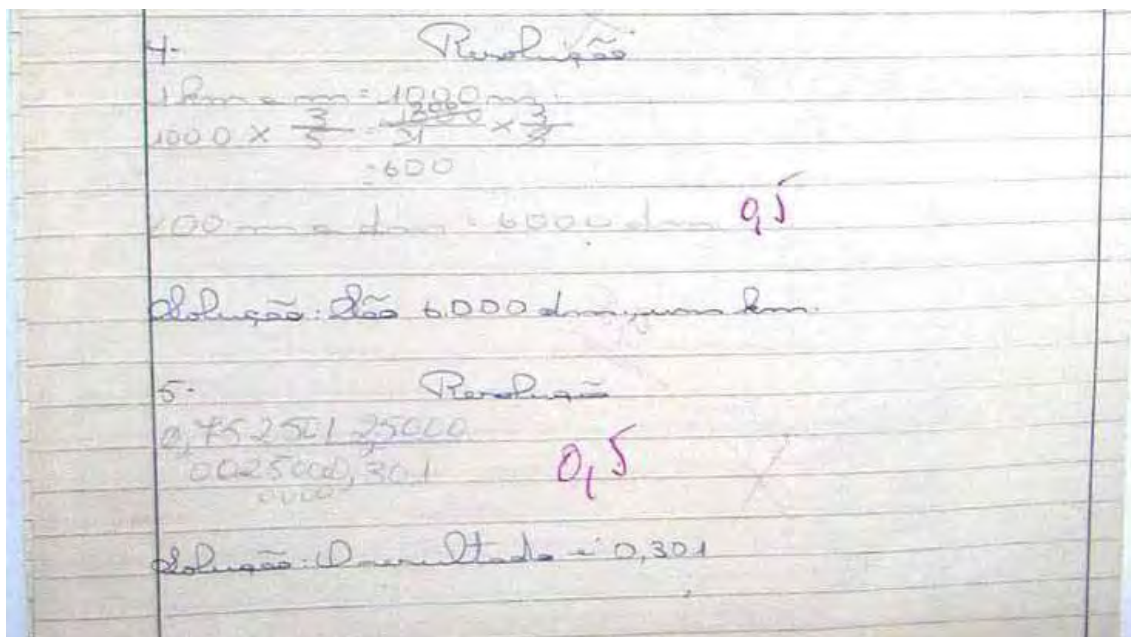


Figura 23: Prova de Matemática de 1951.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

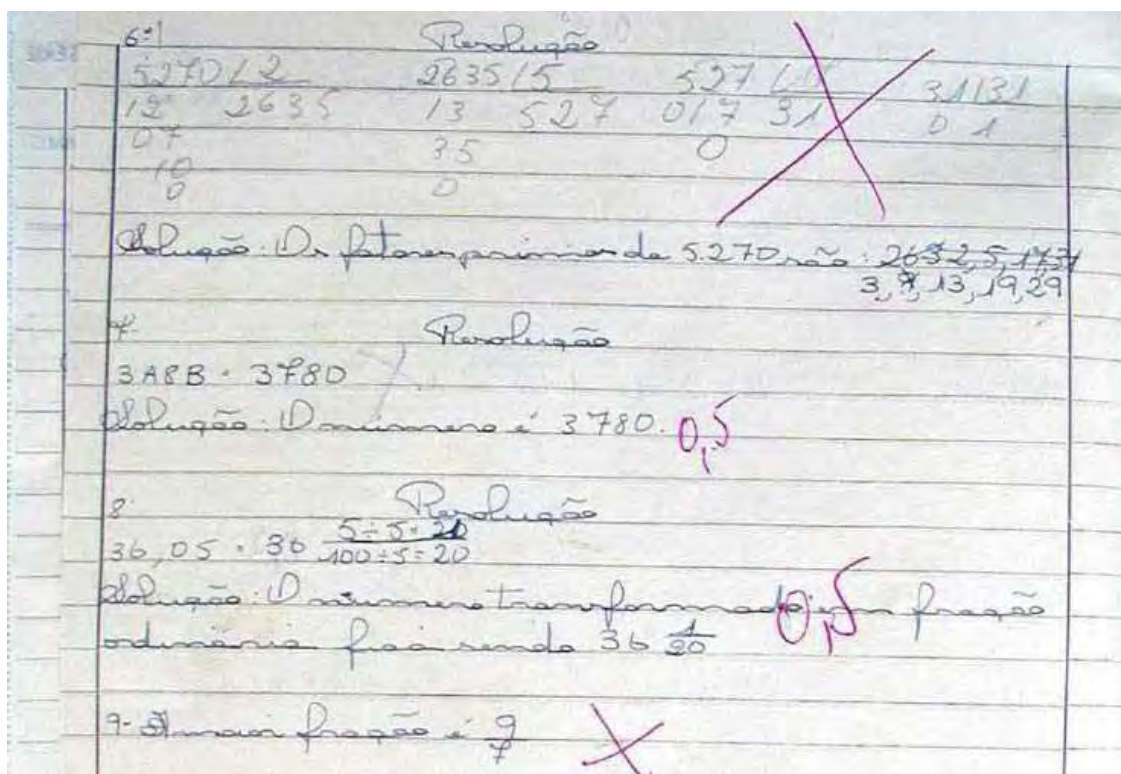


Figura 24: Prova de Matemática de 1951.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

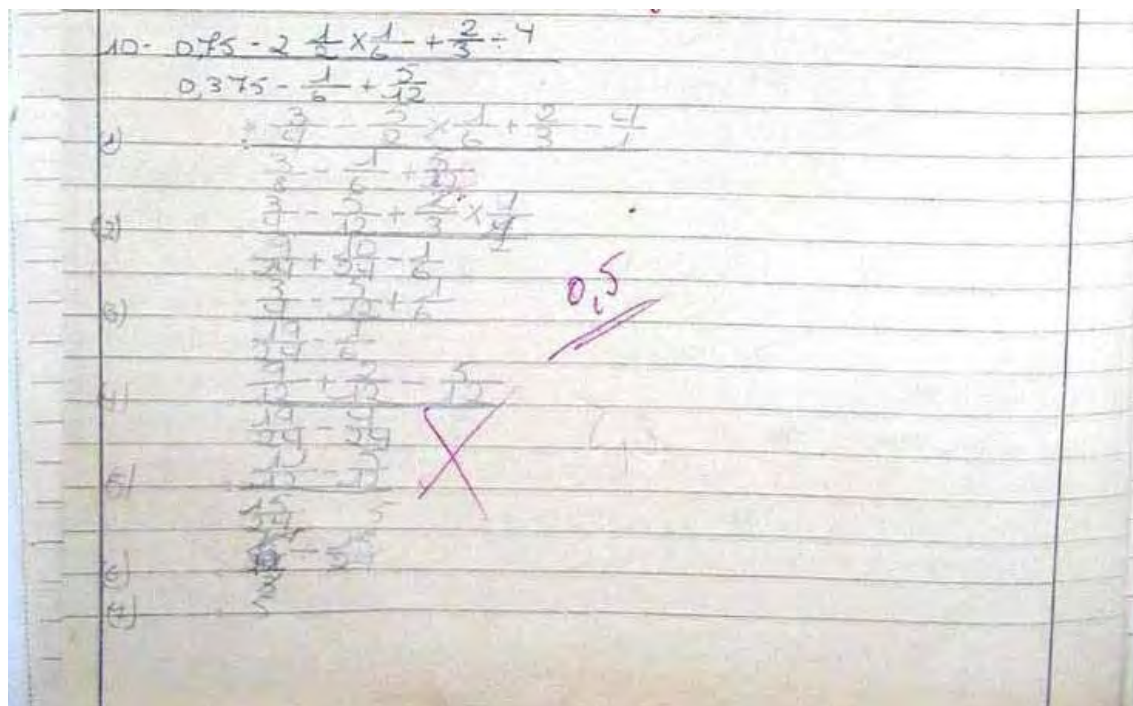


Figura 25: Prova de Matemática de 1951.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

Esse Exame de Admissão de 1951 refere-se ao processo seletivo no antigo Ginásio do Estado ou a atual Escola Estadual de São Paulo. (cf. Valente (2001))

Para esse período a estrutura continua sendo Português e Matemática, porém o exame de matemática é datilografado, a folha de respostas continua a mesma, no entanto as respostas ficaram, em muitos casos, perdidas pela folha, sem a devida organização.

O corpo da prova é muito mais extenso que antes, sendo dividido em duas partes, a primeira é composta por três problemas de estrutura e temática idêntica a da análise anterior. Já a segunda parte é formada por questões mais objetivas de raciocínio rápido e cálculos que demonstrem fixação das operações básicas com números inteiros, frações e decimais. A correção continua a mesma sem comentários e as notas continuam sendo apresentadas no corpo da prova.

Toda a análise, realizada nesses Exames de Admissão que precedem o período compreendido entre os anos de 1960 a 1980, nos fornece elementos que ajudam no entendimento do que se esperava do candidato a uma vaga ao Ginásio, sendo que no período de 1960 a 1980, segundo documentos

encontrados na Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz³⁷ e relatos das entrevistas realizadas para este trabalho, o sistema educacional nas escolas estaduais de São Paulo era regido por um programa que determinava uma metodologia de trabalho que direcionava exatamente quais os procedimentos metodológicos para o trabalho com avaliação que o professor deveria seguir em sala de aula.

No começo eu organizava as aulas como eles pediam. Depois de um tempo você pega uma “tarimba” na qual automaticamente realiza o trabalho, porque vinha um programa praticamente pronto que auxiliava, como agora, que nas escolas estaduais tem as apostilas, para nós vinham livros, por exemplo, os de Osvaldo Sangiorgi. (Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes, entrevista cedida em 21/11/2011)

A preocupação com o sistema escolar era tal que, segundo Gatti (2002), educadores receberam, nas décadas de 60 e 70, uma profunda formação em avaliação do rendimento escolar, tanto que alguns desses profissionais realizaram cursos no exterior com o intuito de aprimorar seu trabalho.

Na Escola Industrial de Porto Ferreira, apesar de os professores possuírem o conhecimento a respeito dos procedimentos que deveriam adotar e do roteiro de atividade que deveriam seguir, sendo que nem sempre isso ocorria, mantinham o enfoque de formar mão de obra para o trabalho direto³⁸. Essa preocupação em formar mão de obra capacitada, no período de 1960 a 1980, relacionava-se à necessidade de alavancar a produção industrial brasileira.

Quando falamos de mão de obra, temos que levar em conta o momento histórico de 1960 a 1980, no qual ocorreu uma maior abertura da escola pública para as classes menos favorecidas economicamente, pois houve uma necessidade de mão de obra capacitada para o crescente sistema industrial brasileiro e a escola foi responsável pela preparação desse profissional. Por outro lado, as escolas foram uma das ferramentas utilizadas na manutenção do controle da “ordem social”, útil para o regime que controlava o país, denominado Regime Militar, ocorrido no Brasil de 1964 a 1985 e que muito

³⁷ “Atas de Reuniões de Professores”, “Documentos de Conselho de Classe” e depoimentos de oficiais da escola e professores que relatam a regulamentação e controle de todo trabalho educacional durante o período.

³⁸ Entende-se aqui por trabalho direto, os jovens que não tinham a pretensão de continuar seus estudos, mas sim terminar seu curso industrial e conseguir um emprego que lhes proporcionasse melhor condição de vida.

mudou a sociedade brasileira devido a um rígido controle em todos os âmbitos sociais: educação, cultura, economia etc.

Segundo Assis (2005), a partir de 1968 o Regime Militar gradativamente foi perdendo qualquer vínculo com os grupos sociais que no início o apoiaram e começou a exaltar seu caráter repressor, além disso, tentava programar, segundo Freitas (2007), nesse período, reformas sociais que objetivavam gerar um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, o que requeria um planejamento global e centralizado.

O Regime Militar se estabeleceu como mantenedor da política capitalista norte-americana que desde o pós-guerra³⁹ se opunha à política socialista soviética que buscava disseminar suas ideologias para todo mundo. Essa oposição entre EUA e União Soviética ficou conhecida como Guerra Fria. O lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik I, em 4 de outubro de 1957, gerou medo nos EUA, pela pressão que o avanço tecnológico socialista oferecia. Tal fato fez com que os Estados Unidos investissem cada vez mais no desenvolvimento de tecnologias espaciais e bélicas, necessitando de mão de obra cientificamente capacitada, o que propiciou uma atenção à política educacional para descobrir novos caminhos que os colocassem na liderança dessa Corrida Espacial⁴⁰. Essa luta era intensa, pois quatro meses depois os EUA responderam com o lançamento do seu primeiro satélite, o Explorer I, em 31 de janeiro de 1958.

No contexto da Guerra Fria, a revolução cubana de 1959 e o lançamento do satélite Sputnik, em 1957, pelos soviéticos, levaram os Estados Unidos da América a criar um mecanismo de alinhamento do bloco capitalista no continente Americano. Este mecanismo foi denominado por Aliança para o Progresso, acordo de ajuda econômica e social dos EUA aos países da América Latina, criado em substituição à “diplomacia” do Big Stick⁴¹. (BRITO, 2008, p. 4)

³⁹ Período posterior a 2ª Guerra Mundial, que culminou na Guerra Fria.

⁴⁰ A corrida espacial ocorreu entre os anos de 1957 e 1975, e foi uma competição de tecnologia espacial entre os Estados Unidos e a União Soviética, durante a Guerra Fria. (FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Corrida_espacial)

⁴¹ Big Stick significa Grande Porrete, é uma frase de efeito que representa a política diplomática implementada pelo presidente Theodore Roosevelt que visava defender os interesses econômicos dos Estados Unidos na América Latina.

A Guerra Fria foi responsável por várias mudanças internas na política educacional brasileira, porque o Regime Militar, em concordância com o momento histórico que o mundo capitalista se encontrava, privilegiava financeiramente a elite e mantinha com punhos de ferro uma censura que controlava qualquer grupo que tentasse subverter o sistema imposto pelo Estado.

Essa repressão foi claramente percebida nas escolas, pois os professores eram proibidos de desenvolver, em sala, qualquer atividade que o sistema encarasse como subversiva, sendo que tal opressão se estendia também aos alunos e funcionários das Instituições de Ensino. Temos, aqui descrito, um momento no qual há um tipo de educação útil para uma elite capitalista ansiosa por aumentar seus lucros, mas para isso foi necessário que houvesse investimento no preparo da mão de obra através de programas educacionais, como, por exemplo, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que prometia diminuir os altos índices de analfabetismo.

Para Klébis (2010), fica evidente que a política educacional desse regime, influenciada pelos Estados Unidos, objetivava a formação de alunos de origem pobre para serem usados como mão de obra, como também diminuir os índices de analfabetismo justificando assim “investimentos futuros”.

A política educacional adotada pelo governo militar assume o tecnicismo como concepção de educação, e dentro de uma visão utilitarista de sociedade, buscou inspiração na “Teoria do Capital Humano”⁴². Dessa forma, mantinha-se um forte vínculo entre os sistemas educacional e produtivo, tendo a educação como principal finalidade a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Na verdade, havia apenas a preocupação de que jovens das classes menos privilegiadas dominassem alguns conhecimentos básicos necessários para fazer parte da engrenagem do processo produtivo, sem, no entanto, aprofundar os conhecimentos que lhes pudessem dar uma visão mais crítica sobre as desigualdades sociais. (KLÉBIS, 2010, p.48)

42 A Teoria do Capital Humano, desenvolvida na década de 1960, por Theodore Schultz, fundamenta-se na crença de que todos os indivíduos têm condições de tomar decisões livres e racionais. Seguem-se duas conclusões a esse axioma: A primeira é a de que as desigualdades sociais e as diferenças na distribuição de renda são de responsabilidade dos próprios indivíduos. Alguns investem mais na sua educação, garantindo rendimentos superiores; outros se acomodam em patamares inferiores. A segunda conclusão, decorrente da primeira, é que o sistema educacional apenas responde às demandas individuais, não tendo como atribuição promover a igualdade de oportunidades. Legitimam-se, assim, as propostas neoliberais de dismantlar o setor público, de transformar a educação num negócio submetido à lógica do mercado. (Verbete do livro Trabalho e tecnologia – dicionário crítico, organizado por Antonio David Cattani, 1997).

Em consonância com os objetivos do Regime Militar de formar mão de obra para a indústria, verificamos o surgimento no Brasil do Movimento da Matemática Moderna (MMM). Esse movimento, de repercussão mundial, visou modificar prioritariamente método e conteúdo matemático no ensino, isto é, objetivou substituir a matemática, que na época foi considerada tradicional e incompetente para sustentar o desenvolvimento tecnológico e científico que se visava com a perspectiva tecnicista da época. Segundo Gatti (2002), as décadas de 1960 e 1970 tinham por característica a busca da organização escolar por meio de objetivos educacionais.

Na década de 1960, ocorreu a organização da primeira versão da LEI Nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961 - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, lei essa que enquadrava a avaliação apenas como método de habilitação por meio dos Exames de Admissão que eram considerados obrigatórios desde 1942 com a Reforma Capanema.

Art. 36. O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo.

Parágrafo único. Vetado.

Art. 37. Para matrícula na 1ª série do ciclo colegial, será exigida conclusão do ciclo ginasial ou equivalente.

Art. 38. Na organização do ensino de grau médio serão observadas as seguintes normas:

I - Duração mínima do período escolar:

a) cento e oitenta dias de trabalho escolar efetivo, não incluído o tempo reservado a provas e exames;

b) vinte e quatro horas semanais de aulas para o ensino de disciplinas e práticas educativas.

II - cumprimento dos programas elaborados tendo-se em vista o período de trabalho escolar;

III - formação moral e cívica do educando, através de processo educativo que a desenvolva;

IV - atividades complementares de iniciação artística;

V - instituição da orientação educativa e vocacional em cooperação com a família;

VI - frequência obrigatória, só podendo prestar exame final, em primeira época, o aluno que houver comparecido, no mínimo, a 75% das aulas dadas.

(BRASIL, 1961)

No texto da legislação acima citada, há indícios da busca do estado em organizar e controlar o sistema educacional. A avaliação apenas habilitava ou não o aluno por meio dos Exames de Admissão a entrar no ginásio ou a continuar seus estudos, por meio da promoção ou retenção, sendo que no texto da lei verificamos apenas dois tipos de avaliação: o Exame de Admissão e os Exames Finais.

Como foi visto no artigo 36, acima citado, se o aluno almejasse dar continuidade em seus estudos deveria realizar Exame de Admissão, que nesse momento era considerado obrigatório e tinha por finalidade verificar se o aluno possuía as habilidades necessárias para o curso pretendido. Para esses Exames de Admissão eram realizadas provas que abordavam os conteúdos de português e matemática, como também uma prova que analisava conhecimentos gerais: história, geografia e ciências.

Segundo Gatti (2002), muitos alunos aprovados em Exames de Seleção acabavam retidos no decorrer do curso escolar. Isso era justificado por excessivo rigor na elaboração das avaliações pelo professor, sendo que esse problema de retenção escolar era pouco discutido na década de 1960, como também a evasão escolar, outro problema educacional, que no período apresentava números relativamente altos

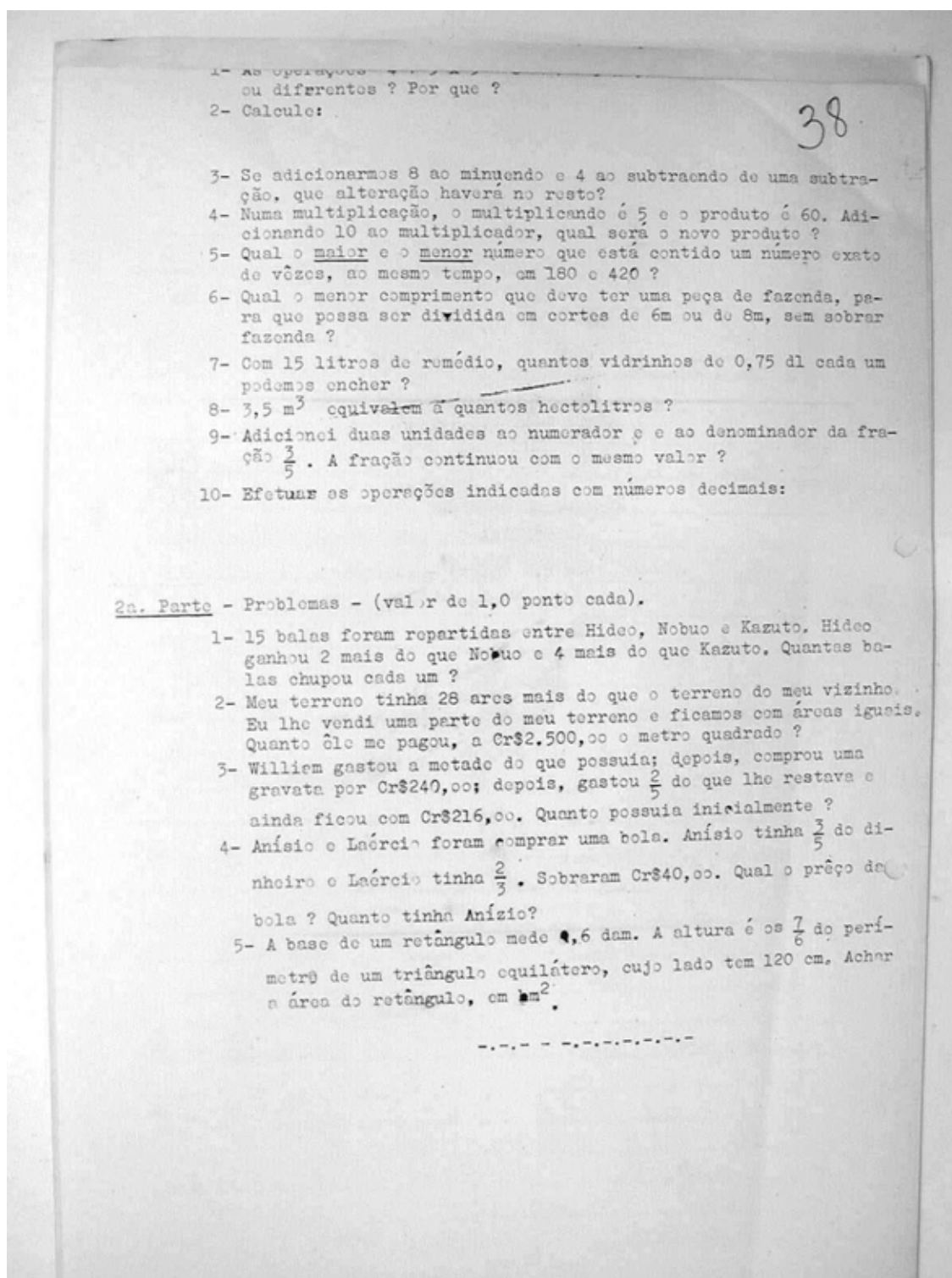


Figura 26: Prova de Matemática de 1961.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

26-15-1962
06

COLÉGIO ESTADUAL DE SÃO PAULO

EXAME DE Matemática

ALUNO 38

Série Curso Turma

Ponto Sorteado N° Período

São Paulo, 9 de dezembro de 1961

JULGAMENTO: | Nota: — 6,75

Profesor: —

1- As operações $4+3 \times 5$ e $4+5 \times 3$ tem resultados iguais ou diferentes. Porquê?

R = São iguais porque a ordem dos fatores não altera o produto. 0,5

2- Calcule: $(\frac{1}{3} + \frac{1}{3} \times 2) : (\frac{3}{4} + \frac{1}{3}) =$

$\frac{1}{3} + \frac{1}{3} = \frac{2}{3} \times 2 = \frac{4}{3} : (\frac{3}{4} + \frac{1}{3} = \frac{9}{12} + \frac{4}{12} = \frac{13}{12}) = \frac{4}{3} \times \frac{12}{13} = \frac{16}{13}$ 0,25

3- 8

$\frac{4}{4}$

R = Haverá a seguinte alteração: 4. 0,5

4- 6015 10 + 5

10 12 12 x 22

0 22 10

R = O novo produto será 110 0,5

Figura 27: Prova de Matemática de 1961.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

5 - $180,420 \div 2$
 $90,210 \div 2$
 $45,105 \div 3$
 $15,35 \div 3$
 $5,35 \div 5$
 $1,7 \div 7$
 $1,1260$ v

420/180² 60³
 060/00/
 R = ~~1260~~ e 60

6 - 6 m. 8 m. 0,5
 $\times 4$ $\times 3$
 24 m. 24 m.
 R = O menor comprimento é 24 m.

7 - 15 l. a 150 dl $150 \div 10 \div 5$
 0000 200 0,1
 R = Podemos encher 200 vidrinhas

8 - 3,5 m³ a 3500 dm³ dm³ = l.
 3500 l. a 35 hl 0,1
 R = 35 hl.

9 - $3 + 2 = 5$
 $5 + 2 = 7$
 R = Não continuou com o mesmo valor.

10 - $0,7 + \frac{0,35}{10} = 0,7 + 0,005 = 0,705$ v
 $21,9 - \frac{19}{100} = 21,9 - 0,19 = 21,71$ 0,1
 ~~$0,705 \times 1000 = 705$~~ ~~$21,71 \times 1000 = 21710$~~
 $0,705 \times 1000 = 705$ $21,71 \times 1000 = 21710$
 05370 $0,324$
 10280
 1596

Figura 28: Prova de Matemática de 1961.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

Problemas

1 - Operação:

$$\begin{array}{r} 2 + 15 = 17 \\ 4 \quad 6 \quad 03 \\ 6 \quad 09 \end{array} \quad \begin{array}{r} 3 + 6 = 9 \end{array}$$

R. = Hideo = 9. Nobuo = 3. Kazuto = 3

2 - Operação:

$$\begin{array}{r} 28 \text{ a } 12 \\ 08 \quad 14 \text{ anos a } 1400 \text{ ca} \\ 0 \text{ cr\$ } 2.500,00 \\ \times 1400 \text{ m}^2 \\ \hline 100000000 \\ 250000 \\ \hline \text{cr\$ } 3.500.000,00 \end{array}$$

R. = Ele me pagou cr\\$ 3.500.000,00

3 - cr\\$ 21600,13

$$\begin{array}{r} 06 \text{ cr\$ } 200 \\ 15000 \times 2 \\ \hline \text{cr\$ } 144,00 \end{array} \quad \begin{array}{r} \text{cr\$ } 21600 \\ \text{cr\$ } 14400 + \\ \text{cr\$ } 24000 \\ \hline \text{cr\$ } 60000 \\ \times 2 \\ \hline \text{cr\$ } 120000 \end{array}$$

R. = inicialmente possui cr\\$ 120000.

4 - $\frac{4-3}{5} + \frac{2}{3} = \frac{9+10}{15} = \frac{19}{15}$ - $\frac{15}{15} = \frac{4}{15}$

$$\begin{array}{r} \text{cr\$ } 4000 \times 14 \\ 0000 \times 1000 \\ \hline \text{cr\$ } 15000 \end{array} \quad \begin{array}{r} 15 \\ \text{cr\$ } 1000 \\ \times 2 \\ \hline \text{cr\$ } 2000 \end{array}$$

R. = cr\\$ 15000 - cr\\$ 2000

Figura 29: Prova de Matemática de 1961.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

$$\begin{array}{l}
 5 - 0,6 \text{ dm} = 6 \text{ m} \\
 120 \text{ cm} = 1,2 \text{ m} \\
 \begin{array}{r}
 1,2 \\
 \times 3 \\
 \hline
 3,6 \text{ m}
 \end{array} \\
 \begin{array}{r}
 3,6 \text{ m} \\
 \div 0,6 \text{ m} \\
 \hline
 6
 \end{array} \\
 \begin{array}{r}
 6 \text{ m} \\
 \times 4,2 \text{ m} \\
 \hline
 25,2 \text{ m}^2
 \end{array} \\
 25,2 \text{ m}^2 = 0,002520 \text{ km}^2 \\
 R. = 0,002520 \text{ km}^2
 \end{array}$$

Figura 30: Prova de Matemática de 1961.

Fonte: Valente, W.R. Arquivos da Escola Estadual de São Paulo, 2001.

Esse Exame de Admissão de 1961 refere-se ao processo seletivo no antigo Ginásio Estado ou a atual Escola Estadual de São Paulo. (cf. Valente (2001))

As avaliações continuam no mesmo enfoque de conteúdo, porém as folhas das avaliações se diferem das usadas anteriormente, em que aparecia escrito nome da banca examinadora, nesta só aparece o nome do professor.

A avaliação está mais extensa e continua sendo dividida em duas partes: a de problemas, que desta vez são mais simples e objetivos havendo uma fraca contextualização e seus textos são mais curtos. Já a parte dos cálculos aritméticos, mais objetivos, traz questões que oferecem uma dificuldade ao examinado. No geral são 15 questões, sendo 10 de cálculos algébricos e 5 de problemas. Nada se alterou no método de correção, sendo que as notas continuam aparecendo no corpo da prova.

No Ginásio Industrial, tais provas, até 1961, tinham uma variação de nota de 0 a 100 cada uma e posteriormente a esse ano começaram a ser registradas de 0 a 10. No final do processo de seleção era realizada uma média, caso o candidato atingisse média nas provas superior a 50% era aprovado, sendo considerado assim apto a se matricular no curso pretendido, porém há indícios no “*Livro de Registro de Provas e Exames*” do Curso Prático

de Ensino Profissional de Porto Ferreira dos anos de 1951 a 1967, de que candidatos tiraram médias inferiores a 50% e mesmo assim foram aprovados, mostrando assim que a média era um critério possível de alteração, pois a admissão dependia também do número de vagas. Caso o número de aprovados (com nota maior ou igual a 5), fosse inferior ao número de vagas completavam-se a lista de admitidos com os outros alunos com notas inferiores a cinco, utilizando como critério uma classificação por nota.

Analisando alguns parágrafos dos artigos da LEI Nº 4.024 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961, verificamos que houve uma mudança referente ao trabalho do professor, pois ao contrário das décadas passadas em que as atividades do professor se resumiam à sala de aula no ato de repassar conhecimento e a avaliação ficava a cargo de examinadores externos, a partir dessa lei, o trabalho do professor se estenderia também ao processo avaliativo.

Art. 39. A apuração do rendimento escolar ficará a cargo dos estabelecimentos de ensino, aos quais caberá expedir certificados de conclusão de séries e ciclos e diplomas de conclusão de cursos.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento do aluno preponderarão os resultados alcançados, durante o ano letivo, nas atividades escolares, asseguradas ao professor, nos exames e provas, liberdade de formulação de questões e autoridade de julgamento.

§ 2º Os exames serão prestados perante comissão examinadora, formada de professores do próprio estabelecimento, e, se este fôr particular, sob fiscalização da autoridade competente.

(BRASIL, 1961)

No entanto, vemos que ainda persiste a fiscalização externa sobre o trabalho do professor. No Ginásio Industrial, a avaliação do rendimento do aluno durante o ano letivo era realizada pelos professores por meio de atividades em sala como também por provas mensais. Com os resultados dessas atividades mensais era atribuída uma nota, posteriormente utilizada no cálculo de uma média bimestral, adotando-se peso 1 para o 1º bimestre (março e abril) e peso 2 para o três bimestres seguintes (maio e junho, agosto e setembro, e por fim outubro e novembro), sendo que isso ocorria para todas as disciplinas, conforme documento a seguir.

Escola Estadual de Porto Ferreira
(Nome do Estabelecimento)

Porto Ferreira (Cidade) (Estado de São Paulo)

FICHA INDIVIDUAL DO ANO LETIVO DE 1964

Curso: Ginásio — Turno: Diurno Turma: masculina

1.ª ÉPOCA		Português	Inglês	Matemática	Ciências Naturais	História Geral	História do Brasil	Geografia	Educação	Desenho	Física	Química	Biologia	Prática Profissional	Outros
NOTAS BIMESTRAIS	Março-Abril	5.5	2.5	7.5	7.0	7.0	-	-	-	6.0	-	5.5	-	-	-
	Maio-Junho	7.0	5.0	7.5	6.0	7.0	-	-	-	8.0	-	6.0	-	-	-
	Agosto-Setembro	3.0	5.0	7.0	6.0	7.5	-	-	-	6.0	-	6.0	-	-	-
	Outubro-Novembro	7.0	8.5	3.0	7.5	7.0	-	-	-	6.0	-	6.0	-	-	-
EXAME	Nota da Prova Final	6.0	6.5	6.0	5.5	-	-	-	-	6.0	-	-	-	-	-
MÉDIAS PONDERADAS	Março-Abril x 1	5.5	2.5	7.5	7.0	7.0	-	-	-	6.0	-	5.5	-	-	-
	Maio-Junho x 2	18.0	10.0	15.0	12.0	14.0	-	-	-	16.0	-	12.0	-	-	-
	Agosto-Setembro x 2	6.0	10.0	14.0	12.0	15.0	-	-	-	12.0	-	12.0	-	-	-
	Outubro-Novembro x 2	14.0	17.0	6.0	15.0	14.0	-	-	-	12.0	-	12.0	-	-	-
	Soma anual exercício	43.5	39.5	42.5	46.0	50.0	-	-	-	46.0	-	41.5	-	-	-
	Prova Final x 3	18.0	19.5	18.0	16.5	-	-	-	-	18.0	-	-	-	-	-
	Total	122.0	122.0	122.0	122.0	122.0	-	-	-	122.0	-	122.0	-	-	-
	NOTA FINAL	7.5	7.5	7.5	7.5	7.5	-	-	-	7.5	-	7.5	-	-	-
TOTAL <u>35.75</u> NOTA GLOBAL <u>6.15</u> RESULTADO <u>aprovado</u>															
Nome do aluno: <u>João Forjaz</u>	Nota Prova 2.ª Época														
	Março-Abril x 1														
	Maio-Junho x 1														
	Agosto-Setembro x 2														
	Outubro-Novembro x 2														
	Soma anual exercício														
	Prova de 2.ª Época x 4														
	TOTAL														
NOTA FINAL															
TOTAL															
NOTA GLOBAL															
RESULTADO															

(Formato 22x28) Modelo 2.0.5 Visto do Inspetor: _____

Figura 31 – Ficha Individual Anual (1964)

Fonte: Arquivo da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”

Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

No começo da década de 1960, segundo documentos encontrados na Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz⁴³, ainda eram utilizados os *Exames Oraís*, nas disciplinas de português e matemática em todos os cursos ministrados na escola, sendo que havia *Exame Oral* de disciplinas específicas de cada curso. O Exame Oral era uma das partes da Prova Final, sendo a outra parte um exame escrito, preparado pelos professores de cada disciplina e que versava sobre os conteúdos trabalhados durante aquele ano letivo. Ao analisarmos as notas conseguidas nos Exames Oraís pelos alunos dessa instituição de ensino, verificou-se que a maioria deles obtinha um resultado satisfatório, porém, por meio desses documentos não podemos realizar nenhuma afirmação sobre o grau de dificuldade desses exames, mas, segundo depoimentos de professores que na época lecionaram, havia por parte dos alunos grande dedicação ao se prepararem para a realização desse exame.

Quando aluna, para a prova oral, o professor dava os pontos que iriam ser contemplados na prova, sendo que a prova era realizada por meio de problemas. Muitas vezes os professores davam uma série de problemas ou uma série de exercícios, sendo que para a prova alguns eram sorteados. Então o ponto número um tinha várias questões, número dois outro tanto de questões e assim por diante, era dado para a gente e tínhamos que preparar porque não sabíamos qual que ia “cair”. Então nos preparávamos, tínhamos tudo anotado, para exame era tudo “decoradinho”. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

A incumbência dos cálculos da Nota Global (nota atribuída ao aluno no final do ano letivo, após uma análise de todas as disciplinas num conjunto) de cada aluno era da secretaria escolar, para isso calculava-se a Nota Final em cada disciplina utilizando as notas da Prova Final (composto das notas do Exame Oral e Escrito) atribuindo-lhe peso 3 e as quatro notas bimestrais. Para o cálculo da Nota Final em cada disciplina podemos utilizar como modelo a fórmula abaixo, sendo N_{final} o valor da nota final, N_1 a nota do 1º bimestre, N_2 a nota do 2º bimestre, N_3 a nota do 3º bimestre, N_4 a nota do 4º bimestre e N_{PF} a nota do Prova Final:

⁴³ Livros encontrados nos arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, nos quais eram registrados os nomes, notas e resultados dos candidatos ao Exame de Admissão a partir do ano de 1951. Porém, foram encontrados nesses livros os resultados de Exames Finais, como também as notas finais indicando se o aluno foi promovido, retido ou ficará em 2ª época.

Fórmula 1

$$N_{final} = \frac{(N_1 \cdot 1) + (N_2 \cdot 2) + (N_3 \cdot 2) + (N_4 \cdot 2) + (N_{PF} \cdot 3)}{10}$$

De posse da nota final para cada disciplina calculava-se a Nota Global por meio da equação a seguir, sendo N_{F^n} a nota final de cada uma das n disciplinas e N_{global} a Nota Global do aluno.

Fórmula 2

$$N_{Global} = \frac{(N_{F1}) + (N_{F2}) + \dots + (N_{Fn})}{n}$$

Segundo declarações encontradas nas entrevistas, como também de funcionários da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz, fornecidas durante as pesquisas em 2012, nas décadas de 60 a 70 era comum o aluno dizer que deveria alcançar 49 pontos para ser aprovado, isso porque o aluno só seria aprovado caso tirasse Nota Final em todas as disciplinas igual ou superior a 5, os 49 pontos são devidos ao cálculo primário que o aluno realizava, não efetuando a divisão do valor encontrado por 10, como é verificável na *fórmula 1*, levando em consideração uma possível aproximação o aluno considerava que ao conseguir 49 pontos no final ele conseguiria nota 5 na disciplina.

Teve um período que para o aluno ser aprovado tinha que tirar 49 pontos, tinha o peso 1 e peso 2, caso o aluno não atingisse essa marca o aluno ficaria de 2ª Época, que era equivalente a uma recuperação. A recuperação realizada mensalmente era melhor, porque você tem tempo de recuperar, de você relembrar a matéria daquele mês, já a 2ª Época acontecia em fevereiro do ano seguinte e como conteúdo abordava o do ano todo, sendo uma prova comum, escrita. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Na época do meu ginásial, para o cálculo da média tinha uma história: o primeiro bimestre era peso 1, no segundo, terceiro e quarto bimestre era peso 2, sendo que o total da média tinha que dar 49, se você ficasse aquém, você não tinha alcançado a sua aprovação, então você iria para uma 2ª Época. Não me lembro que uma nota vermelha pudesse aprovar um aluno, se ele ficasse na 2ª Época com vermelho, ficaria retido. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Caso o aluno não tivesse um bom desempenho em todas as disciplinas era deixado de Segunda Época, equivalente à recuperação, que se realizava no mês de fevereiro do ano posterior, sendo que só após efetuar um exame e ser bem sucedido o aluno poderia ser considerado aprovado para a série seguinte e assim dar continuidade a sua formação. Outro dado importante era o de que o aluno só teria direito a Segunda Época se ficasse no máximo com 2 Notas Finais inferiores a 5, caso contrário ficaria retido automaticamente, sendo assim havia a possibilidade de o aluno ter Nota Global igual ou superior a 5 e mesmo assim ficar de Segunda Época ou até mesmo retido.

Esse contato entre os professores era útil, também para verificar o trabalho que iríamos realizar com os alunos de baixo rendimento, que possivelmente ficariam de 2ª Época. Para que o aluno ficasse de 2ª Época ele deveria ficar no máximo com duas notas vermelhas. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Os alunos não se preparavam bem para essa prova de 2ª Época, porque os que ficavam de 2ª Época eram alunos que não ligavam e que não gostavam daquela matéria, porém se davam bem em outra. Tive um aluno que, isso foi no “Sud Mennucci”, ele gostava de português, era excelente aluno da disciplina, mas ele não gostava, não podia ver matemática, tanto que ele falava: - *olha eu detesto*, porém como aluno de português ele era excelente.

Teve uma época que deixou de ser 2ª Época e passou a ser recuperação, mas era quase a mesma coisa. Depois, eu sei que foi mudada essa recuperação, se o aluno era fraco, não conseguisse média, então durante o mês ele era recuperado naquela matéria.

A recuperação durante o mês era da matéria do mês corrente, eu não sei se ainda é assim, mas houve uma época que era assim. Devíamos recuperar aquele aluno ou aqueles alunos dando exercícios para fazer em casa, explicando. Você não parava com o programa, você continuava, mas para esses alunos tinham mais exercícios sobre o que foi dado durante aquele mês e que ele não conseguiu. Eu, pelo menos, trabalhava de forma individual a retomada de conteúdo de recuperação, para não parar com o programa, porque aí atrapalharia os outros. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Os Exames Finais eram de conteúdos que ficavam pendentes e realizava-se a prova. Sendo que, caso não tivessem êxito, havia o Exame de 2ª Época, que era meio tenebroso também, tudo quanto é exame que você estava pendente de aprovação ou reprovação, deixava um pouco assustado. No final do ano ou fevereiro, existia o Exame de 2ª Época. Talvez não tenha lembrado muito bem a época, mas que existiu o Exame de 2ª Época e que eu cheguei a fazer poucas vezes, aconteceu sim.

Sendo que eu ia lá, tinha umas orientações de conteúdo durante uma ou duas semanas, como se fosse uma revisão, dava conteúdo não do ano todo, mas de alguns tópicos mais importantes que iriam cair na prova e fazia a prova. Bom, se eu consegui chegar até onde eu estou é porque eu passei. É porque foi fácil.

Eu sei que a 2ª Época deixou de existir e a partir daí começou a recuperação. Mas eu acho que não estou muito bem lembrado se continuava a ficar em recuperação porque eu tive um crescimento de estudo.

Eu acho que na minha época de aluno, sempre teve atividade de recuperação (2ª Época), tanto que alguns alunos ficavam para recuperação no final do ano letivo. Porém, na década de 70 a recuperação era na continuidade do mesmo ano, no termino do ano letivo, que não foi o caso que foi falado da 2ª Época. Nesse período era só dada a prova, mas que existiu, existiu... Eu acho que sempre existiu isso aí. E não tinha uma quantidade limite de notas vermelhas para que o aluno tivesse direito de realizá-la. (CRUCHE, Ailton de Jesus; entrevista cedida em 27/04/2012)

Na análise aqui realizada, não consideramos a assiduidade do aluno, porém esse item era fundamental para a sua aprovação, sendo necessária uma frequência mínima de 75% para que fosse promovido ao ano seguinte. A falta de assiduidade poderia atrapalhar o rendimento do aluno, devido à perda de aula, mas não influenciava na avaliação que o mesmo recebia em seu empenho na escola.

Segundo Gatti (2002), no final dos anos 60 e início dos anos 70, não se discutia a reprovação escolar em massa que ocorria no ensino fundamental, para o qual as avaliações apresentavam um excessivo rigor em sua estrutura e análise, e devido a esse rigor avaliativo havia uma piora na evasão escolar, que naquele momento apresentava foros dramáticos.

Note-se que, nos anos 60 e início dos anos 70, ainda não se discutem a reprovação escolar em massa que se processava no ensino fundamental e a evasão de alunos, que tinha foros dramáticos. Nas escolas, fazer alunos 'repetirem' o ano, por 'avaliações rigorosas', tornou-se 'natural'. O fato de se eliminarem alunos das escolas, especialmente os de baixa renda, pelo insucesso ininterrupto, não era questionado. (GATTI, 2002, p. 18)

Um trabalho que podemos destacar e que segundo Gatti (2002) teve uma forte influência no sistema educacional brasileiro nas décadas de 60 e 70 devido a sistematização do ensino por meio de objetivos educacionais foi "*Taxonomia de Objetivos Educacionais*" de Benjamin S. Bloom (1972) cuja

primeira publicação foi em 1956 nos Estados Unidos. Essa obra foi traduzida no Brasil em meados da década de 1970, mas segundo Haydt (1988), na década de 60 a educação brasileira já era influenciada por essa metodologia de trabalho que disserta sobre a classificação de objetivos educacionais⁴⁴, em seu processo de elaboração, implementação e avaliação. Para Bloom (1972), o processo de taxonomia seria dividido em três partes principais, denominados domínios – os *domínios cognitivos, afetivos e psicomotor*⁴⁵, vamos nos ater aqui ao Domínio Cognitivo.

Em resumo, os professores e especialistas em currículo encontrariam na taxonomia um modelo relativamente preciso para a análise de resultados educacionais na área cognitiva, que abrange memória, pensamento e solução de problemas. (BLOOM, 1972, p. 2)

Sua estrutura está dividida em 6 classes: *Conhecimento, Compreensão, Aplicação, Análise, Síntese e Avaliação*. Segundo Bloom (1972), apesar de haver outras maneiras de organizar essas classes, este modo é o que melhor representa sua estrutura hierárquica. Para os estudiosos e professores que utilizaram isso, a classificação dos objetivos educacionais proporcionaria uma organização do trabalho pedagógico e com isso uma possível precisão no processo avaliativo, o que poderia fornecer dados mais completos sobre o processo educacional.

Abaixo temos cada uma das 6 classes gerais e suas subdivisões através de breves comentários baseados nos textos de Bloom (1972).

- A *Categoria Conhecimento 1.00* (numeração utilizada como código na classificação) é aqui definida como o grupo de características ligadas a obtenção, por meio da memória, de informações que anteriormente foram apresentadas de forma direta no ensino escolar ou pela vivência do indivíduo. Ela é dividida em 3 partes e cada uma possui suas subdivisões:

⁴⁴ Segundo Bloom (1972), “Entendemos objetivos educacionais por formulações explícitas das mudanças que, se espera, ocorram nos alunos mediante o processo educacional; isto é, dos modos como os alunos modificam seu pensamento, seus sentimentos e suas ações.”

⁴⁵ Segundo Bloom (1972): Domínio Cognitivo, “são aqueles objetivos que envolvem os domínios ligados a memória ou reconhecimento e ao desenvolvimento de capacidades e habilidades intelectuais.” – Domínio Afetivo, “são objetivos que descrevem mudanças de interesse, atitudes e valores e o desenvolvimento de apreciações e ajustamento adequado.” - Domínio Psicomotor, “são os objetivos ligados a área das habilidades manipulativas ou motoras.”

- 1.10 CONHECIMENTO DE ESPECÍFICOS – *“Evocação de porções específicas e isoláveis de informação.”*
 - o 1.11 Conhecimento de Terminologia;
 - o 1.12 Conhecimento de Fatos Específicos.
 - 1.20 CONHECIMENTO DE MODOS E MEIOS DE TRATAR COM ESPECÍFICOS – *“Conhecimento dos modos de organizar, estudar, julgar e criticar ideias e fenômenos.”*
 - o 1.21 Conhecimento de Convenções;
 - o 1.22 Conhecimento de Tendências e Sequências;
 - o 1.23 Conhecimento de Classificações e Categorias;
 - o 1.24 Conhecimento de Critérios;
 - o 1.25 Conhecimento de Metodologia.
 - 1.30 CONHECIMENTO DE UNIVERSAIS E ABSTRAÇÕES NUM DETERMINADO CAMPO – *“Conhecimento dos principais esquemas e modelos para organização de fenômenos e ideias.”*
 - o 1.31 Conhecimento de Princípios e Generalizações;
 - o 1.32 Conhecimento de Teorias e Estruturas.
- A *Categoria Compreensão 2.00* é a classe geral que analisa a capacidade de um aluno entender os conteúdos a ele apresentados e interagir de forma construtiva com essas informações de forma que possa usar esse material ou ideia recebida.
- 2.10 TRANSLAÇÃO – Capacidade de ler, interpretar e interagir com diversas linguagens em vários campos, como música, matemática, línguas estrangeiras, etc.
 - 2.20 INTERPRETAÇÃO – *“Capacidade de identificar e compreender as principais ideias de uma comunicação, bem como estabelecer as relações entre estas.”*
 - 2.30 EXTRAPOLAÇÃO – *“Capacidade que requer que o leitor seja capaz de transladar e interpretar o documento e, além disso, que projete as tendências ou consequências, corolários, efeitos, etc. que estão em conformidade com as condições literalmente descritas na comunicação original.”*
- A *Categoria Aplicação 3.00* é a classe geral que leva o aluno a realizar a abstração de maneira correta sempre que é exigida. A necessidade de abstração não está sempre clara, sendo que o aluno nesta classe deve realizar essa abstração mesmo nas situações em que a mesma não esteja de modo algum especificada.
- A *Categoria Análise 4.00* é a classe geral que busca esclarecer uma comunicação por meio da hierarquia de ideias que a mesma possui, sendo que tal relação entre as ideias pode ser direta ou não, como também

verificar que essa categoria deve indicar como a comunicação é organizada e a maneira pela qual consegue transmitir seus efeitos.

- 4.10 ANÁLISE DE ELEMENTOS – *“Capacidade de identificar elementos de uma comunicação.”*
- 4.20 ANÁLISE DE RELAÇÕES – *“Capacidade de realizar conexões e interações entre elementos e partes de uma comunicação.”*
- 4.30 ANÁLISE DOS PRINCÍPIOS ORGANIZACIONAIS – *“Capacidade de verificar a organização, a disposição sistemática e a estrutura que tornam a comunicação unificada.”*

➤ A *Categoria Síntese 5.00* é a classe que envolve o trabalho com parte, peças, elementos etc., combinando-os entre si, na busca da constituição de um todo que seja coeso e coerente, de maneira a gerar um padrão ou estrutura que antes não estava evidente.

- 5.10 PRODUÇÃO DE UMA COMUNICAÇÃO SINGULAR – *“Capacidade de desenvolver uma comunicação em que o escritor ou quem fala tenta transmitir ideias, sentimentos e/ou sentimentos aos outros.”*
- 5.20 PRODUÇÃO DE UM PLANO OU INDICAÇÃO DE UM CONJUNTO DE OPERAÇÕES – *“Capacidade de desenvolver um plano de trabalho ou a proposta de um plano de operações. O plano deverá satisfazer requisitos da tarefa, que podem ser dados ao estudante ou que ele mesmo pode desenvolver.”*
- 5.30 DERIVAÇÃO DE UM CONJUNTO DE RELAÇÕES ABSTRATAS – *“Capacidade de desenvolver um conjunto de relações abstratas, seja para classificar ou explicar dados ou fenômenos específicos, seja para a dedução de proposições e relações a partir de um conjunto de proposições básicas ou representações simbólicas.”*

➤ A *Categoria Avaliação 6.00* *“define-se como o processo de julgamento acerca do valor de ideias, trabalhos, soluções, métodos, materiais, etc. realizados com um determinado propósito. Implica no uso de critérios e de padrões que permitem apreciar o grau de precisão, efetividade, economia ou suficiência de pormenores. Os julgamentos podem ser qualitativos ou quantitativos, e o aluno pode determinar os critérios respectivos, ou outros podem fazê-lo em seu lugar.”*⁴⁶

- 6.10 JULGAMENTOS EM TERMOS DE EVIDÊNCIA INTERNA – *“Capacidade de avaliar a precisão de uma comunicação a partir de evidencia tais como precisão lógica, consistência e outros critérios internos.”*
- 6.20 JULGAMENTOS EM TERMOS DE CRITÉRIOS EXTERNOS – *“Capacidade de avaliar material com referência a critérios selecionados ou evocados.”*

⁴⁶ Os textos aqui dispostos em itálico na Categoria Avaliação se referem ao trabalho de Bloon (1972) e encontram-se a partir da página 157.

A taxonomia é muito utilizada como ferramenta na biologia, e tem por função classificar os seres vivos em categorias, como ramo, classe, ordem, família etc. A utilização da Taxonomia de Bloom nos trabalhos educacionais, tinha por função organizar todo o trabalho educacional por meio da classificação dos objetivos educacionais que deveriam ser alcançados. Segundo Bloom (1972), para verificar se o processo de ensino estava satisfatório, utilizavam-se criteriosos testes de aproveitamento, sendo que sua elaboração não era simples, pois deveria abarcar toda a situação de aprendizagem que se pretendia verificar, pensando também em que nível esperava encontrar o aluno a respeito das classes de classificação.

Verificamos assim que a avaliação no trabalho de Bloom (1972) tinha uma participação ímpar no processo educacional, pois além de verificar quais objetivos foram alcançados e qual o nível de aproveitamento em cada etapa do processo educacional.

Um teste de aproveitamento é uma verificação da medida em que os alunos alcançam objetivos educacionais. É adequado e válido quando proporciona dados quanto ao nível alcançado pelos alunos ao atingirem cada um dos principais objetivos de uma unidade de ensino. (BLOOM, 1972, p. 25)

Dentro de cada classe de trabalho era analisada uma gama de informações, em que os níveis de compreensão das informações por ela fornecida possibilitavam determinar que certo objetivo se encaixasse em outra classe, sendo que muitos objetivos perpassam por várias classes, mas em diferentes níveis de complexidade. Segundo Bloom a avaliação é colocada no último nível da taxonomia no domínio cognitivo porque é considerada como um estágio final de todo processo, como também a relação que se pode obter entre esse domínio cognitivo e o domínio afetivo.

A avaliação foi colocada neste nível da taxonomia porque é relativamente considerada como um estágio final do complexo processo que envolve certa combinação de todos os outros comportamentos classificados nas categorias 'conhecimento', 'compreensão', 'aplicação', 'análise' e 'síntese'. (BLOOM, 1972, p. 157)

Uma característica da educação das Escolas Industriais no período de 1960 a 1980 é a organização do trabalho por meio de objetivos educacionais, os quais se definiam, segundo Bloom (1972), por meio de organização de

etapas pelas quais o ensino deveria passar para que se obtivesse êxito na obtenção dos objetivos traçados.

Segundo Valente (2008) os governos estaduais, entre eles o paulista, preocupados com a pressão popular, foram levados a promover no final da década de 1960 estudos no campo da educação que pudessem proporcionar a expansão da escolarização também a grande maioria da população pobre, pois até então quem tinha acesso a essa educação era a elite nacional.

Um desses estudos foi realizado por meio de avaliações educacionais, que objetivavam verificar a eficiência de professores, currículos e sistemas educacionais. Segundo Vianna (2002) houve certa desarticulação entre as Instituições que realizaram o estudo e os diferentes tipos de clientela interessadas (estados), sendo que quase sempre o trabalho era promovido por órgãos governamentais em nível federal.

A avaliação no contexto educacional brasileiro é quase sempre promovida por órgãos governamentais em nível federal – Ministério da Educação – ou estadual, através das Secretarias de Estado que, por falta de estrutura muitas vezes solicitam a colaboração de outras instituições, universidades ou fundações. (VIANNA, 2002, p. 64)

Encontramos nos trabalhos de Vianna (2002), Freitas (2007) e Gatti (2002), entre outros, alguns exemplos de instituições que aplicaram avaliações em âmbito local, estadual e até nacional, adotando como um dos objetivos a ser obtido o nível de qualidade do sistema educacional:

- A FUNBEC – **Fundação Brasileira para o Ensino de Ciências** - ao iniciar um programa de novos currículos em física, matemática, química, biologia e geociências, nas décadas de 1960 e 1970, realizou uma avaliação formativa para analisar a qualidade dos novos currículos, como também de todo seu programa educacional.
- A **Fundação Getúlio Vargas** realizou na década de 1960 um programa de avaliação somativa no Rio de Janeiro, com o intuito de verificar a capacitação das crianças ao término do 1º grau. Realizou, também, estudos que levaram a diversas publicações na década de 1970, de trabalhos em torno do acesso ao ensino superior, segundo Vianna (2002, p. 65), temas “[...] relacionados aos aspectos psicométricos dos instrumentos de medida e à análise de dados

socioeconômicos[...]”, mas essas publicações não se restringiram à seleção para as Universidades, pois abrangiam também problemas ligados à avaliação de modo geral.

- O CETPP – **Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicológicas** - criado em 1966 pela Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro, segundo Gatti (2002) nesse centro foram realizados estudos de diferentes testes educacionais, que produziram materiais utilizados na avaliação, compostos de provas objetivas⁴⁷ para as últimas séries do ensino médio, nas áreas de linguagem, matemática, ciências físicas e naturais e estudos sociais. Para que se pudesse dar uma maior visibilidade aos educadores da época, incluiu-se um questionário sobre as características socioeconômicas dos alunos e suas aspirações. Este Instituto elaborou provas objetivas com especialistas estrangeiros e fizeram-se várias publicações sobre temas ligados à avaliação educacional
- O ECIEL – **Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica Latino-americana** - segundo Gatti (2002), em meados de 1970 teve a iniciativa de um estudo avaliativo sobre os determinantes dos níveis de escolaridade e do rendimento escolar obtidos por alunos com diferentes características pessoais e socioeconômicas. Os alunos foram submetidos a um questionário para levantamento de dados sobre a situação socioeconômica, atitudes relacionadas com o processo escolar e aspirações, e um exame de compreensão de leitura e ciências. Foram coletados dados de diretores, professores e escolas. Esse estudo foi realizado simultaneamente em vários países da América Latina e seus resultados amplamente discutidos.

A partir dos dados obtidos com essas avaliações realizadas com interesses políticos e econômicos, ficou evidente a necessidade de uma reestruturação do sistema educacional brasileiro, o que começou no fim da década de 1960 com a extinção dos Exames de Admissão nas escolas

⁴⁷ Entende-se provas objetivas por aquelas que possuem alternativas de múltipla escolha.

públicas. Tal exame limitou durante anos o acesso das classes mais pobres à educação.

O impacto do fim do exame de admissão foi visível e imediato. Rapidamente, ampliam-se as taxas de acesso ao antigo ginásio, agora reunido ao primário em um primeiro grau de oito anos. (OLIVEIRA, 2007, p. 671)

Toda essa situação proporcionou o aumento da procura pela escola, o que acarretou a necessidade da criação de vagas suficientes nas instituições de ensino de modo a suprir a demanda de alunos que a cada dia crescia mais, devido, entre outras coisas, à facilitação do acesso com o fim do Exame de Admissão como também devido ao êxodo rural que se acentuava nesse período. A escola, então, passou a dar uma atenção especial à qualificação de mão de obra, para atender a evolução tecnológica da sociedade da época. A partir da década de 1970, as escolas ainda encaravam a avaliação como um método quase exclusivamente quantitativo, no sentido de apenas verificar o “quanto” o aluno aprendeu e classificá-lo como apto ou inapto, porém já é notória a preocupação com sua utilização no trabalho pedagógico, como método de verificação de um progresso⁴⁸. Conforme Freitas (2007), podemos verificar como a visão de avaliação já mudava.

Também o emprego dos termos “medida”, “avaliação” e “informação educacional” não dispensa esclarecimento. Medida refere-se à determinação de atributos de alguma coisa (extensão, dimensões, quantidade, grau, capacidade), segundo determinadas regras, com o propósito de caracterizar sua posição com a máxima precisão possível. Avaliação designa o ato, processo ou resultado de determinação de condição, qualidade, extensão, intensidade, valia de algo, que implica necessariamente julgamento e apreciação de mérito e valor, bem como uma orientação para a ação. Avaliar consiste em emitir um juízo de valor apoiado em dados e informações pertinentes (porque em estreita relação com as decisões às quais pretende servir), tendo em vista produzir efeitos e resultados concretos. Informação educacional diz respeito a dados de natureza estatística, acontecimentos e fatos sobre a educação escolar que podem informar tomadas de decisões relativas a uma linha de ação e a conduta estratégias. (FREITAS, 2007, p. 4)

⁴⁸ Entendemos aqui progresso como mudanças que ocorreram na prática educacional e que possibilitaram alcançar os objetivos propostos pelas políticas públicas para a educação, como diminuição da retenção e evasão escolar.

Todas essas mudanças no sistema educacional brasileiro até aqui descritas afetaram diretamente os trabalhos no cotidiano escolar, pois acabou, com o tempo, dando mais poder ao professor e à avaliação, mecanismo que foi muito tratado como ferramenta de pura medição de acertos e erros. Porém, segundo Vianna (2002), da década de 1970 em diante, verificou-se um excessivo e indiscriminado uso de testes objetivos, por influência do processo seletivo ao ensino superior.

Os anos 70 assistiram ao uso indiscriminado dos testes objetivos, por influência do processo de seleção para o ensino superior. Elaborados sob o signo da improvisação, sem conhecimento de sua complexa tecnologia e dos seus fundamentos teóricos/estatísticos, acabaram no descrédito. Ao longo desses anos foram ignorados os avanços da Psicometria, área da estatística aplicada aos instrumentos de medidas educacionais e psicológicas que apenas tangencia os currículos para a formação de docentes. (VIANNA, 2002, p.73)

No decorrer do meu trabalho docente não houve mudanças na quantidade de instrumento de avaliação, eram sempre as provas. Houve alguns testes, eu me lembro de teste. A gente gostava quando a prova era de testes, porque você acabava entendendo ali, vendo a resposta que, para você, tinha mais lógica. Mesmo você não tendo estudado muito você acabava até conseguindo ir bem. Nessas provas de testes os enunciados eram claros, simples. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Para Silva (2006), o processo de verificação da aprendizagem precisa ser constante na vida do professor e as provas são um dos métodos de verificação utilizado no período. As provas, segundo a autora, nessa época, poderiam ser escritas ou orais. As escritas eram divididas em dois tipos: em primeiro os testes objetivos, como já dito, mas eles não podiam ser únicos, devendo levar em conta outros métodos de observação devido à carência de informação fornecida por eles, como também pela fraca base teórica em sua implementação.

O segundo tipo são as provas de respostas abertas, que são mais tradicionais e dão a possibilidade de o aluno explorar em maior profundidade seus conhecimentos. Já a prova oral, que foi historicamente muito usada, apresenta vários inconvenientes, dentre eles o tempo gasto com a avaliação de um só aluno em detrimento dos outros da sala, e a inibição de falar em público

que o aluno apresentava e possivelmente afetava na feitura da prova e consequentemente no seu resultado.

Durante o período que adotamos como recorte (1960 – 1980) algumas leis que anos antes regiam o sistema educacional brasileiro foram extintas, como exemplo temos a necessidade do Exame de Admissão, vista no Art. 30 da Reforma Capanema (Brasil, 1942), em que fica evidente a obrigatoriedade do exame para ter acesso ao Ginásio, já em leis que se seguiram não encontramos essa obrigatoriedade limitante ao acesso. Há outras leis que sofreram revisão mais de uma vez, como é o caso da LDB, sendo criada em 1961 (LEI Nº 4.0241, de dezembro de 1961) sofreu revisão no texto, nos anos de 1971 (LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.) e 1996 (LEI Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

O que chama a atenção é o trabalho com a avaliação proposto pelas leis no decorrer dos anos, sendo que na Reforma Capanema (Brasil, 1942) o trabalho era mais rígido, sendo sua aplicação, Escrita e Oral, obrigatória em diversos momentos do ano letivo, determinados pela própria lei. Já nas versões da LDB é percebida certa flexibilidade no modo de avaliar o rendimento educacional dos alunos, conforme o artigo de lei abaixo.

Art. 14 – A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

§ 1º Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

§ 2º O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

(BRASIL, 1971)

Com esse artigo de lei acima fica evidente a mudança que há no modo de avaliar, pois a proposta é que o aluno seja avaliado no todo com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, dando uma importância significativa ao trabalho do professor em sala durante o período letivo, que anteriormente era descartado pela magnanimidade que era dada aos exames finais, que nesse momento histórico nem serão obrigatórios.

Quando avaliávamos os alunos no Ginásio Industrial, dependendo do resultado, a gente tinha que voltar atrás e recomeçar a ensinar aquilo que não foi produzido na prova, na

avaliação, então eu chamava de prova mensal, sabatina. Uma sabatina era feita por escrito, em sala de aula e às vezes separava até turma A e B, pra não ter como ficar... é do tempo bem antigo mesmo... é horrível, o que era e o que é. Então era sempre por escrito, às vezes fazia avaliação na lousa, um ou outro pra testar o aluno, se estava aprendendo ou brincando, mas sempre foi resolvendo exercícios.

Então toda vez após uma avaliação, eu voltava, refazia na lousa. Os tópicos que achava que não foram bem explicados tinham que ser explicados outra vez, por que é falha do professor, caso os alunos não produzam bastante. Tem aquela meia dúzia que aprende, mas tem que avaliar pela maioria, então eu sempre reforcei aquilo que não foi bem aprendido, só isso.

Os alunos não questionavam sobre a estrutura e correção da avaliação, pois tinha a correção e nova explicação sobre cada questão, mostrando os erros mais comuns a explicação, era bem reforçada e refeita. Não havia a preocupação específica de avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, a observação do dia a dia já era uma avaliação prévia. Eu gostava também e adotava bem a avaliação mesmo, do mês marcada com a data, tudo certinho pra eles. Não sei se é correto, mas eu fazia com dia marcado, para não ter desculpa de faltar, de não estar preparado, então eles tinham a obrigação de no dia X fazer a prova de matemática, mas no dia a dia a gente faz o que é possível chamando na lousa, mas sem nota, só uma avaliação minha. Tudo meu era feito na lousa e o aluno sempre estava participando. Os alunos estavam acostumados que todas as matérias tinham as avaliações, era praxe já, todas as matérias tinham dia certo, marcava até no quadro "*Tal dia matemática... Tal dia português...*" Então não tinha... Era natural. Porém apenas alguns tinham a preocupação de se preparar para a avaliação, mas eu acho que de modo geral preocupava, sim, um aluno que tinha prova. Eu vejo a minha neta "*amanhã tem prova de matemática...*" E naquele dia a maioria pegava o caderno sim. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Tendo por objetivo a análise da avaliação na formação de mão de obra, percebemos, entre outras coisas, o aumento na qualificação do aluno para o trabalho nas indústrias, que devido ao forte e rápido desenvolvimento tecnológico os requisitava, por serem importantes nesse processo de produção capitalista, em que a mão de obra barata e preparada é um filão a ser bem garimpado, segundo Klébis (2010).

Tais mudanças coadunavam-se ao movimento do capitalismo internacional que tinha por objetivo integrar os países periféricos ao mercado mundial como consumidores de investimentos financeiros e de produtos industrializados dos países centrais, e como área de produção com abundante mão-de-obra barata. Nessa perspectiva, aumenta a demanda

pela formação de mão de obra com diversos níveis de habilitações para atuar na indústria que se encontrava em expansão, bem como nos setores de comunicações, transporte e energia. A escolarização torna-se um fator relevante na garantia de empregabilidade, com a exigência de qualificação necessária para as novas ocupações que surgem com o quadro de desenvolvimento econômico do país. (Klébis, 2010, p.47)

Na década de 1980, redefine-se o que seria Educação. Segundo Lafourcade (1980) Educação é definida como uma sequência de atitudes que provocam mudanças no aluno, quando participa ativamente de todo processo:

A Educação é entendida aqui como um processo sistemático, destinado a provocar mudanças duradouras e positivas nos comportamentos dos sujeitos submetidos a sua influencia, com base em objetivos definidos de modo concreto e preciso, social e individualmente aceitáveis, passíveis de serem aplicados a indivíduos em crescimento e estabelecidos pelos responsáveis por sua formação. (LAFOURCADE, 1980, p.17)

Segundo Lafourcade (1980), um aluno só era considerado educado em determinada temática, se apresentasse mudança em seus padrões de comportamento quando comparado com o início do processo de ensino e aprendizagem. Tais mudanças de comportamento deveriam ser diretamente ligadas aos objetivos traçados pelo educador por meio de metas que procuraria alcançar por meio de suas estratégias educacionais.

Para Lafourcade (1980), nem sempre tais objetivos eram alcançados, pois ao traçá-los o educador podia almejar metas que iriam além da capacidade do aluno ou mesmo metas que eram muito ambiciosas, fazendo com que a estrutura firmada para desenvolver tal educação fosse incapaz de fornecer a mudança de comportamento esperado por parte do aluno.

Lafourcade (1980) afirmou que o processo de ensino-aprendizagem se dividia em etapas, que se relacionavam durante o processo, fornecendo-lhe a estrutura necessária para o aluno desenvolver a mudança de comportamento que o professor supôs necessária para o desenvolvimento intelectual, como etapa ele definiu: *fixação de metas, levantamento de estratégias metodológicas, aprendizagem, avaliação e replanejamento*.

As cinco etapas eram igualmente importantes, o que as tornavam indispensáveis, pois, segundo Lafourcade (1980), sem afixar metas o ensino ficaria sem direcionamento e no decorrer do processo de ensino-aprendizagem

poderíamos nos perder, e assim não atingiríamos os objetivos desejados, sendo que o trabalho ficaria comprometido, caso o professor não soubesse determinar quais estratégias metodológicas seriam mais adequadas às metas traçadas, para que a aprendizagem acontecesse.

Para Lafourcade (1980), percebe-se, por parte do professor, a importância da constante verificação do grau de aproveitamento do trabalho realizado e, tendo a segurança dos dados obtidos com a Avaliação, para que pudesse mudar os métodos adotados inicialmente. Com tais mudanças, sugeridas por meio da avaliação, sua metodologia de trabalho deve se ajustar ao molde que forneça condições de o aluno construir um conhecimento sólido e coerente com as propostas estabelecidas no início de todo processo.

[...] a avaliação é entendida aqui como uma etapa do processo educacional que tem por fim comprovar, de modo sistemático, em que medida se alcançaram os resultados propostos pelos objetivos especificados com antecedência. (LAFOURCADE, 1980, p.18)

Como a avaliação era uma das etapas do processo de ensino-aprendizagem, concluímos que a boa funcionalidade dela era essencial para que o processo ocorresse, pois, segundo Lafourcade (1980), [...] *a avaliação é uma interpretação de uma medida (ou medidas) em relação a um padrão já estabelecido.*

Se a escola dá prioridade ao campo da informação factual, a avaliação se reduzirá à elaboração de itens que meçam a quantidade de informação acumulada. Se a estratégia metodológica reforça o desenvolvimento do espírito crítico ou da amplitude mental, a avaliação consistirá num conjunto de estímulos de elaboração mais complexa, que tentarão verificar a existência de tais comportamentos e a medida aproximada de seu desenvolvimento. Se o aluno não aprendeu a técnica de tirar conclusões ou predizer cursos de ação, uma prova que contenha elementos que estimulem esses comportamentos, quase com certeza, não será resolvida satisfatoriamente. (LAFOURCADE, 1980, p.18)

De acordo com o autor um professor que conhecesse as potencialidades dos dados que a Avaliação fornece, poderia extrair inúmeras informações úteis ao seu trabalho docente podendo assim colocá-lo em consonância com as metas inicialmente traçadas, e com isso possibilitar que a educação se

estabeleça, modelando os alunos de acordo com o projeto de cidadão que a sociedade esperava. O trabalho com avaliação possibilitaria ao docente⁴⁹:

- *Saber que objetivos foram alcançados através da unidade de ensino projetada.*
- *Tentar analisar as causas que poderiam ter motivado deficiências na obtenção das metas propostas.*
- *Adotar uma decisão relativa às causas que concorreram para o alcance parcial dos objetivos previstos.*
- *Aprender com a experiência e não incorrer nos mesmos erros no futuro.*

Após essa revisão histórica sobre avaliação, faremos, em nosso capítulo final, uma análise de como ela ocorreu, no período de 1960 a 1980, na Escola Industrial de Porto Ferreira.

⁴⁹ Representação das informações fornecidas ao docente pela avaliação, segundo Lafourcade (1980 p.21-23).

Capítulo III

Capítulo III

3.1 Avaliação na Escola Industrial de Porto Ferreira.

Agora faremos uma breve análise de todas as relações aqui estabelecidas, referentes à avaliação no trabalho pedagógico na Escola Industrial de Porto Ferreira, tentando relacionar as informações que obtivemos por meio da revisão bibliográfica e das entrevistas concedidas, para que possamos, por meio delas, entender como se realizavam:

- Exames de Admissão;
- Provas e Avaliações durante o ano;
- Exames Finais, 2ª Época e Recuperação.

3.1.1 Exames de Admissão

Segundo Valente (2001), a partir da década de 1920 houve uma preocupação com a educação no Brasil no Ensino Secundário, tendo como motivador a formação de uma elite de privilegiados, que tiveram acesso ao ensino superior.

Trata-se de tomar a educação como acelerador do processo de modernização, na passagem da civilização agrário-comercial para o modo urbano-industrial de viver. Modernizar será, então, romper com as estruturas oligárquicas agrárias, que mantêm o país no analfabetismo, na ignorância, e que não construíram um verdadeiro sistema escolar. (VALENTE, 2001, p. 7)

Para Valente (2001), a partir da década de 1930, no governo de Getúlio Vargas, houve diversas reformas educacionais, conforme abordamos no Capítulo II deste trabalho, com influência direta no ensino nacional, evidenciando as mudanças de objetivos, iniciadas na década de 1920. Devido a diversos artigos de lei que regiam a educação nacional, essas mudanças passaram a promover uma formação com características que viabilizavam modernizar o método de ensino.

Para tanto, como pudemos verificar no Capítulo I, foi necessário o desenvolvimento de uma mão de obra para as indústrias, capacitada e com formação técnica na área que pretendia trabalhar, sendo que, para a maioria dos cargos dispostos nas indústrias, não se exigia curso superior, porém, o jovem que almejasse uma vaga necessitaria de uma formação que lhe fornecesse condições de atuar na função pretendida. Devido a isso, como

também a fatores econômicos e sociais houve no período posterior a década de 1930 uma promulgação do ensino profissional, por meio de instituições de ensino que tinham por finalidade fornecer condições educacionais para a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Nesse contexto, podemos citar o **Curso Prático de Ensino Profissional de Porto Ferreira**.

Segundo o que aqui foi discutido no Capítulo I sobre a Escola e Ginásio Industrial nos anos de 1960 a 1980, o acesso a essas instituições de ensino era realizado por meio do Exame de Admissão.

Anos 1930: Em tempos de Getúlio Vargas, reformas do ensino virão, desde logo, representar a construção do espírito nacional. Busca-se, em meio ao debate iniciado desde os anos 20, definir o ensino secundário em termos de suas ramificações de caráter clássico ou científico. Aos candidatos ao ensino secundário, uma exigência: o exame de admissão. Não que ele não tenha existido anteriormente em muitas escolas. Apenas não tinha caráter nacional. A Reforma “Francisco Campos”, através do Decreto no. 19.890 de 18 de abril de 1931, estabelecia, através seu Art. 18, que “o candidato à matrícula na 1ª série de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de fevereiro”. (VALENTE, 2001, p. 7)

Segundo declarações dos entrevistados, esse exame era obrigatório e havia, por parte dos alunos, grande temor em realizá-lo devido à possibilidade de reprova. Como podemos observar na entrevista do professor Airton, quando revelou que ao prestar o Exame para ingresso naquela escola, contratou uma professora particular com o intuito de se preparar bem para conseguir uma boa classificação e com isso ser aprovado no exame.

Lembro que eu tive Exames de Admissão para que pudesse adentrar ao Ginásio. Eu e os colegas, com a nossa turma contratamos uma pessoa responsável para nos dar aula. Realmente existia esse Exame de Admissão, era uma preocupação que nós tínhamos na época de conseguirmos boas notas. A importância para nós era tirarmos boas notas, para sermos bem classificados. (CRUCHE, Airton de Jesus; entrevista cedida em 27/04/2012)

No entanto, nas Entrevistas 1 e 2, encontramos indícios de que havia flexibilidade na seleção, porém não indicava qualquer tipo de ilegalidade, mas o Exame de Admissão não era tão rígido como os Decretos nº 19.890 de 18 de abril de 1931 (Reforma Campos) e nº 4.073 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial) evidenciavam.

Verificamos nessas declarações que essa flexibilidade muitas vezes era ocasionada pela pouca procura pelos cursos oferecidos pela escola, pois, na cidade de Porto Ferreira havia também o *Ginásio Estadual Washington Luiz*, o qual era elitizado e por isso era alvo do maior número de alunos interessados em adentrar o Secundário.

O período a que me refiro ao Exame de Admissão, é o ano de 1965, ano esse em que Porto Ferreira possuía outra escola que também realizava o exame, porém a escola que escolhi a procura por vaga era pequena, porque ela tinha acabado de deixar de ser a Escola Artesanal, passando a ser Ginásio Industrial, somente, não era Ginásio Industrial Estadual. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

O determinante na seleção para decisão de admissão eu não me lembro com certeza, mas eu acho que era por classificação, pois eu nunca soube que sobrou vaga em nenhuma escola. Logicamente, as notas maiores tinham prioridade e em ordem decrescente, se sobrasse vaga. Mas isso eu não posso afirmar, pois era um problema de secretaria, a parte da gente era dar a prova e dar as notas, mas eu tenho quase certeza que era classificatória. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Eu acho que o Exame de Admissão era facilitado, devido ao número de alunos... Isso cabia à comissão organizadora, o diretor, vice diretor... Éramos nós que preparávamos as questões da prova, eram questões relativamente simples, não eram tão difíceis, nós fazíamos as questões entre dois ou três professores de matemática e víamos quais as que a iríamos dar e dávamos, elas não eram muito extensas, dava tempo de fazer. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Em análises feitas em documentos da Escola Industrial de Porto Ferreira nos anos de 1951 a 1969, foram encontrados livros que eram utilizados para registrar os resultados dos Exames de Admissão. Neles, vários candidatos que tiveram resultado inferior a 50% da nota máxima foram aprovados, ou seja, considerados pela banca avaliadora como sendo aptos a adentrar a instituição de ensino.

O Exame de Admissão, que até a década de 60, era uma atividade obrigatória a quem pretendia uma vaga no ginásio, era uma avaliação normal de português, matemática, geografia e história. Eu me lembro que a gente tinha que saber... Tinha que saber capitais, as capitais do Brasil e da Europa inteira. Mas era uma prova normal, uma avaliação

normal, o dia de matemática, o dia de português, o dia de história, geografia, era uma avaliação normal. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Nº		Port.	Geograph.	Hist.	Química Inglês	Média
5	Jose' Pereira de Godoy	5,5	-	-	-	5,88
6	Jose' Rubens de Thomaz	-	-	-	5,5	6,05
9	Maria do Carmo Lopes	-	8,5	-	-	6,25
11	Nenusa Marise Calvi	6,0	-	-	5,0	5,91
10	Maria de A.P. da Silva	-	7,0	6,5	-	5,87
15	Vera Lucia Ribaldo	-	-	7,5	-	5,83
16	Vera Kristina Ribaldo	-	7,5	7,5	-	5,72
3	João Batista Flores x	7,0	-	-	5,0	6,49

Resultado dos exames realizados em época especial na 1ª série feminina

Nº	Alunas	História	Portug.
15	Marlene Fabiano Rodrigues	1,0	Reprovada
29	Sueli Aparecida Brippa	1,5	Reprovada

Resultado dos exames de Admissão realizados nos dias 3, 5 e 7 de fevereiro de 1964 - 3ª Época

Nº	Alunos	Português	matem.	Hist-Geog.	Média
1	Anadija Catarina Maun	4,0	6,5	6,0	5,5
2	Ana Maria R. Nenczo	4,5	7,0	7,0	6,1
3	Aparecida Lilia Gheller	3,5	8,0	-	Reprov.
4	Carrem Lúcia da Silva	8,0	6,5	7,5	7,3
5	Catarina Camila do Nascimento	4,5	8,0	2,5	Reprov.
6	Elizabeth de Souza Brippa	4,0	8,0	6,0	6,0
7	Emice Aparecida Gonçalves	4,0	6,0	3,0	Reprov.
8	Helena Dias Pinto	4,5	7,0	6,5	6,0
9	Maria do Socorro Guedes Cabral	4,0	8,0	6,0	6,0

Figura 32: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES: Notas e Médias (1951).

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz.

	Alunos	Português	matemática	hist. - geog.	media
7	Maria Ap. da Silva Borges	5,5	8,0	6,5	4,6
8	Maria José Mendes	4,0	5,5	4,0	4,5
9	Maria Rita Travagim	4,0	8,5	2,5	Reprov.
10	Menice Mendes	5,0	9,0	4,0	6,0
11	Neusa Maria Basemiro	4,0	4,5	4,0	4,1
12	Regina Lucia S. Buonodono	5,5	6,5	4,0	5,3
13	Rebelyckinaia	4,5	5,0	6,5	5,3
14	Rita de Cassia Diniz	4,0	9,0	8,0	7,0
15	Sonia Maria Martins da Silva	4,0	5,5	6,0	5,1
16	Stela Maria da Silva	4,0	9,0	5,0	6,0
17	Sueli Maria Prearo	4,0	8,5	4,5	5,6
18	Tera Rucia Lucarino	4,0	6,0	4,0	4,6
19	Maria Apauçada São Felipe	Por preenchimento de vaga			
20	Maria da Conceição Miranda				
21	Maria José Pereira				
22	Adão Pinheiro	2,5	5,0	-	Reprov.
23	Ademir Umbelino de Oliveira	4,0	4,0	8,0	5,3
24	Angelo Ghiler	4,5	8,0	9,0	7,1
25	Antonio Benedito Martins	4,0	7,0	9,0	6,6
26	Antonio Carlos de Aguiar	4,0	8,0	8,0	6,6
27	Antonio Carlos de Godoy	4,0	5,0	8,0	5,6
28	Antonio Rubens Baldassa	2,0	8,0	-	Reprov.
29	Antonio José Loureiro	4,0	7,0	8,5	6,5
30	Arnaldo Leite	5,0	7,5	9,0	7,1
31	Aurelio Zuffo	-	0,0	-	Reprov.
32	Belo João Spagnolo	2,0	7,0	-	Reprov.
33	Edson da Silva Grippa	2,5	4,5	-	Reprov.
34	Edson Luis da Silva	4,0	7,0	9,0	6,0
35	Edson Scatolim	4,0	6,0	7,0	5,6
36	Fabio Traldi	3,0	5,5	-	Reprov.

Figura 33: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES: Notas e Médias (1951).

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz

Nº	Alunos	Português	Matemática	Hist. Geog.	Médias
16	Gilberto Angelo Strozzi	-	3,5	-	Reprov
17	João Ferronato Netto	4,0	8,0	8,5	6,8
18	Joaquim Arnaldo Costa Vello	4,0	8,0	9,0	7,0
19	João Luís da Silva	5,7	7,0	8,0	6,9
20	João Luís dos Santos	2,0	8,5	-	Reprov
21	João Pedro Leccarini	4,0	9,0	5,0	6,0
22	João Roberto Dias Dias	4,0	9,0	7,5	6,8
23	João Roberto de Azevedo	2,0	6,5	-	Reprov
24	Luiz João Ruiz	4,0	7,0	7,0	6,0
25	Mário de Jesus Reginaldo	4,0	6,0	6,0	5,3
26	Nelson Ferronato	4,0	8,5	8,5	7,0
27	Nivaldo Gomes da Silva	4,0	7,0	7,5	6,1
28	Ricardo Sebastião de Paula	4,0	8,0	8,5	6,8
29	Sebastião Benedito Prieto	-	2,0	-	Reprov
30	Sérgio Bernardo	2,0	6,5	-	Reprov
31	Teruo Namasu	5,5	5,0	7,0	5,8
32	Wagner Wanderley Gonçalves	4,0	7,0	5,5	5,5
33	Walter Aparecido Fernandes	4,5	7,0	8,0	6,5
34	Walter Benedito Dutra	4,0	7,0	8,0	6,3
35	Luís Alfredo Mantovani	4,0	8,0	8,0	6,6
36	Luís Antonio Neves	2,0	5,0	-	Reprov

Quadro do Movimento Escolar

do Ano de 1963.

Figura 34: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES: Notas e Médias (1951).
 Fonte: Arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz

Matrícula				Eliminação			Aprovados			Reprovados		
Disc.	Mas	Em	Total	Mas	Em	Total	m	Em	Total	m	Em	Total
1ª d.m.a.	20	-	20	1	-	1	9	-	9	13	-	13
1ª d.m.b.	35	-	35	2	-	2	14	-	14	9	-	9
2ª d.m.	-	30	30	-	3	3	-	10	10	-	18	18
3ª d.m.	10	6	16	2	-	2	8	6	14	-	-	-
3ª d.m.	7	7	14	1	1	2	6	-	6	-	-	-
Total	65	37	102	6	3	9	37	16	53	22	18	40

Admissões

Inscrição			Comparação			Aprovados			Reprovados		
m.	z.	Total	m.	z.	Total	m.	z.	Total	m.	z.	Total
15	26	41	15	26	41	5	1	28	10	3	13
30	34	60	26	34	60	24	10	44	12	4	16
45	40	85	41	40	81	29	13	73	22	7	29

Figura 35: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES: Notas e Médias (1951).

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Dr.Djalma Forjaz.

Na legislação determinada pelas Reformas Campos em 1931 e Capanema, em 1942, verificamos que o exame deveria abranger várias disciplinas como português, matemática, história, geografia e ciências.

Dentre outras disposições o exame de admissão seria composto de “provas escritas, uma de português (redação e ditado) e outra de aritmética (cálculo elementar), e de provas orais sobre elementos dessas disciplinas e mais sobre rudimentos de geografia, história do Brasil e ciências naturais” (Art. 22) (BICUDO, 1942, p.12 apud VALENTE, 2001, p. 7-8).

Na *Escola Industrial de Porto Ferreira*, os exames eram aplicados separando uma disciplina por dia. Elaborados pelo próprio grupo de professores, o que se levava em conta era o propósito de selecionar os candidatos mais aptos. No início dos trabalhos na *Escola Industrial de Porto Ferreira*, em meados dos anos 1950 e 1960, havia uma preocupação com o baixo número de candidatos inscritos, uma vez que existia certo preconceito porque a escola era direcionada à formação de trabalhadores. A escola fora aberta para um grupo menos favorecido financeiramente, mas que seria força laboral para as linhas de produção emergentes com o desenvolvimento

industrial do país. Com o passar dos anos, houve aumento da procura pela escola, tanto que ao analisarmos o livro no qual registravam as informações sobre o Exame de Admissão verificamos que no ano de 1951, dos 70 inscritos 45 foram aprovados e 25 reprovados, sendo que anos depois, em 1954, houve apenas 21 inscritos e todos foram aprovados, mostrando que, no começo, a procura pela escola era pequena. (Vide Tabela 01, p. 50)

Analisando as *Tabelas 01 e 02* (p. 50), verificamos que com o tempo e devido ao reconhecimento que a escola recebeu, essa realidade foi mudando, o que fica visível no ano de 1960, quando houve 78 inscritos, sendo que apenas um foi reprovado. Segundo entrevistados, o aumento da aceitação da escola ocorreu a partir da repercussão no mercado de trabalho sobre a boa reputação dos alunos ali formados.

Segundo Valente (2001), o Exame de Admissão era regido por especificações provenientes da *Circular nº 13, de 3 de dezembro de 1940*, que atribui ao exame escrito maior importância se comparado aos testes, pois, os exames escritos eram capazes de aferir com maior exatidão as condições em que o candidato se encontrava. Segundo a entrevista da Professora Ermelidia, tal avaliação não era realizada por meio de teste.

Estes Exames de Admissão não eram testes, sendo que para mim os testes eram simples, pois não tinham 5 opções, como os testes de hoje, eram apenas 3 opções, eu gostava da prova de teste porque o enunciado era claro. No Exame de Admissão nós tínhamos que fazer as contas com o lápis e deixar no papel, porque o caminho que seguíamos para chegar no resultado tinha que estar lá. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Referente aos Exames de Admissão, eu me lembro de provas escritas que vinham prontas com o espaço para a resposta. O professor ficava passeando pela classe durante todo o tempo que a gente estava fazendo a prova. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Segundo a entrevista da Professora Ermelidia, os testes eram uma modalidade de avaliação apreciada pelos alunos, já para a Professora Terezinha, os professores não eram adeptos desse modelo de prova, pois achavam que não era eficaz na aferição do nível de conhecimento do aluno, por causa da possibilidade do “chute” e acerto, o que não avaliaria o aluno com

veracidade na informação. Segundo Valente, o texto de lei se referia à prova de português da seguinte forma:

É necessário que o trecho escolhido para o ditado tenha em vista este indispensável critério seletivo, e a redação não uma simples reprodução decorada. Será, pois, aconselhável que o inspetor escolha no momento a gravura a ser descrita, não convindo já seja ela conhecida do aluno. É importante apreciar o desembaraço caligráfico, devendo ser diminuída a nota das provas que assim não se apresentem. (BICUDO, 1942, p.542 apud VALENTE, 2001, p. 8).

Referente à prova de matemática a Circular citada acima dizia:

A prova escrita de Matemática visa, de modo especial, apurar o domínio das operações fundamentais e o desembaraço no cálculo. Os problemas e exercícios propostos devem, portanto, verificar, realmente estes dois pontos, evitando-se os de exposição intrincada e fácil resolução, como são geralmente os chamados 'quebra-cabeças'. (BICUDO, 1942, p.542 apud VALENTE, 2001, p. 8).

Os Exames de Admissão foram um marco no ensino nacional nos anos posteriores a 1931, pois segundo Valente (2001) eram considerados um rito de passagem do ensino primário para o secundário, sendo que para os alunos da *Escola Industrial de Porto Ferreira* esse acesso poderia ser determinante para que conseguissem ou não obter a formação profissional que os habilitaria ao trabalho. Segundo as entrevistas das professoras Vera e Ermelidia, havia alunos que eram de família bem estabelecida financeiramente, mas, a maioria os alunos era de famílias humildes e o possível acesso a um curso profissionalizante era o sonho de uma mudança de vida.

Quem procurava essa Escola Industrial eram famílias mais simples, em que eles tinham que empregar a criança. Depois de muito tempo que o trabalho foi restrito a jovens de 16 anos, mas antes eles podiam trabalhar com 14 anos, então eles já iam sabendo alguma coisa de mecânica e eletricidade, coisas que o patrão, lógico, iria preferir. Meu filho estudou lá. Quando passou a Ginásio Industrial foi aos poucos, tudo vai aos poucos mudando, então começaram a ir os alunos que queriam continuar os estudos, tanto que teve o filho do Professor Jadyr e do Professor Assef, os dois se formaram, um engenheiro o outro dentista. Então, como se vê, através das várias áreas que eles seguiram, já começaram a ver que o Ginásio Industrial além dessa parte técnica que passou a dar orientação muito boa para os alunos que seguiam o programa. Isso ocorreu quando nós fomos obrigados a fazer a faculdade, embora fosse uma faculdade de final de semana, sendo de sexta, sábado, o dia todo e à noite, nós voltávamos tarde da

noite, mas a gente tinha aula corrida, quase morria. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

O período a que me refiro ao Exame de Admissão, é o ano de 1965, ano esse em que Porto Ferreira possuía outra escola que também realizava o exame, porém a escola que escolhi a procura por vaga era pequena, porque ela tinha acabado de deixar a Escola Artesanal, passando a ser Ginásio Industrial, somente, não era Ginásio Industrial Estadual. E era uma escola que estava começando, ela não tinha credibilidade. Tinha a escola grande da cidade, a escola de elite que era o “Washington Luiz”, então a minha escola não era muito procurada. Tenho a impressão que, quem se inscrevia acabava entrando, porque a procura era menor. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

3.1.2 Provas e Avaliações durante o ano

Todos os trabalhos realizados referentes ao ensino e aprendizagem de matemática na Escola Industrial de Porto Ferreira eram embasados na metodologia do MMM (Movimento da Matemática Moderna). A entrevista 1 evidencia que os professores que atuaram na escola no período de recorte (1960 a 1980), já na sua formação primária tinham na Matemática Moderna sua base de aprendizagem, sendo que a professora entrevistada declara que não conhecia outra matemática, ou seja, toda sua metodologia de ensino seguia os conceitos estabelecidos na MMM.

Nesse período de minha formação eu não via a Matemática Moderna como movimento, pois eu já entrei na Matemática Moderna, em 62, com o livro do professor Osvaldo Sangiorgi. Eu estudei na matemática anterior, mas como professora, trabalhei apenas com a Matemática Moderna. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

A professora Vera relata que sua formação não se deu sob os moldes do MMM, porém em suas atividades como professora seguia esse movimento. Na entrevista com a professora Vera é feita uma comparação entre os conteúdos de ensino que a professora ensinava e o que recebeu como aluna. Segundo uma análise da própria professora o MMM não forçava o desenvolvimento do raciocínio lógico da criança. A entrevistada considerava o conteúdo no qual foi educada mais eficiente para a formação matemática, como afirma em diversos momentos da entrevista.

O conteúdo da Matemática Moderna começou muito devagar. Nessa Matemática Moderna o que me lembro e achei é que ele, o conteúdo, não forçava muito o raciocínio da criança e que o antigo forçava mais do que essa Matemática Moderna. [...]O conteúdo antigo era problemas e a resolução, eu gostava mais do antigo que do moderno ou eu que me adaptava mais ao antigo, porque eu estudei também pelo antigo e fui aos poucos me adaptando a esse moderno. Essa mudança, esse moderno e essa adaptação realizada não apresentou muita mudança na avaliação nessa época da Matemática Moderna. [...]As avaliações nessa época eram por meio de questões, eu pelo menos fazia assim, sobre a matéria dada durante o mês, mas achava que só isso não satisfazia e eu ainda utilizava de outros meios para a avaliação, por exemplo, pesquisas. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Como exposto no Capítulo I, o trabalho educacional que era realizado na Escola Industrial de Porto Ferreira era equivalente ao realizado na Escola Normal da cidade. O que diferenciava o trabalho educacional eram os objetivos com cada modalidade de ensino: na Escola Normal tinham por objetivo, no secundário, formar um indivíduo apto ao trabalho no setor educacional, como educador ou mesmo gestor de uma instituição de ensino, já na Escola Industrial formava-se mão de obra capacitada para a indústria.

A Escola Industrial, por sua vez, tinha a incumbência de proporcionar uma formação profissional aos alunos que nela adentravam, na escola de Porto Ferreira isso não foi diferente. O trabalho com avaliação nessa escola também seguia os mesmos parâmetros da outra, tendo o mesmo rigor em suas execuções e análises, com exceção dos cursos ministrados no período noturno, que segundo as entrevistas das professoras Terezinha e Vera, o trabalho teria a mesma qualidade, porém suas avaliações apresentavam um menor rigor.

Na Escola Industrial era a mesma coisa, ela era uma escola equivalente a não-industrial, com todas as matérias só que com oficina, cerâmica, culinária, costura e não sei mais o que era da parte masculina. As avaliações, também eram a mesma coisa, trabalhava do mesmo jeito, a prova era da mesma forma. Só oficina que não sei se tinha nota. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Nas aulas não tínhamos a preocupação com a individualidade de cada aluno, porém tendo como exemplo o noturno, via se o aluno iria continuar os estudos para saber como trabalhar com o mesmo. Quando eu lecionava no Ginásio Industrial e ouvia o

aluno dizendo que iria até uma série e iria parar para trabalhar exigia-se menos comparando com aquele que iria continuar os estudos e fazer uma faculdade. É uma diferença que não devia ter, mas eu exigia mais, porque o outro iria parar aí, não ia precisar de continuidade. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Tanto nas atividades diárias em sala como nas provas que eram realizadas durante o ano, o professor se utilizava de vocabulário que pode ser relacionado com o trabalho de Bloom (1972), essa relação fica evidente quando realizamos um cruzamento com os livros cedidos pela professora Terezinha, citados na metodologia. Nesses livros podemos verificar a recorrente presença de palavras como calcule e efetue, entre outras, que estavam presentes também nas atividades, provas e trabalhos feitos em sala pelos alunos. Esse vocabulário também estava presente nos Exames de Admissão do trabalho de Valente (2001), o que denota a importância desse vocabulário no aprendizado de matemática, sendo que todas essas palavras indicam uma ação a ser realizada, que, mesmo mudando o contexto histórico do ensino, sua utilização permanece.

Calcule, efetue, eram os termos que traziam os Livros Didáticos; calcule, efetue, demonstre... Não, demonstre não, porque já não tinha mais teorema... Não, mas tinha que demonstrar sim, como equação biquadrada. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Segundo as entrevistas cedidas e a pesquisa feita nos *Capítulos I e II* verificamos que na época do recorte (1960 a 1980) havia diversas modalidades de atividades utilizadas na avaliação. As que ficaram mais evidentes foram os exames escritos e orais, testes, trabalhos de pesquisa, exercícios para casa, exercícios feitos na lousa pelos alunos, entre outras.

Nesse material que era recebido como roteiro, lembro o de Osvaldo Sangiorgi, não lembro de falar sobre avaliação. Eu mandava o aluno na lousa, por exemplo, eu dava uma série de exercícios para fazer em casa, uma boa série de exercícios, então depois eu chamava o aluno na lousa... O aluno fazia certo... Sem olhar no caderno... Conseguia... Ai ele ganhava um ponto positivo. Isso ai foi no tempo do professor Jadyr Salles, que ele era o coordenador. Então ele que sugeriu que fizesse dessa maneira. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Eu dei os exercícios para fazer, eu passava um visto, para todos... Passava visto, não corrigia nada... Só passava visto,

por que a correção era feita na lousa. Por exemplo, começou o bimestre ou mês pedia pesquisa... Depois pedia os exercícios... Depois corrigia os exercícios... Depois fazia uma análise... Depois fazia outro exercício... E depois fazia uma prova para se fechar tudo... Eu seguia dessa maneira. Porque eu acho que só a nota da prova não avalia o aluno. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Segundo as Entrevistas 1 e 2, apesar de os testes nesse período serem amplamente difundidos por todo o mundo como método de avaliação, muitos professores os consideravam pouco confiáveis devido à possibilidade do “chute”, o que afetaria diretamente a análise das informações adquiridas, pois o número de acertos ou erros não refletiria o que o aluno realmente sabia.

Nunca dei testes, eu detestava teste eu achava que os alunos chutavam, embora os livros mais modernos trouxeram. Osvaldo Sangiorgi não trazia teste, mas os outros sim, e eu pouco dava teste porque gostava mesmo era de questões, tanto que o conteúdo dado durante o mês caia tudo. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

No decorrer do meu trabalho docente não houve mudanças na quantidade de instrumento de avaliação, eram sempre as provas. Houve alguns testes, eu me lembro de teste. A gente gostava quando a prova era de testes, porque você acabava entendendo ali, vendo a resposta que, para você, tinha mais lógica. Mesmo você não tendo estudado muito você acabava até conseguindo ir bem. Nessas provas de testes os enunciados eram claros, simples. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Segundo a entrevista da professora Ermelidia, quando estudante, muitos alunos achavam os testes muito interessantes e os consideravam como um facilitador, porque na hora da prova poderiam chegar à resposta fazendo uma análise do enunciado com as alternativas, para que, por meio de um raciocínio lógico chegassem a uma possível resposta.

Estes Exames de Admissão não eram testes, sendo que para mim os testes eram simples, pois não tinham 5 opções, como os testes de hoje, eram apenas 3 opções, eu gostava da prova de teste porque o enunciado era claro. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Segundo a professora Vera, o exame escrito utilizava questões que abrangiam o que tinha sido dado durante o mês, bimestre ou ano, dependendo do seu objetivo. As provas eram geralmente em torno de cinco problemas de raciocínio, sendo que o tempo estipulado para essa prova de cinco questões

era de uma aula, quando a prova era durante o ano letivo. Porém, nos exames finais, aplicados no final do ano, devido à dificuldade das questões ou extensão do número de problemas aplicados, o tempo de sua realização poderia ser aumentado.

Ambas as provas, a realizada durante o ano e a do final, apresentavam um elevado nível de dificuldade, evidência que foi uma surpresa, pois no início do trabalho havia, por parte do pesquisador, a desconfiança de que o ensino nessa escola era menos exigente por ser direcionado a uma classe menos favorecida economicamente, característica que segundo Bourdieu (1998), indicaria uma carência na bagagem cultural que o indivíduo carregaria com uma formação carente de oportunidades educacionais, sendo oposta a dos alunos provenientes de famílias mais abastadas financeiramente e que os pais possuísssem uma formação educacional. O poder aquisitivo e formação cultural dos pais dos alunos era uma das características que gerava rivalidade entre a Escola Industrial de Porto Ferreira e o Ginásio Estadual Washington Luiz, cuja maioria da clientela era de filhos de pessoas influentes da cidade, como médicos, políticos, professores...

Na escola industrial, que lecionei, tinha o curso de cerâmica, muito bom, dado pelo Sr Osvaldo Arantes e outros. Tinha a parte de eletricidade, eu acho que para a formação dos meninos que pegaram essa época, foi um aprendizado excelente. Agora avaliação eu não sei, eles eram muito enérgicos, exigiam bastante, acho que valeu a pena para quem pegou esse período na Escola Industrial, viu. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Havia uma prova escrita que era mensal, ela tinha o intuito de avaliar todo o conteúdo trabalhado durante o mês de aula. Essas provas escritas eram aplicadas nos meses de março a junho e de agosto a novembro, sendo que cada uma recebia sua própria nota, porém tais notas eram analisadas bimestralmente, em conjunto com outras atividades aplicadas em sala pelo professor, como: exercícios para casa, provas escritas extras, chamada oral, trabalhos de pesquisa etc., o que deixa claro que essas atividades possuíam valor significativo no processo de ensino realizado nas Escolas Industriais.

No dia a dia eu avaliava sempre chamando o aluno para resolução de exercícios na lousa, era aí que eu conhecia o aluno. Mas tinha avaliação bimestral, duas ou três avaliações

bimestrais, mas também resolução de exercício, de problemas. Havia exercícios para casa, mas não para nota, como tarefa sempre, a prova era de resolução de exercícios, sem testes. Os testes são interessantes, porém é uma verdadeira passagem de cola e eu não gosto de teste, chute. Então eu queria preto no branco mesmo, resolução de questões. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

O aluno se empenhava na resolução das atividades nos cadernos, pois os professores tinham por prática pedagógica chamá-lo para fazer essa resolução na lousa. Isso obrigava o aluno a se esforçar para resolver as atividades, recorrendo, muitas vezes, a aulas particulares para que pudessem conseguir boas notas.

Para dar nota nessas provas dava-se peso por questão, aí você pode ver o andamento, - *Nossa! Esse aluno foi até esse ponto aqui ele acertou e tal...* Então se chamava o aluno na lousa para que se mostrasse o erro que ele teve e o que conseguiu acertar, dizendo que ele foi até certo ponto, mas na prova está errado, é matemática, é exata. Na hora dava errado, mas depois corrigindo você aceita que foi certo até certo ponto. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Então quando eu dava prova o aluno sabia que exercício errou e no que errou. Tinha alguns que não faziam nada, nada de nada e tinham outros que chegavam até um ponto então eu dizia: - *vem aqui na lousa, olha foi aqui que você não prestou atenção ou alguma coisa e errou por isso...* Então aluno ia à lousa. A correção na lousa é importante, mas tem que chamar a atenção, porque se não os outros ficam dispersados. Essa correção da lousa era utilizada para média do mês. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

No Ginásio ou Escola Industrial de Porto Ferreira a avaliação estava presente no cotidiano escolar. Fazendo um contraponto com a realidade atual da educação, verificamos que no recorte de 1960 a 1980, havia atividades como lição e trabalhos para casa, que os professores não atribuíam nota, mas que indiretamente faziam parte do seu trabalho pedagógico.

[...]nunca dei nota por trabalho de casa, porque sempre tem “mão de gato”. Então eu fazia duas provas bimestrais, uma num mês a outra no outro e se por acaso o aluno fosse mal, de um modo geral, eu dava outra oportunidade. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

O ato de atribuir uma nota não era fácil, pois havia muitas vertentes que os professores deveriam levar em consideração: provas, trabalhos e atividades na lousa, segundo a *Entrevista I* (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012) “[...]Era trabalhoso para dar nota, sendo que eu dava muito ponto positivo, marcava trabalho dizendo: ‘bom, tal dia vocês trazem isso aí...[...].’”.

Para Haydt (1988), o professor seria um facilitador do processo de ensino-aprendizagem devendo, a todo o momento, fazer correções em suas atividades para ter melhor resultado em seu trabalho. Em nenhum momento do recorte (1960 a 1980) os professores foram omissos em dizer que se preocupavam em retomar conteúdos não aprendidos, realizando, o que podemos dizer, uma reflexão sobre a sua prática. Porém, mesmo havendo a preocupação em realizar esta retomada de conteúdos, não se percebe por parte do professor, que essa “recuperação” seja uma atividade obrigatória, parece-me que os professores a realizavam apenas pela satisfação em fazê-la.

Quando eu era aluna, essa avaliação mensal era escrita e avaliava o que tinha sido dado durante o mês. Depois tinha também a avaliação do 1º Semestre, que obedecia ao mesmo sistema, pois analisava tudo o que tinha sido dado durante o primeiro semestre. Era dada uma nota e o mínimo era 5 que o aluno deveria tirar, porém só era reprovado no final do ano, sendo assim ele poderia recuperar aos poucos a nota no decorrer do ano letivo. Então essa avaliação, suponhamos nos quatro ou cinco meses iniciais, não reprovava o aluno, era mais para tomar conhecimento do que tinha sido aprendido e de fazer uma recordação da matéria que tinha sido dada até então. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

As professoras Terezinha e Vera foram enfáticas em dizer que realizavam a avaliação nos mesmos moldes em que foram avaliadas, revelando assim que muitas atitudes e métodos que o professor realizava em sala de aula eram reflexo do ensino que tiveram em sua formação escolar. Portanto, elas reproduziam grande parte do fazer pedagógico que é, muitas vezes, herança do período que eram alunas, mas há momentos em que a professora Vera relata que teve de buscar uma maior formação pedagógica, pois a que possuía não era suficiente para prosseguir no trabalho como professora, denotando a necessidade que houve de uma mudança em seu trabalho.

O modo que avaliava meus alunos e o que fui avaliada foi mais ou menos idêntico, o começo tem que ser idêntico e continuei do mesmo jeito. Durante o período que lecionei por minha parte não houve mudança, agora não sei os professores modernos que estudaram mais recentemente, se seguiram os professores deles.

Aposentei-me em 1984 e nessa época, por exemplo, o trabalho em sala referente à avaliação, era idêntico ao que trabalhava no começo em que comecei a lecionar com avaliações durante o mês. Segui a avaliação, porque eu achava excelente a maneira que eu dava, pois não era uma avaliação só pela nota do mês, da nota final. Uma coisa que achava bom nessa época era o entrosamento que o professor Jadyr tentava realizar entre as disciplinas quando foi coordenador, eu gostava. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

O trabalho com avaliação nesse período (1960 a 1980) na Escola Industrial de Porto Ferreira refletia bem o que se esperava com a prática educacional verificada, por adequar seu nível de dificuldade ao do objeto avaliado. Na entrevista da professora Vera verificamos que as avaliações aplicadas nas turmas diurnas eram mais exigentes que as das turmas noturnas. Para entender isso, devemos levar em consideração, segundo a entrevista do professor Airton, que os cursos noturnos sofreram forte influência com a mudança da Escola Industrial para Ginásio Industrial.

No Colégio Industrial a avaliação do noturno era diferente da do diurno, eu fazia diferente. As questões do noturno eram objetivas, sem complicar muito, pois eles não iam precisar daquilo no Ginásio Industrial, porque quando a Escola Industrial passou a Ginásio eles tinham que ter uma continuidade até a 8ª série, sendo que antes não era até a 8ª, era até a 6ª série. A avaliação em si, eram questões mais simples.

O senhor Jadyr Salles, como coordenador, tentava entrosar a mecânica com a matemática. Algumas coisas davam certo, mas perdia-se muito tempo e as avaliações eram nós mesmos que elaborávamos e eu não via nessas avaliações a preocupação de haver relação com a mecânica, isso porque se fosse ver tudo não dava tempo de dar o programa. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Os alunos da Escola Industrial de Porto Ferreira que estudaram no período que tomamos como recorte, com certa frequência, eram abordados com avaliações que tinham por intuito verificar o nível de aprendizagem dos cursos lá ministrados. Havia disciplinas em que a avaliação era realizada em

grupo sem nenhum tipo de exame ou prova individual, mas isso não quer dizer que o aluno não se aplicava no estudo dessas disciplinas:

No curso ginasial que cursei, nós tínhamos aula de puericultura, de economia doméstica, de arte culinária, aprendíamos até a fazer bordado e crochê. Eu nem me lembro da avaliação nessas áreas, não lembro nem se havia uma avaliação, porque o curso da disciplina era em grupo. A avaliação final ali, era do grupo e não individual. Depois, essas disciplinas interessavam a todo mundo, adorávamos, todo mundo ia bem. Nem me lembro se atribuíam notas nessas matérias, mas sei que faziam parte da grade. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Dentre os exames citados acima, temos a modalidade do Exame Oral, que causava medo nos alunos, devido ao rigor em sua aplicação, os alunos deveriam decorar diversos pontos, os quais deveriam ser declamados aos professores da banca assim que questionados.

Os alunos formavam grupos de estudos e se dedicavam para a realização desse exame, que em conjunto com a Prova Final, eram as últimas atividades avaliativas aplicadas durante o ano, porém para efeito do cálculo da Nota Final, era realizada uma média aritmética entre as notas do Exame Oral e Prova final. A nota dessa média aritmética era utilizada no cálculo da Nota Final, obtida por meio de uma média ponderada entre várias notas conseguidas durante o ano, atribuindo à media do Exame Oral e Prova Final um peso maior.

Nesse período a que nos referimos (1960 a 1980), temos várias mudanças que influenciaram diretamente no processo de mensuração do nível de aprendizagem, no começo as notas eram de 0 a 100, com isso o professor teria uma grande margem de valores para mensurar o nível do seu aluno. Com o passar do tempo as notas passaram para 0 a 10, menor margem, mas com um efeito prático na medida da aprendizagem. Segundo Terezinha, surgiu um problema quando essa mensuração passou de notas para conceitos de A a E, acontecimento que diminuiu e muito a margem de mensuração, fazendo com que os professores fornecessem notas “azuis” por falta de opção de classificação, mas que com uma margem mais coerente à realidade escolar, pudesse classificar melhor o aluno que estava sendo avaliado.

Uma coisa que muito influenciou o meu trabalho como docente foi a alteração de nota de número (0 a 10) para conceito de A

a E, essa mudança foi recebida pessimamente por mim. Porque o aluno não vindo ou não fazendo nada, entregando a prova em branco ele já ganhava o E que é 1 ponto. Absurdo, qualquer coisinha que ele fizesse tinha direito ao D que já valia 2 pontos. Fica muito distante só cinco conceitos para dar, então o aluno erra uma coisinha tira ou A ou B, outro não erra nada fica com A, sempre erram alguma coisa... Então, antes a gente podia avaliar nove, nove e meio, oito e meio, então tinha ordem decrescente de acordo com os errinhos. Mas eu detestei, eu achei muito... O aluno fazia um trabalho, copiava de alguém o trabalho... Há, tinha isso... Geralmente, outras matérias, não a minha, o aluno apresentava o trabalho, então no mínimo o professor dava C para ele, isso era o mínimo, sem ler o trabalho já era C, quando não dava um A pela apresentação. Então isso ajudava muito, só tem três conceitos. Já dava um ponto por não ir, fez o favor de não vir ganha um ponto. Eu, pra mim foi horrível, essa avaliação. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

3.1.3 Exames Finais, 2ª Época e Recuperação.

Nessa época havia alunos que necessitavam de reprovação, porque não sabiam nada, mas eu ficava com dó do aluno, eu pensava que ao reprová-lo perderia um ano por causa da minha matéria. A reprovação não ocorria com frequência, porque eles davam um jeito do aluno não ser reprovado, sendo que além das recuperações, com exercícios, era dado um meio para eles aprenderem, então não tinha tanta reprovação, mas tinha. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Tendo como foco as causas da retenção escolar e as possibilidades de um aluno com baixo rendimento alcançar a promoção, temos que toda prática pedagógica realizada durante o ano na *Escola Industrial de Porto Ferreira* era constantemente avaliada. Isso era feito por meio de trabalhos e provas mensais que, como já dissemos, eram analisadas bimestralmente.

No final do ano, os alunos de todos os cursos eram avaliados por meio de dois exames, um escrito e outro oral, os quais em conjunto eram denominados de Exame Final. Consta nas entrevistas que as provas do Exame Final eram realizadas em dias diferentes, sendo que o oral era individual, no qual aluno e avaliador, que era o professor da disciplina, ficavam em uma sala acompanhados de outro professor da escola chamado, pelos alunos, de fiscal. Os dois professores, o da disciplina e o fiscal, quando nessa situação de avaliadores eram chamados de Banca Avaliadora. Para essa avaliação o aluno deveria responder a perguntas pertinentes ao conteúdo visto durante o ano,

sendo que, o professor fazia uma prévia seleção dos conteúdos que achava pertinentes e que os alunos deveriam estudar. O avaliador realizava as perguntas e durante a explanação do aluno, caso este sentisse dificuldade, o professor realizava comentários com o intuito de dar um direcionamento que ajudasse o aluno a responder a pergunta, mas o fiscal não realizava qualquer comentário se restringindo a analisar outras habilidades que não se limitavam ao conteúdo da disciplina, como vocabulário, postura etc.

O Exame Final era normal, porém abrangia a matéria do ano todo. Fazia-se uma avaliação geral de todo o assunto, uma questãozinha de cada assunto. Eram várias questões, avaliando o ano todo. Logicamente que a gente não iria pegar coisa difícil. E depois nós dávamos essa nota e tinha o Exame Oral. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Quando aluna, para a prova oral, o professor dava os pontos que iriam ser contemplados na prova, sendo que a prova era realizada por meio de problemas. Muitas vezes os professores davam uma série de problemas ou uma série de exercícios, sendo que para a prova alguns eram sorteados. Então o ponto número um tinha várias questões, número dois outro tanto de questões e assim por diante, era dado para a gente e tínhamos que preparar porque não sabíamos qual que ia “cair”. Então nos preparávamos, tínhamos tudo anotado, para exame era tudo “decoradinho”.

Na hora do exame não tinha aluno na sala além do avaliado, as mesa eram retiradas e postas num canto e onde ficava a banca, que era formada por pelo professor da matéria avaliada e outro que ficava de fiscal, mas também era professor da escola, tanto que falávamos: “- o fiscal está aí”.

Esse fiscal dava outra matéria, ele era aproveitado de outra disciplina e ficava na sala no momento do exame. Podia ser professor de outra matéria do próprio aluno avaliado, até porque utilizavam professores que eram do colégio. Esse fiscal auxiliava na hora de dar nota. A banca comentava: “*ele foi bem até uma certa parte, ele soube e tal, então nessa parte o que você acha da nota.*” (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Eu acho que era pouco uma avaliação só lá no final. Então por isso que existia a prova oral, justamente para o professor analisar o aluno, por exemplo, de história fazia-se uma pergunta e naquela pergunta ele engasgou, mas ele sabia a outra parte da história, o professor pode perguntar a outra parte sobre aquele ponto, e com isso dar uma nota. Eu acho que a prova oral, antigamente, auxiliava o aluno. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

A avaliação do Exame Oral, segundo estudos de Haydt (1988), era feita após sua realização, mas sem a presença do aluno, a Banca Avaliadora se reunia e discutia cada aluno individualmente levantando o grau de dificuldade de cada questão e como o aluno desenvolveu sua fala, considerando como objeto de análise a parte teórica, fluência na fala, segurança e domínio do conteúdo etc. De posse de todos esses dados era feita uma mensuração e o resultado era apresentado ao aluno dias após a sua realização em forma de uma nota.

O Exame Escrito era elaborado pelo professor da turma e abrangia o conteúdo do ano todo, porém o professor elaborava uma questão de cada assunto, mas não escolhia conteúdos que supusessem muita dificuldade para não complicar muito para o aluno. A execução dessa prova era com a sala toda, cada aluno fazia a sua individualmente, sendo que tal prova nunca era na forma de teste. Esse exame também era avaliado e uma nota era obtida, as notas dos Exames Orais e Escritos eram repassadas para a secretaria da escola, a qual realizava uma média aritmética entre as duas e o resultado considerava como sendo a nota do Exame Final.

O Exame Final era normal, porém abrangia a matéria do ano todo. Fazia-se uma avaliação geral de todo o assunto, uma questãozinha de cada assunto. Eram várias questões, avaliando o ano todo. Logicamente que a gente não iria pegar coisa difícil. E depois nós dávamos essa nota e tinha o Exame Oral. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

A incumbência do cálculo da Nota Final era da secretaria da escola, função essa que era de extrema responsabilidade, pois se o cálculo fosse realizado de forma errada um aluno apto a seguir os estudos na série seguinte, poderia ser injustamente colocado de 2ª Época ou até mesmo ser reprovado. Tendo como referência as explicações sobre os cálculos da Nota Final realizados no Capítulo I, podemos verificar que o Exame Final tinha um peso maior no cálculo da Nota Final, o que justificava, segundo as Entrevistas, o Exame Final exigir uma maior complexidade de raciocínio e rigor de execução que as outras provas aplicadas durante o ano.

O cálculo da Nota Final era uma média ponderada de todas as notas do ano. Era atribuído, como já vimos, *peso 3* para o Exame Final, *peso 2* para as notas do 2º, 3º e 4º bimestres e *peso 1* para o 1º bimestre. Esse cálculo era

feito por disciplina, nas quais o aluno deveria apresentar nota mínima igual a 5 para ser aprovado, porém os alunos da época não pensavam dessa forma, para eles a Nota Final deveria ser 49, o raciocínio que os alunos realizavam só foi possível entender quando analisamos documentos do arquivo da Escola Estadual de Porto Ferreira.

MÉDIAS PONDERADAS	Março-Abril	x 1	55	25	75	70	70	-	-	-	60	-	55	-
	Maio-Junho	x 2	78	100	150	120	140	-	-	-	160	-	120	-
	Agosto-Setembro	x 2	60	100	140	120	150	-	-	-	120	-	120	-
	Outubro-Novembro	x 2	140	170	60	150	140	-	-	-	120	-	120	-
	Soma anual exercício		435	395	425	460	500				460		415	-
	Prova Final	x 3												
	Total													
	NOTA FINAL													
TOTAL			NOTA GLOBAL					RESULTADO						

Figura 36: Recorte da Ficha Individual Anual (1964)

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz

Porto Ferreira – SP – Abril de 2012

Na análise foi possível verificar que os alunos calculavam a distribuição dos pesos em suas respectivas notas, mas não realizavam a divisão dos resultados por 10, o que era necessário, pois somando uma nota peso 1 com três notas peso 2 e uma peso 3, temos o denominador 10, que é necessário para o cálculo final. O 49 e não 50 é por causa da aproximação que realizavam, pois verificamos que alunos com somatória dos pesos 48, reprovavam na disciplina e os com 49 e maiores eram aprovados, sendo que a representação da Nota Final nos documentos encontrados na escola eram de forma decimal com a unidade sendo a maior casa.

Teve um período que para o aluno ser aprovado tinha que tirar 49 pontos, tinha o peso 1 e peso 2, caso o aluno não atingisse essa marca o aluno ficaria de 2ª Época, que era equivalente a uma recuperação. A recuperação realizada mensalmente era melhor, porque você tem tempo de recuperar, de você relembrar a matéria daquele mês, já a 2ª Época acontecia em fevereiro do ano seguinte e como conteúdo abordava o do ano todo, sendo uma prova comum, escrita. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Para o aluno ser aprovado diretamente no período normal do ano deveria tirar no mínimo 5,0 na Nota Final (lembrando da aproximação tolerada de 4,9), caso o aluno ficasse com no máximo 3 notas baixas ele teria uma segunda chance de aprovação com o exame de 2ª Época, exame esse que era realizado na segunda quinzena de fevereiro do ano posterior ao cursado, sendo que havia durante 15 dias uma retomada de conteúdo para só depois realizar uma avaliação que pudesse promover ou reter o aluno, dependendo do resultado obtido com a prova.

Segundo as Entrevistas os alunos que ficavam para 2ª Época eram aqueles com baixo rendimento o ano todo e que apresentavam desinteresse pelos estudos, sendo assim, era quase certo que não seriam aprovados.

Na década de 1970, verificou-se a mudança do nome de 2ª Época para Recuperação. Verificamos nos documentos da Escola e nos dizeres das entrevistas a ativa participação do Conselho de Professores da Escola em práticas educacionais. Esse grupo de professores possuía o poder de aprovar ou reter o aluno que não tivesse bom rendimento.

Há indícios de aprovações em que o aluno com rendimento insatisfatório durante o ano não necessitou realizar qualquer tipo de prova, bastou simplesmente uma análise e votação, para que Conselho de Professores resolvesse aprovar ou reter um aluno. Essa ocorrência foi indagada aos entrevistados, que não souberam respondê-la, apenas a depoente da Entrevista 1 que classificou a ocorrência como sendo uma “colher de chá” que dava para os alunos, mas que no final acabavam passando todos.

No ano de 1975, o nome 2ª Época deixou de existir e no lugar dele colocaram a palavra recuperação, que em minha opinião, deveria ser “enganação”, porque em 15 dias ninguém recupera ninguém, de um monte de alunos que foram vagabundos o ano todo. Porque geralmente a gente só deixa mesmo aqueles que são bem fracos, o que é possível a gente recupera durante o ano.

Como professora recuperadora eu trabalhei pouco. Porque sempre tinha recuperação na minha matéria, eu não gostava de recuperar os meus alunos. Se fossem outros alunos, eu recuperaria com prazer, mas os meus eu já conhecia, e quem ficava pra recuperação é por que não conseguiu entender nos 200 dias do ano, não será nos 15 dias de recuperação que eles iam entender porque eu não sou milagrosa. Nesses dias de recuperação se podia dar o mínimo, nesses 10 ou 15 dias e era o mínimo que se exigia também, se não produzisse aquele

mínimo que a gente pedia, reprovava. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Nesse período, diversas ações foram realizadas no intuito de recuperar a formação educacional que por ventura não fosse adequada, segundo os objetivos propostos. Segundo a entrevista da professora Vera e do professor Airton, os professores aplicavam exercícios para casa e posteriormente o aluno deveria explicá-los na lousa, com o intuito de retomar conteúdos não aprendidos naquele mês corrente.

O professor tinha por meta realizar tais atividades, sem que atrasasse o cronograma, pois não era considerado justo dispensar tempo com a recuperação de alunos com baixo rendimento em detrimento do cumprimento do cronograma com alunos com rendimento satisfatório.

A recuperação durante o mês era da matéria do mês corrente, eu não sei se ainda é assim, mas houve uma época que era assim. Devíamos recuperar aquele aluno ou aqueles alunos dando exercícios para fazer em casa, explicando. Você não parava com o programa, você continuava, mas para esses alunos tinham mais exercícios sobre o que foi dado durante aquele mês e que ele não conseguiu. Eu, pelo menos, trabalhava de forma individual a retomada de conteúdo de recuperação, para não parar com o programa, porque aí atrapalharia os outros. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Houve, no final da década de 1970, uma recuperação semelhante a realizada com a 2ª Época, o que as diferenciava era que o professor a aplicava no final do ano letivo e que havia, segundo os documentos encontrados na Escola, alunos com 4 ou mais disciplinas com notas baixas e mesmo assim tinham o direito a realizar a atividade de recuperação. Porém, como foi dito, havia alunos que nem chegavam a ficar em recuperação, eram aprovados diretamente pelo conselho, mas independente da realização da avaliação ou não o Conselho de Professores deveria analisar o caso, para isso era até emitido um documento que apresentava a decisão do Conselho e qual a sua deliberação para cada caso.

ATA DO CONSELHO DE CLASSE

Aos quês dias do mês de dezembro de 1976,
sob a presidência do Sr. Oswaldo Arantes Assistente de
diretor, responsável pelo expediente do C.E.I. "Dr. Djalma Forjaz",
desta cidade, com início às oitô horas, reuniu-se o Conselho de Classe
do citado estabelecimento, a fim de deliberar sobre o disposto na RES. -
SE nº 212 de 20, publ. a 21/10/76 com relação ao aluno (a) Adriana
Aparecida Teixeira, na decs de 4ª série, do 1º
grau, na disciplina Português.

Apurando-se o resultado da votação, constatou-se
que o (a) aluno (a) deverá ser: a) promovido (a) - (); b) retido (a) -
(); c) submetido (a) à recuperação final (X), por incorretos a favor
e três votos em contrário. Para constar, eu, Nilda Barbieri
Machado, Secretário, lavrei a presente Ata, que assino
com o Senhor Oswaldo Arantes e demais professores, com-
ponentes do Conselho de Classe.

Porto Ferreira-sp, 6 de dezembro de 1976

Oswaldo Arantes
Oswaldo Arantes
Ass. de Diretor
RG. 3.894.881

Nilda Barbieri Machado

VOTOS A FAVOR	VOTOS EM CONTRÁRIO
1. <u>Nilda Barbieri Machado</u>	1. <u>Adriana Teixeira</u>
2. <u>Adriana Teixeira</u>	2. <u>Adriana Teixeira</u>
3. <u>Adriana Teixeira</u>	3. <u>Adriana Teixeira</u>
4. <u>Adriana Teixeira</u>	4. <u>Adriana Teixeira</u>
5. <u>Adriana Teixeira</u>	5. <u>Adriana Teixeira</u>
6. <u>Adriana Teixeira</u>	6. <u>Adriana Teixeira</u>
7. <u>Adriana Teixeira</u>	7. <u>Adriana Teixeira</u>
8. <u>Adriana Teixeira</u>	8. <u>Adriana Teixeira</u>
9. <u>Adriana Teixeira</u>	9. <u>Adriana Teixeira</u>
10. <u>Adriana Teixeira</u>	10. <u>Adriana Teixeira</u>
11. <u>Adriana Teixeira</u>	11. <u>Adriana Teixeira</u>

Figura 37: Ata do Conselho de Classe (1976)

Fonte: Arquivo da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz

Porto Ferreira - SP - Abril de 2012

Todas as explanações aqui realizadas sobre o trabalho avaliativo realizado na Escola Industrial de Porto Ferreira evidenciam, segundo a fala dos professores, que do Exame de Admissão ao processo de recuperação o trabalho tinha sempre por objetivo o aluno.

Claro que, muitas atitudes mudaram devido a políticas educacionais que regem o trabalho, mas a maneira de avaliar, preocupação com o rendimento do aluno, flexibilidade no momento da aprovação ou retenção, recuperação contínua dos alunos entre outras ações educativas, são também hoje discutidas, apenas com nova roupagem, mas que constantemente buscam melhores maneiras de trabalho. Devemos então olhar para o passado sem nostalgia, o que devemos buscar é uma melhoria da prática educacional que realizamos.

Capítulo IV

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou entender a prática pedagógica dos professores na Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz no período de 1960 a 1980, para isso utilizamos a prática avaliativa como ferramenta de análise, sendo que tivemos por objetivo responder a nossa pergunta norteadora:

“Como os professores, através de suas experiências, concebem o ato de avaliar na Escola Industrial de Porto Ferreira e qual o valor que atribuem a ela?”

Depois de muita análise, verificamos que a avaliação durante a história da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz teve diversas roupagens. No começo da escola (1951) até o fim da década de 1960, foram utilizados Exames de Admissão para selecionar quais os alunos mais aptos. Ficou evidente que essa seleção dos mais aptos nem sempre teve essa funcionalidade, pois devido a pouca procura por vagas, que houve no início da escola, fez com que a escola adotasse certa flexibilidade para a admissão, aceitando alunos com aproveitamento inferior a 50%, apesar de que, segundo a análise do documento *“Livro de Registros de Provas e Exames”* (1951 a 1967) foi visto que esses alunos que foram aprovados com notas abaixo a 50%, tinham no mínimo 40% de acerto no exame. A análise deste documento em conjunto com os dados fornecidos pela Tabela 01 e 02 (pg. 50) verificou que no período que houve Exame de Admissão na escola havia uma nota mínima que o candidato deveria tirar para ser aprovado.

Na análise verificamos que a nota variava de 0 a 10 e que em diversos pontos encontramos alunos que foram aprovados com notas abaixo de cinco, porém nos candidatos aprovados a nota mínima que encontramos para cada disciplina era 4, o que nos leva a concluir que para o aluno ser aprovado deveria tirar no mínimo nota 4 em cada disciplina.

Alunas	Português	matemática	hist. - Geog.	média
Marcia Ap. da Silva Borges	5,5	8,0	6,5	6,6
Maria Josi Mendes	4,0	5,5	4,0	4,5
Maria Rita Travagim	4,0	8,5	2,5	aprov.
Menice Mendes	5,0	9,0	4,0	6,0
Nenja Maria de Almeida	4,0	4,5	4,0	4,1
Regina Lucia L. Buonadonna	5,5	6,5	4,0	5,3
Rosalby de Almeida	4,5	5,0	6,5	5,3
Rita de Cassia Diniz	4,0	9,0	8,0	7,0
Sonia Maria Martins da Silva	4,0	5,5	6,0	5,1
Stela Maria da Silva	4,0	9,0	5,0	6,0
Sueli Maria Pires	4,0	8,5	4,5	5,6
Tere Lúcia Secarino	4,0	6,0	4,0	4,6
Maria Aparecida São Felipe	Por preenchimento de vaga			
Maria da Conceição Miranda				
Maria Josi Pereira				

Figura 38: LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES: Notas e Médias (1951).

Fonte: Arquivos da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz

Um dado que me reforça essa ideia e verificamos na imagem anterior é a de que todos os alunos retidos possuíam pelo menos uma nota inferior a 4, mesmo que a média entre as notas obtidas em todas as provas do Exame de Admissão fosse superior a 5. Como também, verificamos que todos os alunos aprovados possuíam no mínimo nota 4 em todas as disciplinas, dentre esses havia aqueles que foram aprovados possuindo média inferior a 5.

Nas entrevistas foi percebido o uso constante da avaliação durante o ano letivo, sendo que esse trabalho era realizado de diversas formas possíveis, utilizando-se de provas escritas, chamadas orais na lousa e em alguns casos testes. Esse último item avaliativo não era apreciado por todos os entrevistados, pois duas das entrevistadas, as professoras Vera e Terezinha, consideravam que essa modalidade de prova não servia como avaliação, devido a possibilidade de “chute” das respostas e a facilidade de “cola” por parte dos alunos o que, segundo as professoras, inviabilizava o uso do teste como ferramenta avaliativa.

Nunca dei testes, eu detestava teste eu achava que os alunos chutavam, embora os livros mais modernos trouxeram. Osvaldo Sangiorgi não trazia teste, mas os outros sim, e eu pouco dava teste porque gostava mesmo era de questões, tanto que o conteúdo dado durante o mês caia tudo. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

Porém, a professora Ermelidia gostava de testes, e os considerava como uma ferramenta mais que avaliativa, pois além de analisar o processo educacional, proporcionaria uma nova possibilidade de entendimento do conteúdo ali contemplado na prova, como também, devido a sua estrutura, o aluno conseguia a nota desejada, mesmo que seu empenho nos estudos fosse pouco empenho.

No decorrer do meu trabalho docente não houve mudanças na quantidade de instrumento de avaliação, eram sempre as provas. Houve alguns testes, eu me lembro de teste. A gente gostava quando a prova era de testes, porque você acabava entendendo ali, vendo a resposta que, para você, tinha mais lógica. Mesmo você não tendo estudado muito você acabava até conseguindo ir bem. Nessas provas de testes os enunciados eram claros, simples. (VILLA, Ermelidia Dozzi Tezza; entrevista cedida em 19/04/2012)

Muitas vezes a avaliação era utilizada como ferramenta da prática pedagógica do professor, quando o mesmo a levava para sala de aula e trabalhava suas questões no intuito de resgatar conteúdos não aprendidos. Essa funcionalidade da avaliação foi surpreendente, pois ao iniciar as pesquisas, não se esperava que nesse período houvesse essa preocupação com o aluno. Tínhamos em mente que o professor apenas “passava” a matéria e depois a cobrava, por meio da avaliação dando-lhe uma nota que mensurava o quanto foi aprendido, porém isso se mostrou um equívoco, pois os entrevistados por diversas vezes se mostraram atentos aos erros dos alunos nas avaliações e solícitos em sanar as dúvidas que surgissem.

Esse procedimento de retomada da avaliação era realizado pelo aluno, primeiramente no caderno e depois ele era chamado na lousa para que resolvesse os exercícios, mostrando uma interessante interação entre professor e aluno, atividade essa que julgava atual, mas a meu ver sempre esteve presente na prática dos professores da escola.

A recuperação durante o mês era da matéria do mês corrente, eu não sei se ainda é assim, mas houve uma época que era assim. Devíamos recuperar aquele aluno ou aqueles alunos dando exercícios para fazer em casa, explicando. Você não parava com o programa, você continuava, mas para esses alunos tinham mais exercícios sobre o que foi dado durante aquele mês e que ele não conseguiu. Eu, pelo menos, trabalhava de forma individual a retomada de conteúdo de recuperação, para não parar com o programa, porque ai

atrapalharia os outros. (GOMES, Vera Terezinha Bissoli; entrevista cedida em 17/05/2012)

O processo de promoção era baseado no uso da avaliação, pois era calculada uma Nota Final, baseando-se nas provas realizadas durante o ano, porém essa nota era resultado de uma média ponderada que tinha como maior peso a nota dos Exames Finais (média aritmética entre o Exame Oral e Escrito). Isso nos levou a pensar que o aluno poderia ter um bom rendimento o ano todo e caso fosse mal nos Exames Finais poderia ficar de 2ª Época.

Sendo assim, concluo que a avaliação vem como ação indispensável no processo pedagógico, pois traz à tona o que as instituições de ensino, ou numa visão mais profunda, o que a sociedade espera dos estudantes e como eles respondem a esse chamado, possibilitando ao educador refazer seu plano de trabalho para se adequar e encontrar o melhor caminho a seguir no processo ensino-aprendizagem, como também percebo que os professores analisados tenderam a resgatar muito do método de avaliar a que foram submetidos enquanto alunos e dessa forma desenvolvem um trabalho que busca reproduzir o modo como foram educados.

O modo que avaliava meus alunos e o que fui avaliada foi mais ou menos idêntico, o começo tem que ser idêntico e continuei do mesmo jeito. Durante o período que lecionei por minha parte não houve mudança, agora não sei os professores modernos que estudaram mais recentemente, se seguiram os professores deles.

Aposentei-me em 1984 e nessa época, por exemplo, o trabalho em sala referente à avaliação, era idêntico ao que trabalhava no começo em que comecei a lecionar com avaliações durante o mês. Segui a avaliação, porque eu achava excelente a maneira que eu dava, pois não era uma avaliação só pela nota do mês, da nota final. Uma coisa que achava bom nessa época era o entrosamento que o professor Jadyr tentava realizar entre as disciplinas quando foi coordenador, eu gostava. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

Por fim, vejo que os professores da Escola Estadual Dr. Djalma Forjaz desde a origem da escola sempre se utilizaram da avaliação em sua prática docente, sendo que muito dos feitos educacionais realizados perdurarão durante décadas, influenciando o trabalho docente dos professores que lá trabalhavam. Não posso dizer que essa influência era ruim ou boa, mas que ela ditou durante muito tempo o rumo de jovens ferreirenses, isso ela fez.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, L. A. O. . **Rupturas e permanências na História da Educação Brasileira: do regime militar à LDB/96**. In: I Semana Acadêmica da(o)s Estudantes de História nas Faculdades Jorge Amado, 2005, Salvador. Revista Eletrônica de História e Educação - PRÁXIS, 2005. v. IV.

BELLINI, J. R.. **PORTORAMA: Porto Ferreira 100 anos**. 11ª edição, Porto Ferreira: Editora Oficina e redação, 1996.

BERTAGNA, Regiane Helena. **AValiação DA APRENDIZAGEM: A visão de alunos de 4ª e 5ª séries do 1º grau**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997. Dissertação de Mestrado.

BLOOM, B. S. et al, **TAXONOMIA DE OBJETIVOS EDUCACIONAIS: Domínio Cognitivo**. Porto Alegre: Editora Globo, 1972

BOURDIEU, Pierre. **ESCRITOS DE EDUCAÇÃO**. Petrópolis, RJ: EDITORA VOZES LTDA. 1998.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio** – Brasília: Ministério da Educação, 1999.p 6-24

_____. Benjamin Constant - DECRETO Nº 981 - DE 8 DE NOVEMBRO DE 1890. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm> Acesso em: 16 nov. 2011.

_____. João Luiz Alves – DECRETO Nº 16.782 A – DE 13 DE JANEIRO DE 1925. Disponível em: seer.ufrgs.br/asphe/article/download/29024/pdf <Acesso em 18 set. 2012.

_____. Francisco Campos - DECRETO N. 19.890 - DE 18 DE ABRIL DE 1931. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm> Acesso em: 16 nov. 2011.

_____. Gustavo Capanema – DECRETO N. 4.073 – DE 30 DE JANEIRO DE 1942. Disponível em:
<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4073.htm>> Acesso em: 15 nov. 2011.

_____. LEI Nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm> Acesso em: 18 nov. 2011.

_____. LEI Nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:
<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm> Acesso em: 18 nov. 2011.

_____. LEI Nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946 - Lei Orgânica do Ensino Normal. Disponível em: <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinonormal.htm>>
Acesso em: 18 julho 2012.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. 2009. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>
> Acesso em: 14 de julho de 2012.

BRITO, A. J. . **A USAID e o Ensino de Matemática no Rio Grande do Norte.** Bolema (Rio Claro), v. 21, p. 1-25, 2008.

CORREIA, Carlos Eduardo Félix. **Aprender com os erros.** Educ@ção: Artigos, UNIPINHAL, Espírito Santo do Pinhal, 2005.

D'AMBROSIO, Ubiratan. **EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: Da teoria à prática.** 1ª Edição. Campinas, SP: Editora Papirus, 1996.

DELANEZE, T. **DESCONTINUIDADE SEM RUPTURA: As reformas educacionais de Benjamim Constant e Francisco Campos.** In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação, Uberlândia, 2006. p. 5416-5426.

ESCOLA ESTADUAL “DR. DJALMA FOJAZ”, **LIVRO DE REGISTRO DE PROVAS E EXAMES: Notas e Médias (1951 à 1967)**, São Paulo, 1951.
Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO PONTO DE PESSOAL DOS CURSOS EXTRAORDINÁRIOS, DOS CURSOS PRÁTICOS DE ENSINO PROFISSIONAL DE PORTO FERREIRA (1953 – 1954)**, São Paulo, 1953.
Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE REGISTRO DE NOTAS Nº 2: Exames de Admissão de 05/12/62 à 1970**, São Paulo, 1962. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **FICHA INDIVIDUAL ANUAL**, São Paulo, 1964. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **ATA DE RESULTADOS FINAIS DE 1972 À 1978**, São Paulo, 1972. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **ATA DAS NOTAS BIMESTRAIS: Ginásio-Diurno de 1972 à 1979**, São Paulo, 1972. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **ATA DE NOTAS BIMESTRAIS: Ginásio – Noturno de 1972 à 1977**, São Paulo, 1972. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **ATA DE REGISTROS FINAIS – 31/12/72 À 21/12/79**, São Paulo, 1972. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE MATRÍCULA: Noturno**, São Paulo, 1973. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE ATAS DE EXAMES DE 1973 à 1975**, São Paulo, 1973. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE MATRÍCULA DE 1973 À 1977**, São Paulo, 1973. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE MATRÍCULA 2º GRAU: Início – março de 73 à março de 77**, São Paulo, 1973. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **REGISTRO DE MATRÍCULA 2º GR: Diurno Nº 01 – D (1974 à 1978)**, São Paulo, 1974. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **ATA DO CONSELHO DE CLASSE**, São Paulo, 1976. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **NOTAS BIMESTRAIS DO CURSO DE 2º GRAU: Colegial – maio/76 à 79**, São Paulo, 1976. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **REGISTRO DE MATRÍCULA DE 78 À 80**, São Paulo, 1978. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE MATRÍCULA: 2º Grau – 1978 à 1983**, São Paulo, 1978. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE ATAS: Reuniões Extraordinárias do Conselho de Classe**, São Paulo, 1982. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **LIVRO DE REGISTRO DAS REUNIÕES PEDAGÓGICAS DO CICLO BÁSICO**, São Paulo, 1984. Fornecido por: Arquivos da Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **PLANO GLOBAL DO GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL “DR. DJALMA FORJAZ”**, São Paulo, 1974. Fornecido por: Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flavio da Silva Oliveira”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

_____. **GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL “DR. DJALMA FORJAZ”**, São Paulo, (data desconhecida). Fornecido por: Museu Histórico e Pedagógico “Prof. Flavio da Silva Oliveira”, Porto Ferreira – SP, utilizado em 2012.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado & Sociedade**. 6ª edição. São Paulo: Editora Moraes, 1986.

FREITAS, D. N. T.. **A avaliação da educação básica no Brasil**. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. v. 01. 256 p.

FREITAS, Sonia M.. **HISTÓRIA ORAL: possibilidades e procedimentos**. 2ª edição. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

GATTI, Bernadete A. **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: Pontuando uma história de ações**. V.4 nº 001. São Paulo.pp.17 a 41. Centro Universitário Nove de Julho. 2002. (Eccos revista científica)

GOLDBERG, Maria Amélia Azevedo; SOUZA, Clarilza Prado de (org.). **AVALIAÇÕES DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS: Vicissitudes, controvérsias, desafios**. Campinas, SP: EPU, 1982

HAYDT, Regina Cazaux. **AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM**. São Paulo: Editora Ática. 1988.

HOFFMAN, Jussara. **Avaliação Mediadora: Uma prática em construção da pré-escola à universidade**. 14ª edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 15 de abril de 2012.

JULIA, Dominique. **A CULTURA ESCOLAR COMO OBJETO HISTÓRICO**. Revista Brasileira de História da Educação, 1º numero, p. 09-43, Editora Autores Associados: Campinas, 2001.

KLÉBIS, Augusta Boa Sorte Oliveira. **A CONCEPÇÃO DE GESTÃO ESCOLAR:: A Perspectiva dos Documentos Oficiais e dos Programas de Formação Continuada para Diretores de Escolas.** Marília, SP. UNESP, 2010
Tese de Doutorado

LACERDA, Sandra Sueli de Castro. **NO SISTEMA DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DE SÃO PAULO UMA PIMENTA CHAMADA “PROGRESSÃO CONTINUADA”, DAS LEIS AO COTIDIANO ESCOLAR**
PROGRESSÃO CONTINUADA: Afinal, de onde vem esta história?
Faculdades Integradas FAFIBE

LAFOURCADE, Pedro Dionísio. **PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DO ENSINO: teoria e prática da avaliação do aprendizado/** P. D. Lafourcade; tradução de Maria Carneiro da Cunha; revisão técnica de Maria de Lourdes Potenza. – São Paulo: IBRASA, 1980.

LIMA, Flainer Rosa; SILVA, Viviane da. **1º SEMINÁRIO PAULISTA DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA.** São Paulo, SP. 2005

LOMBARDI, José Claudinei, **Reformas Pombalinas de Educação.** Disponível em:

<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_reformas_pombalinas_de_educacao.htm> Acesso em 28 jul. 2011.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem; visão geral.** Entrevista concedida ao Jornalista Paulo Camargo, São Paulo, publicado no caderno do Colégio Uirapuru, Sorocaba, estado de São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>> Acesso em: 26 set. 2009.

_____. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem; visão geral.** Entrevista à revista nova escola sobre avaliação da aprendizagem, 2001. Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>> Acesso em: 26 set. 2009.

_____. Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem na Escola e a Questão das representações sociais.** Disponível em: <<http://www.luckesi.com.br/artigosavaliacao.htm>> Acesso em: 26 set. 2009.

MACHADO, R. C. G. ; VALENTE, W. R. . **Por uma história da avaliação escolar: o desempenho dos alunos antes da Matemática Moderna.** In: V Jornada Interna de Educação Matemática, 2000, São Paulo. I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2000.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral.** 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005. v. 1.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil.** 1a. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002. v. 2000. 317 p.

MIORIM, Maria Ângela. **INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Atual, 1998.

NIELSEN, Diógenes Jr. **TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: Reforma Capanema (1942)**. Campinas, SP. UNICAMP, 2004. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. **UMA EXPERIÊNCIA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. O DIÁLOGO ENTRE AVALIAÇÃO SOMATIVA E FORMATIVA**. Vol.5, Nº2e. REICE. 2007. Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación.

OLIVEIRA, F. S.. **Histórias e estórias de Porto Ferreira**. 1ª Edição, Porto Ferreira: Editora Gráfica São Paulo, 2005. 288p.

OLIVEIRA, H. M. d'. **DICIONÁRIO BRASILEIRO ILUSTRADO EDIGRAF**. 3ª Edição, São Paulo: Gráfica e Editora EDIGRAF S.A., 1971.

PAMPLONA, R. M. **A educação profissional e a dicotomia social na Reforma Capanema**. 2006. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

PINA, Fabiana. . **A Universidade e o mundo do trabalho**. História Social (UNICAMP), v. 14/15, p. 277-287, 2008.

POMMER, R. M. G. ; LIMA, B. . **O Processo Histórico de Instalação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria**. In: X Encontro Estadual de História, 2010, Santa Maria. Anais do X Encontro Estadual de História. Porto Alegre : ANPUH-RS, 2010.

ROCHA, O.. **PORTO FERREIRA 100 ANOS (1896 – 1996)**: Edição comemorativa do 1º centenário. 1ª edição , Porto Ferreira: Editora Parma Ltda, 1996.

ROXO, Euclides. **Revista Historia & Educação Matemática**. V.2–nº2 – Jun./Dez. de 2001 e Jan./Dez. de 2001. Rio Claro, SP. Revista da Sociedade Brasileira de História da Matemática (Semestral).

SANTOS, Elza P ; BUENO, B. O. . Trabalho docente e tecnicismo: a experiência de professoras primárias no Estado de São Paulo (1960-1980). In: 27ª Reunião Anual da ANPed, 2004, Caxambu, MG. Web e CD-ROM da 27ª Reunião Anual da ANPed. Caxambu, MG, 2004. p. 1-15.

SAVATER, Fernando. **O valor de Educar**. 1ª edição. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

SEKI, Ariella Lucia Sachertt ; Machado, MARIA Cristina Gomes . **A disciplina de instrução moral e cívica na reforma educacional de Benjamin Constant de 1890**. In: VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008, São Carlos. VIII JORNADA DO HISTEDBR, 2008. v. 1. p. 1-22.

SOBIERAJSKI, Maria Stella. **Explorando a prática da avaliação em uma 5ª série do 1º grau**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992. Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Sandra Maria Zakia Lian . **Avaliação da aprendizagem na legislação nacional: dos anos 1930 aos dias atuais**. Estudos em Avaliação Educacional, v. 1, p. 1-18, 2009.

TEIXEIRA, J.. **PORTO FERREIRA: sua história, seus costumes, suas tradições e sua gente...** 1ª edição, Porto Ferreira: Editora Gráfica Máximo Fenili, 2009. 254p.

VALENTE, W. R.. **OS EXAMES DE ADMISSÃO AO GINÁSIO: ARQUIVOS DA ESCOLA ESTADUAL DE SÃO PAULO 1931 A 1969**. 1ª edição. São Paulo. 2001. CD.

_____. **Avaliação em Matemática: histórias e perspectivas atuais**. 1. ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2008. v. 1. 145 p.

VIANNA, H. M. . **Questões de Avaliação Educacional**. In: Seminário. Avaliação: construindo o campo e a crítica (Parte I), 2002, Campinas. Campinas : UNICAMP, 2002. v. 1. p. 63-88.

VILLA, Ermelidia Aparecida Dozzi Tezza, **PRINCÍPIOS E MÉTODOS DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR**, Porto Ferreira, SP. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São João da Boa Vista, Trabalho para conclusão de Estágio em curso de pós-graduação, 1991.

ANEXOS

SUMÁRIO

ANEXO 1 – Roteiro de Entrevistas.....	01
ANEXO 2 – Cartas de Consentimento	03
ANEXO 3 – Entrevistas	
Transcrição: 1º MODO.....	07
Transcrição: 2º MODO.....	112
ANEXO 4 – Documentos e Recortes de Jornais	160
ANEXO 5 – TABELA:	
Pequena Cronologia da História da cidade de Porto Ferreira.....	181

ANEXO 1 – Roteiro de Entrevista.

Abaixo se encontra o questionário que será utilizado nas entrevistas, o mesmo foi construído visando descobrir a história da avaliação nas décadas de 60 a 80, na fala de professores que atuaram neste período.

1. Qual sua formação?
2. Em que período atuou como professor?
3. Em quais escolas atuou como professor?
4. Você recorda do Movimento da Matemática Moderna? O que você lembra desse movimento em termos de conteúdo e de avaliação?
5. Como você encarava a avaliação quando era aluno?
6. Você percebe mudanças no perfil de alunos desde a época em que você começou a lecionar? Se sim, a que fatores você atribuiu tais mudanças?
7. O seu modo de entender avaliação, desde que começou a lecionar mudou? Se sim, em quê? Por quê?
8. No decorrer de seu trabalho docente, houve mudanças na quantidade de instrumentos de avaliação? Por quê?
9. Sabe-se que na época houve a criação de vários cursos que podemos considerar profissionalizantes que objetivavam formar mão de obra capacitada para a indústria. Você sabe como a avaliação era encarada nestes cursos e em que frequência eram realizadas?
10. Como utilizava os resultados da avaliação no seu trabalho pedagógico?
11. Havia a preocupação de avaliar os conhecimentos prévios dos alunos? Como isso ocorria?
12. Como a avaliação era vista no cotidiano escolar? Como era elaborada? Qual sua estrutura e aplicação?
1. Em algum momento a avaliação era utilizada como ferramenta mantenedora da disciplina?

2. Como era o processo de “dar nota”? Havia a preocupação com as individualidades de cada aluno ou a correção era padronizada?
3. Como os alunos recebiam a avaliação, tendo por referência marcação das datas e os procedimentos no dia da aplicação?
4. Havia correção da mesma com os alunos? Se houvesse como era realizada?
5. Em sua formação acadêmica quais autores lhe influenciaram, na época?
6. Como a reprovação era encarada por você? E por seus alunos?
7. Você já trabalhou como professor recuperador?

ANEXO 2 – CARTAS DE CONSENTIMENTO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE) (Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96)

Eu, Reginaldo Miguel Archanjo, aluno de Mestrado em Educação da UNESP – Rio Claro, atuando como pesquisador responsável e tendo a supervisão da Prof. Dra Arlete de Jesus Brito, convido o(a) Sr.(a), professor(a) de matemática que lecionou na década de 60 a 80 a fazer parte desta pesquisa que tem por objetivo analisar o trabalho com avaliação, para podermos, entender o conceito de avaliação do período.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos: contato prévio com o intuito de conhecê-lo(a) e posteriormente realizar uma entrevista que evidencie características do seu trabalho docente e qual a função e como acontecia a avaliação nesse trabalho.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a história da avaliação na fala de professores que por meio de sua experiência nos proporcionem a chance de entendermos os rumos que este instrumento tomou com o passar do tempo devido a influências políticas, econômicas e sociais que porventura tenham causado mudanças significativas em sua função e metodologia. Tal pesquisa trará benefícios para o(a) Sr.(a), pois lhe proporcionará a possibilidade de reflexão e uma oportunidade de compartilhar suas experiências.

Sua participação é muito importante e os riscos são mínimos, mas existe, pois há a possibilidade, durante a entrevista, do(a) Sr.(a) sentir-se constrangido(a) em revelar suas práticas docentes, porém isso será minimizado, pois poderá recusar-se a responder qualquer questão que julgar constrangedora, bem como, possui liberdade para recusar a participação neste estudo ou desistir a qualquer momento, não sendo penalizado ou ter prejuízo financeiro, em virtude desta decisão. Além disso, não receberá qualquer forma de pagamento por sua participação nessa pesquisa.

A entrevista, depois de transcrita, será enviada ao Sr.(a) para aprovação, antes da análise e utilização da mesma, sendo que as informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo garantido sua privacidade e mantido o sigilo sobre sua identidade, quando da publicação dos resultados.

Se o(a) Sr.(a), estiver suficientemente esclarecido(a) sobre sua participação nessa pesquisa, convido o(a) Sr.(a) a assinar este Termo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e a outra com o(a) Sr.(a).

Rio Claro, 7 de Novembro de 2011.

[Assinatura]
Assinatura do participante

[Assinatura]
Assinatura do Pesq. Responsável

[Assinatura]
Assinatura do Orientador

Dados do sujeito da pesquisa:

Nome: Arlete de Jesus Pereira de Campos RG: 2.546.151
Data de Nascimento: 18/07/1940 Sexo: Feminino (x) Masculino ()
Endereço: Av. Prof. Henrique M. F. Jr 568 Telefone: (19) 35811372

Título do Projeto: História da Avaliação no Ensino de Matemática.

Pesquisador Responsável: Reginaldo Miguel Archanjo

Cargo/função: Professor de Matemática do Ensino Fundamental II

Instituição: Escola Estadual Professor Henrique Ferreira dos Reis

Endereço: Avenida Brasil; 1124 – Vila Esperança – Pirassununga/SP

Dados para Contato: fone: (19) 3581-6001 e-mail: cadafile@ig.com.br

Orientador: Professora Doutora Arlete de Jesus Brito

Instituição: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Departamento de Educação – Instituto de Biociências – Campus de Rio Claro

Endereço: Avenida 24 A; nº 1515 – Bela Vista – Rio Claro

Dados para Contato: fone: (19) 3526-4252 e-mail: arlete@rc.unesp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96)

Eu, Reginaldo Miguel Archanjo, aluno de Mestrado em Educação da UNESP – Rio Claro, atuando como pesquisador responsável e tendo a supervisão da Prof. Dra Arlete de Jesus Brito, convido o(a) Sr.(a), professor(a) de matemática que lecionou na década de 60 a 80 a fazer parte desta pesquisa que tem por objetivo analisar o trabalho com avaliação, para podermos, entender o conceito de avaliação do período.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos: contato prévio com o intuito de conhecê-lo(a) e posteriormente realizar uma entrevista que evidencie características do seu trabalho docente e qual a função e como acontecia a avaliação nesse trabalho.

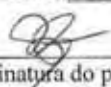
Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a história da avaliação na fala de professores que por meio de sua experiência nos proporcionem a chance de entendermos os rumos que este instrumento tomou com o passar do tempo devido a influências políticas, econômicas e sociais que porventura tenham causado mudanças significativas em sua função e metodologia. Tal pesquisa trará benefícios para o(a) Sr.(a), pois lhe proporcionará a possibilidade de reflexão e uma oportunidade de compartilhar suas experiências.

Sua participação é muito importante e os riscos são mínimos, mas existe, pois há a possibilidade, durante a entrevista, do(a) Sr.(a) sentir-se constrangido(a) em revelar suas práticas docentes, porém isso será minimizado, pois poderá recusar-se a responder qualquer questão que julgar constrangedora, bem como, possui liberdade para recusar a participação neste estudo ou desistir a qualquer momento, não sendo penalizado ou ter prejuízo financeiro, em virtude desta decisão. Além disso, não receberá qualquer forma de pagamento por sua participação nessa pesquisa.

A entrevista, depois de transcrita, será enviada ao Sr.(a) para aprovação, antes da análise e utilização da mesma, sendo que as informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo garantido sua privacidade e mantido o sigilo sobre sua identidade, quando da publicação dos resultados.

Se o(a) Sr.(a), estiver suficientemente esclarecido(a) sobre sua participação nessa pesquisa, convido o(a) Sr.(a) a assinar este Termo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e a outra com o(a) Sr.(a).

Rio Claro, 21 de novembro de 2011.


Assinatura do participante


Assinatura do Pesq. Responsável


Assinatura do Orientador

Dados do sujeito da pesquisa:

Nome: Alana Regina Bindi Gomes RG: 3.089.117
Data de Nascimento: 10/04/1934 Sexo: Feminino () Masculino ()
Endereço: Matias Cardoso, 364 Telefone: 35811300

Título do Projeto: História da Avaliação no Ensino de Matemática.

Pesquisador Responsável: Reginaldo Miguel Archanjo

Cargo/função: Professor de Matemática do Ensino Fundamental II

Instituição: Escola Estadual Professor Henrique Ferreira dos Reis

Endereço: Avenida Brasil; 1124 – Vila Esperança – Pirassununga/SP

Dados para Contato: fone: (19) 3581-6001 e-mail: cadafile@ig.com.br

Orientador: Professora Doutora Arlete de Jesus Brito

Instituição: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Departamento de

Educação – Instituto de Biociências – Campus de Rio Claro

Endereço: Avenida 24 A; nº 1515 – Bela Vista – Rio Claro

Dados para Contato: fone: (19) 3526-4252 e-mail: arlete@rc.unesp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96)

Eu, Reginaldo Miguel Archanjo, aluno de Mestrado em Educação da UNESP -- Rio Claro, atuando como pesquisador responsável e tendo a supervisão da Prof. Dra Arlete de Jesus Brito, convido o(a) Sr.(a), professor(a) de matemática que lecionou na década de 60 a 80 a fazer parte desta pesquisa que tem por objetivo analisar o trabalho com avaliação, para podermos, entender o conceito de avaliação do período.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos: contato prévio com o intuito de conhecê-lo(a) e posteriormente realizar uma entrevista que evidencie características do seu trabalho docente e qual a função e como acontecia a avaliação nesse trabalho.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a história da avaliação na fala de professores que por meio de sua experiência nos proporcionem a chance de entendermos os rumos que este instrumento tomou com o passar do tempo devido a influências políticas, econômicas e sociais que porventura tenham causado mudanças significativas em sua função e metodologia. Tal pesquisa trará benefícios para o(a) Sr.(a), pois lhe proporcionará a possibilidade de reflexão e uma oportunidade de compartilhar suas experiências.

Sua participação é muito importante e os riscos são mínimos, mas existe, pois há a possibilidade, durante a entrevista, do(a) Sr.(a) sentir-se constrangido(a) em revelar suas práticas docentes, porém isso será minimizado, pois poderá recusar-se a responder qualquer questão que julgar constrangedora, bem como, possui liberdade para recusar a participação neste estudo ou desistir a qualquer momento, não sendo penalizado ou ter prejuízo financeiro, em virtude desta decisão. Além disso, não receberá qualquer forma de pagamento por sua participação nessa pesquisa.

A entrevista, depois de transcrita, será enviada ao Sr.(a) para aprovação, antes da análise e utilização da mesma, sendo que as informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo garantido sua privacidade e mantido o sigilo sobre sua identidade, quando da publicação dos resultados.

Se o(a) Sr.(a), estiver suficientemente esclarecido(a) sobre sua participação nessa pesquisa, convido o(a) Sr.(a) a assinar este Termo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e a outra com o(a) Sr.(a).

Rio Claro, 22 de Dezembro de 2011.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesq. Responsável

Assinatura do Orientador

Dados do sujeito da pesquisa:

Nome: Ailton Cruette de Jesus

RG: 12.814.302-2

Data de Nascimento: 20/05/1960

Sexo: Feminino () Masculino (X)

Endereço: R. Cel. Procopio de Carvalho, 696
Porto Ferreira - SP

Telefone: (19) 3581-3106

Título do Projeto: História da Avaliação no Ensino de Matemática.

Pesquisador Responsável: Reginaldo Miguel Archanjo

Cargo/função: Professor de Matemática do Ensino Fundamental II

Instituição: Escola Estadual Professor Henrique Ferreira dos Reis

Endereço: Avenida Brasil, 1124 - Vila Esperança - Pirassununga/SP

Dados para Contato: fone: (19) 3581-6001 e-mail: cadafile@ig.com.br

Orientador: Professora Doutora Arlete de Jesus Brito

Instituição: UNESP - Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Departamento de

Educação - Instituto de Biociências - Campus de Rio Claro

Endereço: Avenida 24 A; nº 1515 - Bela Vista - Rio Claro

Dados para Contato: fone: (19) 3526-4252 e-mail: arlete@rc.unesp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE)
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96)

Eu, Reginaldo Miguel Archanjo, aluno de Mestrado em Educação da UNESP – Rio Claro, atuando como pesquisador responsável e tendo a supervisão da Prof. Dra Arlete de Jesus Brito, convido o(a) Sr.(a), professor(a) de matemática que lecionou na década de 60 a 80 a fazer parte desta pesquisa que tem por objetivo analisar o trabalho com avaliação, para podermos, entender o conceito de avaliação do período.

Para tanto, será necessário realizar os seguintes procedimentos: contato prévio com o intuito de conhecê-lo(a) e posteriormente realizar uma entrevista que evidencie características do seu trabalho docente e qual a função e como acontecia a avaliação nesse trabalho.

Sendo assim, esta pesquisa tem por objetivo analisar a história da avaliação na fala de professores que por meio de sua experiência nos proporcionem a chance de entendermos os rumos que este instrumento tomou com o passar do tempo devido a influências políticas, econômicas e sociais que porventura tenham causado mudanças significativas em sua função e metodologia. Tal pesquisa trará benefícios para o(a) Sr.(a), pois lhe proporcionará a possibilidade de reflexão e uma oportunidade de compartilhar suas experiências.

Sua participação é muito importante e os riscos são mínimos, mas existe, pois há a possibilidade, durante a entrevista, do(a) Sr.(a) sentir-se constrangido(a) em revelar suas práticas docentes, porém isso será minimizado, pois poderá recusar-se a responder qualquer questão que julgar constrangedora, bem como, possui liberdade para recusar a participação neste estudo ou desistir a qualquer momento, não sendo penalizado ou ter prejuízo financeiro, em virtude desta decisão. Além disso, não receberá qualquer forma de pagamento por sua participação nessa pesquisa.

A entrevista, depois de transcrita, será enviada ao Sr.(a) para aprovação, antes da análise e utilização da mesma, sendo que as informações obtidas nesse estudo serão confidenciais, sendo garantido sua privacidade e mantido o sigilo sobre sua identidade, quando da publicação dos resultados.

Se o(a) Sr.(a), estiver suficientemente esclarecido(a) sobre sua participação nessa pesquisa, convido o(a) Sr.(a) a assinar este Termo elaborado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e a outra com o(a) Sr.(a).

Rio Claro, 19 de Abril de 2012.

Assinatura do participante _____ Assinatura do Pesq. Responsável _____ Assinatura do Orientador _____

Dados do sujeito da pesquisa:

Nome: Emelinda Daga Siqueira

RG: 5.493.748

Data de Nascimento: 27/08/1952

Sexo: Feminino (X) Masculino ()

Endereço: R. Celso Alves, 85

Telefone: 3581-6760

Título do Projeto: História da Avaliação no Ensino de Matemática.

Pesquisador Responsável: Reginaldo Miguel Archanjo

Cargo/função: Professor de Matemática do Ensino Fundamental II

Instituição: Escola Estadual Professor Henrique Ferreira dos Reis

Endereço: Avenida Brasil, 1124 – Vila Esperança – Pirassununga/SP

Dados para Contato: fone: (19) 3581-6001 e-mail: cadafile@ig.com.br

Orientador: Professora Doutora Arlete de Jesus Brito

Instituição: UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Departamento de Educação – Instituto de Biociências – Campus de Rio Claro

Endereço: Avenida 24 A; nº 1515 – Bela Vista – Rio Claro

Dados para Contato: fone: (19) 3526-4252 e-mail: arlete@rc.unesp.br

ANEXO 3 – ENTREVISTAS

TRANSCRIÇÃO – PRIMEIRO MODO

ENTREVISTA 1

Professora Terezinha de Jesus Pereira de Campos

1ª Parte

Reginaldo: Bom dia professora!

Terezinha: Bom dia!

Reginaldo: A senhora pode me dizer o nome completo da senhora?

Terezinha: Terezinha de Jesus Pereira de Campos.

Reginaldo: Muito bem.

Reginaldo: Professora Terezinha, qual a sua formação?

Terezinha: Posso contar tudo, desde o primário?

Reginaldo: Pode

Terezinha: É uma vergonha falar, mas eu morei em fazenda; o primeiro, segundo e terceiro ano eu fiz em uma fazenda lá próximo de Campinas, depois eu fiz o quarto ano na cidade de Elias Fausto, como eu não tinha 11 anos fui obrigada a fazer o quinto ano que era um reforço do quarto ano. Depois prestei o exame de admissão, cursei o ginásio na cidade de Capivari. A faculdade eu fiz em Campinas na... (como chama?) Universidade Católica de Campinas, naquele tempo era a faculdade. Depois vim lecionar em Porto Ferreira em 1962 até de aposentar.

Reginaldo: Em que período atuou como professora?

Terezinha: De 1962 até 1988. 28 anos

Reginaldo: E em quais escolas atuou como professora?

Terezinha: Primeiro no Washington de 1962 a 1976, concomitante eu lecionava no Djalma Forjaz (antigo industrial) até 1980, daí que eu me efetivei e fui pro Noraide Mariano e fiquei no Noraide completando a carga no Sud Menuci. Depois eu me aposentei pelo Djalma Forjaz no início de 1989.

Reginaldo: A senhora se recorda do movimento da matemática moderna?

Terezinha: (risos) Eu não tinha movimento, eu já entrei na matemática moderna, em 62 o livro do professor Osvaldo Sangiorgi já era matemática moderna, eu estudei na matemática anterior, mas como professora só tive a matemática moderna.

Reginaldo: Referente à matemática moderna o que a senhora se lembra? Sobre algum conteúdo, metodologia, avaliação... O que a senhora lembra?

Terezinha: Eu não conheço a outra como professora, eu entrei na matemática moderna, pra mim era tudo natural, não conheço o outro tipo, então eu já ensinei meus alunos pela matemática moderna. Avaliação minha foi sempre a mais antiga possível, resolução de exercícios, problemas, uma avaliação pelo aluno na lousa, assim pra conhecer melhor o aluno pessoalmente, mas só isso, eu não conheci outra matemática.

Reginaldo: E a avaliação que a senhora aplicava no dia-a-dia em sala de aula, como era?

Terezinha: No dia-a-dia era sempre chamando o aluno para resolução de exercícios na lousa, era aí que eu conhecia o aluno. Mas tinha avaliação bimestral, duas ou três avaliações bimestrais, mesmo com tudo programado, mas também resolução de exercício, de problema, não tinha exercícios para casa para nota, detesto exercícios de casa para nota. Havia exercícios para casa, mas não para nota, como tarefa sempre, a prova mesmo era mesmo resolução de exercícios, sem testes. Os testes são interessantes, porém é uma verdadeira passagem de cola e eu não gosto de teste, chute. Então eu queria preto no branco mesmo, resolução de questões.

Reginaldo: Agora voltando o tempo em que a Senhora era aluna ainda.

Terezinha: Isso é gostoso.

Reginaldo: Como a Senhora encarava avaliação nessa época?

Terezinha: Muita responsabilidade, estudava a semana toda e o dia da prova era o dia em que eu tinha até dor de barriga (risos), de verdade, de tanto nervosismo, de mostrar serviço, sabe? Aquela coisa que... E meus pais não exigiam não, eles eram simples, de fazenda, sempre deram aquela... viam que

eu sempre gostei de matemática, meu pai sempre prometeu que: -se namorar não estuda, eu tiro da escola e não tem matemática, então meu pai me segurou na vida, namoro. Vim ter meu primeiro namorado aqui em Porto Ferreira, porque tinha que estudar.

Reginaldo: A Senhora percebeu mudanças no perfil dos alunos, desde a época em que a senhora começou a lecionar?

Terezinha: Bastante, muita diferença. Interesse acabou não contava com a colaboração dos pais em nada. A gente tinha que ser o tudo lá na frente. Deveríamos conquistar os alunos, porque da parte de pais e sociedade não tem nada que faça com que o aluno estude, você tem que ser o artista.

Reginaldo: O que a Senhora acha que foi o responsável por essas mudanças?

Terezinha: (risos sarcásticos e uma breve pausa)

O que será, não? Tudo, porque os pais entraram na onda de se modernizar, filhos fazem o que querem, professor exige pouco, a política da escola tem que passar, o aluno não tem responsabilidade nenhuma, porque no fim do ano sabe que vai passar, é garantido. Inclusive lecionei desenho e essa disciplina não tinha nota, uma diferença total em relação a lecionar matemática, porque matemática eles tinham medo de serem reprovados, por causa da nota e tudo e desenho o aluno não trazia material escolar, sabe? Metade da classe não trazia compasso e não trazia esquadro... à noite então, ... 50% não tinham esquadro, transferidor e compasso. Vai fazer o que?

Então a atitude deles, mas é porque eles tinham o apoio dos pais em casa, não é verdade?

Reginaldo: (Fica calado e olha com surpresa devido à pergunta).

Terezinha: Não pode falar? (risos)

Reginaldo: Seu modo de entender avaliação desde que começou a lecionar mudou?

Terezinha: A minha em matemática não. Eu sempre exigi tudo, não tinha trabalho, era sempre exercício resolvido na lousa, nos cadernos e nas provas, como também apresentação de tarefas que eu também exigia e aí eles

ganhavam um pontinho pela apresentação das mesmas diariamente e toda tarefa era corrigida na aula.

Reginaldo: E como é trabalhada a avaliação hoje, a senhora acha que mudou da época que a senhora trabalhava até hoje?

Terezinha: Pra contar a verdade tô por fora disso. Eu não tenho mais filhos, tenho minhas netas, mas não acompanho em nada, acompanho no reforço e no estudo em asa, mas eu não sei como é.

Reginaldo: E... (a pergunta é interrompida)

Terezinha: Espera aí... Sei que há muito trabalho pra dar nota, pra pegar a defasagem da nota da prova. O zero da prova compensa com o trabalho feito em casa, trabalho pelo computador, que é uma palhaçada. Isso eu acho uma aberração, o aluno vai lá e tem tudo D em matemática, ciências e história e então dá nota e ele passa de ano.

Reginaldo: E por que a senhora acha que houve essa mudança, essa flexibilidade do modo de avaliar?

Terezinha: É, mas vem de cima isso, a gente não tem autoridade, diretor não tem autoridade, o aluno tem que passar, então é uma vida dura... Para o professor ficou tranquilo agora, tanto faz ele ensinar bem ou ensinar mal, o aluno vai passar, vai com certeza. E se não passar por algum motivo e ameaçar de reprovar, os pais já vem tirar satisfação e exigir que passe. Em outros tempos não era assim não, os pais davam todo o apoio para o professor e uma vez um aluno discordou da nota de matemática e a mãe fez ele pedir desculpas, a mãe veio me pedir desculpas, coisa que não acontece hoje, acho que não né?

Reginaldo: No decorrer do seu trabalho de antes, houve mudanças na quantidade de instrumentos de avaliação?

Terezinha: Eu não posso falar tô 20 anos aposentada de tudo sabe? A única coisa que do meu tempo foi assim, é que se eu voltasse a lecionar eu só voltaria se fosse pra avaliar resolvendo exercícios, mesmo com tudo, tarefa, correção de exercícios. Eu não me adaptaria a avaliação de hoje.

Reginaldo: Sabe-se que na época houve a criação de vários cursos que podem considerar profissionalizantes, que objetivavam formar mão de obra capacitada para a indústria. A senhora sabe como a avaliação era encarada nesse e com qual frequência eram realizadas?

Terezinha: Olha, aqui na escola industrial, não é do seu tempo, você ainda é muito criança, mas tinha o curso de cerâmica, muito bom, dado pelo Sr Osvaldo Arantes e outros. Tinha a parte de eletricidade, eu acho que para a formação dos meninos que pegaram os moços que pegaram essa época, pra eles foi um aprendizado excelente. Agora avaliação eu não sei, eles eram muito enérgicos, exigiam bastante, acho que valeu a pena para quem pegou esse período na escola industrial viu. De parte de cozinha, de culinária, eram excelentes, mudou muito, umas professoras ótimas na cozinha.

Reginaldo: Como a senhora utilizava os resultados de avaliação em seu trabalho pedagógico?

Terezinha: Como? (Não entendeu a pergunta)

Reginaldo: Como era utilizado o resultado da avaliação no trabalho diário e sala de aula?

Terezinha: Depende do resultado a gente tinha que voltar atrás e recomeçar a ensinar aquilo que não foi produzido na prova, na avaliação, então eu chamava de prova mensal, sabatina, esses termos que tinha. Então toda vez após uma avaliação, eu voltava, refazia na lousa. Os tópicos que achava que não foi bem explicado tinha que explicar outra vez, por que é falha da gente no caso de não produzirem bastante, tá no professor. Tem aquela meia dúzia que aprende, mas tem que avaliar pela maioria, então eu sempre reforcei aquilo que não foi bem aprendido, só isso.

Reginaldo: Essa sabatina era feita com o aluno e sala? Ele fazia isso oralmente? Fazia por escrito?

Terezinha: Por escrito em sala de aula e às vezes separava até turma A e B pra não ter como fica... (risos) é do tempo bem antigo mesmo viu... (risos). É horrível o que era e o que é, então era sempre por escrito, às vezes fazia

avaliação na lousa, um ou outro pra testar o aluno, se estava aprendendo ou brincando né, mas sempre foi resolvendo exercícios.

Reginaldo: E a estrutura, a avaliação em si, o aluno tinha um retorno da correção dessa avaliação? Ele via, ele questionava a senhora o porquê dessa questão?

Terezinha: Ele não questionava, mas tinha a correção e nova explicação sobre cada questão, mostrando os erros mais comuns e tudo, era bem reforçado e refeita a explicação.

Reginaldo: Professora, havia a preocupação de avaliar os conhecimentos prévios dos alunos?

Terezinha: Não, a observação do dia a dia já era uma avaliação prévia né. Eu gostava também e adotava bem a avaliação mesmo, do mês marcado com a data tudo certinho pra eles... Não sei se é correto, mas eu fazia com dia marcado, pra não ter desculpa de faltar, de não estar preparado, então eles tinham a obrigação de no dia X a prova de matemática e tudo, mas no dia a dia a gente faz o que é possível chamando na lousa, mas sem nota não, só uma avaliação minha.

Reginaldo: Isso era feito sempre antes de qualquer conteúdo ou a senhora fazia isso só uma vez no começo do ano?

Terezinha: Não, não, tudo meu era feito na lousa e o aluno sempre estava participando.

Reginaldo: Esses conhecimentos prévios que a senhora analisava antes de começar um conteúdo, a senhora fazia sempre, era direto, como era feito isso?

Terezinha: Era a observação diária mesmo, não tem como né?

Reginaldo: E como que isso ocorria, assim em sala de aula? E como que a senhora fazia isso efetivamente em sala de aula?

Terezinha: O que?

Reginaldo: Esse levantamento dos conhecimentos prévios?

Terezinha: É sempre chamando na lousa, todo exercício era feito na lousa, resolvido na lousa, era conta com o aluno e a lousa sabe? Não tinha o avaliar assim de olhar por simpatia, tinha que demonstrar na lousa o que sabia pra mim.

Reginaldo: Havia algum tipo de avaliação que era feita pra fazer esse tipo de levantamento em algum momento do ano?

Terezinha: Não, avaliação mesmo oficial tinha todo mês, duas avaliações no bimestre, duas ou três.

Reginaldo: Não, não, com o objetivo de fazer o levantamento prévio?

Terezinha: Não isso não. Não era a avaliação da minha observação e das minhas...

Reginaldo: Mas assim, o aluno não tinha uma avaliação que ele teria que fazer, uma atividade pra verificação de conhecimento prévio?

Terezinha: Não, a única atividade dele era vindo na lousa e demonstrando e resolvendo exercícios na lousa mesmo, mas outras coisas não tinham.

Reginaldo: E como que a avaliação em si era vista no cotidiano escolar da senhora? Como que era vista a avaliação sobre cotidiano?

Terezinha: Eu acho interessante, tem que haver. Você tem que acompanhar o aluno, conhecer, ver os problemas, o porquê não está acontecendo, não está assimilando. Sempre tem um probleminha, se você for a fundo, o aluno tem um problema pessoal, ou a companhia, sempre tem motivos pra “vagabundar”.

Reginaldo: Havia assim uma preocupação do aluno em fazer a avaliação nessa época que a senhora lecionava? Ou houve uma mudança no decorrer do período?

Terezinha: Os alunos estavam acostumados que todas as matérias tinham as avaliações, era praxe já, todas as matérias tinham dia certo, marcava até no quadro: Tal dia matemática... Tal dia português... Então não tinha... Era natural.

Reginaldo: Eles tinham a preocupação de se preparar para a avaliação?

Terezinha: Alguns têm né, outros... é

Reginaldo: No geral como à senhora via isso.

Terezinha: Não, eu acho que de modo geral preocupava sim um aluno que tem prova. Eu vejo a minha neta: Amanhã tem prova de matemática... E naquele dia a maioria pega o caderno sim.

Reginaldo: Naquela época a senhora acreditava que a maioria era...

Terezinha: Pegava, pegava no caderno... (risos)

Reginaldo: E como era elaborada essa avaliação? Como à senhora pensava essa avaliação quando ia implementá-la para uma sala?

Terezinha: Você diz o tipo de questões?

Reginaldo: Tipo de questões, a estrutura da avaliação e o tempo, como a senhora pensava a avaliação?

Terezinha: Eu pensava em exigir um pouco de tudo o que eu falei durante o mês. Todos os assuntos entravam como uma porcentagem na prova, não era uma questão e nem duas, eram quatro, cinco, seis questões dependendo da dificuldade né. Mas dez questões e nunca teste (com ênfase) e de tudo o que foi falado durante o mês era exigido na prova.

Reginaldo: A senhora tinha alguma coisa contra a avaliação em forma de teste?

Terezinha: Tudo... (risos)

Reginaldo: O que a senhora tem contra esse método?

Terezinha: Eu acho um absurdo. Primeiro, o chute é fundamental, chute, chute e chute... (com seriedade). A passagem deles de gabarito, é outra coisa, então eu não vejo razão... Eu acho que deve dar a metade do numero de questões, mas que sejam resolvidas e não descobertas no chute ou no raciocínio.

Reginaldo: E essa avaliação, como a senhora a focava? Como exercícios? Como problemas? Como que era elaborada essa avaliação?

Terezinha: Dosada. Tinha exercícios, tinha problemas. Dependia da época e assunto que estava naquele mês, né.

Reginaldo: Do começo do seu trabalho e durante o decorrer do tempo a senhora estruturava como a avaliação? Sempre do mesmo método?

Terezinha: Sempre o mesmo método.

Reginaldo: E então como era? A senhora pode repetir?

Terezinha: Olha, dependia da classe e do assunto que estava sendo tratado, por exemplo: quando se tratava de problemas, juros e porcentagem, aquelas coisas, eu ficava muito tempo, ficava uns 15 dias. Então a prova era sobre esse assunto, cinco ou seis problemas nesse assunto, se fosse equação, equação com fração, parênteses e tudo, a avaliação era sobre equação por que eu não ficava assim dois ou três dias e mudava o assunto, meu assunto era de muito exercício. E muito exercício em classe e tarefa. Então eu avaliava aquilo que nós trabalhamos durante o mês. Não sei se estou certa, mas é assim que eu fiz e voltaria a fazer.

Reginaldo: E como era a aplicação dessa avaliação? Organização da sala, se eles tinham que copiar a avaliação ou se era dada pronta...

Terezinha: Dependendo do tipo de exercício geralmente eu preparava sim sabe. Tirava cópia pra todos e já dava pra não perder tempo, por que pra mim o tempo era precioso, né. Então eu já dava as questões preparadas era só pegar e resolver.

Reginaldo: E a aplicação, a senhora dava em um momento especial? Era no final da aula?

Terezinha: Não era a aula toda, era oficial do mês, era a aula toda. Às vezes quando tinha duas aulas seguidas eu pegava até metade da segunda pra dar mais tempo pra...

Reginaldo: E quando a senhora fala avaliação oficial do mês... (interrompido pela fala da professora).

Terezinha: Essa marcada...

Reginaldo: Essa marcada era encargo dos professores ou a instituição que... (interrompido pela fala da professora).

Terezinha: Era o professor que marcava o dia que convinha pra ele e pra classe.

Reginaldo: E era obrigatório pra todos os professores?

Terezinha: Todos os professores tinham que fazer essa avaliação mensal.

Reginaldo: E essas notas eram discutidas com os outros professores?

Terezinha: Tinha o conselho bimestral pra ver qual matéria que estava reprovando mais ou menos, aquela comparação, se era os mesmos alunos, as mesmas matérias, mas isso não quer dizer nada, por que o aluno pode ser ótimo em português e péssimo em matemática e história. Varia muito, muito né. Quem gosta de matemática não gosta de história e vice-versa.

Reginaldo: E no dia da aplicação havia uma preocupação em preparar o aluno antes da avaliação, de conversar com ele?

Terezinha: Não, só avisava que ia ter a prova, estude! E isso e aquilo que fizemos semanalmente, mas não tinha nada de particularmente conversar e preparar. Da minha parte não (é enfática).

Reginaldo: Em algum momento a avaliação era utilizada como ferramenta mantenedora da disciplina?

Terezinha: Não, isso eu não usei. Eu exigia disciplina porque eu acho que matemática sem disciplina não consegue.

Reginaldo: Mas em algum momento a senhora utilizou da avaliação como artifício para que os alunos apresentassem disciplina? Ou observou que isso era comum?

Terezinha: Não, disciplina era uma coisa que eu exigia mesmo, independente de tudo.

Reginaldo: Mas a senhora utilizou da avaliação em algum momento pra manter a disciplina?

Terezinha: O aluno e matemática tem disciplina por que precisa aprender. Então é automático, ele tem que ficar calado, ele sabe disso, e se não ficasse tomava uma atitude. Eu dizia assim: Enquanto eu falar vocês se calam, vocês vão me ouvir depois podem fazer a pergunta que quiser, fiquem a vontade, mas primeiro eu quero falar pra todos né. Nisso eu era chata... (risos)

Reginaldo: Ao lecionar, em algum momento por parte da senhora ou de um companheiro de trabalho, percebeu a utilização da avaliação como uma ameaça pra manter disciplina?

Terezinha: Não, não tinha dessas “vingancinhas”.

Reginaldo: Nunca percebeu se algum professor tinha esse costume?

Terezinha: Eu não sei sabe, eu tinha meu jeito de ser, pra mim tem que ficar quieto, tem que me ouvir, na hora própria pode falar. Quem aprendeu melhor, ajuda quem tem mais dificuldade, mas não levava em consideração a disciplina na avaliação. Tinha que ter a disciplina (enfática)

Reginaldo: Como a senhora dava nota nessa avaliação? Como a senhora pensava o ato de dar a nota nessa avaliação?

Terezinha: Era estipulado o valor das questões, então se tinha 10 questões era 1 ponto cada uma, a mais difícil 1,5, eles sabiam o valor das questões.

Reginaldo: A senhora mensurava esse índice antes da avaliação ou era feito com os alunos esse peso nas questões?

Terezinha: não, eu combinava, quando eu passava a prova eles sabiam que todas as questões valeriam 1 ou 1,5, já estava estipulado antes. Então quando eles pegavam já sabiam, quando eles pegavam a prova corrigida, vai ver o que tinha e vai ver que eu dei.

Reginaldo: Que era baseada na dificuldade?

Terezinha: Baseado na dificuldade das questões, coisinha mais simples 1 pontinho, ou meio pontinho, coisinha assim, estipulado. Podia por até ao lado da prova já o valor de cada questão.

Reginaldo: E a senhora tinha uma preocupação com a particularidade daqueles alunos que tinham mais dificuldade ou todos eram avaliados na mesma forma?

Terezinha: Todos eram avaliados da mesma forma, tá. A preocupação era durante a aula chegar até eles ver o problema qual é e ajudar mais um pouco, mas na hora da nota eu era muito fria (com ênfase).

Reginaldo: E esses alunos que tinham essa certa dificuldade, como que eles reagiam a essa padronização da avaliação?

Terezinha: Não tinha em todo esse tempo o aluno querer e ficar dando como ele achava, era assim e era assim. Ele tinha que aceitar e se preparar pra isso.

Reginaldo: E como eles recebiam a avaliação? Como eles recebiam a marcação dessa avaliação, como eles recebiam a ideia de ter que ser avaliados?

Terezinha: Mas é normal isso, não tinha a ideia... (comentários).

Reginaldo: Por mais que eles sabiam que haveria avaliação, mas o ato de marcar a avaliação, deveria ser um fato diferencial em aula?

Terezinha: Não, não, não tinha diferencial. Ele sabia que aquele dia ia ser a prova, se prepare ou não se prepare, queira ou não queira, se ficasse doente, vinham com um papel ou a mãe vinha conversar antes, mas era um dia normal. Só que aquele dia, especificamente seriam avaliados pra constar nas notas mesmo.

Reginaldo: Apesar de ser considerado um dia normal, havia uma preocupação do aluno em fazer a avaliação, em se preparar para a mesma?

Terezinha: Com certeza, eu acho. Impossível, só muito displicente mesmo, por que como até hoje o aluno, nem que ele não estude, ele sabe que vai ter a prova, ele deve ter a preocupação dele.

Reginaldo: Mas naquela época a senhora percebia que havia um empenho do aluno em sanar as dúvidas para a realização da avaliação?

Terezinha: Eu acho que sim, sempre tem isso. São diferenciados, tem aqueles que são indiferentes, mas tem aqueles que procuram, vem até a mesa.

Reginaldo: No geral a senhora percebia isso?

Terezinha: No geral a gente sente isso.

Reginaldo: Havia a correção dessa avaliação com os alunos?

Terezinha: Claro, acabei de falar, questão por questão na lousa era repetida.

Reginaldo: Quando a senhora fazia essa correção com os alunos, qual era a recepção dos alunos referente as correções das questões que eles ficaram com dúvidas? Eles questionavam a correção?

Terezinha: Não, eles sempre ficavam felizes, ou se ainda não entendiam, vinham até a mesa e perguntavam de novo tudo, mas de modo geral sempre 50% da classe são sempre média ou boa e tem aquela meia dúzia que não está nem aí com a correção.

Reginaldo: E quando a senhora fazia essa correção, os alunos pegavam o caderno e copiavam a avaliação?

Terezinha: Copiavam. Eles estavam com a prova nas mãos, eles viam onde foi o erro e tudo e faziam de novo.

Reginaldo: Em sua formação acadêmica, quais foram os autores, a senhora já disse um e pode repeti-lo, que influenciaram todo o seu trabalho pedagógico na época que lecionou?

Terezinha: Olha, eu no colegial sempre usei aquele “Sete autores” e eu nem sei o nome deles, a gente fala sete autores, e tinha o Geovanni também, que eu sempre gostei para o colegial. Eu nem me lembro, há 20 anos eu não sei o nome dos autores; os setes autores, três livros dos sete autores e esse...

Reginaldo: A senhora lembra o nome de algum desses sete autores?

Terezinha: (longa pausa) Que coisa não... a cabecinha da velhinha tá ruim. Tenho aí, mas nem sei onde estão guardados meus livros.

Reginaldo: Depois do Geovanni quem mais a senhora achou que influenciou?

Terezinha: São só esses que eu adotava, os sete autores foi sempre o meu livro de cabeceira e o do Geovanni também no colegial, que era mais fácil ainda do que os sete autores. Conforme turma os sete autores vai bem ou o Geovanni que é mais suave e Osvaldo Sangiorgi foi minha primeira cartilha, sempre no ginásio, sempre Osvaldo Sangiorgi.

Reginaldo: Na vida toda de trabalho da senhora, sempre esteve forte o trabalho de Osvaldo Sangiorgi?

Terezinha: Ele pra mim é um ídolo sabe? Eu sempre gostei dele na pessoa forma de trabalhar, encher aquelas lousas. Ele não tinha preguiça de repetir, maravilhoso!

Reginaldo: Como a reprovação era encarada pela senhora?

Terezinha: Eu tinha a consciência tranquila, deitava e dormia... (risos). Só não passava mesmo quem não queria, a minha parte sempre eu fiz.

Reginaldo: E a senhora levantava essa hipótese em sala de aula para os alunos?

Terezinha: De que?

Reginaldo: Da aprovação

Terezinha: É claro, é o que a gente mais fazia. Depois papai e mamãe vêm aqui atormentar. Eu sempre alertei para reprovação.

Reginaldo: Eles tinham essa preocupação, esse modo?

Terezinha: É aquilo que eu falo, tem aluno que é certinho, é bom ele acatar tudo, tem aluno que não está nem aí. A gente fazia nossa parte e o resto você colhia depois na hora da avaliação.

Reginaldo: E como era esse processo de reprovação do aluno?

Terezinha: Não, eram dadas as notas, a secretária fazia as listagens, colocava lá fora e o aluno olhava o que passou e o que não passou.

Reginaldo: O aluno questionava o porquê da reprovação?

Terezinha: Você sabe que geralmente eles já estavam conscientes do que ia acontecer. O aluno quando ele planta ele colhe.

Reginaldo: E a senhora já trabalhou como professora recuperadora?

Terezinha: Pouco. Porque sempre tinha recuperação na minha matéria, eu não gostava de recuperar os meus alunos. Se fossem outros alunos eu recuperaria com prazer, mas os meu eu já conhecia, e quem ficava pra recuperação é por que não conseguiu entender nos 200 dias do ano, não será nos 15 dias de recuperação que ele ia entender porque eu não sou milagrosa.

Reginaldo: E como era a avaliação nessa época de recuperação?

Terezinha: Se podia dar o mínimo nesses 10 ou 15 dias e era o mínimo que se exigia também, se não produzisse naquele mínimo que a gente pedia, reprovava.

Reginaldo: E os alunos por saber da possibilidade de recuperação, havia neles uma tranquilidade no decorrer do ano ou não encaravam de dessa forma, e sim como um demérito?

Terezinha: Só de demérito, eles achavam que era um “castiguinho” que a gente dava de fim de ano, então eles lutavam pra não ter esse período e entrar de férias mais cedo.

‘ A senhora tem alguma coisa que ache interessante falar sobre o ato de avaliar no trabalho cotidiano do professor?

Terezinha: Eu como professora só recomendo que tudo a ser feito, tem que ser feito na ousa claramente, refeito, mostrado, chamar aluno pra refazer, fazer novas questões, dar um numero grande de exercícios para casa e fazer a correção do que dado pra casa. Porque não adianta dar uma tarefa e dar um visto, então dá menos questões, mas faz a correção, ou não dá. Então eu ia de carteira em carteira ver se fizeram a tarefa e depois fazia a correção das questões na lousa. Já no colegial não, por que eles falavam que não precisava e eles já iam pessoalmente à mesa e já via a dúvida que tinha, eu, naquelas questões de duvida eu não perdia tempo com correção, já no caso de quem pedir e que tinha duvida.

Reginaldo: Então comparando com a época que a senhora lecionava, apesar de já ter dito que hoje em dia perdeu um pouco o contato, a senhora acha que hoje em dia existe uma flexibilidade do ato de avaliar, para que uma quantidade de alunos fosse mais bem colocada em status?

Terezinha: Você é muito... (risos). Nossa, se preocupa em ofender..

Não, eles queriam passar mesmo. O que a gente foi mais maleável pra empurrar foi. Como hoje estão empurrando desde o analfabeto até o semianalfabeto, não tem mais essa de querer que o aluno saia sabendo. Se ele entra com um “tiquinho” e aumenta meio “tiquinho” a maioria, tem os bons que

aproveita. Mesmo da parte dos professores acho que está péssimo o ensino. Culpo os professores por que acho que tem que fazer a parte da gente, não é porque ganha pouco, se você se propõe a dar uma aula e ensinar, tem que fazer a sua parte, mas hoje virou um relaxo da parte dos professores e direção, e está tudo nisso que está, cada vez pior.

Reginaldo: As avaliações que estão sendo feitas hoje estão dando pra mostrar isso?

Terezinha: Pelo que vejo, pelos parentes, sobrinhos e netos são muitos trabalhos em casa e daí apresenta e ajuda no zero da prova, os alunos estão passando por que ligam o computador, faz trabalho e apresenta ou vai para o professor particular e ele faz para eles. Vai lá “0” mais “10” divide por dois dá “5” é essa a nota final do aluno... (risos).

Reginaldo: A senhora tem mais alguma coisa que quer deixar?

Terezinha: Eu quero só deixar que deveria fazer uma reciclagem da gente pra por na secretaria da educação, por que essa cartilha que emitiram agora com erros e essa barbaridades, essa flexibilidade tem que acabar. Agora com esse negócio de modernizar, acompanhar o que se passa, deixar o aluno na escola como se tivesse numa vida normal...(descontentamento). Escola é pra aprender, aquelas 4 ou 6 horas que se passa lá é pra aprender, deixa o que está fora, fora. Divertimento tem tempo, lá dentro é sentar numa carteira e ouvir bastante, e o professor fazer o possível pra dar de si o bastante também, mas isso do jeito que está acho uma palhaçada.

Reginaldo: E essas avaliações que a senhora consegue ver, SARESP, Prova Brasil, ENEM...

Terezinha: Você viu as avaliações? O Piauí teve o melhor aproveitamento (indignação).

Reginaldo: Acha que os resultados dessas avaliações estão sendo o reflexo?

Terezinha: Eu acho que ninguém está aí com nada, lá pra essas cidades que os alunos foram bem aprovados foi uma satisfação pessoal.

Reginaldo: A senhora acha que essa avaliação realmente consegue mensurar como está a educação hoje?

Terezinha: A educação está na cara que está péssima

Reginaldo: Mas essas avaliações conseguem mensurar isso?

Terezinha: Em partes. Melhor que nada, eu acho que até os professores deveriam ser mensurados, por que está muito relaxo e eu não sei onde isso vai parar, sinceramente. Uma anarquia educacional.

Reginaldo: Muito obrigado professora.

Terezinha: Se eu for punida por isso te mato... (risos)

Reginaldo: Muito obrigado pela participação professora.

Terezinha: De nada, foi um prazer.

2ª Parte

Reginaldo: Bom dia Professora!

Terezinha: Bom Dia!

Reginaldo: Retomando nossa entrevista.

Reginaldo: Quando a senhora era aluna ainda, como era a estrutura da avaliação que o professor aplicava pra vocês?

Terezinha: Meu Deus do céu! Sei lá, eu sempre fui antiga.

Para mim não mudou nada. Porque como meus professores faziam era resolução de problemas, nos mínimos detalhes, resolução de equações. Pedia assim não tinha outro termo: resolver as equações, calcular o valor numérico de uma expressão. Era bem objetivo não tinha... Resolver o sistema, achar o conjunto verdade deste sistema, determinar o conjunto verdade... Em geometria eram problemas de geometria. Quando eu lecionei desenho geométrico eu não dava desenho, eu dava geometria... os problemas de geometria, sabe? O pessoal fazia pergunta de pirâmides, de altura e tudo... Eu uni, eu lecionava na mesma classe matemática e desenho, então eu começava no começo do livro a matemática, tudo o que tinha na série e depois começava com a geometria, calculo do volume de pirâmide, cone. Então até o fim do ano

eu juntava as duas, mas em desenho eu não dava desenho de desenhar, eu ensinava a fazer uma pirâmide, mas mostrava o que era altura e sempre consistiu na coisa bem objetiva, não tinha grandes... nada de fricote moderno, viu? Era sempre assim, objetivo... Determine o conjunto verdade... resolva esta equação... resolva este sistema, como meus professores davam.

Reginaldo: Quando esses professores davam essas questões, as provas eram muito extensas ou eram poucas questões?

Terezinha: Não. Não eram extensas não. Eram 10 questões, 8 questões, mas que gastava tempo e dava tempo de fazer uma revisãozinha, conferir, né? Fazer, aquele tempo mínimo de terminar, a gente dava sempre uns 10 minutinho pra pessoa quando enroscava numa questão... voltar, ver e rever. Mas não tinha perguntas em termos modernos, eram bem objetivas as perguntas.

Reginaldo: Existiam problemas?

Terezinha: Sim, problemas...

Reginaldo: E esses problemas buscavam relacionar com coisas do dia a dia de vocês?

Terezinha: Os problemas eram seguidos pelo livro mesmo: problemas de porcentagem, juros... no colegial: de elipse, parábola... Eram problemas bem objetivos, conforme o livro mandava... o livro já era moderno, nos termos, né? Não era eu que inventava.

Reginaldo: Mas não tinha uma relação com o dia a dia de vocês?

Terezinha: Não, a gente não se preocupava, infelizmente, sabe? Eu acho que essa preocupação com o dia a dia, é boa, mas eu gosto mais da matéria bem seca, ali na coisa mesmo. Esse negócio de ficar inventando muito com o dia a dia... Mas é bom para o aluno, porque ele navega no dia a dia, né?

Reginaldo: Mas nos problemas que os professores trabalhavam não tinha esse tipo de coisa?

Terezinha: Não tinha muita coisa, não tinha esses enunciados se referindo a problemas do dia.

Reginaldo: A senhora chegou a fazer alguma avaliação em forma de teste?

Terezinha: Eu não gostava, nunca fui fã de teste...

Reginaldo: Mas os professores da senhora, quando era aluna se preocupavam com os testes?

Terezinha: Em matemática não, em história ou outras...

Reginaldo: Mas em matemática?

Terezinha: Em matemática não fui criada com teste...

Reginaldo: A professora nunca trabalhou com essa ideia?

Terezinha: Nunca trabalhou com teste, inclusive eu sinto que deveriam ter preparado a gente um pouco pra teste, né? Mas nunca, nem na faculdade, nem no colegial, nem no ginásio. Não existia teste, provas impressas... dava teste e vem prontinha, isso não existia.

Reginaldo: Quando a senhora já era professora a senhora fez essa ligação da forma como seus professores avaliavam e a forma como a senhora avaliava seus alunos? Tinha uma relação das duas maneiras?

Terezinha: Não... Eu fazia do meu jeito, conforme eu ministrava a matéria, eu exigia... independente, não pensava... passado era passado. Eu dava matéria...

Reginaldo: A senhora nunca seguiu?

Terezinha: Não, a única coisa que gostava de seguir era a disciplina, porque eu queria que ficassem quietos quando eu falava, o resto eu era eu. E brincava muito com os alunos... Brincava assim... Fazia coisas assim de leve, mas deixem que eu brinque... Eu que faça... queria ser a palhaça sozinha. No fim de carreira, pois no começo de carreira eu era muito chata, sabe? Brava, invocada e daí que eu percebi que você sendo amiga você ganha muito mais, você tem que ter aquele jogo de cintura... Os piores alunos eu punha pra sentar na primeira carteira, mandava buscar giz... (rindo) Tinha um moço eu não te contei... (sussurrando) Pode falar? (rindo) Tinha um moço ele vinha e falava: "Dona Terezinha, minha vontade era entrar na hora da reunião de professores pegar uma metralhadora e matar todos..." Mas eu falei: "Mas eu também?" "A senhora vai estar no meio, o que eu vou fazer? Mas minha vontade era acabar com essa raça". Então eu... "por favor, vem apagar a lousa para mim?" Eu os usava para ganhar a amizade deles, né? Tem um que... Você conhece... Ele tem um o olho vazado, aqui no Fórum. Você conhece? O olho dele é furado.

Moreno... Bravo... Um cavalo... Mas eu ó... Fazia aquela amizade, cumprimentava e tudo bem, né? O moço nunca me fez “malcriação”, mas para as professoras mais bravas ele era um cavalo, assim estúpido mesmo. Então eu aprendi com o tempo que você procurando ser amiga, não dando liberdade... você dá atenção para ele, procurar se inteirar dos problemas dele, você ganha o aluno... principalmente o colegial, você que saber trabalhar com o colegial, porque se você for dar uma de valentão você se sai mal. Você tem que ter uma diplomacia com o colegial, grande, né? Faculdade eu nunca lecionei. Agora, criança não, a criançada tem que trazer mais na rédea curta, mas no colegial você tendo jeito você ganha à amizade deles, ganha tudo. Porque eles ficam tristes quando a aula acaba.

Reginaldo: Quando a senhora era aluna ainda, vamos ver se a senhora consegue lembrar-se disso. Quando o professor dava essa avaliação ele corria e depois dava uma resposta pra vocês, correto?

Terezinha: Não. Ele só corrigia.

Reginaldo: Ele não comentava nada? Não dava um retorno para vocês?

Terezinha: Isso é que meu professor fazia comigo. Eu não, após a prova eu fazia todas as questões na lousa...

Reginaldo: Com os alunos...

Terezinha: Eu fazia como eu queria que eles tivessem feito.

Reginaldo: Na época que senhora era aluna o professor não dava essa cobertura para vocês?

Terezinha: Não, não, ele apenas dava e dava a nota e... era nota de 1 a 100?

Reginaldo: Não comentava o que errou?

Terezinha: Não, não tinha disso. Principalmente a de matemática ele era muito bravo, se a gente fizesse assim ele já... (gritando) “ O que foi? Não entendeu?” Mas tive um professor excelente, sete anos o mesmo, bravo, enérgico, trabalhador, consciente da profissão... Maravilhoso...

Reginaldo: Qual nome dele?

Terezinha: Nilton Pimenta Neves, ele era de Santa Rita¹, até. Ele foi expulso daqui por exigir, maravilhoso, Seu Nilton Pimenta Neves. Sete anos, o mesmo

¹ Cidade de Santa Rita do Passa Quatro- SP.

professor. O professor era muito bom, porque era uma sequência, sabe? Naquele tempo não tinha dois, três professores, era um pra escola inteira de matemática, de português. Eram poucas aulas e um só dava conta da escola. Atualmente dois três à noite, cada hora um, o aluno muda... O que acho engraçado, sabe? É... Os programas... Quando eu vim para Porto Ferreira saia no Diário Oficial, programa da 5ª série, da 6ª série a serem dados. Então todas as escolas seguiam aquilo, então se um aluno se transferisse daqui para outra escola ou para Pirassununga a programação era a mesma, atualmente cada um faz seu planejamento então eu começo aqui por função o outro começa por geometria e quando o aluno se transfere, mesmo de escola para escola... Tinha professor que começava na 5ª série com geometria, então é um choque para o aluno em geometria na 5ª série de cara, embora sejam noções, eles não gostam. Quando não sistema métrico, sabe? Não pode, eu acho que tem que haver uma coerência de programas, deveria sair no Diário Oficial: "Todas as escolas na 5ª série..."

Reginaldo: Agora tem...

Terezinha: É?

Reginaldo: As escolas do estado têm um programa que chama: "Currículo Básico do Estado de São Paulo", se não me engano, que todos os professores são obrigados a seguir, tanto que tem até o material que ele é igual para todas as instituições. Todas as escolas seguem o material e esse material tem desde o 6º ano até o 3º ano do ensino médio.

Terezinha: Então melhorou! Era assim...

Reginaldo: Esse material está a mais ou menos quatro anos...

Terezinha: Alunos se transferiam do Washington para o Djalma, o professor começa a matéria, não começava o começo do livro... Eu sempre comecei pelo começo. Porque a sequência é uma sequência...

Reginaldo: Mas agora tem um material, vem até um caderno do aluno, onde ele segue os conteúdos e o professor, também continua tendo o livro didático, onde ele faz o acompanhamento dos dois e ele prepara sua aula em cima do que é o currículo básico e em cima do material e da formação que ele tem.

Terezinha: Então, desculpa. Estou por fora de tudo, estou por fora e não quero me inteirar, eu não tenho mais filho e nada e neto já está na faculdade. (risos)

Reginaldo: Como eram os Exames de Admissão?

Terezinha: Os Exames de Admissão era uma avaliação normal de português e matemática, eu tenho a impressão que não tinha outro lá. Era só português e matemática, mas não tenho certeza... (fica com um semblante pensativo). Não! Tinha sim, tinha geografia, história. Eu me lembro que a gente tinha que saber tinha que saber capitais as capitais do Brasil e da Europa inteira, tinha no de Admissão. Mas era uma prova normal, uma avaliação normal, tinha matemática, o dia de português, o dia de história, geografia, era uma avaliação normal.

Reginaldo: Qual era o determinante na seleção para decisão de admissão: simplesmente uma nota de corte ou era uma lista de classificação, na qual o aluno entrava, independente da nota, caso houvesse vaga?

Terezinha: Eu não me lembro com certeza, mas eu acho que era por classificação, pois eu nunca soube que sobrou vaga em nenhuma escola. Logicamente tinha prioridade as notas maiores e em ordem decrescente e se sobrasse vaga. Mas isso eu não posso afirmar que era um problema de secretaria, a parte da gente era dar a prova e dar as notas, depois... Eu tenho quase certeza que era classificatória.

Reginaldo: Como era recebida a notícia de não admissão? A senhora teve contato com alguma família, que soube que o filho não foi admitido? Como era recebido isso pela família e pelo aluno?

Terezinha: Era normal, naquele tempo alunos respeitavam os pais e os professores. Então os pais sempre acatavam o que acontecia nas escolas.

Reginaldo: Como eram os Exames Finais?

Terezinha: Depois de ingressado na escola?

Reginaldo: Sim.

Terezinha: Era normal, também. Era matéria do ano todo, fazia-se uma avaliação geral de todo o assunto, uma questãozinha de cada assunto. Não eram poucas questões, eram várias questões, avaliando o ano todo. Logicamente que a gente não iria pegar coisa difícil... E depois a gente dava essa nota e tinha o Exame Oral, mas era como aluno ou professor?

Reginaldo: Como professor, tendo o enfoque no ensino da escola industrial.

Terezinha: Mesma coisa, a Escola Industrial era uma escola equivalente a não-industrial, com todas as matérias só que com oficina, cerâmica, culinária, costura e não sei mais o que era da parte masculina.

Reginaldo: Nessa Escola Industrial, já que é nosso enfoque, como que era esse Exame Final? Era o mesmo nome?

Terezinha: Mesmo modo, não havia diferença entre Industrial e Estadual.

Reginaldo: O exame era igual?

Terezinha: Mesma coisa, trabalhava do mesmo jeito, a prova era da mesma forma, a avaliação... Não tinha... Só oficina que não sei se tinha nota, a parte das oficinas eu não sei como eram avaliados. Eles construíam peças, era muito interessante... A parte de cerâmica... Bom tinha avaliação, o professor era muito rigoroso, então eles eram avaliados, exigido durante o ano já... A produção era durante o ano já, não era através de prova a parte de cerâmica, nem ... Mas a nossa avaliação, do professor de matemática era tudo normal.

Reginaldo: Como eram os Exames de 2ª Época?

Terezinha: Era um exame normal, também... Só que a gente maneirava um pouco no pedido das questões e tudo, mas era formulado como se fosse o primeiro exame, não tinha grande coisa as questões de um modo geral.

Reginaldo: Ele era interpretado como recuperação?

Terezinha: Sim, porque era para ver se o aluno teve alguma melhora nesse um mês que ele teve para estudar.

Reginaldo: Nos arquivos encontrados na Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, referente ao ano de 1975, o nome 2ª Época deixou de existir e no lugar dele colocaram a palavra recuperação. A senhora sabe o por quê?

Terezinha: Eu acho que deveria ser “enganação”, porque em 15 dias ninguém recupera ninguém, de um monte de alunos que foram vagabundos o ano todo. Porque geralmente a gente só deixa mesmo aqueles que são bem fracos, o que é possível a gente recupera durante o ano. Então não é em 15 dias que você vai fazer milagre, então é oportunidade pra aprovação, só.

Reginaldo: Sei que é puxar muito da memória da senhora, mas no ano 1976 não foi encontrado nos arquivos (Livro de notas finais) do “Djalma” a palavra recuperação, sendo que isso ocorreu um ano após a mudança de 2ª Época para Recuperação. Nesses arquivos foram encontrados alunos com 2, 3 e até 4 notas vermelhas ou estourados em falta. Puxando do prontuário destes alunos foi verificado a anotação “Aluno aprovado pelo Conselho em 2ª chamada”. Isso quer dizer que, nessa época, o aluno não precisava mais fazer recuperação, simplesmente era aprovado pelo conselho?

Terezinha: Olha! Eu não me lembro se tinha que fazer recuperação. O Conselho eu me lembro, cada aluno era julgado em cada matéria que ficou, se ele ficasse em três matérias consultava o professor, ele expunha e os colegas aprovavam ou não. Por que também conheciam os elementos, então ele (o aluno), às vezes, era julgado três, quatro vezes sim... Três matérias, três vezes ele ia para a avaliação. Mas se tinha recuperação antes, eu não me lembro, eu acho que não tinha recuperação, era só mesmo o conselho.

Reginaldo: Em 1975, houve a mudança de nota com número (0 a 10) e passou a ser considerado conceito de A à E. Como que essa mudança foi recebida por vocês professores?

Terezinha: Por mim, pessimamente. Porque o aluno não vindo ou não fazendo nada, entregando a prova em branco ele já ganhava o E que é 1 ponto. Absurdo, qualquer coisinha que ele fizesse tinha direito ao D que já valia 2 pontos. Fica muito distante só cinco conceitos para dar, então o aluno erra uma coisinha tira ou A ou B, outro não erra nada fica com A, sempre erram alguma coisa... Então, antes a gente podia avaliar nove, nove e meio, oito e meio, então tinha ordem decrescente de acordo com os errinhos. Mas eu detestei, eu achei muito... O aluno fazia um trabalho, copiava de alguém o trabalho... Há, tinha isso... Geralmente, outras matérias, não a minha, o aluno apresentava o trabalho, então no mínimo o professor dava C para ele, isso era o mínimo, sem ler o trabalho já era C, quando não dava um A pela apresentação. Então isso ajudava muito, só tem três conceitos... Já dava um ponto por não ir... (risos), fez o favor de não vir ganha um ponto. Eu, pra mim foi horrível essa avaliação.

Reginaldo: Essa mudança de nota para conceito, fez com que a senhora mudasse o modo de avaliar?

Terezinha: Você tem que mudar, porque você está limitado entre o aluno regular e bom, só no B e o A. Você tem que ter um jogo de cintura pra decidir qual nota você dá, não é matemático isso, jogar o conceito, sabe... Tinha também, não sei se é nessa época que o professor tinha que dar uma avaliação final para o aluno, pelo que ele foi durante o ano, então tinha que dar um A, um B ou um C, não sei se você nas suas pesquisas percebeu. Tinha uma papeleta só do conceito final que você dava para o aluno de como ele se comportou, mas geralmente de quem passou você dava de C para cima, né?

Reginaldo: Como a senhora mudou a estrutura da avaliação da senhora para que se encaixasse com esse novo modelo de atribuição de conceito?

Terezinha: Não é mudou, sabe... Eu fazia um combinado com eles... “até tantas questões é C, tantas questões...” Eu combinava, deixava por escrito. “Tantas questões vai ter D, vai ter A, vai ter B, vai ter C.” Então era combinado, eles já sabiam quanto eles iam tirar, porque já estava definido.

Reginaldo: Tinha aula aos sábados?

Terezinha: Tinha! (com grande exclamação). Em que ano você está perguntando?

Reginaldo: Isso, nesse período de 1960 a 1980. Como que foram essas aulas ao sábado?

Terezinha: Normalmente, só que os efetivos não pegavam aulas nos sábados, sabe? Só os contratadinho que “gramavam” até 4h30min, 5 horas. Eu fui uma.

Reginaldo: Em até que período que a senhora lembra que teve aula aos sábados?

Terezinha: Há agora? (risos) Não sei.

Reginaldo: Como eram? Normais?

Terezinha: Normal, normal... As matérias, o que a gente ia dar, trabalhava como um dia normal. Não tinha sábado no calendário.

Reginaldo: Foi percebido na década de 60 que muitos alunos possuíam notas vermelhas e foram aprovados. A senhora sabe me dizer por quê? Nem ficaram em 2ª Época...

Terezinha: Para mim só pode ser conselho, só pode ser coisa do conselho.

Devido ao telefone tocar a pergunta foi refeita.

Reginaldo: Alunos que possuíam notas vermelhas e foram aprovados nesse período de 60 até 70, a senhora sabe me dizer por quê?

Terezinha: Com certeza foi conselho. Conselho era outra colher de chá que dava para os alunos e na “fritada dos ovos” passavam todos, infelizmente. (semblante sério)

Reginaldo: E como que isso era visto por vocês professores?

Terezinha: Bom! Eu sempre fui mais chata mesmo, eu não gostava disso. Eu acho que o aluno não merecia essa chance, raramente um aluno merecia uma oportunidade desta, fora isso era “marmelada”.

Reginaldo: Referente a construção das avaliações, nesse período de 60 até 80. A senhora já ouviu, alguma vez, falar sobre o trabalho ou sobre os livros de Benjamin Bloom?

Terezinha: Não, nunca. Não o conheço.

Reginaldo: Mas na estrutura, na formulação das questões da senhora que tipo de palavra, que tipo de verbo a senhora usava? A senhora já ouviu falar do verbo calcule? Efetue? A senhora usava esse tipo de palavra?

Terezinha: Eram esses os termos que traziam os Livros Didáticos; calcule, efetue, demonstre... Não, demonstre não, porque já não tinha mais teorema... Não, mas tinha demonstrar sim, como equação da biquadrada lá, né? (pensativa e revalidando a resposta). Era assim mesmo, efetue, calcule. Que mais? Há não sei menino, minha cabeça ta fraca... Determine...

Reginaldo: Então esses termos eram bem usados?

Terezinha: Eram os usados... (sendo enfática)

Reginaldo: A ideia de contextualizar, problemas que envolviam o cotidiano do aluno vocês não trabalhavam?

Terezinha: Não, outra questão que tinha muito em matemática, que tem até hoje e eu acho muito... Era verdade ou falso, não é... Então existia muito essa questão “coloque V ou F conforme a questão, verdadeiro ou falso...”. Isso é atual.

Reginaldo: E essas atividades mensais... Porque teve um grande período que as notas eram mensais e não eram bimestrais. Como eram essas atividades? Como que vocês davam essa nota mensal?

Terezinha: Para mim na minha matéria, os outros eu não sei, sempre foi prova mesmo, resolver em classe, nunca dei nota por trabalho de casa, porque sempre tem mão de gato, né? Então eu fazia duas provas bimestrais, uma num mês a outra no outro e se por acaso fosse mal, de um modo geral, eu dava uma outra oportunidade. Depois da prova que fosse mal eu fazia um comentário, resolvia as questões de novo, dava um novo ensinamento e dava outra oportunidade, mas constavam de duas provas normalmente... A média das duas.

Reginaldo: Além destas atividades mensais, buscando nos arquivos do Ginásio Industrial, atual Escola Estadual “Dr. Djalma Forjas”, foi verificado dois tipos de atividades, além do Exame Final, que era a 1ª prova parcial que era dada no mês de junho e a 2ª prova parcial que era dada no mês de novembro. A senhora lembra?

Terezinha: Que ano isso?

Reginaldo: Isso na década de 60...

Terezinha: Não... Eu não me lembro disso não... Pra mim eram quatro provas bimestrais, provas não, quatro avaliações bimestrais, né? Sempre a Média das duas provas mensais e não que eu não desse trabalho para casa. Sempre dei muito exercício para resolver em casa, mas não considerava nota nisso, porque sempre tem ajuda de pai, mãe, irmão e vizinho, né? Então, tarefa diariamente tinha, mas sem ter nota. Essa prova de junho, eu não me lembro disso, pra mim a prova a avaliação era só a final mesmo, pra aprovar ou não.

Reginaldo: Porque no arquivo foi encontrado que existiam as notas mensais e existia a prova parcial que era dada em junho e uma outra prova parcial que era dada em novembro, além do Exame Final...

Terezinha: Não me lembro da prova de junho...

Reginaldo: Que era matéria do 1º semestre, a de novembro que era matéria do 2º semestre e o Exame Final que englobava tudo...

Terezinha: Não me lembro disso, só me lembro que eu dava prova mensal e depois fazia uma média bimestral e só. Eram quatro notas bimestrais e o Exame Final, prova final.

Reginaldo: Eu vou dizer para senhora, conforme foi achado nos arquivos, veja se a senhora lembra como que era... Segundo o arquivo no final do ano era atribuída uma nota final, tudo bem? Essa nota final era uma média entre a nota da Cultura Geral, Cultura Técnica e do Exame Final. Essa nota de Cultura Geral, que eram as disciplinas de português, matemática, história... era feita através da média bimestral, que era março e abril, maio e junho e depois agosto e setembro, outubro e novembro, em que o mês de março e abril tinha peso 1 e os outros bimestres peso 2, depois no final de tudo isso tinha aquele exame parcial que eu disse pra senhora. Encima desse exame parcial e dessa média mensal você jogava um peso 3 e calculava uma média final com a Cultura Técnica, que era o mesmo procedimento e a nota do Exame Final. A senhora se lembra disso?

Terezinha: Eu me lembro do peso sim, mas era problema de secretaria fazer esses cálculos todos, mas...

Reginaldo: Vocês não tinham acesso, vocês só davam as notas?

Terezinha: A missão da gente era dar a nota, entregar a papeleta e o resto era problema de secretaria.

Reginaldo: Quem controlava isso e organizava tudo era a secretaria. Todos os cálculos de nota eram feitos pela secretaria

Terezinha: Peso, tudo isso era feito pela secretaria.

Reginaldo: Então vocês não influenciavam nessa nota final, ou melhor, no cálculo dessa nota final?

Terezinha: Não, não, não... (risos)

Reginaldo: Nos anos anteriores à década de 60, houve um período em que a escola não era de 4 anos, quando a escola ainda era Escola Artesanal, há muitos cursos em que a escola era de dois anos apenas?

Terezinha: Só, se for na parte de oficina, pois desde que eu entrei em 64...

Reginaldo: Antes desse período. Porque a partir de 61 foi colocado 4 anos.

Terezinha: Eu ouvi um comentário, sim. Era um artesanato mesmo, a escola era bem...

Reginaldo: Que era Escola Artesanal.

Terezinha: Era Artesanal, mas eu não peguei essa parte.

Reginaldo: Ma a senhora se lembra disso?

Terezinha: Não, eu me lembro que a escola tinha menos anos, sim. Inclusive os professores não precisavam ser habilitados. Professor primário, como era chamado, dava aula de matemática, de português, era tudo um “quebra galho” depois que veio exigindo, mesmo, professor licenciado.

Reginaldo: Então quando a senhora colocou o pé na escola em...

Terezinha: 64

Reginaldo: Já eram 4 anos...

Terezinha: Já! Então... Inclusive quem dava matemática era a mulher do diretor que era professora primaria, eu tirei a mulher do diretor porque eu era licenciada.

Reginaldo: Muito obrigado professora, por disponibilizar esse tempo para mim.

Terezinha: Que isso, disponha. Foi um prazer.

Reginaldo: Muito obrigado Professora, não ocupar mais seu tempo (risos)

Terezinha: Disponha, gosto de falar com você!

Entrevista 2

Professora Vera Terezinha Bissoli Gomes

Reginaldo: Bom dia Professora!

Vera: Bom Dia!

Reginaldo: A Senhora pode falar seu nome completo?

Vera: Vera Terezinha Bissoli Gomes.

Reginaldo: Qual é a sua formação?

Vera: A minha formação foi para o magistério. Estudei na Escola Normal de Jaú, Escola Normal “São José” de Jaú. Eu fiz desde o primário lá, pois antigamente era o primário, e depois eu fiz a parte de ginásio e depois eu fiz a parte normal, que era o magistério. Foi mudado, antes era normal e depois passou a magistério, houve várias mudanças que eu nem me lembro, também, quais as mudanças que houve.

Reginaldo: Em que período a Senhora atuou como professora?

Vera: Como professora eu atuei de 1954 até 1985.

Reginaldo: Esse período em que a Senhora atuou como professora, em quais escolas a senhora trabalhou?

Vera: Eu trabalhei em Jaú, numa escola do Grupo Escolar de Pouso Alegre de Baixo, era chamada “Grupo Escolar de Pouso Alegre de Baixo”. Depois eu fui para Jundiaí e fiquei como substituta efetiva no “Siqueira Moraes”. Ai vim para Porto Ferreira e fiquei como substituta efetiva no “Sud Mennucci” e trabalhava também no Ginásio Industrial de Porto Ferreira.

Reginaldo: Nesse Ginásio Industrial de Porto Ferreira a Senhora lecionava matemática?

Vera: Aí eu lecionava matemática, que correspondia mais ou menos a uma quarta série. O programa que vinha para nós darmos era correspondente mais ou menos a uma quarta série, terceira ou quarta série, que eu acho que antigamente nem se tratava de série. Era o primeiro ano, segundo ano, terceiro ano e quarto ano, porque o forte dos Ginásios Industriais era a parte técnica dava uma continuidade no ensino de matérias específicas como português, matemática, historia e geografia, eram as matérias em que tinham lá e que eles pediam para o currículo.

Reginaldo: A Senhora se recorda da época em que lecionou, um pouquinho de como era ou foi o Movimento da Matemática Moderna?

Vera: Olha! Na Matemática Moderna nos tivemos vários cursos aqui em Porto Ferreira e tivemos fora também fora também para adaptamo-nos.

Reginaldo: Quem vinha aqui a Porto Ferreira para dar esses cursos?

Vera: Devem ter sido professores, não me lembro de ninguém. Vieram pessoas que eram ligadas aos Ginásios Industriais.

Reginaldo: Eles vieram de onde?

Vera: Devem ter sido professores de matemática que tiveram também orientação de outras pessoas que devem ter feito parte dessa Matemática Moderna.

Reginaldo: E como eram esses cursos, a Senhora lembra?

Vera: Os cursos eram aulas teóricas, algumas explicações em que era dado, mas poucas. Eu achei que foi um dinheiro mal empregado nessa época, porque se gastou muito e pouca coisa era dada.

Reginaldo: E esses cursos que eram feitos fora, foram todos custeados pelo estado ou vocês tinham que pagar?

Vera: Não, era proporcionado pelo estado.

Reginaldo: Em que cidades eram feitos estes cursos?

Vera: Foi em Jundiaí e Araraquara.

Reginaldo: Eram ministrados nas Escolas Industriais?

Vera: Sim, destas cidades, aos professores de matemática...

Reginaldo: A Senhora lembra como eram os conteúdos dessa época da Matemática Moderna?

Vera: O conteúdo começou muito devagar.

Reginaldo: Mas, se mudou de como era trabalhado antes o conteúdo, como era trabalhado durante e após essa matemática moderna.

Vera: Nessa Matemática Moderna, o que me lembro e achei, é que eles não forçavam muito o raciocínio da criança e que o antigo forçava mais do que essa Matemática Moderna.

Reginaldo: Como era o Antigo?

Vera: O antigo, problemas e a resolução. Eu gostava mais do antigo que do moderno ou eu que me adaptava mais ao antigo, porque eu estudei também pelo antigo e fui aos poucos me adaptando a esse moderno.

Reginaldo: E essa mudança, esse moderno e essa adaptação que a Senhora fez, como que isso foi refletido na avaliação dessa época da Matemática Moderna?

Vera: Não, na avaliação não houve muita mudança não...

Reginaldo: Como era a avaliação nessa época?

Vera: As avaliações eram por meio de questões, eu pelo menos fazia assim, sobre a matéria dada durante o mês, mas achava que só isso não satisfazia e eu ainda utilizava de outros meios para a avaliação.

Reginaldo: Quais?

Vera: Por exemplo, pesquisas. Nós tínhamos como coordenador, nessa época, o Professor Jadyr Salles, eu acho que você até já ouviu falar dele. Ele era o coordenador que foi colocado para entrosar as várias disciplinas.

Reginaldo: Nesse entrosar que a Senhora fala, em algum momento se ouviu dizer o termo interdisciplinar?

Vera: Não, na época não. Era entrosamento o termo usado, era entrosamento que se fazia entre as várias disciplinas. Então por exemplo: matemática e desenho nos tínhamos que fazer o entrosamento, apesar de que a matemática se entrosava com quase todas.

Reginaldo: Em que ano isso era forte?

Vera: Foi mais ou menos em 1965 que colocaram o professor Jadyr como coordenador para fazer esse entrosamento.

Reginaldo: Ele foi contratado com essa função?

Vera: Foi contratado pelo Ginásio Industrial para esta função.

Reginaldo: Como viam isso?

Vera: Ele dava aula de ciências, mas ele passou para esse setor. Eu, pelo menos, achava muito bom porque entrando em entendimento com a professora de desenho facilitava bastante quando, por exemplo, na parte de área e medidas em matemática eu achei que melhorou bastante. Eu deixava de ficar explicando essa parte para os alunos porque a professora de desenho dava esta parte, então a gente fazia depois, só a aplicação do problema... por exemplo para achar a área... isso correspondia a 6ª série antigamente...

Reginaldo: Como isso era visto, depois, na avaliação, como esse entrosamento entre as disciplinas era cobrado?

Vera: Nas avaliações não... Cada um fazia a sua avaliação... mas auxiliava...

Reginaldo: Na avaliação não tinha esse entrosamento? Não buscava esse entrosamento?

Vera: Em parte... como havia esse entrosamento entre as várias áreas, então o professor já sabia que podia usar aquilo porque na parte de desenho já tinha sido dado. Então quando ia usar ele aproveitava, nessa parte que também eu acho que auxiliava bastante, porque o aluno tinha que saber que poderia cair na aula de matemática e na avaliação de matemática.

Reginaldo: E esse saber já era pré suposto por vocês professores porque estava em um documento, no papel, ou vocês tinham contato entre si?

Vera: Nós tínhamos contato... Nós tínhamos umas aulas... que nós não dávamos a aula, eu não sei como eles chamavam isso, me esqueci, mas nós ganhávamos justamente pra fazer esse entrosamento, entende?

Reginaldo: Então vocês ganhavam a mais por causa desse trabalho?

Vera: Então, nós tínhamos na época, por mês, oito aulas que eram, justamente, para fazer esse entrosamento entre as diversas áreas.

Reginaldo: Então vocês tinham um momento para se reunir e conversar sobre isso?

Vera: Nós tínhamos...

Reginaldo: E como se chamava? Essa reunião tinha um nome específico? – é que hoje em dia nós falamos HTPC... (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo)

Vera: Eu não me lembro... a Terezinha não falou dessas aulas?

Reginaldo: Ela não tocou nesse assunto, nesse tema...

Vera: Mas tinha... nós tínhamos esse entrosamento sim.

Reginaldo: E tinha algum nome essa reunião? Porque hoje em dia nos falamos HTPC, que os professores se reúnem para conversar...

Vera: Eu não me lembro o nome.

Reginaldo: Que era “hora de trabalho pedagógico coletivo”... Nós falamos hoje.

Vera: Meu Deus... Não... Fugiu... Não sei... Me esqueci...

Reginaldo: Vocês eram obrigados a fazer esse entrosamento ou não? Ficava a critério de vocês?

Vera: Nessa época nos éramos obrigados a fazer... Depois, automaticamente foi abolido, não sei o porquê... se não deu mais certo ou se veio ordem...

Reginaldo: Muito tempo depois?

Vera: Nossa! Bastantinho tempo depois, uns anos ficaram com isso aí, uns quatro anos mais ou menos. Depois, aos poucos, foi sendo abolido e eu não sei por quê?

Reginaldo: Esse entrosamento foi facilitado pela Matemática Moderna ou não? A Matemática Moderna acabou que sendo descartada?

Vera: Não, eu acho que não foi auxiliado na Matemática Moderna.

Reginaldo: Ela não fez diferença nessa época?

Vera: Não... não fez diferença. Os livros que nos vinham e que eram indicados... tinham livros que serviam e tinham outros livros que a secretaria da educação mandava que eram uma aberração.

Reginaldo: A senhora se lembra do autor?

Vera: Não me lembro o autor, pois eu estudei pelo Osvaldo Sangiorgi e continuei dando aula por ele uma época e depois já começaram autores novos e tal.

Reginaldo: A Senhora gostava do material do Osvaldo Sangiorgi?

Vera: Gostava... do Osvaldo Sangiorgi gostava e depois começaram vários autores, três, quatro autores de um livro só e que eram bons. Eu tirava de um e tirava de outro para dar a sequência. Por que enquanto era Escola Industrial não se usava programa até a 8ª série... era até a 6ª série, suponhamos... só 6ª série. Depois que foi passado a Ginásio Industrial, então o programa foi mudado... que foi aí que eu fui fazer a faculdade... obrigaram a fazer a faculdade para não perder o lugar, então eu fui fazer UNAERP². Isso aí foi mais ou menos em 69... por aí que foi passado a Ginásio Industrial e eu fui fazer a faculdade UNAERP. Daí surgiram todas aquelas faculdades de final de semana, para justamente suprir essa deficiência, porque nós precisávamos de um certificado para poder lecionar nessas escolas, pois a Industrial não exigia que se fosse diplomado numa faculdade... Aí começaram os diretores a fazer pedagogia... tiveram a maioria que não tinham... como meu marido e outros que eram diretores do Ginásio Industrial a fazer pedagogia para poder ficar no cargo. Você entendeu? Mais ou menos deu para entender, porque é longo o negócio...

Reginaldo: A Senhora pode falar a vontade.

Vera: É um negócio bem longo essa mudança que houve... aí foi onde eu fui a UNAERP e tenho o certificado para dar aula no primeiro e segundo grau de desenho, matemática e física.

Reginaldo: E como foi recebido, por vocês professores essas mudanças?

Vera: Para nós foi meio duro, porque nós estávamos acostumados com um programa e de repente muda o programa e tivemos que fazer essa faculdade.

Reginaldo: Que época foi isso?

Vera: Mais ou menos 69 ou 70, por aí...Eu comecei a fazer a UNAERP em Ribeirão Preto, justamente para suprir essa deficiência que nós tínhamos só da

² UNAERP (Universidade de Ribeirão Preto).

Escola Normal... seja magistério... dar aula em primeiro grau... Então tivemos que fazer a faculdade para continuar no cargo... Ai nós ficamos com licenciatura, que eles chamavam de licenciatura plena que dava direito ao primeiro e ao segundo grau. Os diretores também tiveram que se atualizar fazendo pedagogia para continuar sendo diretores e continuarem no cargo.

Reginaldo: E voltando um pouquinho na época em que a senhora era aluna, como a Senhora encarava a avaliação nessa época?

Vera: Olha... a avaliação na minha época eu achava ótimo, pelo menos na minha matéria... o porquê na minha matéria eu não me baseava somente naquela prova de final de mês...eu me baseava do aluno ir explicar um exercício dado... ele ia na frente explicava o exercício para os outros alunos como era feito e como ele estava procedendo, então eu já fazia uma avaliação do aluno. Porque a avaliação só de final de mês, eu acho que ela é fraca, o aluno pode, naquele dia, não ter podido estudar, ele pode uma recordação, ele pode ter tido um motivo qualquer para não ir bem na prova.

Reginaldo: Mas a Senhora, quando era aluna, como a senhora via e recebia a avaliação naquela época?

Vera: Então, quando eu era aluna seguia mais ou menos o que eles davam naquela época, porque eu estudei em colégio de freira

Reginaldo: Que ano era isso, que a Senhora estudou?

Vera: Nessa época, foi mais ou menos, pois eu me formei em 54, então mais ou menos em 48 e daí por diante.

Reginaldo: Como se chamava este Colégio?

Vera: “Escola Normal Livre São José”... uma escola muito conceituada. Ela tinha desde o jardim da infância, depois ela tinha o primário, depois tinha o Ginásio e depois a Escola Normal e ai parou... Depois de alguns anos essa escola foi extinta e onde era escola virou uma faculdade, mas não sei o motivo, que era mais ou menos como essa escola de Pirassununga... Como é que chama?

Reginaldo: O Instituto de Pirassununga

Vera: Então, eu me formei aí.

Reginaldo: E quando a Senhora era aluna ainda, como que os professores faziam as avaliações com vocês?

Vera: Nessa época nós tínhamos desde prova oral...

Reginaldo: Como era feita essa prova oral?

Vera: A prova oral ficava uma... a gente chamava de fiscal.

Reginaldo: Era prova oral que vocês falavam mesmo ou tinha um nome diferente?

Vera: Prova Oral, o nome era prova oral... Então nós tínhamos a prova escrita, depois nós tínhamos a prova oral, por exemplo: – se era de português dava para fazer uma prova totalmente oral, agora matemática não dava para se fazer uma prova totalmente oral. Então era feito várias perguntas e também nós tínhamos que resolver exercícios na lousa, assim era feito a avaliação...

Reginaldo: O que era cobrado nessa avaliação? Como era feito a determinação do que iria ser cobrado na avaliação? Tinha esse prévio ou não?

Vera: Era determinado pelo professor o que entrava na prova, os itens que entravam nas provas... Então por exemplo... – entrava problemas, vamos supor, na 5ª série entravam problemas, equações e daí por diante, entendeu? Era determinado... Desenho não dava para fazer uma prova oral, você tinha que desenhar na lousa... então, praticamente, têm matérias que não eram oral... História era...

Reginaldo: Como era analisado isso? Como o professor via esse trabalho de vocês? Quem era o professor que iria analisar isso? Era o professor que dava aula para vocês?

Vera: Era o professor da própria matéria...

Reginaldo: Tinha mais alguém na sala?

Vera: Tinha um outro que a gente chamava de fiscal, mas o nome não era fiscal... A gente falava... tal fiscal que tá lá, sabe? (Risos)

Reginaldo: Ele ficava lá na sala? Era professor da escola?

Vera: Professor da escola... mas ficava ali, justamente para ver se o aluno foi bem ou não... Muitas vezes nem conhecia bem a matéria nossa que estava sendo dada, mas ele via o desempenho do aluno. Eu acho que depois que era feito a prova, entre os dois... – bom esse aluno foi bem até certo ponto, ele merece tanto. Então a gente sabia que eles ajudavam a dar a nota, a fazer essa avaliação da prova oral e era sorteado não era, por exemplo... chegar lá e o professor falar assim... – olha você vai fazer tal coisa, você... faça esse exercício. Não... era sorteado... Então ele já tinha ali o ponto número 1, 2, 3, 4 e 5 que ele já fazia antes sobre o que ele ia pedir na prova.

Reginaldo: Em média, nessa prova oral, quantos pontos eram?

Vera: Era quase toda a matéria que era dada durante o ano, então quase toda a matéria a gente tinha que fazer uma recordação. Isso é que antes...

Reginaldo: Essa prova oral era feita no final do ano?

Vera: A oral era no final do ano, isso é que antes dessas provas nós fazíamos uma revisão. Marcava, por exemplo... uma equipe... lá no colégio era muito severo... marcava uma equipe... me lembro bem disso aí, porque tem muita coisa que foge da cabeça da gente... Barbaridade, faça uma ideia da minha idade... (Risos) tem que fugir mesmo. Então era, por exemplo, era marcado para uma equipe... três ou quatro alunos prepararem aquelas questões para serem vistas naquele período. Então eu dava uma parte e a outra dava outra parte, nessa parte a gente já tinha uma avaliação, por isso que continuei achando que só a avaliação do aluno... uma prova por mês, não ia resolver, então durante o mês chamava tal aluno... – vai resolver as questões, dava uma série de exercícios para fazer em casa, que eu pegava de um livro e pegava de outro e tal... e aí eles iam resolver na lousa. Nessa resolução na lousa eles não sabiam qual questão que ia cair para eles, eu falava... – tal questão... você vai resolver essa aí... tal aluno vai... Também usava muito esse negocio de freira... de sortear...

Reginaldo: Isso aí que a senhora falou é como professora. E na época que a senhora era aluna eles faziam esse sorteio também?

Vera: Faziam isso aí, eu seguia bastante, porque achava ótimo. O aluno não sabe qual questão vai cair... ele vai ter que resolver.

Reginaldo: A Senhora, como aluna, não ficava com medo por pensar no que poderia cair?

Vera: É lógico que a gente ficava... – nossa deixa eu ver isso aqui... – isso eu não vi... e tal... quando ele dava uma série de exercícios.

Reginaldo: O professor era enérgico nos comentários?

Vera: Não... até que não eram muito enérgicos.

Reginaldo: Como era a postura deles na hora? Ele fazia perguntas e deixava que vocês falassem livremente? Como que era?

Vera: Não... matemática tinha que ser exercícios na lousa... teorema... Eles faziam perguntas e tal... Tinha que saber todo o teorema, era mais decorado, né? A gente decorava... muitas vezes nem sabia muito o que era, por isso eu fazia questão dos meus alunos, de muitas vezes falar para que servia aquilo que está sendo dado, entende? Eu consultava e via, olha... – vocês que forem continuar o estudo vai precisar disso no segundo grau... vai precisar disso na faculdade, entende? Se for fazer exatas vai precisar disso aí... então trate de aprender direito. Eu gostava muito de dar aula... eu gostava...

Reginaldo: Esses exames a Senhora disse que eram oral e escrito. O escrito como era?

Vera: Eram questões.

Reginaldo: Quantas questões eram?

Vera: Abrangia o que tinha sido dado.

Reginaldo: Eram várias questões?

Vera: Várias questões... era dado assim... mesmo no meu tempo, dependendo...

Reginaldo: De quando a Senhora era aluna.

Vera: De quando eu era aluna... ai meu Deus do céu... Duro responder isso.

Reginaldo: Mais ou menos, se eram provas extensas, com várias questões ou se eram poucas questões...

Vera: Tinha prova, eu me lembro... de dez questões... problemas geralmente. Problemas que eram de raciocínio... mais ou menos cinco quando era 5ª série, eu me lembro bem que eram 5 problemas que eram dados quando nós estávamos nessa parte de problemas, entende? Do sistema métrico, por exemplo, mais ou menos cinco, que perdia tempo, também. Sistema métrico era muito usado, quando eu dava aula era em desenho que auxiliava.

Reginaldo: E vocês na hora de resolver essa prova tinham quanto tempo para fazer essa avaliação?

Vera: Era o horário de uma aula.

Reginaldo: E era feito no final do ano?

Vera: No final do ano que era mais tempo.

Reginaldo: E no decorrer do ano tinham avaliações periódicas? Como que era feito?

Vera: A mensal... era a avaliação mensal e depois essa avaliação que era feita na lousa, que era dado os exercícios o aluno tinha que fazer porque poderiam ser chamados na lousa para resolver. Mesmo que ele tivesse resolvido ou copiado de outro, se ele não soubesse não tirava nota boa, eu não dava uma nota só. Outra coisa que eu fazia também... eles tinham que fazer pesquisa sobre matemáticos, uma biografia, quer dizer, eles pesquisavam em biblioteca, eles iam e pediam, copiavam, mas pelo menos eles sabiam que existia esse homem.

Reginaldo: E a Senhora também tinha esse recurso quando era aluno, fazia essas pesquisas?

Vera: Lá no nosso colégio também, eu segui muito lá do colégio.

Reginaldo: E lá quando a Senhora fazia as avaliações mensais, que a Senhora disse, como era a estrutura desta avaliação?

Vera: Essa mensal era sobre o que tinha sido dado durante o mês, e era escrita, agora... depois tinha a avaliação do 1º Semestre de tudo que tinha sido dado durante o primeiro semestre.

Reginaldo: Era dada uma nota para isso?

Vera: Era dada uma nota.

Reginaldo: E qual era o valo da nota na época? O mínimo?

Vera: O mínimo era 5.

Reginaldo: Se o aluno tivesse um valor inferior a 5, o que acontecia com esse aluno?

Vera: Não existia naquela época recuperação.

Reginaldo: O que acontecia se o aluno tivesse uma nota inferior a essa, ele era retido?

Vera: Era retido.

Reginaldo: No meio do ano?

Vera: No meio do ano não. Ele só era retido no final do ano, então ele poderia recuperar aos poucos a nota. Então essa avaliação, suponhamos, nos quatro ou cinco meses não valia para uma repetição, era mais para tomar conhecimento do que tinha sido aprendido e de fazer uma recordação da matéria que tinha sido dada até então.

Reginaldo: E o aluno quando se preparava para essas avaliações tanto a mensal quanto essa do meio do ano era a mesma que a avaliação final ou era mais tranquilo por saber que não tinha tanto peso quanto a avaliação final?

Vera: Não... Era bem mais tranquilo do que a do final do ano.

Reginaldo: E o professor dava nota nessas mensais?

Vera: Engraçado... eu não me lembro de recuperação nessa época. Agora, de quando eu lecionava e passei a lecionar no primeiro grau, que era de 5^a a 8^a série tinha recuperação e ela era feita mensalmente. O aluno não conseguiu tirar nota... então, a gente dava recuperação, já a recuperação de final de ano, que houve uma época, era fajuto, porque o aluno que não conseguiu durante o ano inteiro ele não ia conseguir em 15 ou 20 dias recuperar... era fajuto... porque a gente não tinha tempo de dar tudo, então nós dávamos o que

achávamos prioridade, o que ele iria precisar na série seguinte e só. Fazíamos um exame sobre isso que ele iria precisar, apesar que a matemática é uma sequência, se ele fez um grupo ruim, porque chamava-se de grupo antigamente, ele continuaria ruim na matemática o resto, se ele não tivesse uma recuperação daqueles quatro anos, porque se ele não soubesse somar, dividir, multiplicar e outras coisas mais... então, como ele poderia aplicar isso aí?. Então isso acontecia muito... do aluno vir com o primário, que a gente antigamente chamava de grupo, fraco e sem saber isso aí ele não poderia continuar... Matemática não dava para ele fazer, porque uma coisa depende da outra é sequência, né? Então ele não poderia recuperar. Quantas vezes eu voltei a matemática do grupo, que eles chamavam... só as quatro operações, tabuada, mandar decorar tabuada e tomar, que não era obrigação do Ginásio fazer isso aí, eu tinha que voltar e exigir para que eles pudessem continuar.

Reginaldo: A Senhora sempre faz a ligação do tempo em que era professora com aquele em que era aluna...

Vera: Eu utilizava, porque tivemos durante três anos pedagogia, a gente tinha que dar aulas no nosso colégio e em outras escolas... no grupo...então tínhamos que utilizar o que nós aprendemos.

Reginaldo: A Senhora falou do grupo de quando estudava... os outros alunos que não iriam realizar a prova oral naquele momento, eles ficavam do lado de fora esperando a vez?

Vera: Ficavam esperando a vez e como era individual, também não dava para fazer todos num dia, então era marcado.

Reginaldo: Era demorado?

Vera: A oral demorava, muitas vezes a professora ficava esperando o aluno, se era, por exemplo, história... era longa... eles faziam perguntas sobre o ponto que tinha sido estudado. Eu me lembro de alguma coisa, mas também não é de tudo... (Risos)

Reginaldo: E nessa época em que estudou, a Senhora fala dos pontos, a prova oral e a prova escrita tinham o mesmo peso as duas?

Vera: Também não me lembro.

Reginaldo: A Senhora não lembra se tinha o mesmo peso?

Vera: Se o peso era o mesmo eu não me lembro...

Reginaldo: A Senhora lembra se o professor dava uma ajuda na hora da prova oral ou não, ele ficava calado?

Vera: Era pra ele ficar mais quieto.

Reginaldo: Ele tentava ajudar?

Vera: Ele tentava puxar um pouco o aluno... porque você percebe... Você como professor de matemática percebe que esse aluno vai indo bem, chegou nesse pontinho aqui ele enroscou... Você percebe que numa prova escrita que ele foi fazendo até um certo ponto e chegando nesse ponto ele se enroscou... que ele poderia com uma ajudinha... ele poderia ter completado. É por isso que eu acho que uma única avaliação não dá para avaliar o aluno bem.

Reginaldo: Quando a Senhora era aluna achava que só uma avaliação lá no final era pouco para saber se o aluno estava apto?

Vera: É... eu acho que era pouco uma avaliação só. Então por isso que existia a prova oral, justamente o professor analisar o aluno.

Reginaldo: A Senhora achava que era uma maneira de professor complementar o que era visto na prova escrita?

Vera: Por exemplo... De história fazia-se uma pergunta e naquela pergunta ele engasgou, mas ele sabia a outra parte da história, o professor pode perguntar outra parte sobre aquele ponto para dar uma nota, você entendeu como que era? Auxiliava... eu acho que a prova oral antigamente auxiliava o aluno.

Reginaldo: A Senhora falou uma coisa que achei interessante, a Senhora falou a palavra exame. A Senhora sentia que havia alguma diferença entre essa ideia do exame e a ideia da prova ou para a Senhora era a mesma coisa? Como poderia diferenciar de maneira bem simples essas duas ideias, na época que a senhora era aluna?

Vera: A ideia que eu tinha na avaliação você poderia recuperar e no exame não... você tinha que saber... você tinha que resolver... O que iria te auxiliar era na prova oral. Então a gente ficava com aquele receio... – Nossa! Será que eu acertei três questões para tirar a nota 5... Era aquela preocupação.

Reginaldo: O exame era uma atividade a parte, seria? Porque a senhora disse que o exame não teria recuperação, pelo raciocínio que a Senhora tinha dito antes, se o aluno fosse mal nesse exame final ele estava retido. Que momento seria o exame? Se for pensando nessa forma a prova oral também não teria uma recuperação? Teria?

Vera: Acontece o seguinte... Era tirado uma média.

Reginaldo: O que era o exame então?

Vera: O exame era a avaliação sobre toda a matéria, mas era tirado uma média. Por exemplo... – O aluno tirou, eu não me lembro direito... ele tirou, por exemplo 40, mas ele tinha ido bem durante os meses, é tirado a média para ele passar. Eu não sei como que era bem usado o critério aí viu... é muito tempo...

Reginaldo: Eu só queria que a Senhora diferenciasse... O exame era uma avaliação em si ou era uma ideia mais geral? Porque a prova a Senhora disse que tinha as provas mensais, a prova semestral e depois tinha uma prova final que era oral e escrita, a Senhora tinha dito isso. Agora... o exame era uma avaliação também ou ele era a análise geral?

Vera: A prova final que era o exame, mas era tirada uma média, eu me lembro muito bem disso, e mesmo nós tirávamos uma média. Agora, o aluno tirou 20, tirou nota baixa o ano inteiro, logicamente numa prova final, o exame, ele iria mal também, porque ele não aprendeu. É por isso que eu falo que a recuperação de final de ano é fajuta, isso tanto é fajuto para o aluno quanto para o professor, o melhor é a recuperação feita mensalmente. Eu acho que agora eles mandam para um outro professor, por exemplo... – 3 ou 4 alunos ficaram de recuperação... Quem vai dar recuperação não é um outro professor?

Reginaldo: Hoje o estado de São Paulo estabeleceu um método de recuperação, no qual há um professor que é contratado só para trabalhar os alunos que tem dificuldade, num outro momento em sala de aula. São selecionados aqueles alunos com maior dificuldade e eles são trabalhados num momento extra à classe, não no momento de sala de aula.

Vera: Esse é o justo, porque o professor vê o ano todo o aluno ir mal, aí ele mesmo dava, antigamente, a recuperação. Como que ele pode dar pro aluno que foi o ano inteiro mal essa recuperação em 15 dias.

Reginaldo: Se no caso o aluno tivesse ido mal o ano todo nas provas mensais e na prova do meio do ano, mas fosse bem nesse exame final tanto no oral quanto no escrito, mesmo assim ele era considerado aprovado?

Vera: Não... eu acho que não... não me lembro...

Reginaldo: A Senhora não se lembra de nenhum amigo da Senhora que enfrentou esse problema? Porque poderia acontecer... nada impede que possa acontecer...

Vera: Não me lembro, de ele estudar bastante ... Eu não me lembro de nenhum caso assim, porque por pouco tempo eu peguei essa recuperação anual.

Reginaldo: Na época que a Senhora era aluna, a Senhora não lembra de nenhum amiguinho ter acontecido isso, um amigo ou colega?

Vera: Lá no colégio não tinha recuperação, quando eu estudei não tinha recuperação.

Reginaldo: Se o aluno tivesse ido mal durante o ano não teria nem necessidade de ele fazer? Não teria nem porque ele fazer o exame final?

Vera: Não, ele era reprovado.

Reginaldo: Então ele nem fazia o exame final?

Vera: Fazia... muitas vezes fazia, mas já sabia que ia mal e já era reprovado.

Reginaldo: Independente da nota que tirasse?

Vera: Tinha aluno que fazia e tinha aluno que não fazia esse exame final.

Reginaldo: E se ele fosse bem o ano todo e por algum motivo ele fosse mal nesse exame final?

Vera: Há então, é por isso que tirava se a média.

Reginaldo: Tirava a média desse exame final e do ano todo?

Vera: Meio difícil acontecer isso, uma é pelo brio do aluno. O aluno que foi bem o ano todo, ele estudava e se desdobrava para tirar uma nota bem alta, porque ele tinha aquele brio...

Reginaldo: E vocês já sabiam como era feito esse calculo da média, vocês como alunos já sabiam?

Vera: Sabíamos.

Reginaldo: Como era feito esse calculo da média?

Vera: Somava com a média... Era dado um peso, também que eu não me lembro como era...

Reginaldo: Creio eu, que o exame final tinha um peso maior...

Vera: Tinha um peso e depois tirava-se a média.

Reginaldo: Como as provas mensais?

Vera: Com as provas mensais tirava-se a média.

Reginaldo: Então não tinha essa ideia de bimestre que se tem hoje?

Vera: Não... não era só pelas provas mensais, dependendo da nota do aluno, que tirava nó mesmo. Então a nota do aluno que tirava no mês com a avaliação, a avaliação em classe, tudo isso entrava, Então... dado, por exemplo média 6 para ele, essa avaliação que depois entrava para se tirar uma média no final do ano.

Reginaldo: Então era mensal essa análise? Por exemplo, no mês de março era analisado seu trabalho e tal...

Vera: Trabalho e tal... Problemas... Avaliação durante o mês... Não é assim agora?

Reginaldo: Agora é bimestral, essa análise é bimestral.

Vera: Aha, sei...

Reginaldo: Então na época da senhora era mensal?

Vera: Mensal.

Reginaldo: Vamos analisar o aluno nos trabalhos, a prova mensal, pois era uma que a Senhora disse?

Vera: Por exemplo, o trabalho que eu dava para eles procurarem...

Reginaldo: Que a Senhora fazia... ainda...

Vera: É que eu fazia... Que era para eles procurarem, eles ganhavam ponto positivo. Era trabalhoso para gente dar nota, viu...

Reginaldo: Quando a Senhora estudava, quando era aluna ainda...

Vera: Quando eu era aluna, então eu seguia muito, era dado ponto positivo. Então marcava... – bom, tal dia vocês trazem isso aí... Era copiado, lógico...

Reginaldo: A Senhora ia na biblioteca e copiava a mão?

Vera: É, copiava... era a mão... não tinha nada de máquina, nada. Então copiava a mão... No ele copiar já aprendia que existia aquele homem, que existia aquela pessoa ou o que ela fez, enfim a biografia dele. E ai marcava o dia, então aquele dia eu ficava só para recolher, então era dado... – fulano fez... ponto positivo, levava para mim.

Reginaldo: O professor fazia a mesma coisa com a Senhora?

Vera: Fazia, tinha essa parte ai...

Reginaldo: Os professores tinham uma caderneta onde eles anotavam tudo isso?

Vera: Marcava ponto positivo, ponto negativo e esse ponto positivo, por exemplo... – ele apresentou 2 trabalhos, ele tinha um ponto a mais, porque cada trabalho valia meio ponto, entendeu?

Reginaldo: Tudo isso era analisado na hora de dar a nota mensal?

Vera: A nota mensal era dada... – Bem, esse aluno foi na lousa e acertou... eu ia dar uma nota 6 ou 8 para ele, ele acertou, era obrigação, porque foi dado durante o mês. Então ele ganhava um ponto positivo, você entendeu como era dado? Eu fazia desse jeito e achava ótimo.

Reginaldo: O professor da Senhora no caso final do mês ele analisava todos... a prova mensal e esses trabalhos. E analisava tudo isso e contava os pontos e dava uma nota, por exemplo... no mês de março... – ó, essa é sua nota em março.

Vera: As provas eram corrigidas na lousa. O aluno errou, então vai à lousa, você vai fazer isso. Quando não sabia nada, ficava do lado para aprender, mas outro aluno fazia.

Reginaldo: O professor fazia isso com você?

Vera: Fazia... Vai agora fazer isso com o aluno, ele dá no professor. (Risos)

Reginaldo: Então ele corrigia a prova na lousa com vocês? Todas as questões?

Vera: Não, todas não. Ele chamava vários alunos para fazer as questões.

Reginaldo: E o professor da Senhora fazia isso com as avaliações?

Vera: Fazia, fazia... Eu gostava, eu achava ótimo, excelente...

Reginaldo: Na prova do mês não tinha exame oral?

Vera: Só no final do ano.

Reginaldo: E essa prova oral, era elaborada pelo professor ou já vinha pronta?

Vera: Olha, a prova oral era o seguinte... numa aula ele dava todos os pontos que iam cair, entende? O que ia cair, equação do primeiro grau, equação...

Reginaldo: Esse ponto era pré-estabelecido?

Vera: Já, era pré-estabelecido. Problemas, muitas vezes eles davam uma série de problemas, uma série de exercícios... poderá cair na prova oral uma dessas.

Reginaldo: Na hora ele sorteava e a senhora fazia?

Vera: Aí era sorteado. Então número um tinha várias questões, número dois outro tanto de questões e era dado para a gente e tínhamos que preparar porque não sabíamos qual que ia cair, você entendeu? Então na hora era sorteado, número um, então a gente ia lá e eram tudo questões referente ao número um, que nós já tínhamos preparado estudando e visto. Número dois, tais questões, já tinha tudo anotado.

Reginaldo: Ele falava o ponto tal e vocês tinham que ir lá e resolver essa questão para ele?

Vera: É, aí tinha o exame...

Reginaldo: Ou se fosse o teorema você tinha que declamar, falar para ele qual o teorema?

Vera: Também, era tudo decoradinho.

Reginaldo: Como que era a organização da sala? Esse professor que era fiscal ficava sentado na frente ou no fundo?

Vera: Não tinha aluno nenhum, eles tiravam a mesa lá do alto e punham num canto e ficava a banca, já lembrei o nome... Era banca.

Reginaldo: Era banca?

Vera: Banca Examinadora.

Reginaldo: Que era formada pelo...

Vera: Tinha o professor, era o professor da matéria e tinha uma banca também, ali junto, chamada de banca...

Reginaldo: Que era o fiscal?

Vera: Que a gente falava assim e não chamava de banca, a gente falava... – o fiscal ta aí...

Reginaldo: Era só o fiscal ou tinha mais alguém?

Vera: Só, ficavam só eles.

Reginaldo: A banca era formada pelo professor que dava a matéria mais esse fiscal, que era professor da escola também?

Vera: A gente chamava de Banca Examinadora.

Reginaldo: Esse fiscal dava aula pra a Senhora também?

Vera: Não, geralmente ele dava outra matéria, ele era aproveitado de outra matéria e ficava ali.

Reginaldo: Mas podia ser professor da Senhora?

Vera: Podia ser professor de outra matéria, até porque utilizavam professores que eram do colégio. A gente vai aos poucos se lembrando. Então tinha essa Banca Examinadora que a gente chamava de fiscal e dizia... – tal fulano ta de fiscal. Esse ia auxiliar na hora de dar nota. Ele foi bem até uma certa parte, ele soube e tal, então nessa parte o que você acha da nota. (comentário como se fosse da banca)

Reginaldo: Todo esse comentário era feito na frente de vocês?

Vera: Não, longe, mas depois a gente ficava sabendo que era assim, porque era comentado durante uma aula sobre qual procedimento eles iam usar lá.

Reginaldo: E essa prova oral, esse exame, era feito na sala mesmo ou tinham uma sala especial, anfiteatro ou alguma coisa assim?

Vera: Não, era na sala que costumávamos ficar, porque ficava livre...

Reginaldo: E se os pais quisessem entrar, poderiam?

Vera: Não, não ia ninguém... Era só a Banca Examinadora e o professor da matéria, não tinha ninguém... Por exemplo, de pedagogia era visto muito avaliação dependendo da matéria era de uma maneira. A pedagogia era visto muito quando a gente dava aula... Preparava-se o que ia ser falado, o ponto que ia ser dado, como que a gente procedia durante a aula que a gente estava dando, porque nós dávamos aula como se nós fossemos um professor... para dar aula, por exemplo, de gramática, português e então o que era estipulado, o que era pedido a gente tinha que programar e desde a prova que tinha que dar para eles fazerem a avaliação.

Reginaldo: A Senhora percebeu muita mudança entre os alunos da época em que a Senhora estudou, lecionou e hoje em dia?

Vera: Olha, no tempo que lecionei não notei tanta mudança.

Reginaldo: Da época que a senhora era aluna até a época que a senhora lecionou?

Vera: É... Aí houve mudança, por exemplo, para a Matemática Moderna e tal, mas não houve tanta mudança quanto ao comportamento dos alunos. Os alunos respeitavam o professor, eles tinham o professor num alto conceito, porque agora é um “João ninguém”, pelo que eu vejo em meu sobrinho que da aula de matemática em Jaú, então ele falou... – tá um negócio que a gente tá explicando e eles não estão nem aí. Não sei se na sua classe é assim, na sua classe eles prestam atenção, eles querem aprender ou poucos estão ligando?

Reginaldo: É complicado, porque o perfil do aluno mudou. Que eles querem aprender, sim, mas às vezes a gente tem que pensar o que eles acham útil para que seja aprendido é o mesmo que eu acho útil? É isso que as vezes eu

começo a me questionar sobre o que eles acham que é útil para eles, o que eles selecionam como importante...

Vera: Ta certo, porque eles sabem o que é útil para eles, é aí que segura o aluno.

Reginaldo: Essa mudança do comportamento, do empenho do aluno que a senhora disse, a senhora acha que isso se deve a que?

Vera: O comportamento.

Reginaldo: No geral, essa mudança do perfil do aluno...

Vera: A vida Moderna, eu acho que a vida moderna. Tem coisas muito mais interessantes para eles. Eu costumava a falar para meus alunos que matemática era um jogo e como se eles estivessem jogando, ele tinha que prestar muita atenção para ele acertar. Que era um jogo, um jogo de xadrez, muita atenção para ele. Então cativava um pouquinho, mas tinha aluno que pensava o seguinte... – para que vai me servir tanta coisa, por exemplo, um aluno do noturno que ele não ia precisar de álgebra, precisar de muita coisa. O aluno do diurno que tinha intenção de continuar os estudos ele via uma necessidade, porque ele ia precisar disso futuramente, porque eu falava que matemática é sequência.

Reginaldo: A Senhora acha que a mudança no comportamento dos alunos se deve a seletividade que eles apresentam para suprir suas necessidades?

Vera: Porque de quando eu lecionava no Ginásio Industrial, nem no ginásio, na Escola Industrial e depois que passou a Ginásio, é uma mudança, então você vê a necessidade da clientela, antes era aquela clientela que está ali para aprender um ofício.

Reginaldo: Esse antes que a Senhora diz é na época em que a Senhora lecionou, lá em 1964 e 1969?

Vera: De 60' que eu já comecei aqui, em 60 na escola industrial. Então você vê que o que eles tinham necessidade não era de aprender a matemática, o português, a história e a geografia. Eles iam aprender um pouco daquilo, mas o que eles tinham necessidade, que eram os alunos que precisavam trabalhar, era aprender um ofício, você entendeu? Eles queriam um ofício de mecânica,

porque eles iam trabalhar nisso, por exemplo, eletricidade eles queriam porque eles iriam utilizar. Quantos alunos nossos trabalharam na Nestlé e em outras indústrias grandes, que a escola serviu muito para eles. Então essa parte, essa matéria especifica para ele não era tão importante.

Reginaldo: Como a Senhora percebeu que esses alunos eram tão interessados nessa época e respeitavam os professores, como a Senhora disse? E hoje porque a Senhora acha que houve essa mudança e eles estão fazendo isso?

Vera: De eles respeitarem?

Reginaldo: De não respeitarem, de serem desinteressados...

Vera: Porque tem coisa mais atrativa para ele.

Reginaldo: O que, que a Senhora acha?

Vera: O computador, o computador gente. Eu acho se houver uma mudança e colocarem aulas com o computador eles vão se interessar muito mais, não sei como, porque também não sou dessa época. Sou de uma outra época, em que era tudo na lousa, porque olha... você fica sentada aguentando um professor falando, explicando... Você tem que ter uma atividade, arrumar uma atividade para eles se locomoverem dentro da classe. Outra coisa que funciona muito bem é um aluno explicar para o outro, pega uma cadeira senta perto... é uma espécie de monitor que até nas faculdades são os monitores. Então funciona muito bem, viu... Você já tentou? E o eu você achou? Que não vai?

Reginaldo: É válido, interessante... Porque ele fala com uma linguagem bem fácil que o aluno possa entender.

Reginaldo: Vamos falar de mudança... O modo que a Senhora avaliava e o que a Senhora foi avaliada... a Senhora disse que trabalhou idêntico?

Vera: Mais ou menos, o começo tem que ser idêntico e continuei no mesmo jeito.

Reginaldo: Durante o período que a Senhora lecionou houve mudança nessa avaliação?

Vera: Por minha parte não houve, agora não sei os professores modernos que vieram como que... Esses que estudaram mais recentemente, se seguiram os professores deles ou...

Reginaldo: Houve um período que foi retirado o exame final da escola, mas assim, a partir de quando foi tirada a obrigatoriedade desse exame final, como a Senhora foi se adaptando a esse novo modo de avaliar?

Vera: Eu peguei o exame final.

Reginaldo: Não, quando a Senhora parou de lecionar ou lecionava ainda, houve um período que foi retirado o exame final.

Vera: Foi um período... Foi retirado...

Reginaldo: Como foi essa transição?

Vera: Não, eu não senti, será que foi retirado antes? Quando que foi retirado? Porque eu me aposentei foi em 84 vão fazer 30 anos que eu me aposentei. A minha neta fala... "Vó, tudo isso? Vó a Senhora tem idade, já hem vó. A que tem Síndrome de Down é um espeto, você a vê lidar no computador, a gente tem que tomar cuidado com ela...

Reginaldo: E nessa época, por exemplo em 84 que a Senhora lecionava e que é bem mais próximo, como que era o trabalho em sala referente a avaliação, era idêntico ao que a senhora trabalhava no começo em que a Senhora lecionou?

Vera: É, avaliação durante o mês. Agora eu não lembro do final, se foi retirado esse exame final.

Reginaldo: A Senhora não se recorda de como era feito isso no final?

Vera: Não, não foi retirado o exame final.

Reginaldo: A Senhora acha que ainda continuava?

Vera: Eu não me recordo deste exame final...

Reginaldo: E as avaliações que a Senhora implementava, é claro que com o tempo e conforme as necessidades e mudanças que houve... Houve uma pequena adaptação no modo da Senhora de avaliar. Como que a Senhora via essa adaptação?

Vera: Olha... Eu segui a avaliação, porque eu achava excelente a avaliação da maneira que eu dava, que não era uma avaliação só pela nota do mês, da nota final. Eu dava uma avaliação para o aluno nas chamadas, na lousa pra ele fazer o exercício, dava uma série de exercícios, dava uma semana para eles se prepararem da matéria que já tinha sido dada. Então nós vamos tirar duas ou três aulas e nós vamos resolver esses problemas, esses exercícios, então eu achava muito boa. Achava, também, muito boa pra tomar conhecimento o entrosamento que havia, achava boa, que o professor Jadyr fazia, que ele era o coordenador, então ele verificava o que a gente tinha que fazer para entrosar. Então eu gostava e fui até o final, foi a maneira que eu aprendi e continuei. Tive vários cursos e não achei nada de novo, se você quer saber, eu não achei nada de novo. Porque eu aprendi muito durante esses três, quatro anos de Normal que era o Magistério, em que nós tínhamos que dar aula eu aprendi muito durante esse tempo.

Reginaldo: E como que era a avaliação que a Senhora implementava desde essa época? Como era a estrutura dessa avaliação da Senhora?

Vera: Da avaliação?

Reginaldo: Isso.

Vera: Que eles faziam?

Reginaldo: É. Eram todas escritas, existia algum que era teste? Como que era?

Vera: Nós tínhamos prova, normalmente, de psicologia, nós tínhamos chamada oral...

Reginaldo: Com os alunos da Senhora, como a Senhora trabalhava? A Senhora tinha as provas mesmo? E essas provas como era a estrutura? Eram questões para os alunos responderem e dissertarem em cima ou eram testes? Como que eram essas provas?

Vera: Não, nunca dei testes, eu detestava teste eu acho que o aluno chuta. Embora livros mais modernos traziam, Osvaldo Sangiorgi não trazia teste, mas os outros traziam testes e eu pouco dava teste porque eu gostava mesmo era de questões. Então o que foi dado durante o mês caía tudo.

Reginaldo: E na época os testes eram fortes, tinha muita gente trabalhando com teste na época?

Vera: Não.

Reginaldo: Tinham vários professores que trabalhavam...

Vera: Não. Não tinha, por quê?

Reginaldo: Os livros vinham com bastante coisa?

Vera: Vinham com testes, fazendo perguntas. Ajuda um pouco, porque você ali puxa a memória. O teste puxa a memória, mas eu usava mais eram questões mesmo, eu não falava, por exemplo... – essa equação de 2º grau a, b, c, d, e e f, qual é a certa, eu não fazia. Porque o aluno tinha que resolver para ele saber, se não ele chutava, mesmo, entendeu...

Reginaldo: Como a Senhora montava as provas da Senhora, essas provas que a Senhora iria implementar, como que a senhora montava essas provas?

Vera: Montava com coisas dadas, não os mesmos exercícios... não precisava ser os mesmos... Mas exercícios de grau igual ao que eu tinha dado durante o mês, eu não ia dar exercício muito difícil a não ser que eu tivesse dado esses exercícios e puxado bastante. Porque se não eles não iriam conseguir, se eu não tivesse dado, então era daquele tipo de exercícios que eu tinha dado durante o mês, sobre a matéria que eu tinha dado durante o mês dava durante o mês, que eu dava... Porque o método KUMON, você já conhece, é lógico, eu acho excelente, ele não é por meio de teste, ele vai pela graduação dos exercícios. Ele dá uma quantidade tão grande de exercícios, que o aluno acaba e graduando, a dificuldade... Porque se você, por exemplo, dá um exercício fácil e passa para um difícil ou na prova pede um diferente, bem difícil do que você vê, eles não vão saber resolver, é sobre a mesma coisa, mas eles não vão saber resolver. Por isso que o método KUMON prepara bem o aluno, porque ele gradua, muito e muito bem, ele vai graduando e quando chega num bem difícil, aquilo lá se torna fácil para ele resolver.

Reginaldo: A Senhora disse que trabalhou na Escola Industrial. Como que era trabalhada a avaliação nesse Colégio Industrial, sendo que o objetivo lá era a formação de profissionais nas áreas, como que era trabalhada a avaliação sendo que em cada curso tinha um enfoque bem claro?

Vera: A avaliação era o seguinte, do noturno era diferente da do diurno.

Reginaldo: Por quê?

Vera: Eu fazia diferente. As questões do noturno eram questões ou bem objetivas, sem complicar muito porque eles não iam precisar daquilo no Ginásio Industrial, porque quando passou na Escola Industrial a Ginásio eles já tinham que ter uma continuidade até a 8ª série, porque antes não era até a 8ª, era até a 6ª.

Reginaldo: A avaliação em si, era...

Vera: Questões mais simples. No tempo do Senhor Jadyr Salles, que ele foi coordenar, ele tentava entrosar a mecânica com a matemática, entendeu? Algumas coisas davam certo, mas perdia-se muito tempo.

Reginaldo: Mas as avaliações eram vocês mesmos que elaboravam?

Vera: É

Reginaldo: E nessas avaliações tinha essa preocupação de haver essa relação entre a mecânica?

Vera: Aha, eu não via isso aí, porque se fosse ver tudo não dava tempo de dar o programa...

Reginaldo: Na avaliação, da Senhora, na Escola Industrial a Senhora cobrava...

Vera: Alguma coisa.

Reginaldo: Mas a ideia maior era o trabalho em sala mesmo, exercícios?

Vera: Mas o entrosar, até com mecânica eles queriam, mas ali era mais o sistema métrico, o negócio de milímetro, de centímetro.

Reginaldo: A Senhora acha que era um pouco mais simples do que a Escola Normal?

Vera: Quando era Escola Industrial era bem mais simples a parte de matemática.

Reginaldo: A Senhora acha que não puxava tanto?

Vera: Problemas eu pegava muito de livro de primeiro ano, segundo ano, terceiro ano e de quarto ano que forçava o raciocínio...

Reginaldo: Quem que procurava essa Escola Normal? Eram as famílias mais pobres?

Vera: As Escolas Industriais?

Reginaldo: Industriais...

Vera: Eram famílias mais simples, em que eles tinham que emprega a criança. Depois foi passando que só com 16 anos eles poderiam trabalhar, mas antes eles podiam com 14 anos trabalhar, então eles já iam sabendo alguma coisa de mecânica e eletricidade. Eles já iam sabendo alguma coisa de mecânica e de eletricidade, eles já iam sabendo alguma coisa pra quando eles iam trabalhar que o patrão, lógico, iria preferir...

Reginaldo: E as outras famílias que eram um pouco mais abastadas financeiramente, como que era?

Vera: Meu filho estudou lá, aí quando passou a Ginásio Industrial foi aos poucos, tudo vai aos poucos. Então aí foi a primeira série, segunda série, depois foi a terceira e depois a quarta e aí começaram ir os alunos que “queriam continuar depois estudando”, você entendeu? Tinha o filho do Professor Jadyr, do Professor Assef os dois se formaram em engenheiro outro dentista, então várias áreas que eles seguiram, já começaram a ver que o Ginásio Industrial, além dessa parte técnica que passou a Ginásio e que dava uma orientação muito boa para os alunos, que seguiam, o programa. Que foi quando nós fomos obrigados a fazer a faculdade, embora fosse uma faculdade de final de semana... Sexta, sábado, o dia todo e a noite nós voltávamos tarde da noite, mas a gente tinha aula corrida, quase morria, né?

Reginaldo: E dessa correria toda, que a Senhora diz que tinha aula, assim, vocês tinham várias ferramentas que vocês utilizavam para avaliar, além de ter falado do trabalho, da prova, tinham mais ferramentas que vocês utilizavam para avaliar, os pontos positivos e negativos, de que mais eles tinham.

Vera: Eu peguei menos aula, entendeu? Porque eu não dava conta, então eu vi que tomar conta da casa, fazer a faculdade de sexta-feira, eu não podia pegar aula de sexta-feira, eu não podia pegar de sábado. Então, eu diminui o número de aulas, passei a ganhar menos e a dar as aulas que dava para eu

dar, entendeu? Ao invés de pegar dois períodos eu pegava um período, eu fiz dessa maneira, o resto eu não sei...

Reginaldo: Tinham vários instrumentos para a avaliação? A Senhora falou que tinha trabalhado, para pesquisar as biografias, tinham as provas, tinha mais ferramentas assim para avaliar? Tinham mais coisas?

Vera: Chamadas na lousa...

Reginaldo: Como eram essas chamadas, eram exercícios?

Vera: Exercícios, eu dava uma série de exercícios para resolverem, para tal dia e vocês tem que saber porque vocês vão ser sorteados, podem ser sorteados.

Reginaldo: Como os alunos viam essa marcação? Eles ficavam preocupados?

Vera: Eles ficavam muito preocupados, porque aí era sorteado, entendeu? Agora quando eu dava prova, você sabe que exercícios errou então vamos ver no que você errou, até onde você foi. Tinham alguns que não faziam, nada, nada de nada e tinham outros que chegavam até um ponto então vem aqui na lousa, olha foi aqui que você não prestou ou alguma coisa e errou por isso. Então aluno ia à lousa. A correção na lousa é importante, mas tem que você chamar a atenção, porque se não os outros ficam dispersados.

Reginaldo: Esse resultado das avaliações a Senhora utilizava? Além da nota que a Senhora dava, a Senhora utilizava esses resultados da correção da lousa?

Vera: Prá média, do mês ...

Reginaldo: A Senhora usava essas questões da prova, esse resultado para mais alguma coisa assim com os alunos?

Vera: Não, usava só para isso. Não sei no que eu poderia usar...

Reginaldo: No seu trabalho pedagógico, para retomar com o aluno, fazer um trabalho pedindo que refizesse em casa para discutirem os resultados.

Vera: Não, nunca fiz... O que eu refazia era ali durante a aula.

Reginaldo: A Senhora disse que corrigia os exercícios, passava na lousa...

Vera: Certo, durante a aula. Porque depois aquela parte já tinha sido dada, você já sabe que foi dada. Você tem que entrar numa parte nova.

Reginaldo: Quando a Senhora entrava nessa parte nova, tinha a preocupação em fazer algum tipo de prova ou resgatar os conhecimentos prévios dos alunos? A Senhora fazia alguma avaliação, alguma coisa para testar o que ele sabia sobre aquele conteúdo antes de começar?

Vera: Anterior?

Reginaldo: Isso.

Vera: Era a prova...

Reginaldo: Às vezes, o conteúdo novo não era ligado ao conteúdo anterior, necessariamente, não era, mas para trabalhar aquele conteúdo novo há a necessidade de alguns conhecimentos prévios.

Vera: Durante o exercício que eu fazia na lousa mostrando, aí eu já mostrava e já falava.

Reginaldo: A Senhora tinha a preocupação de verificar com eles o que eles sabiam sobre o assunto?

Vera: É impossível você ver todos os alunos.

Reginaldo: No geral, tinha como?

Vera: Como Geral, lógico... Mas um ou outro sabia, tinha alguns que não sabiam, então a gente os exercícios que fazia na lousa dando explicação. Porque para voltar atrás, você não andaria muito com o programa. Tem um programa para ser seguido. Tem ainda programa para ser seguido? Eu não sei nada como que é...

Reginaldo: Tem... O estado de São Paulo estabeleceu o currículo, agora, em que você tem o currículo mínimo que tem que ser trabalhado em sala de aula. E esse currículo é separado por bimestre e todo bimestre tem elencado quais são os conteúdos mínimos que tem de ser trabalhados.

Reginaldo: Em algum momento a Senhora deu alguma avaliação para saber o conhecimento prévio? Para saber olhar... – vocês estão em condição de ver esse conteúdo aqui, porque vocês sabem isso e isso ou não (...) vocês não sabem isso, então sou obrigado a resgatar primeiro para depois começar. A Senhora deu alguma avaliação com essa preocupação?

Vera: Não, eu não dava. Eu dava junto com os exercícios que estava dando explicação.

Reginaldo: Então durante o exercícios a senhora já buscava saber se eles sabiam?

Vera: Durante os exercícios que a gente procurava saber, porque você sabe numa classe comum de 30 alunos, 35 alunos agora, eu não sei quantos alunos tem. Tem bastante?

Reginaldo: Tem sala com 42, eu já tive uma sala com 46 alunos...

Vera: Então, meu Deus do céu...

Reginaldo: Em algum momento, claro que isso a Senhora até citou um funcionário que sumiu com um livro, falando em “off”, que não interessa saber agora o nome desse funcionário.

Vera: Não tinha outro pra esconder, porque quem mexia com o livro foi ele.

Reginaldo: Há essa preocupação que algum profissional tenha cometido esse equivoco, se é que é um equivoco...

Vera: Não, é maldade mesmo...

Reginaldo: De utilizar da avaliação como mantenedora da disciplina? Você em algum momento se utilizou da avaliação para segurar os alunos, falando – olha, eu vou dar uma prova, se vocês não ficarem quietos a prova vai ser mais difícil. Em algum momento a Senhora usou?

Vera: Olha vocês prestem atenção, porque se não, vocês vão ver a prova que vou fazer...

Reginaldo: A Senhora já usou essa ferramenta?

Vera: Já usei.

Reginaldo: Como os alunos respondiam a isso?

Vera: Não respondiam, ficavam quietos e com medo...

Reginaldo: Não, como eles reagiam a isso?

Vera: Ficavam com um pouco de receio, então eu acho que eles ficavam um pouco mais quieto. Apesar que eu peguei uma época muito boa, os alunos respeitavam o professor, eles respeitavam muito o professor.

Reginaldo: Como eles reagiam, eles ficavam quietinhos?

Vera: Eu acho que melhorava a classe, viu. Tinha classe que conversavam mais que outras, então nessa classe você tinha que usar... – olha, vocês tratem

de ficar quietos, porque vocês vão ver a prova que eu vou dar no final do mês. Vocês vão ver, não dou um exercício fácil, só difícil ou um problema fácil, só difícil...

Reginaldo: E a Senhora chegou algum dia a fazer uma prova um pouco mais difícil?

Vera: Não.

Reginaldo: Era mais como ameaça mesmo...

Vera: Ameaça, ameaça mesmo...

Reginaldo: Isso era comum entre os professores? A Senhora ouvia mais alguém comentar que usava desse artifício para segurar os alunos?

Vera: Mas porque, quando você vai fazer umas questões, você calcula uma média, né. Você põe metade mais fáceis, metade mais difícil e mistura tudo e então... Porque tem que ser a assim, né? Eu acho que tem que ser e não todas de grau difícil. Você mistura mais fáceis, mais difíceis e médias, para sair. Faz a prova e você vai fazer o gabarito para ficar mais fácil. Então no fazer o gabarito você vê a dificuldade que o exercício trás, embora para você seja fácil, mas você calcula mais ou menos o tempo para dar o número de questões, então têm que dar uns 20 minutos, os mais espertos fazem rápido os outros são mais lerdos e demoram mais. A prova ia até o final da aula... (Risos)

Reginaldo: A aula era uma hora?

Vera: Não era. Acho que eram 40 minutos, 40 ou 50 minutos.

Reginaldo: Hoje em dia são 50 minutos.

Vera: 50 minutos, né? Eu acho que são 50 minutos.

Reginaldo: Como a Senhora dava nota nessas provas?

Vera: Dividia, por exemplos, cada questão valia tanto, certo. Porque na prova você não tem, ou é certo ou errado. Agora, você pode ver o andamento deles.

Reginaldo: A Senhora dava peso assim, por questão?

Vera: É, aí você pode ver o andamento... – Nossa! Esse aluno foi até esse ponto aqui ele acertou e tal... Mas então, aí você chamava o aluno na lousa e

ai você poderia mostrar o erro que ele teve e que ele conseguiu acertar e ai acertar depois a nota dele que ele foi até um certo ponto, mas na prova tá errado, é matemática, é exata...

Reginaldo: Na hora a Senhora dava certo ou errado?

Vera: Dava errado, mas depois então era corrigido. Você pode seguir também que foi certo até um certo ponto.

Reginaldo: Olha, se a questão valesse 1 ponto a senhora dava $\frac{1}{2}$ ponto para o aluno? Tinha isso?

Vera: Pode ser feito isso.

Reginaldo: A Senhora fazia isso?

Vera: Fazia, também era dado...

Reginaldo: E quando o aluno tinha um pouquinho mais de dificuldade em matemática, esse aluno a Senhora tinha aquela preocupação de olha, “esse aluno tem um pouco mais de dificuldade, isso aqui é o máximo que ele vai conseguir atingir”. A Senhora tinha essa preocupação com a individualidade de cada aluno? Ou a correção era igual para todos?

Vera: Não, se você for seguir ao certo, você vai ter que analisar o aluno, suponhamos o noturno, você via se o aluno iria continuar os estudos. Agora, atualmente, o aluno vai até completar o colegial, ele é obrigado a fazer até completar o colegial, então você tem que exigir de todos a mesma coisa.

Reginaldo: Então era padronizada a correção?

Vera: Mas eu tive, por exemplo, quando eu lecionava no Ginásio Industrial que percebia, que a gente via o aluno... – há, eu vou até tal série e vou trabalhar ... Então do outro você exigia mais que ia continuar os estudos, ia fazer uma faculdade e ia tal... eu exigia mais, é uma diferença que não devia ter, mas eu exigia mais, é uma diferença que não devia ter, mas eu exigia mais, é uma diferença que não devia ter. Porque o outro ia parar ai, não ia precisar de continuidade...

Reginaldo: Então não era padronizada? A Senhora tinha esses pesos e medidas.

Vera: É... Você tinha que ver uma avaliação, mas era muito difícil pra se fazer isso...

Reginaldo: Como que era encarada a reprovação pela Senhora? Como a Senhora via a reprovação de um aluno?

Vera: Olha...Tinha aluno que tinha necessidade, porque não sabia nada...

Reginaldo: Como a Senhora via isso? Como era isso para a Senhora? Como a Senhora recebia essa informação?

Vera: Ficava com dó do aluno, vai ser reprovado, um ano que perde, por causa da minha matéria vai perder um ano...

Reginaldo: Isso acontecia com frequência com a Senhora?

Vera: Não, não, não... Porque eles davam um meio pro aluno não ser reprovado, e era dado um meio de... com essas recuperações era dado um meio. Além das recuperações, com exercícios, era dado um meio para eles aprenderem, então não tinha tanta reprovação, mas tinha. Tinha aluno que não sabia nada do que a gente chamava de grupo, né? Do Primeiro Grau...

Reginaldo: Essa reprovação pelo que a Senhora disse era feira no final. Durante o ano a Senhora tinha algum momento de recuperação?

Vera: Não, não tinha isso... Não, tinha a recuperação, eu peguei a recuperação...

Reginaldo: Não que era um dia e um momento especial da escola, um momento da Senhora, uma prática da senhora. Olha... – Vamos trabalhar a recuperação do mês passado...

Vera: Não, a recuperação que eu fazia, era com exercícios e a correção da prova. Porque a prova abrangia exercícios do mês, você entendeu? Então era dado isso ai, feito vários exercícios, eu dava até a mais quando eu via que tinha uma certa dificuldade, eu dava até mais exercícios para ver, olha... –

Tem mais essa série de exercícios aqui, vocês vão fazer porque não aprenderam direito se muitos tinham errado, entendeu como que era?

Reginaldo: A Senhora participou de algumas bancas, ou a Senhora não participou de nenhuma banca para examinar, quando a Senhora era professora, do exame oral?

Vera: Não, não... aqui, quando eu dava aula eu não tinha exame oral eu tinha quando era aluna.

Reginaldo: Como professora a Senhora chegou a participar de alguma?

Vera: não, não.

Reginaldo: Já tinha sido abolido na época da Senhora?

Vera: Já, já tinha sido abolido e nem sei quando foi. Eu não sei se foi logo que eu me formei ou que foi eu não sei...

Reginaldo: A Senhora não chegou a participar de nenhuma?

Vera: Não, nada, nada não, não cheguei...

Reginaldo: Comparando como era trabalhado avaliação na época da Senhora. A ideia de adentrar um curso superior com a avaliação de hoje em dia, essas avaliações que encontramos aí a Saesp, a Saeb, a Prova Brasil, o ENEM com a Senhora vê todos esses métodos de análise e de avaliação... Com a Senhora vê tudo isso?

Vera: Não sei, porque eu nem vejo, você fala do método atual, essas questões que são dadas em concursos.

Reginaldo: Tudo isso, como a senhora acha que isso influência no sistema educacional, hoje.

Vera: Eu não sei te responder, porque eu não segui, pra ver que o que é dado ou o que não é dado, entendeu?

Reginaldo: Como esse monte de avaliação que é dada seria recebia na época da Senhora?

Vera: Eu acho uma boa coisa, eu acho, por exemplo, o ENEM eu aprovo plenamente viu. Não tem qualquer coisa que, sendo bem classificado passa direto, não tem?

Reginaldo: Tem, dependendo da sua classificação algumas universidades federais, utilizam da nota do ENEM, para que você adentre a universidade...

Vera: Então quer dizer que é uma boa coisa porque o aluno ficar livre depois de fazer um concurso é uma ótima coisa.

Reginaldo: Mas aí não entra em contradição, porque não é um teste? o ENEM é um teste, mas aí será que aí vai avaliar mesmo.

Vera: É por teste, tudo.

Reginaldo: São questões objetivas, tem a redação que você tem que escrever, só que as questões são questões objetivas

Vera: Teste, teste eu acho que não aprova a capacidade do aluno, pois ele chuta...

Reginaldo: Como eram os Exames de Admissão nessa Escola Industrial?

Vera: Que eu me lembre os exames era correspondente às duas séries, 3º e 4º ano. Para ver o conhecimento, se esse aluno tinha condição de frequentar. Agora, eu não me lembro direito se já era no tempo da Artesanal, se tinha no tempo da Artesanal isso aí, porque logo que eu entrei lá, foi passado a Ginásio Industrial. Então, aí, eu me lembro bem de como era feito do Exame de Admissão, mas anterior, quando era Escola Artesanal eu não me lembro se tinha Exame de Admissão, porque eu fiquei pouco tempo dando aula como Escola Artesanal. Posteriormente foi passada a Escola Industrial, aí quando foi passada a Escola Industrial aí já tinha Admissão.

Reginaldo: Como era o Exame de Admissão nessa Escola Industrial?

Vera: Exame Escrito, nós fazíamos as questões, não vinham prontas. Nós é que fazíamos as questões entre dois ou três professores de matemática. Nós fazíamos as questões e víamos quais as que a iríamos dar e dávamos as questões aí pra ver...

Reginaldo: Era extensa essas questões?

Vera: Não, não era muito extenso não, dava bem tempo de fazerem. Porque tinha aluno que entrava e não tinha condição de continuar, porque não tinha noção básica de matemática, nem as operações, tinha aluno que vinha nessa condição. Aluno muito fraco, que deveria até ter freqüentado uma APAE³ para reforçar, entendeu?

Reginaldo: Qual o objetivo desta Escola Industrial?

Vera: O objetivo desta Escola Industrial era mais profissionalizante, que eu tenho conhecimento era profissionalizante. Porque depois não continuava a estudo nenhum, completava e parava ali, não tinha continuidade. Agora, quando passou a Ginásio Industrial, então teve continuidade de fazer todas as séries e de fazer faculdade.

Reginaldo: Então quando a Senhora fala era até Escola Industrial, pelo que a senhora se lembra, o curso era de menos tempo e não habilitava o aluno a continuar o estudo?

Vera: Não dava continuidade, eu não me lembro de dar continuidade quando era Escola Industrial, entende? Quando passou a Ginásio Industrial, aí os professores tiveram que fazer uma faculdade, cada um na sua especialidade. Porque na Escola Industrial tinha aula de ciência, tinha aula de geografia, tinha todas as matérias, mas nós não tínhamos faculdade. Então tivemos que fazer a faculdade, porque tinha virado Ginásio Industrial, para dar continuidade depois para esses alunos fazerem faculdade e continuarem os estudos.

Reginaldo: E nesse período de Escola Industrial, o curso ministrado era de quanto tempo?

Vera: Quatro anos, quando era Escola Industrial.

Reginaldo: Já era de quatro anos?

Vera: Quatro anos, aí virou... Não era mais dois anos como a Escola Artesanal. Aí eram quatro anos.

³ A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma entidade que atua, com a parceria de pais e sociedade, no auxílio para o desenvolvimento e inserção social de pessoas com Deficiência Intelectual, propiciando que o indivíduo se torne um cidadão.

Reginaldo: Quando era Escola Artesanal eram dois anos?

Vera: Dois anos... A Terezinha um dia comentou comigo que não se lembrava direito, eu falei: – *Nem eu me lembro direito*. Mas aí, ela disse assim pra mim: – *olha, mas eram 4 anos quando era Escola Industrial*. E ficamos naquela indecisão, agora quando passou a Ginásio Industrial dava direito a todas as séries... Ao 1º colegial, ao 2º colegial e ao 3º colegial, aí dava completo. Ele já saía formado do colegial, entende?

Reginaldo: No período que eram que era Escola Artesanal eram dois anos, correto?

Vera: Dois anos, correto...

Reginaldo: Pelo que a senhora se lembra, quando começou a Escola Industrial já eram quatro anos...

Vera: Eu não tenho bem a certeza, mas eu acho que sim.

Reginaldo: Esses quatro anos equivaliam ao ginásio?

Vera: Olha, a matéria equivalia... Se foi mesmo, esse período aí de quatro anos... Então ela equivalia aos quatro anos... 1ª série, 2ª série, 3ª série e 4ª série, depois tinha 5ª série, 6ª série, 7ª série e 8ª série que seria a última. Agora, nós ficamos em dúvida, se foi passado isso aí de ter passado os quatro anos e depois ter continuidade ao colegial quando virou Ginásio Industrial. Você não achou nada lá?

Reginaldo: O que eu achei nos documentos do Djalma... O primeiro ano que o colegial foi detectado, já foi na década de 70, quando já era Ginásio Industrial...

Vera: Que você achou?

Reginaldo: Que eu achei. A marcação lá é do atual (ideia de equivalente) ensino médio... Que foi marcado... Que eu percebi lá...

Reginaldo: A senhora se lembra, desse período que passou de Escola Industrial para Ginásio como era o trabalho com avaliação? Mudou muito a maneira de trabalhar a matemática?

Vera: Mudou, porque nós adquirimos mais experiência... Eu acho que mudou, lógico... Adquirimos mais experiência, estudávamos para darmos uma aula bem dada, porque quando era Escola Artesanal os alunos não se interessavam muito, eles se interessavam mais pela parte de cerâmica, pela parte de

mecânica que eles se interessavam para aprender alguma coisa naquilo... Agora, depois não... Eles se interessavam mais, então nós tínhamos que reforçar bem mais a matéria.

Reginaldo: A senhora disse que teve que fazer faculdade, nesse período, a senhora ouviu falar no trabalho de Benjamim Bloom?

Vera: Não me lembro.

Reginaldo: Em que, através de um objetivo você traçava todo o seu trabalho...

Vera: Não, não me lembro.

Reginaldo: Aplicação de algumas palavras na hora de preparar a avaliação, palavras como classifique, organize, aplique, justifique... A senhora ouviu este tipo de termo?

Vera: Essa parte foi na parte de pedagogia.

Reginaldo: E vocês trabalhavam isso? Como era visto isso, lá?

Vera: Na parte de pedagogia, sim.

Reginaldo: Como que era visto isto, lá?

Vera: Visto como?

Reginaldo: Qual material e o que o material falava?

Vera: Era uma orientação que eles davam na parte de pedagogia. Fiz pedagogia, porque eu fiz Escola Normal, mas lá eu também tive a parte de pedagogia.

Reginaldo: O que a senhora lembra desse trabalho?

Vera: Pouca coisa, bem... Desde quando... Fiz em 70, acho que quando que eu fiz em? Deve ter sido em 69, por aí que eu fiz... Antes, antes até 68... Ih, é muito tempo...

Reginaldo: E nesse trabalho com a pedagogia a senhora lembra-se dos termos: classificar, organizar, na pedagogia?

Vera: Aí eu me lembro...

Reginaldo: O que a senhora lembra?

Vera: Eles davam a maneira, por exemplo, de nós organizarmos uma aula, entendeu? Para preparar uma aula.

Reginaldo: A senhora lembra-se de alguma palavra, em especial, que era muito usada?

Vera: Eu não me lembro de nada agora, não.

Reginaldo: E essa ideia de classificar, de organizar... A senhora lembra que tinha essas palavras?

Vera: Eu me lembro de qualquer coisa, mas na aula de pedagogia.

Reginaldo: então, em pedagogia... A senhora lembra?

Vera: Lembro-me de qualquer coisa, mas não me lembro com detalhes, entendeu?

Reginaldo: A senhora lembra que tinha...

Vera: Inclusive... O professor falava assim: - Olha, *agora isso aqui é válido, daqui a alguns anos isso aí é tudo baboseira, já tá tudo ultrapassado, agora...* Aí eu me lembro bem que ele falava: - *Agora, vocês vão fazer dessa maneira, organizem e tal, daqui a pouco... é uma baboseira... já está tudo ultrapassado...* Ainda ele falava.

Reginaldo: Mas a senhora lembra que tinha essas palavras: conhecimento aplicação...

Vera: Teve, teve...

Reginaldo: E vocês aprendiam que era a maneira de se trabalhar numa sala de aula... Como vocês levavam isso para a sala de aula?

Vera: Onde eu aprendi mais como lidar numa sala de aula foi quando eu fiz Escola Normal, que nos tínhamos aula de pedagogia, psicologia. Então foi onde eu aprendi mais coisa foi na antiga Escola Normal, que se formava para professora, então lá eu aprendi mais como trabalhar com os alunos, porque nos assistíamos aula, entendeu? Nós íamos às escolas de 1ª série a 4ª série assistir a professora dar aula, então nos fomos adquirindo... Agora, lá na faculdade, não. Só se tiver agora.

Reginaldo: A senhora organizava as aulas como eles pediam, nesses procedimentos, nessas etapas...

Vera: No começo, sim. Bastante tempo, por exemplo, nas quintas séries... tal e tal... Programava... sexta série... tal. Depois você pega uma tarimba, que aí você vai automaticamente, praticamente fazendo.

Reginaldo: Para fechar esse cronograma a senhora usava sempre a avaliação?

Vera: como que eu fazia...

Reginaldo: Para fechar esse processo que eles ensinavam... a senhora tinha que ter um roteiro, um processo para ensinar... A senhora fechava com o que, com a avaliação?

Vera: Para poder dar a avaliação?

Reginaldo: Não, quando a senhora fazia esse trabalho... Para a senhora fechar o trabalho... Olha, eu comecei a trabalhar assim, fiz isso, isso e isso... Pra fechar o processo... Ele fechava na avaliação?

Vera: Porque vinha um programa pronto. O programa vinha praticamente pronto. Como agora, nas escolas, tem as apostilas...

Reginaldo: O que vinha nesses programas?

Vera: Para nós vinham livros, por exemplo, Osvaldo Sangiorgi. Tinham vários outros que até eu andei dando coleção... Então nós recebíamos essas coleções da editora. Então nos escolhíamos um livro, onde a gente ia adotar esse livro aí... Entendeu?

Reginaldo: Referente ao exame de admissão, o que era o determinante na hora da admissão... Era uma nota de corte em que só entrava que tirasse acima daquela nota ou o determinante era uma classificação ligada ao número de vagas?

Vera: Olha, tinha uma média... Não me lembro se era uma média 5 que o aluno tinha que alcançar para ele poder fazer a 5ª série e continuar... Quer dizer, se ele não tirasse essa nota até 5... Quer dizer que ele não tinha conhecimento... Faltava base para ele...

Reginaldo: Porque nos documentos do Djalma, nos Exames de Admissão, eu achei que as notas eram de 0 a 100, mas tinham alunos com 45, 43... Que entravam... Que conseguiu entrar... Isso que quero saber.

Vera: Geralmente chegava até o 5.

Reginaldo: Tem alunos abaixo que conseguiram entrar, a senhora lembra se era porque sobrava vaga... A procura era grande?

Vera: No começo, não... No começo da Escola Industrial, pelo que eu ouvi falar foi muito duro... Tinha que procurar aluno para levar, entendeu? Depois se tornou conhecida, aí ficou bem melhor... Mais alunos, bem melhor.

Reginaldo: Com a legislação da época, dessa época da Escola Industrial ou da década de 50 obrigava a ter o exame de admissão. Era facilitado para que o aluno adentrasse... Era facilitado o exame de admissão?

Vera: Eu acho que era facilitado, devido ao número de alunos... Ai cabia aquela comissão organizadora... O Diretor, vice-diretor...

Reginaldo: E a avaliação, era mais simples?

Vera: Não, a avaliação...

Reginaldo: Por que eram vocês que preparavam?

Vera: É, nós que preparávamos as questões, eram questões relativamente simples... Não eram tão difíceis. Quantos anos se passaram... não lembro, não não.

Reginaldo: A senhora teve contato com algum aluno ou já visualizou alguma família que o filho não foi admitido?

Vera: Não, não tenho ideia...

Reginaldo: Teve um período que o aluno para ser aprovado tinha que tirar no mínimo 49 pontos, tinha os pesos... Peso 1... Peso 2... A senhora lembra?

Vera: Sei, eu me lembro desse negócio.

Reginaldo: Caso o aluno tirasse uma nota inferior e não fosse aprovado ele ficava de 2ª Época...

Vera: É.

Reginaldo: A 2ª Época é equivalente a uma recuperação?

Vera: A 2ª Época é equivalente a uma recuperação. Agora, essa recuperação, para mim, não adiantava nada, porque em pouco tempo... em um mês, você dar matéria de um ano inteiro... o aluno vai aprender? Não vai... Então eu acho preferível essa recuperação, que eu não sei se ainda continua... atual. Eu acho preferível, que fazer a 2ª Época antiga. A recuperação é melhor, porque você tem tempo de recuperar, de você relembrar a matéria daquele mês.

Reginaldo: E como era essa avaliação de 2ª Época?

Vera: Um prova comum...

Reginaldo: Escrita?

Vera: Escrita.

Reginaldo: Tinha prova oral?

Vera: Olha, eu não cheguei a fazer... Será que eu cheguei a fazer prova oral? Lá no colégio eu sei que fazia prova oral, entende? Desde desenho... tinha que desenhar na lousa. Aqui eu não me lembro de ter feito prova oral.

Reginaldo: Os alunos se preparavam bem para essa prova de 2ª Época?

Vera: Não, porque os que ficavam de 2ª Época, eram alunos que já não ligavam, que não gostavam ou não gostavam daquela matéria e iam bem em outra... Eu tive um aluno que, isso foi no Sud Menucci, ele gostava de português, era excelente aluno de português, mas ele não gostava, não podia ver matemática. Ele detestava, ele falava: - *olha eu detesto*. E como aluno de português ele era excelente.

Reginaldo: Teve um período que deixou de se chamar 2ª Época e passou a se chamar recuperação... A senhora lembra?

Vera: Essa recuperação não era durante o mês, que recupera?

Reginaldo: A senhora lembra como era, foi aproximadamente em 75, se não me engano, que deixou de ser 2ª Época e passou a ser chamada de recuperação. Mudou o nome de 2ª Época para recuperação. A senhora lembra se mudou o procedimento?

Vera: Teve uma época que deixou de ser 2ª Época e passou a ser recuperação, mas era quase a mesma coisa. Depois, eu sei que foi mudada, essa recuperação... O aluno era fraco, não conseguiu média, então durante o mês ele era recuperado, naquela matéria...

Reginaldo: No mês do bimestre ou na continuidade, no final do ano na continuidade?

Vera: Não, aí que passou... Faz muito tempo essa recuperação durante o mês, eu não sei se é dado ainda.

Reginaldo: Esse durante o mês que a senhora diz é no mês corrente ou no mês de dezembro?

Vera: A matéria do mês corrente... A matéria do mês corrente. Eu não sei ainda é assim. Porque houve uma época que era assim... De você recuperar aquele aluno ou aqueles alunos, você dando exercícios para se fazer em casa, explicando... Você não parava com o programa, o programa você continuava, mas para esses alunos tinham mais exercícios sobre o que foi dado durante aquele mês e que ele não conseguiu.

Reginaldo: E essas avaliações da recuperação, o professor dava uma explicação sobre todo o conteúdo... Ele explicava por partes... Como era feita essa preparação do professor para a recuperação?

Vera: Eu, pelo menos, era mais individual para não parar com o programa, porque ai atrapalharia os outros. Entendeu?

Reginaldo: Na Escola Industrial chegou a ter aula aos sábados?

Vera: Cheguei...

Reginaldo: E eram normais essas aulas?

Vera: Eram normais sim. No sábado eu cheguei a dar aula, não muito tempo, mas cheguei a dar aula de sábados, sim.

Reginaldo: E eles iam?

Vera: Iam, os alunos iam. Agora o sábado é livre, depois do almoço então... Ninguém quer trabalhar... Ninguém quer mais fazer nada... Se é faxineira você não arruma de sábado... Não consegue nada. O sábado também é um feriado.

Reginaldo: Tinha avaliação aos sábados?

Vera: Tinha avaliação, tinha avaliação... Era normal, era aula normal, podia ser que a avaliação não caísse nem no sábado, fosse em outro dia.

Reginaldo: Mas se caísse ao sábado tinha que fazer?

Vera: Não me lembro de nos termos marcado avaliação no sábado, não me lembro.

Reginaldo: Mas poderia cair?

Vera: Se caísse tinha que fazer.

Reginaldo: A senhora lembra da palavra sabatina?

Vera: Me lembro da sabatina.

Reginaldo: O que era a sabatina para a senhora?

Vera: Então a sabatina... Eu acho que era essa avaliação. Não me lembro direito, mas me lembro da palavra.

Reginaldo: A senhora não lembra o que era a sabatina?

Vera: Não, não, não...

Reginaldo: Mas era vinculado a ideia de avaliação

Vera: Era a ideia de avaliação... Só se o nome foi mudado.

Reginaldo: Tinha alguma coisa a ver com o sábado?

Vera: Não.

Reginaldo: A senhora não se lembra?

Vera: Não me lembro de nada.

Reginaldo: Mas a palavra sabatina era ligada com avaliação?

Vera: Com avaliação.

Reginaldo: Mas a senhora lembra que tinha a ideia da sabatina?

Vera: Não, não me lembro.

Reginaldo: Mas a senhora lembra que tinha a palavra sabatina?

Vera: Eu me lembro que tinha a palavra sabatina... Como era feita eu não me lembro... Me lembro de avaliação... Me lembro também que fazia a sabatina, mas não me lembro como, se era por perguntas, se era escrita... Não me lembro.

Reginaldo: Por falar em avaliação, eu percebi que tinham alunos que eram aprovados, isso na década de 70, que eram aprovados com 3 ou 4 notas vermelhas, coisa que quando era 2ª Época não acontecia...

Vera: Eram duas.

Reginaldo: Eram duas no máximo, com mais de duas notas nem de 2ª Época ficavam eram reprovados automaticamente. Só que tem lá com 3 ou 4 notas vermelhas e foram aprovados, alguns não chegaram nem a fazer recuperação foram aprovados pelo conselho. A senhora lembra?

Vera: Há, me lembro do conselho... Me lembro perfeitamente do conselho, reunião todos os professores... Circular... Nós ficávamos com as carteiras circulares... E aí, então, nós íamos avaliar esse aluno, para ver se ele tinha condições de continuar a série seguinte. Então o porquê que ele tinha ficado em três matérias, por exemplo, como você falou em três matérias. Então a professora da matéria dava a opinião dela e depois os outros analisavam, também se esse aluno tinha condição de ir para a série seguinte. Era por isso que tinha esse conselho. Isso eu me lembro.

Reginaldo: Em todos os casos eles não faziam a avaliação ou em alguns casos o professor dava uma avaliação pra confirmar que ele poderia ir?

Vera: Não... Todos os casos que tinha mais de duas notas vermelhas, por exemplo, três, era feito esse conselho. Aí, eram reunidos todos os professores e saia aquela discussão e a gente ia ver mais ou menos quem ganhava, e a

maioria, quando era a maioria, então esse aluno era aprovado para a série seguinte.

Reginaldo: Sem fazer prova?

Vera: Da prova eu não me lembro... Se ele tinha feito... Ele deve ter feito a recuperação de duas matérias... Eu acho que ele deve ter feito a recuperação de duas matérias, e a terceira que era analisada, entendeu? Se ele tinha condição... Então nós analisávamos, me lembro bem, se ele passou naquelas duas matérias que ele estava de recuperação, se ele tinha passado... Então nos iríamos julgar a terceira, se ele tinha condição de fazer a outra série.

Reginaldo: Como era selecionada essa matéria que ele faria a prova e a que iria para o conselho, como que era selecionada essa disciplina?

Vera: As questões?

Reginaldo: Não, a disciplina. Cada vez que ele fazia a recuperação, por exemplo, se fosse três, ele fazia a recuperação de duas e uma iria para conselho. Como que era selecionada de qual ele faria a recuperação e qual iria para conselho?

Vera: Então... Agora estou meio “imbaratinada”, viu? De saber como que era... Não me lembro...

Reginaldo: Supondo que ele ficasse de português, matemática e história...

Vera: Sei... Para saber qual que ele iria fazer recuperação... Não me lembro...

Reginaldo: Qual o critério... A senhora não lembra qual o critério...

Vera: Não me lembro... Não me lembro... Eu sei que tinha conselho... tinha esse conselho... Agora eu não sei como que era feito, se ele estava em três matérias, como que era feito... De jeito nenhum eu me lembro, viu, como que era feito...

Reginaldo: Sobre esse período que a senhora trabalhou... Nessa formação que teve que fazer faculdade... Houve uma preparação para trabalhar a avaliação? De como montar a avaliação, de como construir?

Vera: Não, não... As questões não, não houve... Na faculdade não.

Reginaldo: E nesse material que vocês recebiam que era um roteiro, que a senhora citou do Osvaldo Sangiorgi, tinha alguma coisa falando sobre avaliação?

Vera: Deixe eu ver... Não, sobre avaliação não. Que eu me lembre não.

Reginaldo: E no dia a dia, como que era essa avaliação?

Vera: Eu mandava o aluno na lousa, esse aluno ganhava, por exemplo, eu dava uma série de exercícios para fazer em casa... Uma boa série de exercícios, então depois eu chamava o aluno na lousa... O aluno fazia certo... Sem olhar no caderno... Conseguia... Ai ele ganhava um ponto positivo. Isso ai foi no tempo do professor Jadyr Salles, que ele era o coordenador. Então ele que sugeriu que fizesse dessa maneira.

Reginaldo: Mas eles tinham uma avaliação escrita?

Vera: Sabe, por exemplo, procurar biografias, que eles não procuravam de maneira alguma. Então o aluno tinha que trazer a biografia de Pitágoras, ele tinha que trazer outra... Ai ele ganhava um ponto positivo, não me lembro o quanto que eu dava, se era meio, quanto que eu dava por aquele ponto. Depois eu somava os pontos, mais o que eles tinham ganhado na prova... Eu dei os exercícios para fazer, eu passava um visto, para todos... Passava visto, não corrigia nada... Só passava visto, por que a correção era feita na lousa.

Reginaldo: E todo esse trabalho de vocês tinha esse roteiro... Tinha período que a senhora pedia a bibliografia... Tinha o período que a senhora levava na lousa... Tinha período que a senhora recebia os exercícios... Para cada momento tinha um momento certo para se fazer?

Vera: Dava um tempo...

Reginaldo: Por exemplo, começou o bimestre ou mês a senhora pedia pesquisa... Depois pedia os exercícios... Depois corrigia os exercícios... Depois fazia uma análise... Depois fazia outro exercício... E depois fazia uma prova para se fechar tudo... Era assim?

Vera: Era... Eu seguia dessa maneira. Porque eu acho que só a nota da prova não avalia o aluno.

Reginaldo: Mas vocês faziam isso por intermédio do professor Jadyr Salles?

Vera: Olha... O professor Jadyr procurava entrosar as matérias... Que não deu certo... Português era entrosado com todas as matérias, desenho era entrosado também com matemática, entendeu? Mas não deu certo... Porque teria que ser naquelas três aulas, que nós não dávamos aula, a gente ficava... Não sei qual era o nome que era dado, nessa aula que a gente ficava...

Ganhava, mas ficava preparando... Era preparo para correção... Então não coincidia desses três, por exemplo, matemática, português e desenho para ver esse entrosamento não coincidiam, nesse dia, dos três estarem juntos. Então eu achei que aquilo não foi válido.

Reginaldo: Para trabalhar isso tudo que o professor Jadyr Salles fez, todo esse trabalho de vocês, a senhora lembra de alguma bibliografia que ele sugeria para vocês?

Vera: Não

Reginaldo: Algum livro, algum autor para vocês estudares para ajudar a preparar?

Vera: Não.

Reginaldo: Não lembra?

Vera: Não me lembro.

Reginaldo: Eu verifiquei nos documentos encontrados no “Djalma”, que existia matemática e matemática aplicada, tinha alguma diferença de uma para outra?

Vera: Não... Matemática e matemática aplicada... Os exercícios eu acho que era...

Reginaldo: Porque tinha curso que tinha só matemática, tinha curso que tinha só matemática aplicada e tinha curso que tinha matemática e matemática aplicada...

Vera: Não, não me lembro dessa matemática aplicada... Não me lembro de maneira alguma.

Reginaldo: Obrigado professora, pela atenção.

Vera: De nada.

Entrevista 3

Professor Airton Cruche de Jesus

Reginaldo: Boa tarde, professor!

Airton: Boa Tarde!

Reginaldo: O senhor pode falar seu nome completo para gente, por favor?

Airton: Airton Cruche de Jesus!

Reginaldo: Professor qual é sua formação?

Airton: É... Sou pós-graduado Lato Sensu que é denominado "Metodologia do Ensino de Aprendizagem de Matemática!"

Reginaldo: Essa formação te habilitou quando?

Airton: Fazem a média de sete anos. Eu fiz o curso em Jaboticabal, tá? Foi muito bom!

Reginaldo: Mas a sua graduação é em que?

Airton: Matemática, matemática plena!

Reginaldo: E o senhor fez essa formação sua aonde?

Airton: Foi em Ribeirão Preto!

Reginaldo: Em qual universidade?

Airton: Na Barão de Mauá!

Reginaldo: E quando o senhor concluiu essa formação?

Airton: Em 84!

Reginaldo: Quando o senhor entrou na faculdade?

Airton: Em 80!

Reginaldo: Referente à sua formação, do período que o senhor entrou no ensino fundamental até o senhor sair do ensino médio ou equivalente, quando foi e onde foi essa formação?

Airton: Olha quando eu completei a licenciatura curta eu já comecei a lecionar, isso foi em 82. Eu já comecei a pegar umas aulas de substituição, tá? Lecionei como substituto a partir de 1982 e completei meu curso e depois, até então fazendo com a minha licenciatura plena e eu comecei a dar aula pra vários tipos ensino médio e fundamental!

Reginaldo: E o ensino fundamental do senhor foi feito onde?

Airton: Como assim? Quando eu comecei a lecionar?

Reginaldo: Não, quando o senhor começou a estudar mesmo o ensino fundamental que o senhor fez!

Airton: Assim então, eu comecei a fazer o curso de matemática na Barão de Mauá.

Reginaldo: Não, o fundamental quando o senhor estudou lá no primário, lá traz!

Airton: Agora deixa eu lembrar, o meu fundamental foi no Professor José Gonso depois até então houve mudanças de escolas

Reginaldo: Aqui em Porto Ferreira?

Airton: Aqui em Porto Ferreira, até então houve mudanças, que nos transferimos de prédio, né? Por causa do Djalma Forjaz e esse foi meu ensino fundamental. E como continuei depois do ensino fundamental e como eu fiz técnico em mecânica que correspondia a um curso técnico, também no Djalma Forjaz que hoje não existe mais, né?

Reginaldo: Naquele prédio, mais a escola ainda continua existindo, só que no outro prédio!

Airton: No outro prédio!

Reginaldo: E em que período o senhor atuou como professor?

Airton: Então a partir de 82, que eu completei a licenciatura curta, e em 83 comecei a dar aula como substituto e aí não parei mais!

Reginaldo: Leciona até hoje?

Airton: Leciono até hoje!

Reginaldo: E em quais escolas o senhor já atuou como professor?

Airton: Essa primeira escola que eu peguei como substituto foi no EEPG José Gonso, depois fui pro Washington Luis, no EEPG Pedrina e dei aula no SESI, né? No Centro Educacional SESI de Pirassununga e atualmente estou no Henrique Reis!

Reginaldo: É uma escola estadual?

Airton: Escola estadual de 1º grau, né?

Reginaldo: Que corresponde de 6° ano até 9° ano?

Airton: Ensino fundamental é de 6° até 9° ano.

Reginaldo: Lá o senhor já leciona em que salas?

Airton: Como?

Reginaldo: Lá o senhor leciona pra todas as salas de 6° até 9° ano?

Airton: Assim de 6° a 9° ano!

Reginaldo: O senhor se recorda do Movimento da Matemática Moderna?

Airton: Olha... Recordar realmente do Movimento da Matemática Moderna eu não recordo, eu só me recordo que houve uma boa melhora no decorrer dos anos, né? Na própria escrita dos livros, na própria didática. Ao Movimento em si não, mais que melhoro bastante a própria didática, a forma de ensina, é... o como nos pesquisarmos assim por diante para instruir melhor nossos alunos melhorou muito e muito mesmo!

Reginaldo: Com essa Matemática Moderna?

Airton: Com a Matemática Moderna!

Reginaldo: E o que o senhor lembra assim dessa Matemática Moderna, referente a exercícios, o conteúdo em si?

Airton: Em relação ao que nos tínhamos antigamente como nos fomos instruídos, e agora?

Reginaldo: Não, na época da matemática moderna, na formação do senhor, naquela época em que o senhor estava em período de formação, antes de 83. O senhor falou que se formou em 83, sim?

Airton: 84!

Reginaldo: 84, antes desse período quando se começou a trabalhar com a Matemática Moderna o que o senhor lembra da Matemática Moderna?

Airton: O que eu lembro é que era a forma como nos tínhamos que fazer a pesquisa e aplicações do que nos estávamos aprendendo, acho que deve ser isso aí o que você está querendo que eu respondo, num sei bem, né?

Reginaldo: E referente à nesse período que o senhor estava em formação, referente à Matemática Moderna o senhor lembra se a avaliação era diferente? Como que era a avaliação nessa época em cima da Matemática Moderna?

Airton: É... A avaliação em si, antigamente nesse caso aí, nessa época, ela era bem exigente, realmente nós tínhamos que saber e estudar, tá?

Reginaldo: Como era essa avaliação? O senhor lembra?

Airton: A avaliação era em cima dos conteúdos e era escrita, dificilmente era oral.

Reginaldo: E os exercícios, o senhor lembra se eram mais teóricos, eram mais assim, problemas?

Airton: Mais teóricos, era bem mais teoria, bem mais desenvolvimento de fórmula... bem mais teoria mesmo!

Reginaldo: Tinha esta ideia da contextualização, trabalhava tudo isso, era puramente teoria?

Airton: Nessa época não tinha, não se falava em contextualização nada, tá? Dessa forma... A mudança realmente... Eu acho que foi no decorrer da nossa aplicação e o profissionalismo, né?

Reginaldo: Mais assim da avaliação em si o senhor acha que era mais voltada para conteúdo do que para... E as avaliação nessa época ou quando se fala de Matemática Moderna o senhor acha que as avaliações eram mais extensas, eram mais pesadas mais cansativas, como que era?

Airton: Eram mais pesadas e cansativas, realmente!

Reginaldo: E o senhor lembra o número de exercícios, se eram avaliações muito extensas, como era?

Airton: Era, era bem mais, até o número de questões que nos podemos comparar com hoje era bem mais extensa a quantidade de questões e a própria prova, né?

Reginaldo: E o enunciado das questões como que era?

Airton: Não, os enunciados já eram diretamente ao que você estava aprendendo com seus conteúdos: resolva, faça isso e acabou. Não é que nem hoje que nós fazemos um texto e deixamos com que o aluno tem que entender, tem que busca o que ele ouviu, então era bem diferente!

Reginaldo: Então o senhor sempre, nos enunciados, tinha esses verbos: resolva faça?

Airton: Calcule, sempre...

Reginaldo: Então não tinha nem um pouco dessa ideia de ficar levando o aluno a desenvolver o raciocínio não?

Airton: Desenvolver o raciocínio lógico, essas coisas. Ver o que ouviu ou que não ouviu... Se ele poderia compara com alguma coisa que estava no dia a dia. Antigamente não tinha nada. Hoje nos fazemos uma coisa que é fora de sério, não tem como.

Reginaldo: E aproveitando essa conversa sobre avaliação, como que o senhor como aluno via a avaliação? Como aluno?

Airton: Olha... Eu via de uma seguinte forma nos tínhamos que provar o que realmente nos estávamos adquirindo de conhecimento, tá? Ainda eu acho que naquela época como nos fazíamos avaliação como alunos... Eu... De acordo com o que nós aprendíamos nos tentávamos resolver, ta? E mostrar que realmente nos sabíamos o estava sendo testado para nós!

Reginaldo: E essas avaliações quando chegava o momento de fazer, como que vocês lidavam com isso? Quando o professor marcava a avaliação, como vocês lidavam com isso?

Airton: A forma que nos lidávamos era a seguinte; nós tínhamos o compromisso, entendeu? De estudar e nos preparar!

Reginaldo: E vocês tinham um medo de fazer a avaliação ou era só aquele comprometimento em fazer?

Airton: Não! Nós não tínhamos esse medo, porque nos sabíamos o que estávamos fazendo, nós sabíamos que nós tínhamos o compromisso, ta? De estudarmos realmente, não tinha medo nenhum. Hoje há muita coisa que sai em revista, sai em reportagem que uma avaliação é para por medo no aluno e não tem nada vê!

Reginaldo: E na época que o senhor era um aluno, então vocês tinham mesmo esse comprometimento, esse compromisso em chega, estudar... Vocês tinham essa preocupação?

Airton: Tínhamos, tanto quanto eu acho que quem faz matemática é por que gosta e sabe o que te que ser feito! Né?

Reginaldo: E vocês buscavam, assim, em sala de aula sanar as dúvidas quando sabiam que ia ter prova? Vocês buscavam um empenho maior em sala de aula? O professor também tinha essa preocupação de passar isso pra vocês?

Airton: Tínhamos, porque sabíamos... O professor sabia que nós, que não pode comparar com a época de hoje, que nos tínhamos esse comprometimento. E ele também tinha esse comprometimento em ensinar a gente, tá? Era muito bom, quando eu fiz o curso, no caso em Ribeirão Preto, não tive nenhuma reclamação houve épocas que eu perdi aula, realmente, por causa do trabalho, mas foi muito compensador!

Reginaldo: E quando o senhor fazia essa avaliação o professor dava um retorno para vocês, o senhor buscava refazer essa avaliação para estudar em cima dela?

Airton: Assim, com certeza o esclarecimento dessas dúvidas para que não houvesse falha futuramente! Procurava sim!

Reginaldo: O senhor percebe mudanças no perfil dos alunos desde a época quando o senhor começou a lecionar?

Airton: Sem dúvida, tá? Essa é uma das mudanças que da época que eu comecei a estudar para hoje, tá? Essa coisa de promoção automática, é vamos analisar o aluno, vamos fazer certas coisas que não é como... tá? Nós tivemos na educação anteriormente, mas eu acho que o professor também tem que verificar o lado da aprendizagem, então houve realmente uma mudança muito grande principalmente por causa do excesso de contingência que tem nas escolas hoje, né? A promoção automática e um monte de coisa então têm que tomar muito cuidado, tem que valorizar o serviço da gente também, né?

Reginaldo: Então o senhor acha que mudou o perfil do aluno dessa época para cá? A que o senhor atribui essa mudança?

Airton: Olha... Essa mudança... Uma das coisas, são as leis, são as dificuldades da família, tá? A mudança é muito grande, não vou falar para você item por item, mas hoje nós verificamos o aluno em si nessa facha de ensino fundamental... ela é bem diferente do que nós fomos realmente. Num vai se comparar com, no caso, ensino superior, que nós temos que fazer para conseguir o que nós queremos. Que é o caso, os alunos hoje tem aquela facilidade de não fazer determinada tarefa, de não ter o comprometimento, certo? Porque certas leis regem talvez a favor deles e não a nosso.

Reginaldo: E o seu modo de entender a avaliação desde que começou a lecionar mudou?

Airton: Mudou bastante, é como eu disse, nas avaliações antigamente nós provávamos realmente, tá? Pelo nosso compromisso o que nós sabíamos, o que nós estávamos estudando e o que nós iríamos aplicar futuramente. Hoje está bem mais simples dar a avaliação para essas pessoas, para esses nossos alunos aí, principalmente, porque eles não sabem o que querem futuramente, se acham que o futuro está muito bom, eles não têm a certeza do que vão querer, então eles não tem muita preocupação!

Reginaldo: E porque o senhor acha que mudou? O porquê dessa mudança?

Airton: A mudança não é nós que causamos, acho que sim pelo simples fato do dia a dia e das próprias leis que regem nosso país!, né?

Reginaldo: Então o senhor acha que as avaliações mudarão por causa de influências sócio-políticas na educação?

Airton: Com certeza, eu acho que poderia ser bem melhor se apertasse mais o cinto dos alunos, porque nós fazemos nosso trabalho!

Reginaldo: No decorrer do seu trabalho docente houve mudanças na quantidade de instrumentos de avaliação?

Airton: Houve, houve bastante!

Reginaldo: Por quê?

Airton: Porque da mesma forma que houve mudanças na reforma da matemática, no caso da Moderna, na reforma dos estudos, a forma de se aplicar determinados conteúdos... Então houve uma mudança tremenda na quantidade das avaliações... Aumentou bastante!

Reginaldo: E esses instrumentos o senhor acha que foram mais úteis ou o senhor considera que eles foram desnecessários?

Airton: Não desnecessário, não vai ser nunca por que a gente procura dar vários itens de avaliação, né? Como, assim, não é como um trabalho escravo, mas para que o aluno procure de uma forma ou de outra se houve interesse em certa parte que haja interesse em outra. Porque nós temos uma quantidade de conteúdos variados e um dos conteúdos será interessante então nos temos que procurar vários tipos de avaliação!

Reginaldo: Sabe se que numa época houve a criação de vários cursos que podemos considerar profissionalizantes, que objetivavam formar mão de obra capacitada para a indústria, o senhor sabe como a avaliação era encarada nesses cursos e em que frequência era realizada?

Airton: Olha... Eu sei que há vários cursos profissionalizantes, eu já fiz um também, tá? .Como eu disse, eu fiz um curso de técnico em mecânica, mas eu só não consegui me formar nessa função, que eu também gostava porque existiam bastante cálculo, e manutenção de máquinas só não foi possível porque eu não consegui fazer o meu estágio. Mas nos cursos profissionalizantes houve muita mudanças, eu acho que os profissionais daquela época, eu acho que se esforçavam um pouco mais do que hoje!

Reginaldo: Referente aos cursos profissionalizantes o senhor disse que fez um deles, como era as avaliações nesses cursos?

Airton: Bom, o profissionalizante as avaliações que eu cheguei a fazer, muitos eram cálculos, tá? Calcular dimensões de peças e assim por diante e a prática era verificar se realmente, através do que nós aprendemos, era fazermos o tal instrumento que era solicitado!

Reginaldo: E tinha essa preocupação nas avaliações de formar profissional para indústria, assim mais diretamente com questões que já eram problematizadas, referente à indústria, com problemas que uma determinada empresa poderia ter e vocês tivessem que solucionar ou era referente à teoria mesmo, ali pura?

Airton: Não, não. Era teoria de cálculo e a prática na construção de alguma peça. Não era tanto assim o que determinada empresa ia querer ou não que nos aprendêssemos, tá? Hoje nos temos a empresa, no caso ai tem a FIESP que controla o SENAI, o SENAC, o SESI e mantêm um padrão muito bom de avaliação e lógico sempre atualizando, tá? Que ao meu ver ele é bem estruturado, então tem ainda, nesse caso, profissionais muito bons se formando por aí. Mas a frequência das avaliações, creio certamente, que é mais pela teoria e a prova prática, realmente, de que a pessoa sabe manusear algum instrumento!

Reginaldo: Como o senhor utilizava os resultados da avaliação no seu trabalho pedagógico?

Airton: Olha... Eu... Você fala eu como aluno ou eu como professor?

Reginaldo: Como professor! No seu trabalho pedagógico, como o senhor utilizava os resultados das avaliações?

Airton: Eu utilizava e utilizo avaliações ainda, apesar de que nós temos mais itens de avaliação, né? Como um acompanhamento da aprendizagem do que nós estamos passando para eles, então essa é uma forma!

Nem tanto assim, como utilizava, como a gente tem que utilizar até hoje, né? É uma verificação do conhecimento de como o aluno está acompanhando os conteúdos ao qual nós programamos para ensinar então dessa forma nós avaliamos também. Porque não é só a prova de conteúdo, mas de uma certa forma, como vários itens de avaliação é verificação da dúvida e assim por diante!

Reginaldo: Essa avaliação que o senhor aplica, o senhor tem o costume de voltar com seus alunos o que foi feito, o senhor tem o costume de fazer uma preparação antes ou simplesmente marca a prova e os alunos vão lá e fazem?

Airton: Não, a dificuldade, na maioria das vezes, é sanada num período mínimo, né? Não deixando passar muito tempo, mas um período mínimo para que, realmente, não se estenda muito depois a explicação de determinada dúvida de determinado conteúdo, né? Então tem que ser explicado e já verificado se há dúvida ou não!

Reginaldo: Havia preocupação de avaliar os conteúdos prévios dos alunos?

Airton: Havia preocupação sim, havia preocupação e ainda acho que há preocupação, né? Pois é uma maneira de verificar qual é o nível de aprendizado e dificuldade que eles estão esses alunos. Apesar de que a agente sabe que é uma calamidade, porque nos ensinamos, ensinamos, ensinamos! E há muitos alunos que não levam em consideração a importância do que nós estamos fazendo, certo? Então, há sim, houve e há também essa avaliação da aprendizagem que eles tiveram anteriormente.

Reginaldo: E como que acontecia essa avaliação?

Airton: Olha... Essa avaliação geralmente acontece no início do ano, né? Para verificar qual é o nível de conhecimento deles. Porque sempre há e nunca vai ser o mesmo e determinado exercício, sempre tem que haver mudanças para o determinado tipo de conhecimento da classe, bem dizer, não só de um aluno. Porque cada um tem um determinado tipo de conhecimento e cada um tem um tipo aprendizagem, porque tem uns que são bons, que são chamados de bons e outros são chamados de fracos, então nós temos que fazer todo esse estudo, esse levantamento aí!

Reginaldo: Como que a avaliação era vista no cotidiano escolar?

Airton: Olha... A avaliação era vista no cotidiano escolar da seguinte forma: como eu disse para você anteriormente, a quantidade de avaliação, a forma com o qual nós administramos pra verificar este tipo de conhecimento dele, para nós antigamente, como aluno, era tipo assim, nós tínhamos que saber o que nós tínhamos que falar ou como escrever ou como responder. Hoje a dificuldade é que eles estão fazendo da seguinte forma: responde o que quer, acha que vai ter nota e acha que vai passar. Talvez a maioria não esteja tão preocupados com o que realmente vem pela frente.

Reginaldo: E como que era elaborada essa avaliação?

Airton: Qual é a forma que eu elaboro?

Reginaldo: Isso, como que o senhor faz para elaborar essa avaliação?

Airton: Através do conteúdo, verificação da dificuldade da sala, da aprendizagem da sala. Porque não adianta querer aprofundar muito, determinado conteúdo ou determinada pergunta, sabendo que talvez eu não vá conseguir o que realmente eu quero, mas também não é de qualquer forma. Ela é feita de uma maneira simples, mas objetiva.

Reginaldo: E o que o senhor fala, quando diz objetivar o que quero, o senhor foca na formação do aluno para o mercado de trabalho, para continuação dos estudos ou da formação do aluno como pessoa?

Airton: Continuação dos estudos e na formação como pessoa, como cidadão. Essa é a forma com a qual eu preparo.

Reginaldo: E como que era a estrutura dessa avaliação?

Airton: Como assim, não entendi?

Reginaldo: Como era a estrutura, como que era a preparação dessa avaliação? Eram questões extensas? Eram várias questões? Ou melhor, são, pois o senhor ainda leciona. Trabalha com testes? Como que era essa avaliação?

Airton: É uma média de 5 questões, né? As provas são três bimestrais, algumas com testes, outras com perguntas objetivas, no caso aí dependendo da aplicação do exercício e outras contextualizadas, aí fora outros itens de avaliação!

Reginaldo: Como que é a aplicação dessa avaliação, o senhor dá para os alunos fazerem individualmente? Como que é feito com o tempo? Como que é a aplicação dessa avaliação?

Airton: Este tipo de avaliação, como eu disse, como prova é individual. Outro tipo de avaliação pode se fazer através de trabalhos em grupo, né? De pesquisas aprimorando sempre o foco do conteúdo para que aprimore de

acordo. Pesquisa talvez ele abranja outros tipos de assunto, né? Focando o próprio conteúdo.

Reginaldo: Em algum momento a avaliação é considerada para o senhor uma ferramenta para manter a disciplina da sala?

Airton: Olha... Eu acho que nem tem como fazer isso, viu... Não tem como fazer isso aí. Isso aí, eu acho que nos deveríamos fazer de acordo com o andar das nossas aulas, através de conversas. Através, não tanto assim de conselhos, mas... A prova é um momento de reflexão deles o silêncio teria que ter mesmo se não eles não conseguem fazer esse tipo de avaliação

Reginaldo: E no dia a dia, em algum momento o senhor utiliza da possibilidade de aplicar uma prova se eles não ficarem quietos, assim para usar da avaliação como uma possível punição caso eles sejam disciplinados?

Airton: Não, nem pode, tá? Isso aí já aconteceu no caso quando eu era aluno talvez, né? (risos)

Reginaldo: Isso acontecia muito quando o senhor era aluno?

Airton: Eu me lembro de ter acontecido já, eu me lembro de ter acontecido. Mas hoje em dia a gente não pode mais fazer isso, porque é um tipo de punição. Aí seria realmente punição, hoje nós marcamos as provas, são todas pré-marcadas.

Reginaldo: Voltando a época quando o senhor disse que a avaliação era usada como mantenedora da disciplina, na época em que o senhor era aluno, senhor pode falar mais um pouquinho sobre isso?

Airton: É como eu disse antigamente, eles não marcavam as provas, né? As que são chamadas de avaliação, hoje. Porque era uma forma que nos tinham que saber continuamente, o estudo nosso tinha que ser diário. Era chegar da escola e estudar, verificar o que aprendeu e o que não aprendeu, né? Pra não deixar pra tirar dúvidas depois de duas ou três semanas, então nós fazíamos isso. Então as provas não eram marcadas, hoje nós não podemos mais fazer isso, porque não sei qual é, se é lei ou não, se é regra. Porque qualquer coisinha o pessoal vai fazer a crítica porque estamos fazendo prova surpresa, que nesse caso era realmente considerada uma forma de punição.

Reginaldo: Como era o processo de dar nota? Havia a preocupação com a individualidade de cada aluno ou a correção era padronizada para todos?

Airton: Olha, realmente, a avaliação era padronizada para todos. O dar nota significa realmente a forma ao quais outros tipos de avaliação sem ser a escrita, certo? Que é a prova. Esses outros tipos de avaliações, realmente vão verificar... Vão deixar a marca de como, realmente o aluno esta se desempenhando, ele esta progredindo... Como esta sendo seu conhecimento. Então, não é bem dar nota, ta? O dar nota, nesse caso, tem que ter um sentido de outro tipo de avaliação para que realmente não se perca o aluno que quer, que participa, que se deslancha facilmente.

Reginaldo: Como os alunos recebiam a avaliação tendo por referência, marcação das datas e os procedimentos no dia da aplicação?

Airton: Elas são marcadas previamente, é dado o conteúdo e até pode ser feito, umas aulinhas de recuperação, ou seja, uma revisão de determinados conteúdos se realmente a pessoa tinha a sua dificuldade. Então é dessa forma, são marcadas, são feitas e não como um tipo de punição e não como um tipo para manter silêncio, mas são revistas depois as provas, né? Mostrado como que a pessoa errou, fazendo-se a análise do erro dele.

Reginaldo: Havia a correção das provas com os alunos e se houvesse como que era feito?

Airton: Sim, sim. Era feita a correção, da forma que eu falei, são feitas as correções. Verificação do porquê que acabou errando. Se houve algum desvio de pensamento ou de lógica a partir deles. Mas verificando se também, se lembra ou não lembra de quando foi dada, a forma de como se resolvia, como se podia chegar num erro, né? Porque a gente comenta bastante hoje, hoje tem bastante, como essa matemática, nossa, moderna, ai? Ela tem muitos caminhos e muitas aplicações, então nós temos que fazer a devolução da correção e tudo mais.

Reginaldo: Em sua formação acadêmica, quais autores te influenciaram?

Airton: Olha, hoje existe uma série, né? Um dos meus favoritos foi Luis Barco, que eu gosto muito de ouvir os comentários dele. Mas tinha lá: Imenes, o Dante, que hoje ainda tem uma série de escrita em livros, Giovanni, Giovanni Jr e outros. E hoje em dia, pesquisa facilíma, né? Internet.

Reginaldo: Desses autores que o senhor trabalhou, qual deles estavam mais ligados a época da sua formação no ensino superior?

Airton: Era o Giovanni. Giovanni e Giovanni Jr, eu tive que fazer muita pesquisa nos livros deles. Na minha formação não tinha internet, então nós tínhamos esse tipo de livro, né? O Imenes, se for ver, foram livros que nós pesquisávamos bastante. Era um dos dois. O Dante surgiu agora, muito recente, mas foi mais para o ensino fundamental.

Reginaldo: Como que a reprovação é encarada para o senhor?

Airton: Para mim, ela é encarada como uma coisa realmente ruim, mas não é bem para mim. É através da visualização de como eu tenho o aluno demonstrando a forma que ele foi reprovado. Então, o professor tem que simplesmente cumprir o papel dele. Nós temos aí, nos temos... É... Uma vida, né? Nós temos uma vida de crescimento e de profissionalização, que nós também temos que manter, temos que fazer as nossas avaliações como verificação. Porque a nossa dedicação, eu acho, que ela também tem que ter resultado, ela tem que ser valorizada. Então a reprovação parece que é uma coisa ruim. Não. Só vai ser reprovado, realmente quem merece, porque nós não trabalhamos o ano inteiro ou no caso um ciclo para que passe o aluno ou de nota pra ele. (com sarcasmo) “Ah, coitadinho dele...” Não tem nada a ver, então nós temos que valorizar o nosso serviço. Eu acho que um bom profissional, principalmente na nossa área que ela é um pouco, como diz... “Ninguém gosta da matemática”. Mas é uma área de raciocínio que quem sabe, sabe que vai muito bem e vai muito além. Então é coisa ruim? É coisa ruim, mas a aprendizagem eu acho que torna isso aí uma coisa fácil.

Reginaldo: O senhor já trabalhou como professor recuperador?

Airton: Olha... Como professor recuperador, não. Eu já lecionei em salas de Telecurso 2000, tá? Mas não era também como professor recuperador, fui

muito bem aceito, tive várias turmas. Mas o professor recuperador, eu acho, sofre um pouquinho porque ele está pegando certo tipo de aluno, logicamente todos tem o direito de aprendizagem, mas o que acontece é que são alunos que talvez não têm interesse. Eu não trabalharia como professor recuperador, de forma alguma, não posso falar que nunca vou fazer, não sei. Mas eu acho que o sacrifício é bem maior do que, realmente o nosso que estamos no dia a dia em sala de aula. (com risinho) "O crime não compensa..."

Reginaldo: Como eram os Exames de Admissão? O senhor lembra?

Airton: Lembro que eu tinha. Eu e os colegas, com a nossa turma contratamos uma pessoa responsável para dar para nós. Realmente existia esse Exame de Admissão, era uma preocupação que nós tínhamos na época de conseguirmos boas notas. A questão se era porque tinha um número de vagas excessivo ou tirar boas notas, a importância pra nós era tirarmos boas notas, para sermos bem classificados.

Reginaldo: Qual era o determinante na hora da seleção nesse Exame de Admissão, era uma nota de corte que só poderiam entrar quem tivesse acima daquela nota ou igual ou era independente da nota que você tirasse a classificação que você ficava?

Airton: Eu acho que tinha uma nota de corte sim. Porque se a professora que dava aula para não nos induzisse a pensar que tinha uma nota de corte, ninguém se preocuparia, mas eu acho que tinha sim uma nota de corte, porque uma nota muito baixa também, era um desinteresse total. O número de vagas poderia ser favorável, mas na época tinha uma nota de corte sim.

Reginaldo: Porque pesquisando em documentos da atual Escola Estadual "Dr. Djalma Forjaz", foram percebidos alunos com nota 45 e 47 que é inferior a 50% e mesmo assim eram aprovados.

Airton: É, então, o que eu falei. A minha preocupação era tirar uma nota boa, talvez tivesse um número de vagas excessivo e a pessoa mesmo tirando nota baixa, né? Daí estava incluso.

Reginaldo: Como era recebido a notícia que o aluno não foi admitido, que ele foi reprovado nesse exame de admissão? Como era recebido por ele e pela família, o senhor teve contato com isso?

Airton: Não, não... Eu não tive contato, talvez esse tipo de reprovação que os pais ou o próprio aluno ia na escola e verificava que estava aprovado, então ele recebia a notícia lá, mas eu nunca tive esse problema porque quando fui saber da minha aprovação, nesse caso estava positivo. Mas eu acho que era decepcionante a pessoa receber uma reprova, não sei se é como se fosse hoje.

Reginaldo: Como eram os exames finais, o senhor lembra?

Airton: Olha, os exames finais durante todo ano, é... O que acontece... A pessoa não atingia os níveis, naquela época era peso 1, peso 2 e assim por diante...

Reginaldo: Não, não professor... O Exame Final, o exame que você fazia normal no final do ano, não o de 2ª época, o final. O que você fazia no final do ano para fazer uma média com as notas do ano.

Airton: A sim, era de conteúdos que ficavam pendentes e realizava a prova.

Reginaldo: Como eram os exames de 2ª Época?

Airton: Esse de 2ª Época era meio tenebroso também, tudo quanto é exame que você estava pendente de aprovação ou reprovação, deixava um pouco assustado. Mas no final do ano existia o 2ª época, eu me lembro, né?

Reginaldo: Que era realizado em que mês?

Airton: No final do ano.

Reginaldo: Porque nos documentos eu dei conta que eram realizados em fevereiro...

Airton: Fevereiro? É... Isso que eu falo, talvez não tenho lembrado muito bem a época, mas que existiu o 2ª Época e que eu cheguei a fazer poucas vezes a segunda época, aconteceu sim.

Reginaldo: Como que era? Vocês estudavam um período ou era só ir lá e fazer a prova?

Airton: Eu ia lá, tinha umas orientações de conteúdo e fazia a prova.

Reginaldo: Durante quanto tempo eram essas orientações?

Airton: Pouco tempo, uma ou duas semanas...

Reginaldo: Essa orientação é como se fosses uma revisão?

Airton: Como se fosse uma revisão, como muitas vezes até hoje é, só que não se fala mais 2ª Época hoje, né?

Reginaldo: E no período dessa 2ª Época, preparação para essa atividade, a professora dava uns toques, mais ou menos, do que iria cair nessas avaliações ou não? Ou só dava conteúdo de revisão do ano todo?

Airton: Não, dava conteúdo não do ano todo, mas de alguns tópicos mais importantes que iriam cair na prova.

Reginaldo: E a prova era difícil?

Airton: Bom, se eu consegui chegar até onde eu estou é porque eu passei. É porque foi fácil. (risos)

Reginaldo: Teve um período que o nome de 2ª Época mudou para recuperação, em torno do ano de 1975. Nesse período, provavelmente, o senhor estava como aluno ainda. O senhor se lembra?

Airton: Eu sei que a 2ª Época deixou de existir e a partir daí começou a recuperação, ta... Mas eu acho que não estou muito bem lembrado se continuava a ficar de recuperação porque eu tive um crescimento de estudo.

Reginaldo: A partir de 1976, nos documentos analisados no “Djalma “, não foi mais encontrado o termo recuperação. Tinha alunos com 2, 3 e até 4 notas vermelhas estavam aprovados, aí na busca em prontuário de aluno, quando eu olhei estava marcado que “o aluno foi aprovado pelo Conselho”. O senhor sabe um pouco como era essa aprovação pelo Conselho? Era só chegar no dia do Conselho e o aluno era aprovado ou tinha alguma atividade ou alguma coisa que o aluno fazia nesse período?

Airton: Eu acho que sempre teve atividade sim, viu professor... Acho que sempre teve atividade, sim, atividade de recuperação. Porque até o termino do ano letivo então tem que no caso... Acho que alguns alunos ficavam de recuperação, sim, com certeza.

Reginaldo: Mas essa recuperação não era feita depois, no outro ano? Era feito na continuidade?

Airton: No mesmo ano, pra terminar o ano letivo, que não foi o caso que você falou da 2ª Época.

Reginaldo: Na continuidade do ano?

Airton: Na continuidade do ano letivo.

Reginaldo: Não tinha uma recuperação (período em que retomava os conteúdos), era só dada a prova?

Airton: Só dado a prova.

Reginaldo: Mas existia uma recuperação

Airton: Mas que existiu, existiu. Eu acho que sempre existiu isso aí.

Reginaldo: Só que não tinha uma quantidade limite de notas vermelhas? Quantas você tirasse você poderia fazer?

Airton: É, não existia isso aí não.

Reginaldo: O senhor chegou a ter aula aos sábados?

Airton: Já tive aula aos sábados, sim.

Reginaldo: E essas aulas eram normais?

Airton: Aula normal, tá. Essa aula, aí... Foi no caso de primário, né? Que eu tinha aula aos sábados.

Reginaldo: O senhor chegou a fazer atividades ou provas aos sábados?

Airton: Aulas eram normais.

Reginaldo: O senhor chegou a fazer prova?

Airton: Com certeza, talvez naquela época, né?

Reginaldo: O termo “sabatina” algum dia passou pelo senhor na escola?

Airton: Isso daí é... A sabatina era comum. Era a prova, né?

Reginaldo: Mas a prova de qualquer período?

Airton: É, de qualquer período. Não existia o nome prova, existia a sabatina.

Reginaldo: O que era a sabatina?

Airton: A sabatina, era a forma de você... Não tanto quanto a oral e também escrita... Mas era a forma... O termo técnico sabatina, para falar a verdade não vou conseguir falar agora. Mas existia o nome sabatina, que era a nossa prova.

Reginaldo: Era a prova que vocês faziam corriqueiramente? As provas que a professora dava durante o mês?

Airton: Dava durante o mês, era sabatina. Termo, nossa... (sentimento de nostalgia)

Reginaldo: Quando o senhor já estava no período de formação de professor e na época que o senhor ainda era aluno em que o estudou na Escola Industrial. O senhor lembra de algumas palavras em especial no enunciado do exercício que era importante? Assim palavras que eram interessantes, que vocês sempre viam em livros didáticos, em questões, algumas palavras que indicam ação, verbos?

Airton: Não, não... Era difícil. Eu acho que antigamente era *Calcule* e *Resolva*, tá? Era mais exercício, né? Teoria. Hoje não, nos temos que procurar... Até os próprios livros didáticos, hoje, teve que mudar a sua própria nomenclatura, né? Não é só teoria, e sim o que? Exercícios com a praticidade, aplicativos. Mudou bastante, mas naquela época não tinha termo técnico nenhum, era só calcule, execute, faça ou resolva. Não era que nem hoje, não.

Reginaldo: E essas palavras, em algum momento o senhor já viu um trabalho referente a isso chamado “Taxonomia de Bloom”? Já viu esse material, já viu a citação desse material em algum momento?

Airton: Não, não! Realmente não me lembro, até então hoje, né? Como profissional, nós temos que aplicar certos verbos, talvez eu tenha falado para você aí, que nos temos que usar para que o aluno melhore o pensamento dele e redija corretamente. Mas antigamente não existia nada não.

Reginaldo: Mas essas palavras eram comuns?

Airton: É, as palavras eram comuns.

Reginaldo: O senhor sabe o que era 2ª Chamada? Há alguns alunos lá que estão marcados que eles ficaram para a 2ª Chamada, o senhor sabe o que é isso?

Airton: Já ouvi sim, 2ª Chamada. Hoje a gente fala suplente, né? Os alunos que não conseguiram passar na primeira vez, mas ainda sobrou vaga, tá? Para ano seguinte, então era feito uma segunda chamada, houve essa época sim.

Reginaldo: Então o que era 2ª Chamada, como se fosse uma recuperação?

Airton: Fazer um outra prova, pra ver se teria continuidade, né? Para o outro ano, para a série seguinte.

Reginaldo: Então essa 2ª Chamada era para quem fosse reprovado e sobrasse...

Airton: Na primeira e sobrasse vaga para o ano seguinte, então seria no caso feito uma 2ª chamada para preencher as vagas do ano seguinte.

Reginaldo:

Airton:

Reginaldo: Essa prova era difícil? Ele tinha uma recuperação em sala de aula com professor ou era ir lá e fazer a prova?

Airton: Algum questionamento, assim... O professor passava os conteúdos para o aluno estudar, para fazer seus estudos e depois a fazia a prova para ver se conseguia alguma coisa.

Reginaldo: Muito obrigado Professor Airton, agradeço a atenção.

Airton: Tá Ok! Foi um prazer falar com você.

Entrevista 4

Professora Ermelidia Dozzi Tezza Villa

Reginaldo: Boa Tarde professora!

Ermelidia: Boa Tarde.

Reginaldo: A senhora pode falar seu nome, fazendo um favor?

Ermelidia: Ermelidia Dozzi Tezza Villa.

Reginaldo: Professora, qual foi sua formação?

Ermelidia: Completa?

Reginaldo: Sim.

Ermelidia: Bom, eu fiz as quatro séries do primário, 1º, 2º, 3º e 4º ano, as quatro séries ginasiais 1ª série até a 4ª série ginasial, depois o Curso Normal na E.G. "Washington Luiz". Depois prestei vestibular, fui fazer faculdade em São Carlos de Educação Física, naquele tempo a licenciatura plena tinha a duração de 3 anos. Depois eu fiz uma pós-graduação, hoje chama pós-graduação, mas eu fiz especialização em educação física infantil, 1 ano de curso, todas as noites. E depois eu fiz administração, fiz complementação

pedagógica na UNIFRAN e em São João da Boa Vista eu fiz o curso de administração escolar.

Reginaldo: Em que período atuou como professora?

Ermelidia: Como professora, eu comecei no ano de 72, quando eu estava no 2º ano de faculdade. Ai eu peguei aula, peguei 12 aulas na época no período da manhã, como eu estudava à tarde da 1h às 6h eu trabalhava em uma escola aqui de Porto Ferreira, a Escola “Djalma Forjaz.”. Depois em 73 eu me formei no fim do ano, em 74 eu trabalhei como substituta de licença prêmio e licença gestante quase o ano todo. Em 75, é que eu então peguei aulas livres fora de Porto Ferreira, aí eu me mudei para Bragança Paulista. Ai eu fiquei em Bragança Paulista em 75, 76 e 77. Em 78 eu me efetivei, fiz concurso, aí fui pra Guarulhos, na Vila Galvão trabalhar na *Escola “Homero Rubens de Sá”*, fiquei lá um ano. No concurso de remoção eu me removi para Leme na Escola “Newton Prado”, como Leme pertencia a Delegacia de Pirassununga e Porto Ferreira também, eu peguei minha jornada na escola e completei a jornada no Sud Menucci de Porto Ferreira onde moro e morava. Eu viajava para Leme para dar aula e tinha as tardes livres lá, que eu completava a jornada aqui. Daqui de Porto Ferreira depois eu não sai, vim removida para o Djalma.

Reginaldo: Como a Senhora encarava a avaliação quando era aluna? Como a senhora via a avaliação quando era aluna? Se era bem recebida?

Ermelidia: Era tranquilo, existia cola, colinha. Os alunos queriam levar alguma coisinha escrita na mão. Eu não me lembro que a avaliação era assim uma coisa difícil tensa, não. Eu me lembro que era difícil, a gente tinha que estudar bastante para entender, para poder fazer alguma coisa. A gente era bastante cobrado, mas eu não me lembro de tensão em dia de prova, nem minha nem dos meus colegas, não era uma coisa assim assustadora, não.

Reginaldo: Era bem recebida por vocês?

Ermelidia: Bem recebida, bem recebida...

Reginaldo: Vocês se preparavam bem para essas avaliações?

Ermelidia: A gente se preparava, a gente se reunia entre amigas, na casa de uma ou de outra e estudava. Mãe que ajudava, minha mãe que cobrava muito... A minha mãe exigia que a gente explicasse para ela a matéria, ela

estava fazendo a gente estudar e a gente não percebia. Então a gente ia tendo a sensação de que sabia.

Reginaldo: E como era essa avaliação? Como eram a estrutura dessas avaliações em sala de aula, essas avaliações normais que vocês faziam durante o mês? Como que era essa avaliação?

Ermelidia: Provas escritas. Tinha chamadas orais, para nota. Então a professora chamava o aluno na frente, era professora e aluno, ali era uma conversa entre os dois. Essa assustava a gente, dessa a gente tinha medo, a classe toda estava ouvindo, então você estava se expondo e você tinha medo de errar e passar por... hoje chamado de Bulling, né? Passar por uma situação assim de vexame. Isso eu lembro, mas é uma prova normal...

Reginaldo: E nessa época em que a senhora era aluna, em algum momento, o professor revia com vocês as avaliações?

Ermelidia: Sim, sim. Me lembro muito da professora de matemática e de português principalmente. Ela explicava exatamente os erros principais da classe, ela explicava na lousa e eu enxergava lá o meu erro e entendia. Essa correção, era nela que a gente aprendia. E muitas vezes a professora de português chamava aluno por aluno na frente, na redaçãozinha que a gente fazia e ia mostrando e passando o lápis vermelho nos errinhos e explicava o acerto daquele erro, como deveria ter sido. E depois a gente tinha que voltar para o lugar e ler e olhar onde errou. Eu lembro disso, essa cobrança era positiva, era nela que eu aprendia, eu lembro disso.

Reginaldo: O seu modo de entender avaliação, desde que começou a lecionar mudou?

Ermelidia: Muito, muito. Bom, o aluno que não sabia, não tirava nota. Hoje é diferente, hoje o aluno não se preocupa mais, em ir bem, em tirar nota, em saber, porque ele passa.

Reginaldo: No decorrer do seu trabalho docente, houve mudanças na quantidade de instrumento de avaliação?

Ermelidia: Não, era sempre as provas. Houve alguns testes, eu lembro de teste, a gente gostava quando a prova era de testes, eu me lembro disso.

Porque você acabava entendendo ali, vendo a resposta que você via que tinha mais lógica. Mesmo você não tendo estudado muito você acabava até conseguindo ir bem.

Reginaldo: E essas provas de testes, o enunciado das questões eram muito complicados?

Ermelidia: Não, eram claros, eram simples...

Reginaldo: Que tipo de palavra a senhora lembra que era utilizado no enunciado desses testes, que dava a comanda do que era para ser feito? Principalmente em matemática, a senhora lembra quais eram as palavras que dava a comanda do que era para fazer, Ou seja os verbos que eram utilizados, assim, a senhora lembra, a senhora lembra quais eram?

Ermelidia: Eu não lembro, tá muito distante, eu não lembro.

Reginaldo: Mas eram bem claros?

Ermelidia: Eram, eram claros...

Reginaldo: A senhora ouviu falar alguma coisa assim como: calcule, efetue, classifique... Eram verbos deste tipo?

Ermelidia: É disso que eu não me lembro, eu não lembro desse detalhe.

Reginaldo: Sabe-se que na época houve a criação de vários cursos que podemos considerar profissionalizantes que objetivavam formar mão de obra capacitada para a indústria. Você sabe como a avaliação era encarada nesses cursos e com que frequência era realizada?

Ermelidia: Não, não porque essas matérias que a gente fazia aula de puericultura, de economia doméstica, de arte culinária, de bordado... A gente aprendeu a bordar, a fazer crochê... Eu nem me lembro da avaliação dessas áreas, eu nem me lembro se havia uma avaliação, porque era em grupo, né? A avaliação final ali, era do grupo, não era individual... Depois interessava todo mundo, a gente adorava, todo mundo ia bem... Nem lembro se tinha nota essas matérias, faziam parte da grade, mas eu não lembro...

Reginaldo: Voltando um pouquinho, na época que a senhora era aluna ainda, como eram os Exames de Admissão? A sua estrutura, aplicação, a postura do professor na sala de aula, tempo de realização...

Ermelidia: Eu me lembro de provas escritas, prontas... Já tinha a questão e o espaço da resposta, eu me lembro disso... Lembro do professor passeando

pela classe durante todo o tempo que a gente estava fazendo a prova... Porque a gente estava saindo de uma escola primária e indo para uma secundária, na cabeça da gente era coisa de estrutura mais forte, mais elevada, era uma professora diferente. Então causava uma certa tensão, né? Eu me lembro disso. Mas era uma prova normal, nada de diferente...

Reginaldo: Quais disciplinas versavam nessas provas?

Ermelidia: Me lembro de português, matemática, ciências, história e geografia, né? Que é essa matéria que você achou com nome diferente, eu me lembro bem disso, português e matemática. Matemática sempre foi o meu forte, então é dela que me lembro mais, pena não me lembrar do enunciado das questões, não me lembro desses detalhes, assim...

Reginaldo: As questões eram testes?

Ermelidia: Não era teste, o Exame de Admissão, que eu me lembre... A gente tinha que fazer as contas com o lápis e deixar no papel, porque o caminho que a gente fazia pra chegar no resultado tinha que estar lá. Me lembro, inclusive, que a Dona Terezinha de matemática, ela achava que eu sempre encontrava um caminho diferente, ela fica intrigada com o caminho diferente. E até hoje quando eu faço um calculo de cabeça rápido... Eu sou muito rápida... Não tô sendo mais... Então eu vou sempre por um caminho que meu marido fala: “olha onde você foi para achar o resultado, você foi rápida”. Mas isso era de mim.

Reginaldo: Como que era a postura do professor no dia desse Exame de Admissão, em sala de aula?

Ermelidia: Não era uma figura que assustava, mas era uma figura imponente, que exigia da gente um respeito máximo. O professor era meio endeusado pelos alunos, né? E a gente tinha muitos professores que, todos eles mantinham uma postura de distanciamento, professor-aluno, diferente de hoje, mas um distanciamento respeitoso de muitos deles... Professores amorosos... A gente tinha professor que brincava, faziam alguma brincadeirinha... Quebravam o gelo... Eu não guardo assim, lembrança... Eu sei que houveram professores, na outra escola, por exemplo, que era muito bravo, autoritário. Nunca passei por uma determinada professora de português, por um

determinado professor de matemática que todo mundo falava que era um terror. Na escola que eu estudava a gente sempre via que éramos privilegiados, quando a gente ouvia essas falas de outra escola.

Reginaldo: Quando a senhora fala de outra escola, então havia mais de uma escola na cidade que tinha Exame de Admissão. A procura por essa escola que a senhora escolheu foi...

Ermelidia: Pequena...

Reginaldo: Era pequena a procura, em comparação a outra?

Ermelidia: Pequena, porque ela tinha acabado de deixar a Escola Artesanal, passou a ser Ginásio Industrial, somente, não era Ginásio Industrial Estadual. E era uma escola que estava começando, ela não tinha credibilidade. Tinha a escola grande da cidade, a escola de elite que era o “Washington Luiz”, então a minha escola... Eu tenho a impressão que quem se inscrevia acabava, praticamente, entrando, porque a procura, a demanda era menor. Eu me lembro disso... Inclusive dessa disputa entre uma escola e outra, os alunos nunca deixavam de ter aquela disputa, aquela briguinha em qualquer coisa que se apresentasse em um desfile público da cidade. Naquele tempo o desfile de 7 de Setembro não era tão importante quanto o desfile do aniversário da cidade, e as escola iam em busca de brilhar, fazer mais bonito. Tinha competitividade entre as escolas, mas nós que éramos do Ginásio Industrial tínhamos sempre aquele sentimento de que éramos inferiores, porque éramos em menor grupo... Uma turma menor, bem menor... Porque é como se a gente fosse assim... A parte mais humilde, mais pobre... E a outra escola era a escola de elite. Na nossa escola não tinha filhos de professores que estudavam, estavam na outra... Filhos de médicos, estavam na outra... Então a gente queria que a nossa escola brilhasse, a gente brigava por isso. E ela foi galgando, né? Degraus e foi, então... E ela acabou até usando o prédio da outra e ficando com o Segundo Grau e o “Washington Luiz”, no caso ficou com primeira à oitava, quando houve aquela reforma, né? Do Ensino Fundamental, de primeira à oitava.

Reginaldo: Qual era o determinante na seleção, para que você adentrasse nessa escola, era uma nota de corte ou um número de vagas fixo?

Ermelidia: Nós não ficávamos sabendo disso, isso era desconhecido por nós. A gente fazia a prova e depois a gente ia ver se éramos aprovados ou não, era assim.

Reginaldo: Se caso a senhora teve contato com algum amigo que realizou o Exame de Admissão, como era recebida a notícia que ele não foi aprovado no Exame de Admissão?

Ermelidia: Não vivi essa experiência, não me lembro disso.

Reginaldo: Nunca viu ninguém que passou por isso?

Ermelidia: Não, porque logo depois que eu entrei não demorou muito para o Exame de Admissão se extinguir e passou a ser natural de quarto ano primário para 1ª série ginásial.

Reginaldo: Como eram os exames finais?

Ermelidia: De final de ano?

Reginaldo: Isso.

Ermelidia: Eu não me lembro bem desses exames, se tinha... Tinha questões de todas as matérias na prova, me parece. Esses exames eram aqueles... Oral? Esses exames eram aqueles que davam medo, né? Porque a gente tinha a sensação de que ou você ia ser aprovado, ou você ficava. Então era a situação de tensão que a gente vivia, porque a gente não ia sendo aprovado. Porque era lá, no fim que tudo ficava decidido, né?

Reginaldo: E a senhora lembra como era a estrutura da avaliação? Se eram questões longas... Se tinham que decorar alguma coisa...

Ermelidia: Tinha que decorar muito, eu lembro disso... Decorar muito... Você tinha que saber responder na ponta da língua e ser fluente, falar direitinho... Eu lembro disso... Ai eu lembrei disso agora (risos)...

Reginaldo: A senhora lembra de alguma professora de matemática que lecionou para a senhora, que as preparava para esse Exame Final?

Ermelidia: Eu não lembro de detalhes, Eu lembro que a nossa professora de matemática era uma das mais queridas da escola... Ela era brincalhona... A Dona Terezinha... Ela era brincalhona, mas ela dava aula da hora que entrava

até a hora que saia. Ela dava umas quebradas de gelo, assim... Muita tarefa, ela dava... Cobrava bastante, uma professora excelente. Aprendemos a gostar de matemática... Bom! Geralmente é assim, né? O aluno aprende a gostar da matéria que é bem apresentado a ele, né? Eu lembro disso... Que a gente gostava da aula dela.

Reginaldo: A senhora conhecia um pouquinho o trabalho do exame de 2ª Época que a senhora falou que teve nesse período. A senhora pode falar um pouquinho como era esse exame de 2ª Época, se é que a senhora teve contato, chegou ver esse exame de 2ª Época?

Ermelidia: É uma coisa que eu não lembro, dessa 2ª Época... 2ª Época... Há! Eu lembro... Eu lembro, de eu estudando nas férias. Eu lembro da minha mãe cobrando... Tipo castigo em casa, porque ficou pra uma 2ª Época, que eu fiquei. É verdade... Eu lembro que minha mãe cobrava muito e estudava junto. Eu não lembro qual foi a disciplina que, eu fiquei e se eu não me engano foi na 5ª série, né? 1ª série ginásial, que inclusive eu repeti... Eu repeti a 1ª série ginásial... Tinha mais matérias que tinha que ficar... Para pode... Não, podia ser reprovado numa matéria só... Três? Nossa... Tá longe...

Reginaldo: A senhora teve aula aos sábados?

Ermelidia: Sim, mas nunca foi uma aula... Não, bem no comecinho do 1º ano ginásial a gente tinha aula praticamente normal. Só me lembro que no sábado nós não tínhamos todas as aulas que tínhamos nos demais dias da semana, a gente saia um pouco mais cedo, sempre. Eu lembro disso... Depois com o tempo, dentro das quatro séries ginásiais, eu me lembro que as matérias que a gente tinha no sábado, já não tinha mais as matérias história, geografia, português e matemática. A gente tinha aula de música, a gente tinha aula de religião, tinha religião na escola, normalmente ela fazia parte da grade. E a gente formava o coralzinho que era o Canto Orfeônico, né? E depois a gente se apresentava em festas da escola. E os alunos adoravam essas atividades extraclasse, que hoje não se interessam mais, porque em casa tem computador, tem muitas outras coisas que os atraem muito mais. A gente gostava, inclusive, da aula de religião, a gente gostava... Era diferente.

Reginaldo: Em algum momento a senhora ouviu o termo sabatina?

Ermelidia: Sim, nós chamávamos de sabatina as provas que a gente fazia. Depois a professora de português dizia: “sabatina são provas que se faz aos sábados”. Não é? E a gente falava assim: “ai, tem sabatina de português, tem sabatina tal dia” era só esse o termo que a gente usava na 1ª série e na 2ª série do Ensino Ginásial.

Reginaldo: Mas a professora de português as corrigiu?

Ermelidia: Ela corrigia, foi ela que nos ensinou, “vocês estão falando sabatina, não é sabatina, sabatina é só quando a prova é no sábado” (risos). Lembro disso... Dona Nilda Barbieri.

Reginaldo: Tinha como aluno, em algum momento, tirar nota vermelha e mesmo assim ser aprovado?

Ermelidia: Então...

Reginaldo: Qual era a média? Tinha como?

Ermelidia: A média... Tinha aquela história... O primeiro bimestre era peso 1, no segundo, terceiro e quarto bimestre era peso 2. O total da média tinha que dar 49, se você ficasse a quem, você não tinha alcançado a sua aprovação, então você iria para uma 2ª Época, no caso. Não me lembro que uma nota vermelha pudesse aprovar um aluno, não me lembro disso. O aluno ficava retido na 2ª Época, se não tirasse a nota, né?

Reginaldo: A senhora lembra, nas avaliações que a senhora realizou como aluna, sobre os testes e como eram esses testes?

Ermelidia: Tão antigo, Meu Deus! Os testes, eles eram simples. Não tinham 5 opções, como os testes depois. Eram 3 opções, que tinham no teste. Eles eram claros. A gente gostava da prova de teste porque o enunciado era claro.

Reginaldo: A senhora lembra algumas palavras utilizadas nestes testes?

Ermelidia: Há! Não lembro desses detalhes. Passou muito tempo, né? Não ficou. A gente acaba lembrando mais coisas do período de faculdade...

Reginaldo: E na época de faculdade, na formação da senhora, a senhora lembra deles terem discutido, em algum momento, a ideia do trabalho com teste, nas provas que vocês fosse implementar para os alunos?

Ermelidia: Mas era muito difícil a gente ter prova em forma de teste na minha faculdade, nossos professores eram basicamente médicos.

Reginaldo: Não a avaliação na faculdade. A senhora é foi formada para ser professora de Educação Física?

Ermelidia: Certo.

Reginaldo: Provavelmente a senhora tinha que avaliar os alunos. Não sei se os alunos da senhora chegaram a fazer prova escrita.

Ermelidia: Não, de Educação Física não, eles faziam prova... Nós tínhamos prova física... Na faculdade, nós alunos fazíamos prova escrita, sim. Fazíamos... Nós como professores não trabalhávamos isso.

Reginaldo: Na faculdade, em algum momento vocês foram educados a trabalhar também na maneira escrita? Dar prova escrita?

Ermelidia: Quando entrasse no mercado de trabalho?

Reginaldo: Isso.

Ermelidia: Nunca, nunca recebi orientação para trabalhar com teoria, não. Nós tivemos muita teoria, foi muito rico meu curso, tivemos um grupo de professores muito bons, bem conceituados. Tinha a parte pratica e a parte teórica. Que era essa parte de fisiologia, anatomia, cinesiologia, tinha didática, pedagogia, psicologia e tinha aula de dança, ginástica. Ginástica era uma coisa e dança era outra. Tinha aula de cada desporto: voleibol, handebol, basquete, o futebol para os meninos, nos não tínhamos. Tanto que a gente dava aula só para meninas no inicio, né? A gente não trabalhava com o esporte futebol, eram os meninos que faziam isso.

Reginaldo: Muito Obrigado Professora.

TRANSCRIÇÕES – SEGUNDO MODO

Entrevista1

PROFESSORA TEREZINHA DE JESUS DE CAMPOS

Sou Terezinha de Jesus Pereira de Campos e minha formação desde o primário é uma vergonha falar, mas eu morei em fazenda; o primeiro, segundo e terceiro ano eu fiz em uma fazenda lá, próximo de Campinas. Depois eu fiz o

quarto ano na cidade de Elias Fausto⁴, como eu não tinha 11 anos fui obrigada a fazer o quinto ano que era um reforço do quarto ano.

Na sequência, prestei o Exame de Admissão e cursei o ginásio na cidade de Capivari. A faculdade eu fiz em Campinas na Universidade Católica de Campinas⁵, naquele tempo era “A FACULDADE”. Depois vim lecionar em Porto Ferreira

Trabalhei como professora de 1962 até 1988, ou seja. 26 anos. Atuei primeiro no Washington⁶ de 1962 a 1976, concomitantemente eu lecionava no Djalma Forjaz (antigo industrial) até 1980, daí que eu me efetivei e fui pro Noraide Mariano⁷ e aí fiquei completando a carga no Sud Mennucci⁸. Depois eu me aposentei pelo Djalma Forjaz no início de 1989.

Nesse período de minha formação eu não via a Matemática Moderna como movimento, pois eu já entrei na Matemática Moderna, em 62, com o livro do professor Osvaldo Sangiorgi. Eu estudei na matemática anterior, mas como professora, trabalhei apenas com a Matemática Moderna.

Calcule, efetue, eram os termos que traziam os Livros Didáticos; calcule, efetue, demonstre... Não, demonstre não, porque já não tinha mais teorema... Não, mas tinha que demonstrar sim, como equação biquadrada. Era assim mesmo, efetue, calcule. Minha cabeça está fraca não lembra, mas esses termos eram os usados.

Não havia a ideia de contextualizar ou problemas que envolviam o cotidiano do aluno. Outra questão que tinha muito em matemática, que tem até hoje e eu acho muito... Era as de verdade ou falso. Existia muito essa questão “coloque V ou F conforme a questão, verdadeiro ou falso...”. Isso é atual.

Como professora eu não conheço outra forma de se trabalhar matemática, eu entrei na matemática moderna, pra mim era tudo natural, não conheço, eu não conheci outra matemática, então eu já ensinei meus alunos pela matemática moderna. Minha avaliação foi sempre a mais antiga possível, resolução de exercícios, problemas, uma avaliação do aluno na lousa, feita para conhecer melhor o aluno pessoalmente.

⁴ Cidade paulista que dista 127 Km da capital

⁵ Refere-se a Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC.

⁶ ANEXO I (Como já foi dito anteriormente, esta referência se trata de recortes de jornais e documentos encontrados no Museu Histórico e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira”).

⁷ ANEXO I

⁸ ANEXO I

O Exame de Admissão, que até a década de 60, era uma atividade obrigatória a quem pretendia uma vaga no ginásio, era uma avaliação normal de português, matemática, geografia e história. Eu me lembro que a gente tinha que saber... Tinha que saber capitais, as capitais do Brasil e da Europa inteira. Mas era uma prova normal, uma avaliação normal, o dia de matemática, o dia de português, o dia de história, geografia, era uma avaliação normal.

O determinante na seleção para decisão de admissão eu não me lembro com certeza, mas eu acho que era por classificação, pois eu nunca soube que sobrou vaga em nenhuma escola. Logicamente, as notas maiores tinham prioridade e em ordem decrescente, se sobrasse vaga. Mas isso eu não posso afirmar, pois era um problema de secretaria, a parte da gente era dar a prova e dar as notas, mas eu tenho quase certeza que era classificatória.

A notícia de não admissão era recebida com normalidade. Naquele tempo alunos respeitavam os pais e os professores. Então os pais sempre acatavam o que acontecia nas escolas.

No dia-a-dia eu avaliava sempre chamando o aluno para resolução de exercícios na lousa, era aí que eu conhecia o aluno. Mas tinha avaliação bimestral, duas ou três avaliações bimestrais, mas também resolução de exercício, de problemas. Havia exercícios para casa, mas não para nota, como tarefa sempre, a prova era de resolução de exercícios, sem testes. Os testes são interessantes, porém é uma verdadeira passagem de cola e eu não gosto de teste, chute. Então eu queria preto no branco mesmo, resolução de questões.

Na época em que eu era aluna encarava a avaliação com muita responsabilidade, estudava a semana toda e o dia da prova era o dia em que eu tinha até dor de barriga, de verdade, de tanto nervosismo, de mostrar serviço. Aquela coisa que... E meus pais não exigiam não, eles eram simples, de fazenda, sempre deram aquela... Viam que eu sempre gostei de matemática, meu pai sempre prometeu que *“se namorar não estuda, eu tiro da escola e não tem matemática”*, então meu pai me segurou na vida, sem namoro. Vim ter meu primeiro namorado só aqui em Porto Ferreira, porque tinha que estudar.

Da época em que estudei até o momento em que comecei a lecionar percebi muita diferença no perfil dos alunos. O Interesse acabou, não contava

em nada com a colaboração dos pais. Nós tínhamos que ser de tudo, lá na frente, deveríamos conquistar o alunos, porque não tem nada que faça com que o aluno estudem, você tem que ser o artista.

Creio que tudo seja responsável por essas mudanças, porque os pais entraram na onda de se modernizar, filhos fazem o que querem, professor exige pouco, a política da escola afirma que tem que passar o aluno de ano, o aluno não tem responsabilidade nenhuma, porque no fim do ano sabe que vai passar, é garantido.

Inclusive lecionei Desenho e essa disciplina não tinha nota, uma diferença total em relação a lecionar matemática, porque em matemática eles tinham medo de reprovar por causa da nota e em Desenho o aluno não trazia material escolar, metade da classe não trazia compasso e não trazia esquadro... À noite então... 50% não tinham esquadro, transferidor e compasso. Vai fazer o que? Essa era a atitude deles, mas é porque tinham o apoio dos pais em casa.

O meu modo de entender avaliação desde que comecei a lecionar não mudou. Eu sempre exigi tudo, não tinha trabalho, era sempre exercício resolvido na lousa, nos cadernos e nas provas, como também apresentação de tarefas que eu também exigia e aí eles ganhavam um pontinho pela apresentação das mesmas, diariamente toda tarefa era corrigida na aula.

Estou por fora do trabalho com avaliação que é feito hoje em dia. Eu não tenho mais filhos, tenho minhas netas, mas não as acompanho em nada, acompanho no reforço e no estudo em casa, mas eu não sei como é. Sei apenas que há muito trabalho escolar para que o aluno tire nota, para cobrir a defasagem da nota da prova. O zero da prova compensa com o trabalho feito em casa, trabalho pelo computador, que é uma palhaçada. Isso eu acho uma aberração, o aluno vai lá e tira D em matemática, ciências e história e então se dá nota e ele passa de ano. A gente não tem autoridade, diretor não tem autoridade, o aluno tem que passar, então é uma vida dura. Para o professor ficou “tranquilo”, agora tanto faz ele ensinar bem ou ensinar mal, o aluno vai passar, com certeza. E se não passar por algum motivo e ameaçar de reprovar, os pais já vêm tirar satisfação e exigir que passe. Em outros tempos não era assim não, os pais davam todo o apoio para o professor e uma vez um aluno

discordou da nota de matemática e a mãe fez ele me pedir desculpas e ela também veio me pedir desculpas, coisa que não acontece hoje, acho que não.

Não posso falar se houve mudanças na quantidade de instrumentos de avaliação, pois estou 20 anos aposentada. A única coisa que sei é que no meu tempo foi assim, e que eu só voltaria a lecionar se fosse pra avaliar resolvendo exercícios, mesmo com tudo, tarefa, correção de exercícios. Eu não me adaptaria à avaliação de hoje.

Na escola industrial, que lecionei, tinha o curso de cerâmica, muito bom, dado pelo Sr Osvaldo Arantes e outros. Tinha a parte de eletricidade, eu acho que para a formação dos meninos que pegaram essa época, foi um aprendizado excelente. Agora avaliação eu não sei, eles eram muito enérgicos, exigiam bastante, acho que valeu a pena para quem pegou esse período na Escola Industrial, viu. De parte de cozinha, de culinária, eram excelentes, mudou muito, umas professoras ótimas na cozinha. Em parte do período que lecionei, teve aula aos sábados normalmente, só que os efetivos não pegavam aulas aos sábados. Só os contratadinhos que “gramavam” até 4h30min, 5 horas. Eu fui uma. As matérias, o que a gente ia dar, trabalhava como um dia normal. Não tinha sábado no calendário.

Quando avaliávamos os alunos no Ginásio Industrial, dependendo do resultado, a gente tinha que voltar atrás e recomeçar a ensinar aquilo que não foi produzido na prova, na avaliação, então eu chamava de prova mensal, sabatina. Uma sabatina era feita por escrito, em sala de aula e às vezes separava até turma A e B, pra não ter como ficar... é do tempo bem antigo mesmo... é horrível, o que era e o que é. Então era sempre por escrito, às vezes fazia avaliação na lousa, um ou outro pra testar o aluno, se estava aprendendo ou brincando, mas sempre foi resolvendo exercícios.

Então toda vez após uma avaliação, eu voltava, refazia na lousa. Os tópicos que achava que não foram bem explicados tinham que ser explicados outra vez, por que é falha do professor, caso os alunos não produzam bastante. Tem aquela meia dúzia que aprende, mas tem que avaliar pela maioria, então eu sempre reforcei aquilo que não foi bem aprendido, só isso.

Os alunos não questionavam sobre a estrutura e correção da avaliação, pois tinha a correção e nova explicação sobre cada questão, mostrando os erros mais comuns a explicação, era bem reforçada e refeita. Não havia a

preocupação específica de avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, a observação do dia a dia já era uma avaliação prévia. Eu gostava também e adotava bem a avaliação mesmo, do mês marcada com a data, tudo certinho pra eles. Não sei se é correto, mas eu fazia com dia marcado, para não ter desculpa de faltar, de não estar preparado, então eles tinham a obrigação de no dia X fazer a prova de matemática, mas no dia a dia a gente faz o que é possível chamando na lousa, mas sem nota, só uma avaliação minha. Tudo meu era feito na lousa e o aluno sempre estava participando. Os alunos estavam acostumados que todas as matérias tinham as avaliações, era praxe já, todas as matérias tinham dia certo, marcava até no quadro *“Tal dia matemática... Tal dia português...”* Então não tinha... Era natural. Porém apenas alguns tinham a preocupação de se preparar para a avaliação, mas eu acho que de modo geral preocupava, sim, um aluno que tinha prova. Eu vejo a minha neta *“amanhã tem prova de matemática...”* E naquele dia a maioria pegava o caderno sim.

O meu modo de trabalho era sempre chamando na lousa, todo exercício era feito na lousa, resolvido na lousa, era conta com o aluno e a lousa. Não tinha o avaliar assim de olhar por simpatia, tinha que demonstrar para mim na lousa o que sabia. Porém, não havia algum tipo de avaliação que era feita para fazer esse tipo de levantamento em algum momento do ano, a avaliação mesmo oficial tinha todo mês, duas avaliações no bimestre, duas ou três. A avaliação das minhas observações através da ida dos alunos até a lousa e demonstrando e resolvendo exercícios era a única atividade para a verificação de conhecimento prévio.

Eu acho o trabalho com a avaliação no cotidiano escolar interessante, tem que haver. Você tem que acompanhar o aluno, conhecer, ver os problemas, o porquê não está acontecendo, não está assimilando. Sempre tem um probleminha, se você for a fundo, o aluno tem um problema pessoal, ou a companhia, sempre tem motivos pra “vagabundiar”.

Para essa avaliação bimestral ou mensal eu pensava em exigir um pouco de tudo o que eu falei durante o mês. Todos os assuntos entravam como uma porcentagem na prova, não era uma questão e nem duas, eram quatro, cinco, seis questões dependendo da dificuldade. Mas dez questões e nunca teste e de tudo o que foi falado durante o mês era exigido na prova. No entanto

a avaliação em forma de teste eu acho um absurdo. Primeiro, o chute é fundamental, chute, chute e chute... A passagem entre eles de gabarito, é outra coisa, então eu não vejo razão... Eu acho que deve dar a metade do numero de questões, mas que sejam resolvidas e não descobertas no chute, mas sim no raciocínio.

A avaliação que eu utilizava era dosada, tinha exercícios e tinha problemas, dependia da época e assunto que estava naquele mês, mas sempre estruturada do mesmo método. Dependia da classe e do assunto que estava sendo tratado, por exemplo, quando se tratava de problemas, juros e porcentagem, aquelas coisas, eu ficava muito tempo, ficava uns 15 dias. Então a prova era sobre esse assunto, cinco ou seis problemas desse assunto, se fosse equação, equação com fração, parênteses e tudo, a avaliação era sobre equação porque eu não ficava assim dois ou três dias e mudava o assunto, meu assunto era de muito exercício. E muito exercício em classe e tarefa. Então eu avaliava aquilo que nós trabalhamos durante o mês.

Não sei se estou certa, mas é assim que eu fiz e voltaria a fazer. Dependendo do tipo de exercício que utilizaria, geralmente eu preparava, tirava cópia para todos e já as distribuía, para não perder tempo, porque para mim o tempo era precioso. Então eu já dava as questões preparadas era só pegar e resolver. A aplicação não era a aula toda, já a oficial do mês, era a aula toda. Às vezes quando tinha duas aulas seguidas eu pegava até metade da segunda para dar mais tempo.

Essa avaliação oficial do mês, conhecida como mensal, era o professor que marcava o dia que convinha para ele e para classe, sendo que todo professor deveria realizar esta avaliação. Para a verificação das notas tinha o conselho bimestral para ver qual a matéria que estava reprovando mais ou menos, uma comparação, se eram os mesmos alunos, as mesmas matérias, mas isso não quer dizer nada, porque o aluno pode ser ótimo em português e péssimo em matemática e história. Varia muito, quem gosta de matemática não gosta de história e vice-versa.

Antes das avaliações eu só avisava que ia ter a prova. E isso e aquilo que fizemos semanalmente, mas não tinha nada de conversar e preparar os alunos, da minha parte não. Eu não usei avaliação como ferramenta mantenedora da disciplina. Eu exigia disciplina porque eu acho que matemática

sem disciplina não se consegue estudar, disciplina era uma coisa que eu exigia mesmo, independente de tudo.

O aluno de matemática deve ter disciplina por que precisa aprender, então é automático, ele tem que ficar calado, ele sabe disso, e se não ficasse, eu tomava uma atitude. Eu dizia assim: *“Enquanto eu falar vocês se calam, vocês vão me ouvir depois podem fazer a pergunta que quiser, fiquem a vontade, mas primeiro eu quero falar para todos”*. Nisso eu era chata, mas nunca usei da avaliação para *“vingancinhas”* e sobre meus companheiros de trabalho eu não sei se tinham alguma atitude diferenciada nesse sentido. Eu tinha meu jeito de ser, pra mim tem que ficar quieto, tem que me ouvir, na hora própria, pode falar. Quem aprendeu melhor, ajuda quem tem mais dificuldade, mas não levava em consideração a disciplina na avaliação. Tinha que ter a disciplina.

O Exame Final era normal, porém abrangia a matéria do ano todo. Fazia-se uma avaliação geral de todo o assunto, uma questãozinha de cada assunto. Eram várias questões, avaliando o ano todo. Logicamente que a gente não iria pegar coisa difícil. E depois nós dávamos essa nota e tinha o Exame Oral.

No ato de avaliar era estipulado o valor das questões, então se tinha 10 questões era 1 ponto cada uma, a mais difícil 1,5, eles sabiam o valor das questões. Para a análise destas questões eu combinava com os alunos o peso das questões, quando eu passava a prova eles sabiam que todas as questões valeriam 1 ou 1,5, já estava estipulado antes. Então quando eles pegavam as avaliações já sabiam, como também, quando eles pegavam a prova corrigida viam o que tinha e o que eu dei. O peso das questões era baseado na dificuldade da questão, coisinha mais simples 1 pontinho, ou meio pontinho, coisinha assim... estipulado.... Podia colocar até ao lado da prova o valor de cada questão.

Independente das particularidades de cada aluno todos eram avaliados da mesma forma. A preocupação era durante a aula chegar até eles, ver o problema e ajudar mais um pouco, mas na hora da nota eu era muito fria, pois em todo esse tempo, o aluno não tinha “querer”, era assim, eu era assim. Ele tinha que aceitar e se preparar pra isso, mas os alunos recebiam a marcação dessa avaliação com algo normal, tanto que o ato de marcar a avaliação não

era um diferencial na aula. Ele sabia que aquele dia ia ser a prova, se prepare ou não se prepare, queira ou não queira, se ficassem doentes, vinham com um papel ou a mãe vinha conversar antes, mas era um dia normal. Só que aquele dia, especificamente seria avaliado para constar nas notas mesmo.

Sendo assim, para mim, na minha matéria, os outros eu não sei, sempre foi prova mesmo, resolver em classe, nunca dei nota por trabalho de casa, porque sempre tem “mão de gato”. Então eu fazia duas provas bimestrais, uma num mês a outra no outro e se por acaso o aluno fosse mal, de um modo geral, eu dava outra oportunidade. Depois da prova que fosse mal eu fazia um comentário, resolvia as questões de novo, dava um novo ensinamento e dava outra oportunidade, mas constavam de duas provas normalmente. A média das duas.

Para mim eram quatro provas bimestrais, provas não, quatro avaliações bimestrais. Sempre a Média das duas provas mensais e não que eu não desse trabalho para casa. Sempre dei muito exercício para resolver em casa, mas não considerava nota nisso, porque sempre tem ajuda de pai, mãe, irmão e vizinho. Então, tarefa diariamente tinha, mas sem valer nota. Essa prova de junho, eu não me lembro disso, pra mim a prova, a avaliação era só a final mesmo, pra aprovar ou não. Só me lembro que eu dava prova mensal e depois fazia uma media bimestral e só. Eram quatro notas bimestrais e o Exame Final, prova final.

Eu me lembro do peso nas medias, mas era problema de secretaria fazer esses cálculos todos. A missão da gente era dar a nota, entregar a papeleta e o resto era problema de secretaria, peso, tudo isso era feito pela secretaria.

Apesar de ser considerado um dia normal, havia uma preocupação do aluno em fazer a avaliação, eu acho. Impossível não se preocupar, só muito displicente mesmo, porque até hoje o aluno, nem que ele não estude, sabe que vai ter a prova, ele deve se preocupar. E tinham aqueles, eu acho, que demonstravam a preocupação de sanar as dúvidas para a realização da avaliação, sempre tem isso, são diferenciados. Tem aqueles que são indiferentes, mas tem aqueles que procuram, vêm até a mesa. No geral, a gente sente isso.

Depois da prova questão por questão na lousa era repetida. E a correção não era questionada, eles sempre ficavam felizes, ou se ainda não entendiam, vinham até a mesa e perguntavam de novo tudo, mas de modo geral sempre 50% da classe são de alunos médios ou bons e tem aquela meia dúzia que não está nem aí com a correção. Mas, na hora da correção eles a copiavam. Eles estavam com a prova nas mãos, eles viam onde foi o erro e faziam de novo.

Na Escola Industrial era a mesma coisa, ela era uma escola equivalente a não-industrial, com todas as matérias só que com oficina, cerâmica, culinária, costura e não sei mais o que era da parte masculina. As avaliações, também eram a mesma coisa, trabalhava do mesmo jeito, a prova era da mesma forma. Só oficina que não sei se tinha nota, a parte das oficinas eu não sei como eram avaliados, eles construíam peças, era muito interessante. A parte de cerâmica tinha avaliação, o professor era muito rigoroso, então eles eram avaliados, exigidos durante o ano. A produção era durante o ano e não era através de prova, a parte de cerâmica. Mas a nossa avaliação, do professor de matemática era tudo normal.

Apesar de não ter trabalhado no período inicial da escola industrial de Porto Ferreira (década de 50), eu ouvi um comentário que os cursos ministrados nesta escola, eram menos anos de duração. No começo era um artesanato mesmo, a escola era bem... Era Artesanal, mas eu não peguei essa parte. Eu me lembro que a escola tinha menos anos, sim. Inclusive os professores não precisavam ser habilitados, professor primário, como era chamado, dava aula de matemática, de português, era tudo um “quebra galho” depois que veio exigindo, mesmo, professor licenciado. Quando eu entrei já eram 4 anos. Inclusive quem dava matemática era a mulher do diretor que era professora primaria, eu tirei a mulher do diretor da vaga de professora porque eu era licenciada.

Como bibliografia, no colegial, sempre usei aquele “Sete autores”⁹ e eu nem sei o nome deles, a gente fala sete autores, e tinha o Giovanni também, que eu sempre gostei para o colegial. Eu nem me lembro, há 20 anos eu não

⁹ IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; TEIXEIRA, José Carlos; MACHADO, Nilson José; GOULART, Márcio C.; CASTRO, Luiz Roberto da S.; MACHADO, Antônio dos S. Matemática 2º Grau, 8ª edição, São Paulo, Editora Atual, 1990

sei o nome dos autores; os setes autores, três livros dos sete autores e esse... Sobre o nome destes sete autores... Que coisa não... a cabecinha da velhinha tá ruim. Tenho aí, mas nem sei onde estão guardados meus livros.

São só esses que eu adotava, os sete autores foi sempre o meu livro de cabeceira e o do Giovanni também no colegial, que era mais fácil ainda do que os sete autores. Conforme a turma, os sete autores iam bem ou o Giovanni que é mais suave e Osvaldo Sangiorgi foi minha primeira cartilha, sempre no ginásio, sempre Osvaldo Sangiorgi, ele pra mim é um ídolo. Eu sempre gostei dele na pessoa, forma de trabalhar, encher aquelas lousas. Ele não tinha preguiça de repetir, maravilhoso

Sobre a reprovação eu tinha a consciência tranquila, deitava e dormia.... Só não passava mesmo quem não queria, a minha parte sempre eu fiz. O que a gente mais fazia em sala de aula era levantar a hipótese da reprovação para os alunos, dizia, “depois papai e mamãe vem aqui atormentar.” Eu sempre alertei para reprovação. É aquilo que eu falo, tem aluno que é certinho, é bom, ele acata tudo, tem aluno que não está nem aí. A gente fazia nossa parte e o resto você colhia depois na hora da avaliação. E depois eram dadas as notas, a secretária fazia as listagens, colocava lá fora e o aluno olhava o que passou e o que não passou. Geralmente eles já estavam conscientes do que ia acontecer. O aluno quando planta colhe.

Um dos frutos do mau desempenho era o Exame de 2ª Época, exame esse que era normal. Só que a gente maneirava um pouco no pedido das questões e tudo, mas era formulado como se fosse o primeiro exame, não tinha grande coisa nas questões, de um modo geral. Sendo que ele, o Exame de 2ª Época, era interpretado como recuperação, porque era para ver se o aluno teve alguma melhora nesse um mês (o Exame de 2ª Época era realizado no ano seguinte ao ano letivo e no mês de fevereiro) que ele teve para estudar.

No ano de 1975, o nome 2ª Época deixou de existir e no lugar dele colocaram a palavra recuperação, que em minha opinião, deveria ser “enganação”, porque em 15 dias ninguém recupera ninguém, de um monte de alunos que foram vagabundos o ano todo. Porque geralmente a gente só deixa mesmo aqueles que são bem fracos, o que é possível a gente recupera durante o ano.

Como professora recuperadora eu trabalhei pouco. Porque sempre tinha recuperação na minha matéria, eu não gostava de recuperar os meus alunos. Se fossem outros alunos, eu recuperaria com prazer, mas os meus eu já conhecia, e quem ficava pra recuperação é por que não conseguiu entender nos 200 dias do ano, não será nos 15 dias de recuperação que eles iam entender porque eu não sou milagrosa. Nesses dias de recuperação se podia dar o mínimo, nesses 10 ou 15 dias e era o mínimo que se exigia também, se não produzisse aquele mínimo que a gente pedia, reprovava.

Eu não me lembro se sempre tiveram que fazer a prova de recuperação. Já o Conselho¹⁰, eu me lembro que cada aluno era julgado em cada matéria que ficou, se ele ficasse em três matérias consultava o professor, ele expunha e os colegas aprovavam ou não. Por que também conheciam os “elementos”, então ele (o aluno), às vezes, era julgado três, quatro vezes sim... Três matérias, três vezes ele ia para a avaliação. Mas se tinha recuperação antes, eu não me lembro, eu acho que não tinha recuperação, era só mesmo o conselho. Alunos que possuíam notas vermelhas e foram aprovados nesse período de 60 até 70, com certeza foi conselho. Conselho era outra “colher de chá” que dava para os alunos e na “fritada dos ovos” passavam todos, infelizmente. Eu sempre fui mais chata mesmo, eu não gostava disso. Eu acho que o aluno não merecia essa chance, raramente um aluno merecia uma oportunidade desta, fora isso era “marmelada”.

Os alunos encaravam essa recuperação só com demérito, eles achavam que era um castiguinho que a gente dava de fim de ano, então eles lutavam para não ter esse período e entrar de férias mais cedo.

Eu como professora só recomendo que tudo a ser feito durante o ano, tem que ser feito na lousa claramente, refeito, mostrado, chamar aluno pra refazer, fazer novas questões, dar um número grande de exercícios para casa e fazer a correção do que foi dado pra casa. Porque não adianta dar uma tarefa e dar um visto, então dá menos questões, mas faz a correção, ou não dá. Então, eu ia de carteira em carteira ver se fizeram a tarefa e depois fazia a correção das questões na lousa. Já no colegial não, por que eles falavam que não precisava e eles já iam pessoalmente à mesa eu já via a dúvida que

¹⁰ Conselho de professores que se reuniam no final de cada ano para decidir através de votação, quais os procedimentos a serem tomados, referente aos alunos com deficiências (notas vermelhas e faltas).

tinham, eu, naquelas questões de dúvida eu não perdia tempo com correção, já no caso de quem pedia e que tinha dúvida eu procurava saná-las.

Os alunos queriam passar mesmo. Que a gente foi mais maleável para empurrar, foi. Como hoje estão empurrando desde o analfabeto até o semi-analfabeto, não tem mais essa de querer que o aluno saia da escola sabendo os conteúdos. Ele entra com um “tiquinho” e aumenta meio “tiquinho”, a maioria... têm os bons que aproveitam. Mesmo da parte dos professores acho que está péssimo o ensino. Culpo os professores porque acho que tem que fazer a parte da gente, não é porque ganha pouco, se você se propõe a dar uma aula e ensinar, tem que fazer a sua parte, mas hoje virou um relaxo da parte dos professores e direção, e está tudo nisso que está, cada vez pior.

Uma coisa que muito influenciou o meu trabalho como docente foi a alteração de nota de número (0 a 10) para conceito de A à E, essa mudança foi recebida pessimamente por mim. Porque o aluno não vindo ou não fazendo nada, entregando a prova em branco ele já ganhava o E que é 1 ponto. Absurdo, qualquer coisinha que ele fizesse tinha direito ao D que já valia 2 pontos. Fica muito distante só cinco conceitos para dar, então o aluno erra uma coisinha tira ou A ou B, outro não erra nada fica com A, sempre erram alguma coisa... Então, antes a gente podia avaliar nove, nove e meio, oito e meio, então tinha ordem decrescente de acordo com os errinhos. Mas eu detestei, eu achei muito... O aluno fazia um trabalho, copiava de alguém o trabalho... Há, tinha isso... Geralmente, outras matérias, não a minha, o aluno apresentava o trabalho, então no mínimo o professor dava C para ele, isso era o mínimo, sem ler o trabalho já era C, quando não dava um A pela apresentação. Então isso ajudava muito, só tem três conceitos. Já dava um ponto por não ir, fez o favor de não vir ganha um ponto. Eu, pra mim foi horrível, essa avaliação.

Tive que mudar o modo de avaliar, porque estava limitado entre o aluno regular e bom, só no B e o A. Você tem que ter um jogo de cintura pra decidir qual nota você dá, não é matemático isso, jogar o conceito. Tinha também, não sei se é nessa época que o professor tinha que dar uma avaliação final para o aluno, pelo que ele foi durante o ano, então tinha que dar um A, um B ou um C, não sei se você nas suas pesquisas percebeu. Tinha uma papeleta só do conceito final que você dava para o aluno de como ele se comportou, mas geralmente de quem passou você dava de C para cima. Eu fazia um

combinado com eles “até tantas questões é C, tantas questões...” Eu combinava, deixava por escrito. “Tantas questões vai ter D, vai ter A, vai ter B, vai ter C.” Então era combinado, eles já sabiam quanto eles iam tirar, porque já estava definido.

Pelo que vejo, por meio de parentes, sobrinhos e netos, são muitos trabalhos em casa que ajudam a sair do zero da prova, os alunos estão passando porque ligam o computador, fazem o trabalho e apresentam ou vão para o professor particular, o qual faz o trabalho para eles. Vai lá “0” mais “10” divide por dois dá “5” é essa a nota final do aluno.

Eu quero só deixar como mensagem que deveriam fazer uma reciclagem da gente para por na secretaria da educação, porque essa cartilha que emitiram agora com erros e essas barbaridades, essa flexibilidade tem que acabar. Agora com esse negócio de modernizar, acompanhar o que se passa, deixar o aluno na escola como se tivesse numa vida normal. Escola é pra aprender, aquelas 4 ou 6 horas que se passa lá é pra aprender, deixa o que está fora, fora. Divertimento tem tempo, lá dentro é sentar numa carteira e ouvir bastante, e o professor fazer o possível pra dar de si o bastante também, mas isso do jeito que está, acho uma palhaçada.

Sobre as avaliações externas eu acho que ninguém está aí com nada, lá pra essas cidades que os alunos foram bem aprovados foi uma satisfação pessoal. A educação está péssima. Essas avaliações conseguem mensurar, em parte, a defasagem da educação. Melhor que nada, eu acho que até os professores deveriam ser mensurados, porque está muito relaxo e eu não sei onde isso vai parar, sinceramente. Uma anarquia educacional

Entrevista 2

PROFESSORA VERA TEREZINHA BISSOLI GOMES

Sou Vera Terezinha Bissoli Gomes e a minha formação foi para o magistério. Estudei na Escola Normal de Jaú, Escola Normal “São José” de Jaú. Eu fiz desde o primário¹¹ lá, pois antigamente era o primário e depois eu fiz a parte de ginásio. Depois eu fiz a parte normal, que era o magistério. Foi mudado, antes era normal e depois

¹¹ A professora Vera não lembra com exatidão a data em que fez o primário, mas deduziu que seja em meados da década de 1940.

passou a ser magistério, houve várias mudanças que eu nem me lembro. Como professora eu atuei de 1954 até 1985. (CAMPOS, Terezinha de Jesus Pereira de; entrevista cedida em 25/04/2012)

No período em que trabalhei como professora teve, por um tempo, Exames de Admissão. Os Exames de Admissão analisava os conhecimentos correspondentes às duas séries, 3º e 4º ano do primário e eram utilizados para verificar se o aluno era apto a entrar para o ginásio ou o curso profissional pretendido. Agora, eu não me lembro direito se já era no tempo da Artesanal, porque logo que eu entrei lá, foi passado a Ginásio Industrial. Então eu me lembro bem de como era feito do Exame de Admissão, mas anterior, quando era Escola Artesanal eu não me lembro se tinha Exame de Admissão, porque eu fiquei pouco tempo dando aula como Escola Artesanal. Posteriormente a escola passou a ser a Escola Industrial e aí já tinha Admissão.

Os Exames de Admissão, para a classificação, tinha uma média... Não me lembro se era uma média 5 que o aluno tinha que alcançar para ele poder fazer a 5ª série e continuar, quer dizer, se ele não tirasse essa nota até 5 ele não tinha conhecimento... Faltava base para ele. No começo da Escola Industrial a procura não era grande, pelo que eu ouvi falar foi muito duro, tinha que procurar aluno para levar à escola. Depois se tornou conhecida, aí ficou bem melhor... Mais alunos, bem melhor. Eu acho que o Exame de Admissão era facilitado, devido ao número de alunos... Isso cabia à comissão organizadora, o diretor, vice diretor... Éramos nós que preparávamos as questões da prova, eram questões relativamente simples, não eram tão difíceis, nós fazíamos as questões entre dois ou três professores de matemática e víamos quais as que a iríamos dar e dávamos, elas não eram muito extensas, dava tempo de fazer.

Tinha aluno que entrava na escola e não tinha condição de continuar, porque não tinha noção básica de matemática, nem das operações, tinha aluno que vinha nessa condição, aluno muito fraco, que deveria até ter freqüentado uma APAE¹² para reforçar.

¹² A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma entidade que atua, com a parceria de pais e sociedade, no auxílio para o desenvolvimento e inserção social de pessoas com Deficiência Intelectual, propiciando que o indivíduo se torne um cidadão.

Eu trabalhei, inicialmente em Jaú, numa escola do Grupo Escolar de Pouso Alegre de Baixo, era chamada “Grupo Escolar de Pouso Alegre de Baixo”. Depois eu fui para Jundiá e fiquei como substituta efetiva no “Siqueira Moraes”. Aí vim para Porto Ferreira e fiquei como substituta efetiva no “Sud Mennucci” e trabalhava também no Ginásio Industrial de Porto Ferreira.

O objetivo desta Escola Industrial era mais profissionalizante, que eu tenho conhecimento era apenas profissionalizante, porque depois os alunos não continuavam nenhum estudo, completavam e paravam ali, não tinha continuidade. Agora, quando passou a Ginásio Industrial, então teve continuidade para fazer todas as séries e cursar uma faculdade.

Quando passou a Ginásio Industrial, os professores tiveram que fazer uma faculdade, cada um na sua especialidade, porque na Escola Industrial tinha aula de ciência, tinha aula de geografia, tinha todas as matérias, mas nós professores não tínhamos faculdade. Então, devido a mudança para o Ginásio Industrial tivemos que fazer a faculdade, para dar continuidade depois para esses alunos fazerem faculdade e continuarem os estudos.

Quando era Escola Industrial os cursos eram de quatro anos, não era mais dois anos como a Escola Artesanal. A Terezinha um dia comentou comigo que não se lembrava direito, eu falei: – *Nem eu me lembro direito*. Mas aí, ela disse assim pra mim: – *olha, mas eram 4 anos quando era Escola Industrial*. Ficamos naquela indecisão, agora quando passou a Ginásio Industrial dava direito a todas as séries do 1º ao 3º colegial¹³, aí dava completo, o aluno já saía formado do colegial.

Os quatro anos da Escola Industrial equivaliam ao ginásio, a matéria equivalia... Se foi mesmo, esse período aí de quatro anos... Então ela equivalia aos quatro anos de 1ª à 4ª série, depois tinha de 5ª à 8ª série, essa que seria a última. Agora, nós ficamos em dúvida, se foi passado os quatro anos e se depois teve continuidade no colegial quando virou Ginásio Industrial.

No período que passou de Escola Industrial para Ginásio a maneira de trabalhar a matemática mudou, porque nós adquirimos mais experiência, estudávamos para darmos uma aula bem dada, porque quando era Escola Artesanal os alunos não se interessavam muito, eles se interessavam mais

¹³ A professora se equivocou, o que realmente ela quis dizer era que quando a escola se tornou Ginásio Industrial os alunos passaram a cursar as 4 séries do ginásio (1ª à 4ª série).

pela parte de cerâmica, pela parte de mecânica que eles se interessavam para aprender alguma coisa naquilo... Agora, depois não, no Ginásio Industrial eles se interessavam mais, então nós tínhamos que reforçar bem mais a matéria.

Ai eu lecionava matemática, que correspondia mais ou menos a uma quarta série. O programa que vinha para nós darmos era correspondente mais ou menos a uma terceira ou quarta série, acho que antigamente nem se tratava de série, era o primeiro ano, segundo ano, terceiro ano e quarto ano, porque o forte dos Ginásios Industriais era a parte técnica dava uma continuidade no ensino de matérias específicas como português, matemática, história e geografia, eram as matérias em que tinham lá e que eles pediam para o currículo.

Por falar em currículo, nós tivemos vários cursos sobre a Matemática Moderna aqui em Porto Ferreira e tivemos fora também para adaptamo-nos. Aqui a Porto Ferreira quem vinha para dar esses cursos devem ter sido professores, não me lembro de ninguém. Vieram pessoas que eram ligadas aos Ginásios Industriais. Devem ter sido professores de matemática que tiveram também orientação de outras pessoas que devem ter feito parte dessa Matemática Moderna.

Os cursos eram aulas teóricas, algumas explicações em que era dado, mas poucas. Eu achei que foi um dinheiro mal empregado nessa época, porque se gastou muito e pouca coisa era dada, pois estes cursos eram proporcionados pelo estado. Os cursos que fizemos foram em Jundiaí e Araraquara e eram ministrados nas Escolas Industriais destas cidades, aos professores de matemática...

O conteúdo da Matemática Moderna começou muito devagar. Nessa Matemática Moderna o que me lembro e achei é que ele, o conteúdo, não forçava muito o raciocínio da criança e que o antigo forçava mais do que essa Matemática Moderna.

O conteúdo antigo era problemas e a resolução, eu gostava mais do antigo que do moderno ou eu que me adaptava mais ao antigo, porque eu estudei também pelo antigo e fui aos poucos me adaptando a esse moderno. Essa mudança, esse moderno e essa adaptação realizada não apresentou muita mudança na avaliação nessa época da Matemática Moderna.

As avaliações nessa época eram por meio de questões, eu pelo menos fazia assim, sobre a matéria dada durante o mês, mas achava que só isso não satisfazia e eu ainda utilizava de outros meios para a avaliação, por exemplo, pesquisas. Nós tínhamos como coordenador, nessa época, o Professor Jadyr Salles. Ele era o coordenador que foi colocado para entrosar as várias disciplinas, porém na época não ouvi a palavra interdisciplinar, era entrosamento o termo usado, era entrosamento que se fazia entre as várias disciplinas. Então por exemplo, matemática e desenho nós tínhamos que fazer o entrosamento, apesar de que a matemática se entrosava com quase todas. Foi mais ou menos em 1965 que colocaram o professor Jadyr como coordenador para fazer esse entrosamento sendo contratado pelo Ginásio Industrial para esta função.

Ele dava aula de ciências, mas ele passou para esse setor. Eu, pelo menos, achava muito bom porque entrando em entendimento com a professora de desenho facilitava bastante, por exemplo, na parte de área e medidas em matemática, eu achei que melhorou bastante. Eu deixava de ficar explicando essa parte para os alunos porque a professora de desenho dava, então a gente fazia depois só a aplicação do problema... por exemplo, para achar a área... isso correspondia a 6ª série antigamente...

Nem sempre o entrosamento dava certo. Português era entrosado com todas as matérias, desenho era entrosado também com matemática. Mas não deu certo... Porque teria que ser naquelas três aulas, que nós não dávamos aula. Não sei qual era o nome que era dado, nessa aula que a gente ficava, ganhava, mas ficava preparando... Era preparo para correção... Então não coincidia desses três, por exemplo, matemática, português e desenho para ver esse entrosamento não coincidiam, nesse dia, dos três estarem juntos. Então eu achei que aquilo não foi válido.

Nas avaliações esse entrosamento não era cobrado... Cada um fazia a sua avaliação.. mas auxiliava... Como havia esse entrosamento entre as várias áreas, então o professor já sabia que podia usar aquilo porque na parte de desenho já tinha sido dado. Então quando ia usar ele aproveitava, nessa parte que também eu acho que auxiliava bastante, porque o aluno tinha que saber que poderia cair na aula de matemática e na avaliação de matemática.

Nós professores mantínhamos um contato... Nós tínhamos umas aulas... que não dávamos a aula, eu não sei como eles chamavam isso, me esqueci, mas nós ganhávamos justamente pra fazer esse entrosamento. Nós tínhamos na época, por mês, oito aulas que era, justamente, para fazer esse entrosamento entre as diversas áreas. Nós tínhamos um momento para se reunir e conversar sobre isso, eu não me lembro como se chamava essa reunião em que hoje chama-se HTPC (Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo), mas tinha...nós tínhamos esse entrosamento sim.

Nessa época nos éramos obrigados a fazer esse entrosamento... Depois, automaticamente foi abolido, não sei o porquê... se não deu mais certo ou se veio ordem... Bastante tempo depois, uns anos ficou com isso aí, uns quatro anos mais ou menos. Depois, aos poucos, foi sendo abolido e eu não sei porquê. Esse entrosamento não foi facilitado pela Matemática Moderna.

Esse contato entre os professores era útil, também para verificar o trabalho que iríamos realizar com os alunos de baixo rendimento, que possivelmente ficariam de 2ª Época. Para que o aluno ficasse de 2ª Época ele deveria ficar no máximo com duas notas vermelhas.

Ah! Me lembro também perfeitamente do conselho, reuniam-se todos os professores em círculo. Nós ficávamos com as carteiras circulares, então nós íamos avaliar esse aluno, para ver se ele tinha condições de continuar a série seguinte. Se o aluno tinha ficado em três matérias, por exemplo, a professora da matéria dava a opinião dela e depois os outros analisavam, também se esse aluno tinha condição de ir para a série seguinte, era por isso que tinha esse conselho, isso eu me lembro. Todos os casos em que havia mais de duas notas vermelhas, por exemplo, três, era feito esse conselho, eram reunidos todos os professores e saía aquela discussão e nós íamos ver mais ou menos quem ganhava, quando era a decisão da maioria, então esse aluno era aprovado para a série seguinte.

Não me lembro se os alunos realizavam alguma prova de recuperação. Eu acho que eles deviam ter feito a recuperação de duas matérias, e a terceira que era analisada, se ele tinha condição. Então nós analisávamos, me lembro bem, se ele passou naquelas duas matérias que ele estava de recuperação, se ele tinha passado... Então nos iríamos julgar a terceira, se ele tinha condição de fazer a outra série, porém não me lembro qual o critério para determinar

qual disciplina iriam fazer a prova de recuperação e qual disciplina iria para conselho, não me lembro. Eu sei que tinha conselho, agora eu não sei como que era feito, se ele estava em três matérias, como que era feito.

Nesse material que era recebido como roteiro, lembro o de Osvaldo Sangiorgi, não lembro de falar sobre avaliação. Eu mandava o aluno na lousa, por exemplo, eu dava uma série de exercícios para fazer em casa, uma boa série de exercícios, então depois eu chamava o aluno na lousa... O aluno fazia certo... Sem olhar no caderno... Conseguia... Ai ele ganhava um ponto positivo. Isso aí foi no tempo do professor Jadyr Salles, que ele era o coordenador. Então ele que sugeriu que fizesse dessa maneira.

Solicitava que os alunos procurassem por biografias, atividade essa que eles nunca realizavam. Então o aluno tinha que trazer, por exemplo, a biografia de Pitágoras, ele tinha que trazer outra... Ai ele ganhava um ponto positivo, não me lembro o quanto que eu dava, se era meio, quanto que eu dava por aquele ponto. Depois eu somava os pontos, mais o que eles tinham ganhado na prova... Eu dei os exercícios para fazer, eu passava um visto, para todos... Passava visto, não corrigia nada... Só passava visto, por que a correção era feita na lousa. Por exemplo, começou o bimestre ou mês pedia pesquisa... Depois pedia os exercícios... Depois corrigia os exercícios... Depois fazia uma análise... Depois fazia outro exercício... E depois fazia uma prova para se fechar tudo... Eu seguia dessa maneira. Porque eu acho que só a nota da prova não avalia o aluno.

Os livros de Matemática Moderna que nos vinham e que eram indicados... tinham livros que serviam e tinham outros livros que a secretaria da educação mandava que eram uma aberração. Não me lembro o autor, pois eu estudei pelo Osvaldo Sangiorgi e continuei dando aula por ele uma época e depois já começaram autores novos e tal.

Eu particularmente gostava de Osvaldo Sangiorgi e depois começaram vários autores, três, quatro autores de um livro só e que eram bons. Eu tirava de um e tirava de outro para dar a sequência. Porque enquanto era Escola Industrial não se usava programa até a 8ª série... era até a 6ª série, suponhamos... só 6ª série. Depois que foi passado a Ginásio Industrial, então o programa foi mudado... foi aí que eu fui fazer a faculdade... obrigaram a fazer a faculdade para não perder o lugar, então eu fui fazer UNAERP (Universidade

de Ribeirão Preto). Isso foi mais ou menos em 69... por aí que foi passado a Ginásio Industrial e eu fui fazer a faculdade UNAERP. Daí surgiram todas aquelas faculdades de final de semana, para justamente suprir essa deficiência, porque nós precisávamos de um certificado para poder lecionar nessas escolas, pois a Industrial não exigia que se fosse diplomado numa faculdade. Ai começou os diretores a fazer pedagogia, a maioria que não tinha, como meu marido e outros que eram diretores do Ginásio Industrial precisaram fazer pedagogia para poder ficar no cargo.

É um negócio bem longo essa mudança que houve... aí foi onde eu fui para a UNAERP e tenho o certificado para dar aula no primeiro e segundo grau de desenho, matemática e física. Para nós foi meio duro, porque nós estávamos acostumados com um programa e de repente mudou o programa e tivemos que fazer essa faculdade.

Eu comecei a fazer a UNAERP em Ribeirão Preto, justamente para suprir essa deficiência que nós tínhamos só da Escola Normal... dar aula em primeiro grau... Então tivemos que fazer a faculdade para continuar no cargo... Aí nós ficamos com licenciatura, que eles chamavam de licenciatura plena que dava direito a lecionar no primeiro e no segundo grau.

A avaliação na minha época de aluna eu achava ótimo, pelo menos na minha matéria. Como professora, na minha matéria eu não me baseava somente naquela prova de final de mês para avaliar os alunos, eu me utilizava também de mandar o aluno na lousa para explicar um exercício dado. Ele iria à frente explicava o exercício para os outros alunos como era feito e como ele estava procedendo, então eu analisava o que ele tinha feito e fazia uma avaliação aluno. A avaliação só de final de mês, eu acho que ela é fraca, o aluno pode, naquele dia, não ter podido estudar, ele pode uma recordação, ele pode ter tido um motivo qualquer para não ir bem na prova.

Quando eu era aluna eu seguia mais ou menos o que eles davam naquela época, porque eu estudei em colégio de freira, isso foi mais ou menos em 48 e daí por diante, pois eu me formei em 54. O colégio se chamava “Escola Normal Livre São José”... uma escola muito conceituada. Ela tinha desde o jardim da infância, depois ela tinha o primário, depois tinha o Ginásio e depois a Escola Normal e ai parou... Depois de alguns anos essa escola foi extinta e onde era escola virou uma faculdade, mas não sei o motivo.

Na época que era aluna nós tínhamos prova oral, em que tinha um fiscal. Prova Oral, o nome era prova oral... Então nós tínhamos a prova escrita, depois nós tínhamos a prova oral, por exemplo, se era de português dava para fazer uma prova totalmente oral, agora matemática não dava para se fazer uma prova totalmente oral. Então era feito várias perguntas e também nós tínhamos que resolver exercícios na lousa, assim era feito a avaliação. Era determinado pelo professor o que entrava na prova, os itens que entravam nas provas. Então por exemplo, entrava problemas, vamos supor, na 5ª série entravam problemas, equações e daí por diante. Era determinado... Desenho não dava para fazer uma prova oral, você tinha que desenhar na lousa... então, praticamente tem matérias que não eram oral.

O professor da própria matéria que iria analisar as respostas dadas pelo aluno e na sala tinha um outro professor, que a gente chamava de fiscal, mas o nome não era fiscal... A gente falava... tal fiscal que tá lá. O professor que ficava na sala era professor da escola, mas ficava ali, justamente para ver se o aluno foi bem ou não. Muitas vezes nem conhecia bem a matéria que estava sendo dada, mas ele via o desempenho do aluno. Eu acho que a análise feita pouco depois da prova, entre os dois era *“bom esse aluno foi bem até certo ponto, ele merece tanto”*. Então a gente sabia que eles ajudavam a dar a nota, a fazer essa avaliação da prova oral e era sorteado não era, por exemplo, chegar lá e o professor falar assim: *“olha você vai fazer tal coisa, você... faça esse exercício”*. Era sorteado... Então ele já tinha ali o ponto número 1, 2, 3, 4 e 5 que ele já fazia antes sobre o que ele ia pedir na prova. Nessa prova oral era quase toda a matéria era dada durante o ano, então quase toda a matéria a gente tinha que fazer uma recordação.

Quando aluna, para a prova oral, o professor dava os pontos que iriam ser contemplados na prova, sendo que a prova era realizada por meio de problemas. Muitas vezes os professores davam uma série de problemas ou uma série de exercícios, sendo que para a prova alguns eram sorteados. Então o ponto número um tinha várias questões, número dois outro tanto de questões e assim por diante, era dado para a gente e tínhamos que preparar porque não sabíamos qual que ia “cair”. Então nos preparávamos, tínhamos tudo anotado, para exame era tudo “decoradinho”.

Na hora do exame não tinha aluno na sala além do avaliado, as mesas eram retiradas e postas num canto e onde ficava a banca, que era formada por pelo professor da matéria avaliada e outro que ficava de fiscal, mas também era professor da escola, tanto que falávamos: “- o fiscal está aí”.

Esse fiscal dava outra matéria, ele era aproveitado de outra disciplina e ficava na sala no momento do exame. Podia ser professor de outra matéria do próprio aluno avaliado, até porque utilizavam professores que eram do colégio. Esse fiscal auxiliava na hora de dar nota. A banca comentava: *“ele foi bem até uma certa parte, ele soube e tal, então nessa parte o que você acha da nota.”*

Todo esse comentário era feito longe do aluno, mas depois a gente ficava sabendo que era assim, porque eram comentados durante uma aula sobre quais procedimentos eles iriam usar no momento do exame. E essa prova oral, esse exame, era feito na sala mesmo que costumávamos ficar, porque ficava livre. Ninguém poderia entrar, era só a Banca Examinadora, não tinha ninguém

Os outros alunos que não iriam realizar a prova oral naquele momento ficavam esperando a vez e como era individual, também não dava para fazer todos num dia. O Exame Oral demorava, muitas vezes a professora ficava esperando o aluno, se era por exemplo história... era longa... eles faziam perguntas sobre o ponto que tinha sido estudado. O professor que dava uma ajuda na hora da prova oral, mas era pra ele ficar mais quieto. Ele tentava puxar um pouco o aluno.

Como professora de matemática verificava que um aluno ia bem, chegava até certo ponto, porém “enroscava”... Você percebe que numa prova escrita que ele foi fazendo até certo ponto e chegando nesse ponto ele se “enroscou”, sendo que ele poderia com uma ajudinha ter completado. É por isso que eu acho que uma única avaliação não dá para avaliar bem o aluno.

Eu acho que era pouco uma avaliação só lá no final. Então por isso que existia a prova oral, justamente para o professor analisar o aluno, por exemplo, de história fazia-se uma pergunta e naquela pergunta ele engasgou, mas ele sabia a outra parte da história, o professor pode perguntar a outra parte sobre aquele ponto, e com isso dar uma nota. Eu acho que a prova oral, antigamente, auxiliava o aluno.

A ideia que eu tinha na avaliação você poderia recuperar e no exame não, você tinha que saber, você tinha que resolver, o que iria auxiliar era a prova oral. Então a gente ficava com aquele receio: *“Nossa! Será que eu acertei três questões para tirar a nota 5...”* Era aquela preocupação. Era tirada uma média com as respostas certas.

Essa prova oral era feita no final do ano. Antes dessas provas nós fazíamos uma revisão. Marcava, por exemplo... uma equipe... lá no colégio em que estudei era muito severo... marcava uma equipe... me lembro bem disso, porque tem muita coisa que foge da cabeça da gente... Barbaridade, faça uma ideia da minha idade... tem que fugir mesmo. Então era, por exemplo, era marcado para uma equipe... três ou quatro alunos prepararem aquelas questões para serem vistas naquele período. Então eu apresentava um exercício, dando uma parte e a outra aluna dava outra parte, nessa parte a gente já tinha uma avaliação, por isso que continuei achando, quando professora, que só a avaliação do aluno... uma prova por mês, não ia resolver, então durante o mês chamava tal aluno... – vai resolver as questões, dava uma série de exercícios para fazer em casa, que eu pegava de um livro ou de outro para que eles resolvessem na lousa. Nessa resolução na lousa eles não sabiam qual questão que iria cair, pois eu sorteava as questões, procedimento esse aprendido com as freiras do colégio no qual estudei, usava muito esse e achava ótimo. Já quando era aluno eu ficava com medo em pensar qual exercícios que o professor escolheria, porém os professores não eram muito enérgicos nos comentários.

Aproveitando a fala do período de aluna, lembro que os professores não deixavam que falássemos livremente durante a aula, para eles matemática tinha que ser exercícios na lousa, com teorema. Eles faziam varias perguntas para as quais tínhamos que saber todo o teorema, era mais decorado, muitas vezes nem sabíamos o que era. Por isso, quando professora, mesmo copiando muito da metodologia de meus antigos professores, nesse ponto eu divergia um pouco, pois fazia questão de que meus alunos falassem qual a utilidade daquilo que estava sendo dado. Eu lhes dizia:

“Olha... Vocês que forem continuar o estudo vai precisar disso no segundo grau... vai precisar disso na faculdade... Se for fazer exatas vai precisar disso aí... então trate de aprender direito.”

Eu gostava muito de dar aula... eu gostava... No meu trabalho docente eu sempre fazia a ligação do tempo em que era professora com aquele em que era aluna, eu utilizava, o que tivemos durante três anos pedagogia. Tínhamos que dar aula no Grupo do nosso colégio e também de outras escolas, então utilizávamos o que aprendemos.

Outra atividade que eu aplicava era a realização de pesquisas sobre vida e obra de matemáticos, na qual os alunos tinham que buscar algumas bibliografias que eram solicitadas. Estas pesquisas eram realizadas na biblioteca, mas os alunos na maioria das vezes só copiavam. Ao menos eles aprendiam que existiu esse homem ao qual eles pesquisaram, sendo que essa metodologia também foi copiada do período que eu era aluna.

Quando aluna e depois também como professora, os exames escritos eram questões que abrangiam o que tinha sido dado. As provas eram geralmente problemas de raciocínio, sendo mais ou menos cinco problemas. Para realizar essa avaliação tínhamos o horário de uma aula durante o ano letivo, sendo que as provas do final do ano o tempo era um pouco maior. No decorrer do ano tínhamos a avaliação mensal, avaliação essa que logo após ser aplicada era resolvida na lousa, sendo que primeiro os alunos tentavam resolver as questões no caderno e só depois era corrigida na lousa. Porém o aluno tinha que fazer, porque poderiam ser chamados na lousa para resolver e mesmo que ele tivesse resolvido ou copiado de outro, se ele não soubesse fazer na lousa não tirava nota boa.

Então quando eu dava prova o aluno sabia que exercício errou e no que errou. Tinha alguns que não faziam nada, nada de nada e tinham outros que chegavam até um ponto então eu dizia: - *vem aqui na lousa, olha foi aqui que você não prestou atenção ou alguma coisa e errou por isso...* Então aluno ia à lousa. A correção na lousa é importante, mas tem que chamar a atenção, porque se não os outros ficam dispersados. Essa correção da lousa era utilizada para média do mês.

Quando eu era aluna, essa avaliação mensal era escrita e avaliava o que tinha sido dado durante o mês. Depois tinha também a avaliação do 1º Semestre, que obedecia ao mesmo sistema, pois analisava tudo o que tinha sido dado durante o primeiro semestre. Era dada uma nota e o mínimo era 5

que o aluno deveria tirar, porém só era reprovado no final do ano, sendo assim ele poderia recuperar aos poucos a nota no decorrer do ano letivo. Então essa avaliação, suponhamos nos quatro ou cinco meses iniciais, não reprovava o aluno, era mais para tomar conhecimento do que tinha sido aprendido e de fazer uma recordação da matéria que tinha sido dada até então.

Essas avaliações tanto a mensal quanto essa do meio do ano eram bem mais tranquilas do que a do final do ano, sendo que na prova mensal não tinha exame oral, só no final do ano. Eu não me lembro de recuperação nessa época, caso o aluno ficasse era retido.

Agora como professora e quando passei a lecionar no primeiro grau, que era de 5ª a 8ª série, tinha recuperação e ela era feita mensalmente. Caso o aluno não conseguisse tirar nota dava-se uma recuperação.

Por falar nisso, a recuperação de final de ano, que foi aplicada durante uma época, era fajuta. Porque se o aluno que não conseguiu aprender durante o ano inteiro ele não iria conseguir em 15 ou 20 dias recuperar todo o conteúdo necessário, pois não tínhamos tempo de dar tudo, então nós dávamos o que achávamos prioridade, o que ele iria precisar na série seguinte e só.

Fazíamos um exame sobre o que ele iria precisar para o ano seguinte, apesar de que a matemática é uma sequência, se ele já fez um Grupo ruim, porque se chamava de Grupo antigamente, é lógico que continuaria ruim na matemática nas séries seguintes. Sendo assim, se ele não tivesse também uma recuperação daqueles quatro anos iniciais, ou seja, se ele não soubesse somar, dividir, multiplicar e outras coisas mais então como ele poderia aplicar nas atividades por mim propostas. Era comum o aluno vir com o primário fraco (que a gente antigamente chamava de Grupo), sem saber muitas coisas que seriam necessárias para ele continuar, sendo assim em matemática não dava para o aluno recuperar, porque uma coisa depende da outra é sequência. Quantas vezes eu voltei à matemática do grupo, só as quatro operações, mandar decorar tabuada e tomar, coisa que não era obrigação do Ginásio fazer, porém eu tinha que voltar e exigir para que eles pudessem continuar.

Se o aluno tivesse ido mal durante o ano não teria necessidade e nem o porquê de fazer o exame final, ele era reprovado. Mas, muitas vezes faziam, mas já sabiam que iriam mal e seriam reprovados. Das notas obtidas durante o ano tirava-se a média, se ele fosse bem o ano todo e por algum motivo ele

fosse mal no exame final, coisa que era difícil de acontecer devido ao brio do aluno, ele poderia ficar de recuperação. Então o aluno se desdobrava para tirar uma nota bem alta, porque ele tinha aquele brio de passar direto.

Nós sabíamos como era feito esse cálculo da média, porém não era nossa incumbência, era assunto de secretaria, sei que tinha pesos que eram atribuídos para os diversos tipos de provas que eram dadas durante o ano e também com as provas finais (exames). Era trabalhoso para dar nota, sendo que eu dava muito ponto positivo, marcava trabalho dizendo: *“bom, tal dia vocês trazem isso aí...”*. O trabalho escrito era copiado, lógico, porém por ser copiado a mão, pois não tinha nada de máquina, ele aprendia que existia aquele homem, que existia aquela pessoa ou o que ela fez, enfim a biografia dele. E aí marcava o dia, então aquele dia eu ficava só para recolher e dar o ponto, dizia muito: *“fulano fez... ponto positivo, levava para mim.”* Os meus professores faziam a mesma coisa referente ao ponto positivo e ponto negativo, por exemplo... *“ele apresentou 2 trabalhos, ele tinha um ponto a mais, porque cada trabalho valia meio ponto.”*

A nota mensal, que era um dos itens utilizados no cálculo da média, eu atribuía com a análise da prova e dos pontos positivos provenientes da boa execução dos exercícios efetuados pelo aluno na lousa, sendo que eu considerava uma obrigação ele saber, porque o conteúdo foi dado durante aquele mês, sendo assim só ganhava o ponto positivo se acertasse. Eu fazia desse jeito e achava ótimo.

Nas provas e exercícios aplicados havia o uso freqüente de algumas palavras na hora de preparar a avaliação, palavras como classifique, organize, aplique, justifique. Em minha formação a necessidade deste vocabulário foi aprendido na parte da pedagogia, na orientação que davam quando fiz Escola Normal. Lembro-me de qualquer coisa sobre as palavras, mas não me lembro com detalhes.

Lembro que tinha, inclusive o professor falava assim: *“Olha, agora isso aqui é válido, daqui a alguns anos isso aí é tudo baboseira, já tá tudo ultrapassado, agora...”* Aí eu me lembro bem que ele falava: - *Agora, vocês vão fazer dessa maneira, organizem e tal, daqui a pouco... é uma baboseira... já está tudo ultrapassado...*

Fiz pedagogia, porque eu fiz Escola Normal, lembro pouca coisa desse trabalho, bem faz muito tempo, mas lembro que ensinava a maneira, por exemplo, de nós organizarmos uma aula, para preparar uma aula. Foi lá, onde aprendi como lidar numa sala de aula, foi o local em que mais se aprendia a como ser um professor. Lá eu aprendi como trabalhar com os alunos, porque nos assistíamos aulas, nós íamos às escolas de 1ª série a 4ª série assistir a professora dar aula. Agora, lá na faculdade, não. Só se tiver agora.

No começo eu organizava as aulas como eles pediam. Depois de um tempo você pega uma “tarimba” na qual automaticamente realiza o trabalho, porque vinha um programa praticamente pronto que auxiliava, como agora, que nas escolas estaduais tem as apostilas, para nós vinham livros, por exemplo, os de Osvaldo Sangiorgi. Tinham vários outros que até eu andei dando algumas coleções que recebi da editora, então nos escolhíamos um livro, o qual adotaria.

Teve um período que para o aluno ser aprovado tinha que tirar 49 pontos, tinha o peso 1 e peso 2, caso o aluno não atingisse essa marca o aluno ficaria de 2ª Época, que era equivalente a uma recuperação. A recuperação realizada mensalmente era melhor, porque você tem tempo de recuperar, de você lembrar a matéria daquele mês, já a 2ª Época acontecia em fevereiro do ano seguinte e como conteúdo abordava o do ano todo, sendo uma prova comum, escrita.

Os alunos não se preparavam bem para essa prova de 2ª Época, porque os que ficavam de 2ª Época eram alunos que não ligavam e que não gostavam daquela matéria, porém se davam bem em outra. Tive um aluno que, isso foi no “Sud Mennucci”, ele gostava de português, era excelente aluno da disciplina, mas ele não gostava, não podia ver matemática, tanto que ele falava: - *olha eu detesto*, porém como aluno de português ele era excelente.

Teve uma época que deixou de ser 2ª Época e passou a ser recuperação, mas era quase a mesma coisa. Depois, eu sei que foi mudada essa recuperação, se o aluno era fraco, não conseguisse média, então durante o mês ele era recuperado naquela matéria.

A recuperação durante o mês era da matéria do mês corrente, eu não sei se ainda é assim, mas houve uma época que era assim. Devíamos recuperar aquele aluno ou aqueles alunos dando exercícios para fazer em

casa, explicando. Você não parava com o programa, você continuava, mas para esses alunos tinham mais exercícios sobre o que foi dado durante aquele mês e que ele não conseguiu. Eu, pelo menos, trabalhava de forma individual a retomada de conteúdo de recuperação, para não parar com o programa, porque ai atrapalharia os outros.

Cheguei também a dar aulas aos sábados, eram aulas normais, mas não por muito tempo, mas cheguei a dar aula de sábados sim, e os alunos iam. Tinha avaliação, podia ser que a avaliação caísse ou não, porém não me lembro de nós termos marcado avaliação no sábado, não me lembro, mas se caísse teria que fazer.

Lembro-me da sabatina, acho que era uma avaliação, não me lembro direito, mas me lembro da palavra, para mim, não tinha nada a ver com o sábado, mas era ligada com a ideia de avaliação. Eu me lembro que tinha a palavra sabatina, mas como era feita não lembro. Lembro-me de avaliação, mas não me lembro como, se era por perguntas, se era escrita, não me lembro.

No tempo que lecionei não notei tanta mudança entre os alunos. No conteúdo houve mudança, por exemplo, para a Matemática Moderna e tal, mas não houve tanta mudança quanto ao comportamento dos alunos. Os alunos respeitavam o professor, eles tinham o professor num alto conceito, porque agora é um “João ninguém”, pelo que eu vejo em meu sobrinho que dá aula de matemática em Jaú, então ele falou: - *tá um negócio que a gente tá explicando e eles não estão nem ai*. No geral, essa mudança do perfil do aluno se deve a vida Moderna, porque tem coisas muito mais interessantes para eles.

Eu costumava falar para meus alunos que matemática era um jogo, como se eles estivessem jogando tinham que prestar muita atenção para acertar. Então cativava um pouquinho, mas tinha aluno que questionava sobre a necessidade de tanto conteúdo, por exemplo, um aluno do noturno que não iria precisar de álgebra, porém um aluno do diurno que tinha intenção de continuar os estudos via a necessidade, porque ele ia precisar disso futuramente, pois matemática é uma sequência. Tanto que no período que lecionei na Escola Industrial via a necessidade da clientela, pois antes era aquela clientela que estava ali para aprender um ofício.

De 1960 que eu comecei na Escola Industrial via que o que os alunos achavam não ter necessidade de aprender a matemática, o português, a

história e a geografia. Os alunos aprendiam um pouco daquilo, mas o que tinham necessidade era de aprender um ofício, pois precisavam trabalhar.

Eles queriam um ofício de mecânica, porque iriam trabalhar nisso ou, por exemplo, eletricidade eles queriam porque eles iriam utilizar. Vários alunos nossos trabalharam na Nestlé e em outras indústrias grandes, ou seja, a escola serviu muito, mesmo que algumas matérias, para eles, não eram tão importantes.

Hoje eles são desinteressados porque tem coisa mais atrativa para eles como o computador. Eu acho que se houver uma mudança e colocarem aulas com o computador os alunos vão se interessar muito mais, não sei como, porque também não sou dessa época.

Sou de outra época, em que era tudo na lousa, porque você fica sentada aguentando um professor falando e explicando todo o tempo não é fácil, você tem que arrumar uma atividade para os alunos se locomoverem dentro da classe. Outra coisa que funciona muito bem é um aluno explicar para o outro, pegando uma cadeira sentando-se perto, uma espécie de monitor que até nas faculdades se usa, então funciona muito bem.

O modo que avaliava meus alunos e o que fui avaliada foi mais ou menos idêntico, o começo tem que ser idêntico e continuei do mesmo jeito. Durante o período que lecionei por minha parte não houve mudança, agora não sei os professores modernos que estudaram mais recentemente, se seguiram os professores deles.

Aposentei-me em 1984 e nessa época, por exemplo, o trabalho em sala referente à avaliação, era idêntico ao que trabalhava no começo em que comecei a lecionar com avaliações durante o mês. Segui a avaliação, porque eu achava excelente a maneira que eu dava, pois não era uma avaliação só pela nota do mês, da nota final. Uma coisa que achava bom nessa época era o entrosamento que o professor Jadyr tentava realizar entre as disciplinas quando foi coordenador, eu gostava.

Nunca dei testes, eu detestava teste eu achava que os alunos chutavam, embora os livros mais modernos trouxerem. Osvaldo Sangiorgi não trazia teste, mas os outros sim, e eu pouco dava teste porque gostava mesmo era de questões, tanto que o conteúdo dado durante o mês caia tudo.

Na época os testes não eram fortes, e não tinha muita gente trabalhando com teste. Os livros vinham com testes, fazendo perguntas, ajuda um pouco, porque o teste puxa a memória, mas eu usava mais eram questões mesmo, eu não falava, por exemplo: *“essa equação de 2º grau a, b, c, d, e e f, qual é a certa, eu não fazia”*. Porque o aluno tinha que resolver para ele saber, com o teste ele chutava mesmo.

Eu montava minhas provas com coisas dadas, não os mesmos exercícios, não precisava ser os mesmos, mas exercícios de grau igual ao que eu tinha dado durante o mês, eu não ia dar exercício muito difícil a não ser que eu tivesse dado esses exercícios e puxado bastante. Porque se não eles não iriam conseguir, se eu não tivesse dado, então era daquele tipo de exercícios que eu tinha dado durante o mês, sobre a matéria que eu tinha dado durante o mês.

O método KUMON, você já conhece, é lógico, eu acho excelente, ele não é por meio de teste, ele vai pela graduação dos exercícios. Ele dá uma quantidade tão grande de exercícios, que o aluno acaba graduando a dificuldade. Porque se você, por exemplo, dá um exercício fácil e passa para um difícil ou na prova pede um diferente ou bem difícil, mesmo sendo sobre a mesma coisa eles não vão saber resolver. Por isso que o método KUMON prepara bem o aluno, porque ele gradua muito bem, ele vai graduando e quando chega num bem difícil, acaba se tornando fácil para ele resolver.

No Colégio Industrial a avaliação do noturno era diferente da do diurno, eu fazia diferente. As questões do noturno eram objetivas, sem complicar muito, pois eles não iam precisar daquilo no Ginásio Industrial, porque quando a Escola Industrial passou a Ginásio eles tinham que ter uma continuidade até a 8ª série, sendo que antes não era até a 8ª, era até a 6ª série. A avaliação em si, eram questões mais simples.

O senhor Jadyr Salles, como coordenador, tentava entrosar a mecânica com a matemática. Algumas coisas davam certas, mas perdia-se muito tempo e as avaliações eram nós mesmos que elaborávamos e eu não via nessas avaliações a preocupação de haver relação com a mecânica, isso porque se fosse ver tudo não dava tempo de dar o programa.

Nas avaliações na Escola Industrial eu cobrava alguma coisa, mas a ideia maior era o trabalho em sala mesmo, exercícios. Eles queriam o

entrosamento com a mecânica, mas ali era mais o sistema métrico, o negócio de milímetro, de centímetro. Quando era Escola Industrial era bem mais simples a parte de matemática que a Escola Normal, tanto que problemas eu pegava muito de livro de primeiro a quarto ano que forçava o raciocínio.

Quem procurava essa Escola Industrial eram famílias mais simples, em que eles tinham que empregar a criança. Depois de muito tempo que o trabalho foi restrito a jovens de 16 anos, mas antes eles podiam trabalhar com 14 anos, então eles já iam sabendo alguma coisa de mecânica e eletricidade, coisas que o patrão, lógico, iria preferir. Meu filho estudou lá.

Quando passou a Ginásio Industrial foi aos poucos, tudo vai aos poucos mudando, então começaram a ir os alunos que queriam continuar os estudos, tanto que teve o filho do Professor Jadyr e do Professor Assef, os dois se formaram, um engenheiro o outro dentista. Então, como se vê, através das várias áreas que eles seguiram, já começaram a ver que o Ginásio Industrial além dessa parte técnica que passou a dar orientação muito boa para os alunos que seguiam o programa. Isso ocorreu quando nós fomos obrigados a fazer a faculdade, embora fosse uma faculdade de final de semana, sendo de sexta, sábado, o dia todo e à noite, nós voltávamos tarde da noite, mas a gente tinha aula corrida, quase morria.

Para conseguir estudar, peguei menos aula, porque eu não dava conta, então eu vi que tomar conta da casa e fazer a faculdade de sexta-feira ficava impossibilitada de pegar aula de sexta-feira, como também não podia pegar de sábado. Então eu diminuí o número de aulas, passei a ganhar menos e a dar as aulas que dava, pegava um período ao invés de pegar dois.

Em alguns momentos, quando lecionava, usei a avaliação como mantenedora da disciplina dizendo: *“Olha vocês prestem atenção, porque se não, vocês vão ver a prova que vou fazer...”*. Os alunos não respondiam nada, ficavam quietos e com medo. Ficavam com um pouco de receio, então eu acho que eles ficavam um pouco mais quietos, apesar de que eu peguei uma época muito boa, os alunos respeitavam o professor, eles respeitavam muito o professor. Eu acho que melhorava a classe. Tinha classe que conversava mais que outra, então nessa classe tinha que usar:

“olha, vocês tratem de ficar quietos, porque vocês vão ver a prova que eu vou dar no final do mês. Vocês vão ver, não dou um exercício fácil, só difícil ou um problema fácil, só difícil...”

Mas não cheguei a fazer prova mais difícil com esse caráter punitivo era só ameaça mesmo. Quando você vai fazer umas questões, você calcula uma média, você põe metade mais fácil e metade mais difícil, depois mistura tudo. Eu acho que tem que ser assim e não todas de grau difícil.

Deve-se fazer a prova e o gabarito, para ficar mais fácil. Então no fazer o gabarito você vê a dificuldade que o exercício traz, mesmo que para você seja fácil para o aluno não é. Calculava-se mais ou menos o tempo para dar o número de questões, os mais espertos fazem rápido os outros são mais lerdos e demoram mais. A prova ia até o final da aula.

Para dar nota nessas provas dava-se peso por questão, aí você pode ver o andamento, - *Nossa! Esse aluno foi até esse ponto aqui ele acertou e tal...* Então se chamava o aluno na lousa para que se mostrasse o erro que ele teve e o que conseguiu acertar, dizendo que ele foi até certo ponto, mas na prova está errado, é matemática, é exata. Na hora dava errado, mas depois corrigindo você aceita que foi certo até certo ponto.

Nas aulas não tínhamos a preocupação com a individualidade de cada aluno, porém tendo como exemplo o noturno, via se o aluno iria continuar os estudos para saber como trabalhar com o mesmo. Quando eu lecionava no Ginásio Industrial e ouvia o aluno dizendo que iria até uma série e iria parar para trabalhar exigia-se menos comparando com aquele que iria continuar os estudos e fazer uma faculdade. É uma diferença que não devia ter, mas eu exigia mais, porque o outro iria parar aí, não ia precisar de continuidade.

Nessa época havia alunos que necessitavam de reprovação, porque não sabiam nada, mas eu ficava com dó do aluno, eu pensava que ao reprová-lo perderia um ano por causa da minha matéria. A reprovação não ocorria com frequência, porque eles davam um jeito do aluno não ser reprovado, sendo que além das recuperações, com exercícios, era dado um meio para eles aprenderem, então não tinha tanta reprovação, mas tinha.

A recuperação que eu fazia, era com exercícios e a correção da prova, porque a prova abrangia exercícios do mês. Eram dados vários exercícios e

dados exercícios a mais quando os alunos apresentassem certa dificuldade, eu dava até mais exercícios para ver o resultado e dizia: - *olha, tem mais essa série de exercícios aqui, vocês vão fazer porque não aprenderam direito...*

Eu acho esse monte de avaliações que são dadas uma boa coisa, por exemplo, o ENEM eu aprovo plenamente. Então quer dizer que é uma boa coisa porque o aluno ficar livre depois de fazer um concurso, é uma ótima coisa.

Entrevista 3

PROFESSOR AIRTON CRUCHE DE JESUS

Meu nome é Ailton Cruche de Jesus. Minha formação primária, que corresponde ao Ensino Fundamental, foi iniciada na EEPG Prof. José Gonso e depois para dar sequência aos estudos me transferi para a escola Djalma Forjaz, no qual terminei o fundamental e dei continuidade fazendo o curso técnico em mecânica nesta mesma escola, mas o prédio em que se localizava o Djalma Forjaz foi mudado de endereço. Sendo que já tive aula aos sábados, aula normal. Foi no caso de primário que eu tinha aula aos sábados, no qual cheguei a fazer prova.

Lembro que eu tive Exames de Admissão para que pudesse adentrar ao Ginásio. Eu e os colegas, com a nossa turma contratamos uma pessoa responsável para nos dar aula. Realmente existia esse Exame de Admissão, era uma preocupação que nos tínhamos na época de conseguirmos boas notas. A importância para nós era tirarmos boas notas, para sermos bem classificados.

Eu acho que o determinante na hora da seleção era uma nota de corte, porque se a professora que dava aula para não nos induzisse a pensar que tinha uma nota de corte, ninguém se preocuparia, mas eu acho que tinha sim uma nota de corte, porque uma nota muito baixa também, era um desinteresse total. O número de vagas poderia ser favorável, mas na época tinha uma nota de corte sim. A minha preocupação era tirar uma nota boa, talvez tivesse um número de vagas excessivo e a pessoa mesmo tirando nota baixa, estava incluso.

Eu não tive contato com aluno que não tenha sido admitido. Os pais ou o próprio aluno iria à escola e verificava que estava aprovado, então ele recebia a notícia lá, mas eu nunca tive esse problema porque quando fui saber da minha aprovação, nesse caso estava positivo. Mas eu acho que era decepcionante a pessoa receber uma reprova, não sei se é como se fosse hoje.

Dando continuidade a minha formação, hoje tenho uma pós-graduação Lato Sensu intitulada: “Metodologia do Ensino de Aprendizagem de Matemática”, a qual foi realizada em Jaboticabal há sete anos e particularmente gostei muito. Mas para iniciar minha formação profissional como professor, entrei como aluno, em 1980, para o Centro Universitário Barão de Mauá, em Ribeirão Preto. Ali realizei minha graduação em Matemática Plena, me formando em 1984. Porém, eu completei a licenciatura curta, em 1982, e no ano seguinte eu já comecei a lecionar. Isso foi em 1983, quando comecei a pegar umas aulas de substituição e não parei mais até hoje.

A primeira escola que eu peguei como substituto foi no EEPG José Gonso, depois fui pro Washington Luis, no EEPG Pedrina e dei aula no Centro Educacional SESI de Pirassununga e atualmente estou na Escola Estadual Prof. Henrique Reis, também em Pirassununga. Esta escola é de Ensino Fundamental, que corresponde ao ensino de 6º a 9º ano, sendo que leciono para todos os anos.

Falando sobre minha vida profissional e escolar posso dizer que, no período de minha formação, antes de 84, sobre o Movimento da Matemática Moderna (MMM), eu não recordo. Eu só me recordo que houve uma boa melhora no decorrer dos anos. Na própria escrita dos livros, na própria didática.

Do Movimento em si não me recordo, mas melhoro bastante a didática, a forma de ensina, e na pesquisa para melhor instruir nossos alunos. O pouco que eu lembro sobre o MMM, era a forma como nós tínhamos de fazer a pesquisa e aplicações do que nos estávamos aprendendo, sendo que a avaliação em si, antigamente, era bem exigente, se comparássemos com os dias de hoje. Realmente nós teríamos que saber e estudar, sendo que ela era em cima dos conteúdos e era escrita, dificilmente oral.

Já os exercícios, eram mais teóricos, no geral era bem mais teoria, bem mais desenvolvimento de fórmula, não se ouvia falar de contextualização. Isso

se refletia nas avaliações comparando com os dias de hoje, elas eram mais extensas e a quantidade de questões e a própria prova era mais pesada e teórica.

Os enunciados das questões das avaliações já eram diretamente ligados ao que você estava aprendendo com seus conteúdos: resolva, calcule, faça isso e acabou... Não é que nem hoje, quando redigimos um texto e deixamos com que o aluno tente entender, era bem diferente.

Eu acho que os termos mais usados, antigamente, em provas e atividades eram Calcule e Resolva. Era mais exercício, teoria. Hoje não, nos temos que procurar. Até os próprios livros didáticos, hoje, teve que mudar a sua própria nomenclatura. Não é só teoria, exercícios com a praticidade, aplicativos. Mudou bastante, mas naquela época não tinha termo técnico nenhum, era só calcule, execute, faça ou resolva. Não era que nem hoje, não. Como profissional, nós temos que aplicar certos verbos, nos temos que usar para que o aluno melhore o pensamento dele e redija corretamente, mas antigamente não existia nada não. Mas essas palavras eram comuns.

Aproveitando a fala sobre avaliação posso dizer que, quando era aluno eu via que nós tínhamos que provar o que realmente estávamos adquirindo de conhecimento. A sabatina era comum, era a prova de qualquer período. Na época em que estudei não existia o nome prova, existia a sabatina. O termo técnico, sabatina, para falar a verdade não vou conseguir dizer agora. Mas existia o nome sabatina, que era a nossa prova.

De acordo com o que aprendíamos nós tentávamos resolver e mostrar nas atividades o que realmente nos sabíamos. Não tínhamos medo de sermos avaliados, porque nós sabíamos o que estávamos fazendo, nós sabíamos que tínhamos o compromisso estudar, realmente, não tinha medo nenhum. Hoje há muita coisa que sai em revista, sai em reportagem que uma avaliação é para por medo no aluno e não tem nada vê. Nós tínhamos o compromisso de estudar e nos preparar, isso era tão forte como acho que quem faz matemática é por que gosta e sabe o que te que ser feito!

O professor sabia que nós tínhamos esse comprometimento. E ele também tinha esse comprometimento em ensinar a gente, esclarecendo as dúvidas para que não houvesse falha futuramente.

Os Exames Finais eram de conteúdos que ficavam pendentes e realizava-se a prova. Sendo que, caso não tivessem êxito, havia o Exame de 2ª Época, que era meio tenebroso também, tudo quanto é exame que você estava pendente de aprovação ou reprovação, deixava um pouco assustado. No final do ano ou fevereiro, existia o Exame de 2ª Época. Talvez não tenha lembrado muito bem a época, mas que existiu o Exame de 2ª Época e que eu cheguei a fazer poucas vezes, aconteceu sim. Sendo que eu ia lá, tinha umas orientações de conteúdo durante uma ou duas semanas, como se fosse uma revisão, dava conteúdo não do ano todo, mas de alguns tópicos mais importantes que iriam cair na prova e fazia a prova. Bom, se eu consegui chegar até onde eu estou é porque eu passei. É porque foi fácil.

Eu sei que a 2ª Época deixou de existir e a partir daí começou a recuperação. Mas eu acho que não estou muito bem lembrado se continuava a ficar em recuperação porque eu tive um crescimento de estudo.

Eu acho que na minha época de aluno, sempre teve atividade de recuperação (2ª Época), tanto que alguns alunos ficavam para recuperação no final do ano letivo. Porém, na década de 70 a recuperação era na continuidade do mesmo ano, no termino do ano letivo, que não foi o caso que foi falado da 2ª Época. Nesse período era só dada a prova, mas que existiu, existiu... Eu acho que sempre existiu isso aí. E não tinha uma quantidade limite de notas vermelhas para que o aluno tivesse direito de realizá-la.

Nessa década de 70, existiu também a 2ª Chamada. Hoje nos chamamos de suplentes, mas eram os alunos que não conseguiram passar na primeira vez, mas tinham uma chance com as vagas que sobraram. Para o ano seguinte, então era feito uma segunda chamada. Houve essa época sim, fazer outra prova para ver se daria continuidade para o outro ano, para a série seguinte. Então essa 2ª Chamada era para quem fosse reprovado na primeira e sobrasse vaga para o ano seguinte, então seria no caso feito uma 2ª chamada para preencher as vagas do ano seguinte. Para essa prova, o professor passava os conteúdos para o aluno estudar, para fazer seus estudos e depois fazer a prova, para ver se conseguia alguma coisa.

Durante minha vida profissional percebi mudanças no perfil dos alunos desde a época em que comecei a lecionar, como essa coisa de promoção automática e querer analisar o aluno. Houve, realmente, uma mudança muito

grande principalmente por causa do excesso de contingência que tem nas escolas hoje o que em conjunto com uma legislação deficiente e o descaso da família, contribuem para a mudança nos alunos.

Coisas a que atribuo a mudança dos alunos são as leis e as dificuldades da família. A mudança é muito grande, não vou falar para você item por item, mas hoje nós verificamos o aluno em si nessa facha de ensino fundamental... ela é bem diferente do que nós fomos realmente. Não vai se comparar com, no caso, ensino superior, que nós temos que fazer para conseguir o que nós queremos. Hoje os alunos têm aquela facilidade de não fazer determinada tarefa, de não ter o comprometimento, porque certas leis regem talvez a favor deles e não a nosso

Desde que comecei a lecionar meu modo de ver a avaliação mudou bastante. É como eu disse, nas avaliações, antigamente provávamos pelo nosso compromisso o que nós sabíamos, o que nós estávamos estudando e o que nós iríamos aplicar futuramente. Hoje está bem mais simples dar a avaliação para essas pessoas, para esses nossos alunos aí, principalmente, porque eles não sabem o que querem futuramente, se acham que o futuro está muito bom, eles não têm a certeza do que vão querer, então eles não tem muita preocupação. Contudo, acho que os resultados das avaliações poderiam ser bem melhor se apertasse mais o cinto dos alunos, porque nós fazemos nosso trabalho!

No decorrer do meu trabalho docente houve várias mudanças na quantidade de instrumentos de avaliação. Porque da mesma forma que houve mudanças na reforma da matemática, no caso da Moderna, na reforma dos estudos, a forma de se aplicar determinados conteúdos, então houve uma mudança tremenda na quantidade das avaliações... Aumentou bastante!

Estes instrumentos não são desnecessários e não irão ser nunca porque a gente procura dar vários itens de avaliação. Como não é como um trabalho escravo, se houve interesse em certa parte que haja interesse em outra. Porque nós temos uma quantidade de conteúdos variados e um dos conteúdos será interessante então nós temos que procurar vários tipos de avaliação.

Aprofundando um pouco mais sobre avaliação, posso dizer que no curso profissionalizante que fiz as avaliações que eu cheguei a fazer, possuíam muitos cálculos. Calcular dimensões de peças e assim por diante e a prática

era verificar se realmente, através do que nós aprendemos, era possível fazermos o tal instrumento que era solicitado.

A minha formação profissionalizante era com teoria de cálculo e a prática na construção de alguma peça. Não era tanto assim o que determinada empresa ia querer ou não que nós aprendêssemos. Hoje nos temos a empresa, no caso ai tem a FIESP que controla o SENAI, o SENAC, o Sesi e mantêm um padrão muito bom de avaliação e lógico sempre atualizando que a meu ver ele é bem estruturado, pelo qual constantemente há profissionais muito bons se formando por aí. Mas a frequência das avaliações no período em que fiz o técnico é mais pela teoria e a prova prática, realmente, de que a pessoa sabe manusear algum instrumento.

Em meu trabalho pedagógico eu utilizava e utilizo avaliações ainda, apesar de que, hoje, nós temos mais itens de avaliação. Como um acompanhamento da aprendizagem do que nós estamos passando para eles, então essa é uma forma.

Nem tanto assim, como utilizava, como a gente tem que utilizar até hoje. É uma verificação do conhecimento de como o aluno está acompanhando os conteúdos ao qual nós programamos para ensinar então dessa forma nós avaliamos também. Porque não é só a prova de conteúdo, mas de uma certa forma, como vários itens de avaliação é verificação da dúvida e assim por diante.

Quando aplico uma avaliação e dou o retorno a meus alunos e percebo que apresentam dificuldade, na maioria das vezes, tento saná-la num período mínimo, não deixando passar muito tempo, mas um período mínimo para que, realmente, não se estenda muito a realização da explicação de determinada dúvida de um conteúdo. Então tem que ser explicado e já verificado se há dúvida ou não.

Mas a preocupação com a retomada de pontos obscuros na aprendizagem não era somente na hora da avaliação que se estabelecia, essa preocupação se encontrava também na avaliação dos conteúdos prévios dos alunos. Pois era e é uma maneira de verificar qual é o nível de aprendizado e dificuldade que esses alunos estão. Apesar de que a agente sabe que é uma calamidade, porque nos ensinamos, ensinamos, ensinamos... E há muitos alunos que não levam em consideração a importância do que nós estamos

fazendo. Então, há sim a necessidade, também dessa avaliação da aprendizagem que eles tiveram anteriormente.

Essa avaliação geralmente acontece no início do ano. Para verificar qual é o nível de conhecimento deles. Porque sempre há e nunca vai ser o mesmo e determinado exercício, sempre tem que haver mudanças para o determinado tipo de conhecimento da classe. Porque cada um tem um determinado tipo de conhecimento e cada um tem um tipo aprendizagem, porque tem uns que são bons, que são chamados de bons e outros são chamados de fracos, então nós temos que fazer todo esse estudo, esse levantamento.

A avaliação era vista no cotidiano escolar como a forma com o qual nós administramos pra verificar este tipo de conhecimento. Para nós antigamente, como aluno, era assim, nós tínhamos que saber o que nós tínhamos que falar ou como escrever ou como responder. Hoje a dificuldade é que eles estão fazendo da seguinte forma: responde o que quer, acha que vai ter nota e acha que vai passar. Talvez a maioria não está tão preocupada com o que realmente vem pela frente.

Eu elaborava e elaboro as questões através do conteúdo, verificação da dificuldade da sala, da aprendizagem da sala. Porque não adianta querer aprofundar muito, determinado conteúdo ou determinada pergunta, sabendo que talvez eu não vá conseguir o que realmente eu quero, mas também não é de qualquer forma. Ela é feita de uma maneira simples, mas objetiva. Tudo isso para formar um aluno que possa dar continuação a seus estudos e na sua formação como pessoa, como cidadão. Essa é a forma com a qual eu preparo.

Essa avaliação consiste numa média de 5 questões. As provas são três bimestrais, algumas com testes, outras com perguntas objetivas, no caso aí dependendo da aplicação do exercício e outras contextualizadas, aí fora outros itens de avaliação. Este tipo de avaliação, como prova é individual. Outro tipo de avaliação pode se fazer através de trabalhos em grupo. De pesquisas aprimorando sempre o foco do conteúdo.

A avaliação não pode ser usada para manter a disciplina. Isso aí, eu acho que nós, professores, deveríamos fazer de acordo com o andar das nossas aulas, através de conversas, mas nem tanto conselhos... A prova é um momento de reflexão deles no qual sem o silêncio eles não conseguem fazer esse tipo de avaliação. Porém este artifício para segurar a disciplina aconteceu

quando eu era aluno. Mas hoje em dia a agente não pode mais fazer isso, porque é um tipo de punição, hoje nós marcamos as provas, são todas pré-marcadas.

Em compensação, antigamente quando eu era aluno, eles não marcavam as provas, as que são chamadas de avaliação, hoje. Porque era uma forma que nos tinha que saber continuamente, o estudo nosso tinha que ser diário. Era chegar da escola e estudar, verificar o que aprendeu e o que não aprendeu. Para não deixar para tirar dúvidas depois de duas ou três semanas, então nos fazíamos isso. Então as provas não eram marcadas.

Hoje, nós não podemos mais fazer isso, porque não sei qual é, se é lei ou não, se é regra. Porque qualquer coisinha o pessoal vai fazer a crítica porque estamos fazendo prova surpresa, que nesse caso era realmente considerada uma forma de punição.

Falando de punição tenho que na correção das avaliações ninguém era privilegiado, pois as avaliações eram padronizadas para todos. O dar nota significa realmente a forma ao quais outros tipos de avaliação sem ser a escrita, que é a prova, se evidenciam. Esses outros tipos de avaliações, realmente vão verificar... Vão deixar a marca de como, realmente o aluno esta se desempenhando, ele esta progredindo... Como esta sendo seu conhecimento. Então, não é bem dar nota. O dar nota, nesse caso, tem que ter um sentido de outro tipo de avaliação para que realmente não se perca o aluno que quer, que participa, que se deslancha facilmente.

No cotidiano escolar as avaliações são marcadas previamente, é dado o conteúdo e até pode ser feito, umas aulinhas de recuperação, ou seja, uma revisão de determinados conteúdos se realmente a pessoa tinha a sua dificuldade. Então é dessa forma, são marcadas, são feitas e não como um tipo de punição e não como um tipo para manter silêncio, mas são revistas depois. Mostrado como que a pessoa errou, fazendo-se a análise do erro dele.

Quando eu era aluno, após a avaliação era feita a correção com os alunos, verificação do porquê que acabou errando. Se houve algum desvio de pensamento ou de lógica a partir deles. Mas verificando se também, se lembra ou não lembra de quando foi dada, a forma de como se resolvia, como se podia chegar num erro. Porque a gente comenta bastante hoje, hoje tem bastante,

como essa Matemática Moderna. Ela tem muitos caminhos e muitas aplicações, então nós temos que fazer a devolução da correção e tudo mais.

Hoje existe uma série de autores, mas em minha formação acadêmica os autores que me influenciaram, foram vários entre eles o meu favorito foi Luis Barco, que eu gosto muito de ouvir os comentários dele. Mas tinha lá: Imenes, o Dante, que hoje ainda tem uma série de escrita em livros, Giovanni, Giovanni Jr e outros. E hoje em dia, pesquisa fácil, Mas dentre estes autores aqueles que estavam mais presentes em minha formação era o Giovanni e Giovanni Jr.. Eu tive que fazer muita pesquisa nos livros deles. Na minha formação não tinha internet, então nós tínhamos esse tipo de livro O *Imenes*, se for ver, foram livros que nós pesquisávamos bastante. Era um dos dois. O *Dante* surgiu agora, muito recente, mas foi mais para o ensino fundamental.

Muitos alunos não conseguiam atingir o rendimento mínimo esperado e ficavam retidos de ano, por isso a reprovação era encarada como uma coisa realmente ruim. Nós temos uma vida de crescimento e de profissionalização, que temos que manter, temos que fazer as nossas avaliações como verificação. Porque a nossa dedicação, eu acho, que ela também tem que ter resultado, ela tem que ser valorizada. Então a reprovação parece que é uma coisa ruim. Só vai ser reprovado, realmente quem merece, porque nós não trabalhamos o ano inteiro ou no caso um ciclo para que passe o aluno ou de nota pra ele. Não tem nada a ver, então nós temos que valorizar o nosso serviço. Eu acho que um bom profissional, principalmente na nossa área que ela é um pouco, como diz... “Ninguém gosta da matemática”. Mas é uma área de raciocínio que quem sabe, sabe que vai muito bem e vai muito além.

Nunca trabalhei como professor recuperador, porém eu já lecionei em salas de Telecurso 2000. Mas não era também como professor recuperador, fui muito bem aceito, tive várias turmas. Mas o professor recuperador, eu acho, sofre um pouquinho porque ele está pegando certo tipo de aluno, logicamente todos tem o direito de aprendizagem, mas o que acontece é que são alunos que talvez não tenham interesse. Eu não trabalharia como professor recuperador, de forma alguma, não posso falar que nunca vou fazer, não sei. Mas eu acho que o sacrifício é bem maior do que, realmente o nosso que estamos no dia a dia em sala de aula. (com risos) “O crime não compensa...”

Entrevista 4

ERMELIDIA DOZZI TEZZA VILLA

Meu nome é Ermelidia Dozzi Tezza Villa. Tive minha formação nas quatro séries do ginásio em meados da década de 1960 no Ginásio Industrial Estadual de Porto Ferreira, atual Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, de continuidade, realizando o Curso Normal na Escola Normal e Ginásio Estadual “Washington Luiz”. Depois prestei vestibular, o qual me habilitou a fazer faculdade de Educação Física na cidade de São Carlos, sendo que naquele tempo a licenciatura plena tinha a duração de 3 anos. Depois eu fiz Especialização (hoje chamado de pós-graduação) em Educação Física Infantil, um curso de 1 ano de duração, com aulas todas as noites. E depois fiz complementação pedagógica na UNIFRAN e Administração Escolar em São João da Boa Vista.

Iniciei minha carreira de professora no ano de 1972, quando eu cursava o 2º ano de faculdade. Na época eu ministrava 12 aulas na atual Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, no período da manhã, pois eu estudava à tarde da 1h às 6h. Em 73 me formei e em 74 eu trabalhei como substituta de licença prêmio e licença gestante quase o ano todo, na atual Escola Estadual Pirassununga.

A partir de 75 peguei aulas livres em Bragança Paulista, local que fiquei até 77. Em 78 me efetivei em Guarulhos, na Escola Estadual “Homero Rubens de Sá”, ficando lá um ano. Em 79 fui removida para Leme na Escola Estadual “Newton Prado”. Como Leme pertencia a Delegacia de Pirassununga e Porto Ferreira também, completei minha jornada de trabalho na Escola Sud Menucci de Porto Ferreira. Tempos depois consegui minha remoção para a Escola Estadual “Dr. Djalma Forjaz”, na qual fiquei até me aposentar.

Quando aluna, encarava as avaliações com tranquilidade, mas existia cola, os alunos queriam levar alguma coisinha escrita na mão. Eu me lembro que era difícil, a gente tinha que estudar bastante para entender, para poder fazer alguma coisa. Nós éramos muito cobrados, mas eu não me lembro de tensão em dia de prova, nem minha nem dos meus colegas, não era uma coisa assim, assustadora.

A avaliação era bem recebida. Preparávamos-nos bem para realizá-la, reuníamos-nos entre amigas, na casa de uma ou de outra e estudávamos. A minha mãe exigia que nós explicássemos para ela a matéria, com isso ela fazia com que estudássemos, mas não percebíamos, ela era muito exigente. Então no dia da prova íamos realizá-la tendo a sensação de que sabíamos.

Essas avaliações eram geralmente provas escritas, mas também tinham chamadas orais para nota. Para estas a professora chamava o aluno na frente, era professora e aluno, ali era uma conversa entre os dois. Essa nos assustava, tínhamos medo de errar e passar vexame, pois a classe toda estava ouvindo.

Nesse período em que eu era aluna o professor revia conosco as avaliações. Lembro-me muito da professora de matemática e de português principalmente. Elas explicavam os erros principais da classe na lousa e eu enxergava lá o meu erro e o entendia, era nessa correção que nós aprendíamos. Muitas vezes a professora de português chamava aluno por aluno na frente, ela pegava a redaçãozinha que nós fazíamos e ia mostrando e passando o lápis vermelho nos erros e explicava o correto, como deveria ter sido. Depois, tínhamos que voltar para o lugar e olhar o que errou. Eu me lembro disso, essa cobrança era positiva, era nela que eu aprendia.

O modo de entender avaliação desde que comecei a lecionar mudou muito. Bom, o aluno que não sabia, não tirava nota. Hoje é diferente, o aluno não se preocupa mais em ir bem, em tirar nota, em saber, porque sabe que vai passar.

No decorrer do meu trabalho docente não houve mudanças na quantidade de instrumento de avaliação, eram sempre as provas. Houve alguns testes, eu me lembro de teste. A gente gostava quando a prova era de testes, porque você acabava entendendo ali, vendo a resposta que, para você, tinha mais lógica. Mesmo você não tendo estudado muito você acabava até conseguindo ir bem. Nessas provas de testes os enunciados eram claros, simples.

No curso ginásial que cursei, nós tínhamos aula de Puericultura, de Economia Doméstica, de Arte Culinária, aprendíamos até a fazer bordado e crochê. Eu nem me lembro da avaliação nessas áreas, não lembro nem se havia uma avaliação, porque o curso da disciplina era em grupo. A avaliação

final ali, era do grupo e não individual. Depois, essas disciplinas interessavam a todo mundo, adorávamos, todo mundo ia bem. Nem me lembro se atribuíam notas nessas matérias, mas sei que faziam parte da grade.

Referente aos Exames de Admissão, eu me lembro de provas escritas que vinham prontas com o espaço para a resposta. O professor ficava passeando pela classe durante todo o tempo que a gente estava fazendo a prova. Nós estávamos saindo de uma escola primária e indo para uma secundária, na cabeça da gente era coisa de estrutura mais forte, mais elevada. Era uma professora diferente, então causava uma certa tensão, mas era uma prova normal, nada de diferente. As disciplinas que versavam nessas provas eram de português, matemática, ciências, história e geografia, dentre elas matemática sempre foi o meu forte, então é dela que me lembro mais, pena não me lembrar do enunciado das questões. Inclusive, a Dona Terezinha de matemática (antiga professora do ginásio), achava que eu sempre encontrava um caminho diferente, ela ficava intrigada.

Estes Exames de Admissão não eram testes, sendo que para mim os testes eram simples, pois não tinham 5 opções, como os testes de hoje, eram apenas 3 opções, eu gostava da prova de teste porque o enunciado era claro. No Exame de Admissão nós tínhamos que fazer as contas com o lápis e deixar no papel, porque o caminho que seguíamos para chegar no resultado tinha que estar lá. O professor que aplicava o exame não era uma figura que assustava, mas era uma figura imponente, que exigia da gente um respeito máximo.

O período a que me refiro ao Exame de Admissão, é o ano de 1965, ano esse em que Porto Ferreira possuía outra escola que também realizava o exame, porém a escola que escolhi a procura por vaga era pequena, porque ela tinha acabado de deixar a Escola Artesanal, passando a ser Ginásio Industrial, somente, não era Ginásio Industrial Estadual. E era uma escola que estava começando, ela não tinha credibilidade. Tinha a escola grande da cidade, a escola de elite que era o “Washington Luiz”, então a minha escola não era muito procurada. Tenho a impressão que, quem se inscrevia acabava entrando, porque a procura era menor. Referente à seleção, nós não ficávamos sabendo qual era o determinante para que o candidato fosse admitido, se era uma nota de corte ou um número de fixo de vagas que deveriam ser preenchidos por ordem classificação. Isso era desconhecido por nós, fazíamos

a prova e depois e íamos ver se éramos aprovados ou não. Mas logo depois que eu entrei não demorou muito para o Exame de Admissão se extinguir e passou a ser natural de quarto ano primário para 1ª série ginasial.

Nossos professores eram meio endeusados pelos alunos, nós tínhamos muitos professores e todos eles mantinham uma postura de distanciamento, professor-aluno, diferente de hoje, mas um distanciamento respeitoso de muitos deles. No geral eram professores amorosos, em que alguns brincavam para quebrar o gelo. Eu sei que houve professores, na outra escola (Escola Normal e Ginásio Estadual “Washington Luiz”), que eram muito bravos, autoritários. Nunca passei por uma determinada professora de português, por um determinado professor de matemática que todo mundo falasse que era um terror. Na escola que eu estudava víamos que éramos privilegiados, quando a gente ouvia essas falas de outras escolas.

Nessa disputa entre uma escola e outra, os alunos nunca deixavam de ter aquela rixa, aquela briguinha em qualquer coisa que se apresentasse, por exemplo, um desfile público da cidade. Naquele tempo o desfile de 7 de Setembro não era tão importante quanto o desfile do aniversário da cidade, e as escolas buscavam brilhar, fazer mais bonito. Tinha competitividade entre as escolas, mas nós que éramos do Ginásio Industrial tínhamos sempre aquele sentimento de que éramos inferiores, porque éramos em menor grupo, uma turma menor, bem menor. Porque é como se nós fôssemos a parte mais humilde, mais pobre e a outra escola era a da elite.

Na nossa escola não tinha aluno que era filho de professores e médicos, pois eles estavam na outra. Então, a gente queria que a nossa escola brilhasse, nós brigávamos por isso. Ela foi galgando degraus e então cresceu e acabou até usando o prédio da outra e ficando com o Segundo Grau e o “Washington Luiz”, no caso ficou com o curso de primeira à oitava, quando houve aquela Reforma no Ensino Fundamental.

Falando de exames, os Exames Finais davam medo, porque a gente tinha a sensação de que, ou você ia ser aprovado, ou você ficava retido. Então era a situação de tensão que a gente vivia, porque era lá, no fim, que tudo ficava decidido. Para estes exames tínhamos que decorar muito, você tinha que saber responder na ponta da língua e ser fluente, falar direitinho.

A nossa professora de matemática era uma das mais queridas da escola. Dona Terezinha, assim que a chamávamos, era brincalhona, mas ela dava aula da hora que entrava até a hora que saia, uma professora excelente. Ela dava umas quebradas de gelo durante a aula e muita tarefa, como também cobrava bastante, aprendemos a gostar de matemática. Geralmente é assim, o aluno aprende a gostar da matéria que é bem apresentada a ele.

Eu me lembro, também, de ter estudando nas férias, da minha mãe cobrando, como se fosse castigo, porque fiquei pra uma 2ª Época. Minha mãe cobrava muito e estudava junto. Eu não lembro qual foi a disciplina que fiquei, mas se não me engano foi na 5ª série ou melhor, na 1ª série ginásial, que inclusive eu repeti. Sei que tinha um número de matéria que poderíamos ficar e poderíamos fazer 2ª chamada.

Tive aulas aos sábados, mas não era uma “aula”, porém bem no comecinho da 1ª série do ginásial a gente tinha aula praticamente normal. No sábado não tínhamos todas as aulas que nos demais dias da semana, saíamos um pouco mais cedo. Depois, com o tempo, dentro das quatro séries ginásiais, nas matérias que tínhamos no sábado, já não encontrávamos história, geografia, português e matemática. Tínhamos aula de música e religião, que normalmente faziam parte da grade. Nós formávamos um coralzinho que era o Canto Orfeônico e depois apresentávamos em festas da escola, nós gostávamos. Os alunos adoravam essas atividades extraclasse, que hoje não se interessam mais, porque em casa tem computador, tem muitas outras coisas que os atraem muito mais. Já o termo sabatina, era dado a todas as provas que fazíamos. Depois a professora de português disse: “sabatina são provas que se faz aos sábados”, porém nós falávamos assim: “ai, tem sabatina de português, tem sabatina tal dia” era só esse o termo que a gente usava na 1ª série e na 2ª série do Ensino Ginásial. Mas a Dona Nilda Barbieri (professora de português) nos corrigiu e ensinou que este termo só deveria ser usado em provas aplicadas aos sábados.

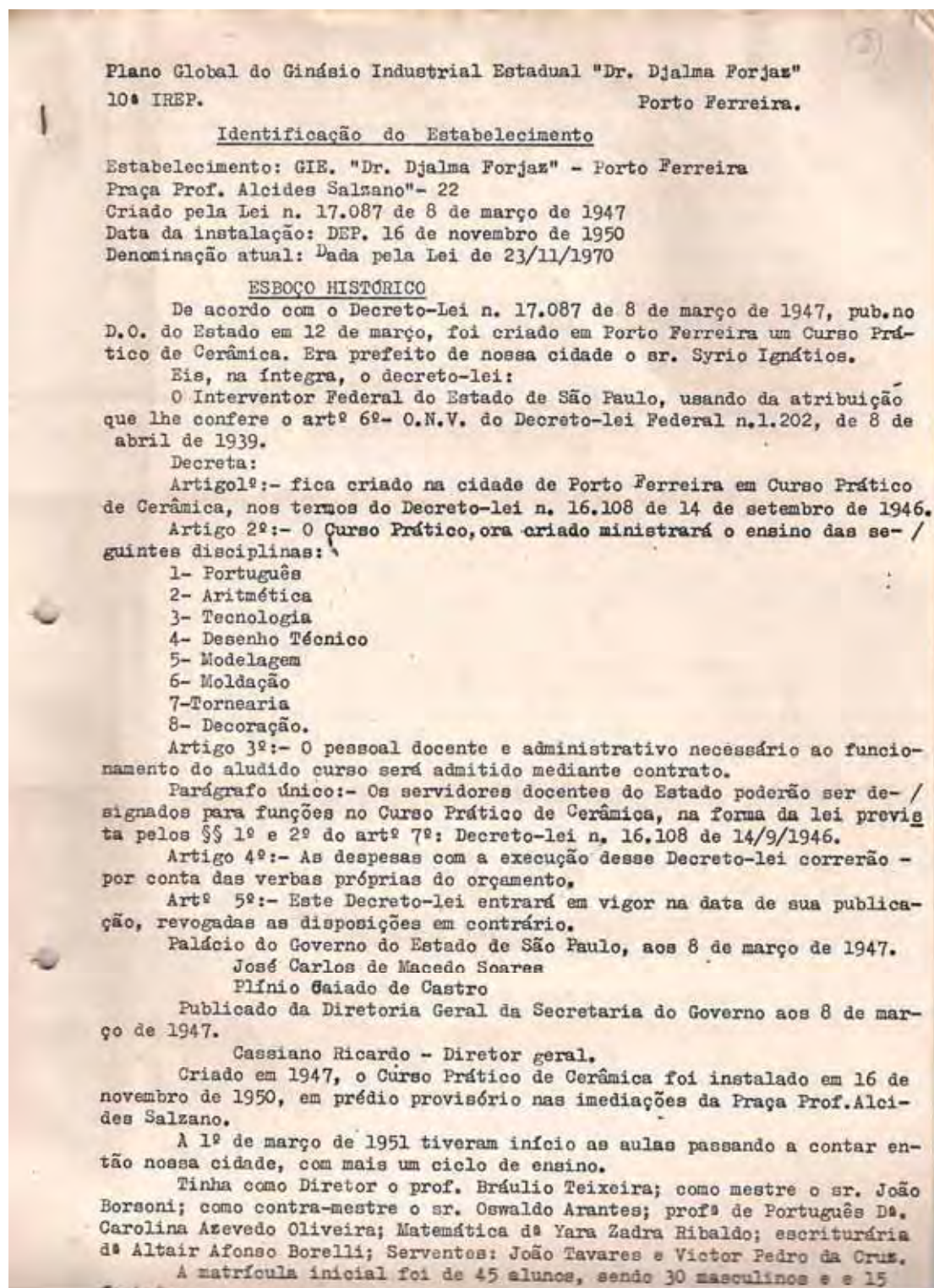
Na época do meu ginásial, para o cálculo da média tinha uma história: o primeiro bimestre era peso 1, no segundo, terceiro e quarto bimestre era peso 2, sendo que o total da média tinha que dar 49, se você ficasse aquém, você não tinha alcançado a sua aprovação, então você iria para uma 2ª Época. Não

me lembro que uma nota vermelha pudesse aprovar um aluno, se ele ficasse na 2ª Época com vermelho, ficaria retido.

Na faculdade, nós alunos fazíamos prova escrita e prova física, já como professora eu não trabalhava assim. Nunca, nunca recebi orientação para trabalhar com teoria. Nós tivemos muita teoria, foi muito rico meu curso, tivemos um grupo de professores muito bons, bem conceituados. Tinha a parte prática e a parte teórica, que era essa parte de fisiologia, anatomia, cinesiologia. Tínhamos também didática, pedagogia, psicologia e tínhamos aula de dança e ginástica. Ginástica era uma coisa e dança era outra. Tinha aula de cada desporto: voleibol, handebol, basquete. O futebol era para os meninos, nós não tínhamos, tanto que a gente dava aula só para meninas no início

ANEXO 4 - Escolas

"ESCOLA PROF. DJALMA FORJAZ" - Documento



Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011

ESBOÇO HISTÓRICO

De acordo com o Decreto-Lei n. 17.087 de 8 de março de 1947, pub.no D.O. do Estado em 12 de março, foi criado em Porto Ferreira um Curso Prático de Cerâmica. Era prefeito de nossa cidade o sr. Syrio Ignátios.

Eis, na íntegra, o decreto-lei:

O Interventor Federal do Estado de São Paulo, usando da atribuição que lhe confere o artº 6º- O.N.V. do Decreto-lei Federal n.1.202, de 8 de abril de 1939.

Decreta:

Artigo 1º:- fica criado na cidade de Porto Ferreira em Curso Prático de Cerâmica, nos termos do Decreto-lei n. 16.108 de 14 de setembro de 1946

Artigo 2º:- O Curso Prático, ora criado ministrará o ensino das seguintes disciplinas:

- 1- Português
- 2- Aritmética
- 3- Tecnologia
- 4- Desenho Técnico
- 5- Modelagem
- 6- Moldação
- 7-Tornearia
- 8- Decoração.

Artigo 3º:- O pessoal docente e administrativo necessário ao funcionamento do aludido curso será admitido mediante contrato.

Parágrafo único:- Os servidores docentes do Estado poderão ser designados para funções no Curso Prático de Cerâmica, na forma da lei prevista pelos §§ 1º e 2º do artº 7º: Decreto-lei n. 16.108 de 14/9/1946.

Artigo 4º:- As despesas com a execução desse Decreto-lei correrão - por conta das verbas próprias do orçamento.

Artº 5º:- Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado de São Paulo, aos 8 de março de 1947.

José Carlos de Macedo Soares

Plínio Gaiado de Castro

Publicado da Diretoria Geral da Secretaria do Governo aos 8 de março de 1947.

Cassiano Ricardo - Diretor geral.

Criado em 1947, o Curso Prático de Cerâmica foi instalado em 16 de novembro de 1950, em prédio provisório nas imediações da Praça Prof. Alcides Salzano.

A 1ª de março de 1951 tiveram início as aulas passando a contar então nossa cidade, com mais um ciclo de ensino.

Tinha como Diretor o prof. Bráulio Teixeira; como mestre o sr. João Borsoni; como contra-mestre o sr. Oswaldo Arantes; profª de Português Dª. Carolina Azevedo Oliveira; Matemática dª Yara Zadra Ribaldo; escriturária dª Altair Afonso Borelli; Serventes: João Tavares e Victor Pedro da Cruz.

A matrícula inicial foi de 45 alunos, sendo 30 masculinos e 15 femininos.

Concluíram o curso em 1952: 10 alunos masculinos e 7 femininos.

Para que esse curso completasse a sua finalidade, fazia-se neces-

segue-.

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011

-2-

sário, entretanto, a construção de um prédio próprio, o qual foi iniciado em fins de 1951 e inaugurado em abril de 1953, totalmente equipado a fim de oferecer aos alunos um ensino proeficiente.

Nesse ano, além do curso de Cerâmica entrou em funcionamento o Curso de Educação Doméstica e, visando dar aos jovens, uma ampliação de seus conhecimentos, foram instalados em maio de 1953, Cursos Extraordinários - de Corte e Costura, Serviços Domésticos, Cerâmica e Decoração, com função à noite.

Pela Lei 2.663 de 21 de janeiro de 1954, o Curso Prático foi transformado em Escola Artesanal.

De 1951 até o ano de 1954 o movimento de matrícula no curso Ordinário foi o seguinte: masculino 104, fem. 105, num total de 209 alunos. Nos cursos extraordinários: masc. 65, fem. 103, num total de 168 alunos.

A direção da Escola estava a cargo prof. Ulysses Borelli Thomaz e na secretaria exercia a função de escriturária, a Altair Afonso Borelli.

O corpo docente era constituído pelos contra-mestres: sr. João Borsoni, sr. Oswaldo Arantes, sr. Virgílio Melchiorretto e as sras. Ivonne Karam José e Therezinha Delpha Arliani.

A parte de Cultura Geral estava entregue às prof^{as}. D^a Moacira Leal Pedroso, Joanna Giselda Ribaldo e Nilce Borelli Thomaz, nas disciplinas de Português e Matemática.

O aluno era premiado pelo aproveitamento. Tinha a proteção o serviço de alimentação e higiene escolar.

O ensino artesanal é parte integrante do 1º ciclo industrial. É uma modalidade de curso ordinário, destinado ao ensino de um ofício em período de duração reduzida. Funcionam dois cursos: Cerâmica e Serviços Domésticos, que tem suas diretrizes distintas; ambos possuem disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, sendo aquelas, Português e Matemática e estas, diretamente ligadas aos cursos que lhes emprestam nomes, aulas de tecnologia destinadas a dar aos alunos conhecimentos relativos aos cursos, proporcionando-lhes a aquisição de uma técnica de relativa eficiência de trabalho, de manejo, de normas e processos para execução do trabalho.

As matrículas de 1957 foram promissoras e assim distribuídas:

Curso de Cerâmica:

1ª série masc. - 28

2ª série " - 12

Total 40

Curso de Serviços Domésticos:

1ª série fem. - 18

2ª " " - 6

Total 24

Total Geral - 64

A Escola diplomou 5 turmas, num total de 49 alunos:

Curso de Cerâmica:

1952 - 17

1953 - 1

1954 - 2

1955 - 4

1956 - 6

Total .30 alunos

Serviços Domésticos:

1954 - 9

1955 - 6

1956 - 4

Total. 19 alunos

Em 1958 foram iniciadas os cursos Pré- Industrial, curso avulso de Arte Culinária e em 1960 teve início o Curso de Ajustagem mecânica. A Escola transformou-se em Escola Industrial de Porto Ferreira, pelo decreto 41.895, de 30/4/1963.

segue--.

Em 1959, procedente da cidade de Jundiá, onde exercia a função de ⁻³⁻ mestre de mecânica de Máquinas, o prof. Dorival Gomes veio responder pela Diretoria da Escola, onde continua até hoje, como Diretor efetivo.

O corpo docente da Escola era assim constituído: Cultura Técnica: profs. João Borsoni, Oswaldo Arantes, Herly Machado de Campos, Olívio - Sommerhalder, Célia Myrte Pincerato, Therezinha Delpha Arliani.

Auxiliares de Ensino: Profs. Benedito Sebastião Antonini e Nancy Macedo Galvão.

Cultura Geral: profs: Vera Terezinha Bissoli e Maria Palhares Pinto.

Práticas educativas: profs. Walter Strafacci, Ebe Salzano, Madiana de São Geraldo Barbosa.

Inspetora de Alunos: profa Anna Maria Miziara Assef

Serventes: srs. João Tavares, Itôr Carlos e d. Wilma Esperança Martins Zuzzi.

Em 1961 a Escola, visando dar aos jovens uma ampliação de conhecimentos, instalou o Curso de escultura. Era lotado o cargo de Assistente do Diretor, com a designação, para tanto, do prof. Oswaldo Arantes.

A Escola Industrial funcionava em 2 períodos:

Curso ginásial - diurno

Curso de Aprendizagem Profissional-Noturno

Faziam parte também do corpo administrativo, as profas. Alzira Caetano, escriturária e Generosa Maria da Silva, auxiliar de ensino.

Em 1964 era lotado o cargo de Orientador Educacional, sendo nomeado o sr. Antonio Gentil, até hoje nessa função.

Com a transformação da Escola em Ginásio Industrial pelo Decreto n. 44.533 de 18 e pub. a 19/2/1965, novas matérias de Cultura Geral foram anexadas, fazendo parte do Corpo Docente os profs. Celso Chiaratti, Ebe Salzano, Madiana de S. Geraldo Barbosa, Sergio Roberto Fernandes, Jadyr Salles, Jorge Pedro Assef Júnior, Terezinha Pereira, Cleusa Iatauro Assouad Falco, Maurício Zachetta, Maria Aparecida Eleutério, Arnaldo Duarte de Oliveira, Célia Myrte Pincerato, Herly Machado de Campos, João Borsoni, / Olívio Sommerhalder, Oswaldo Arantes e Therezinha Delpha Arliani Galhardo.

O Curso de Aprendizagem Profissional, hoje extinto, se estendia a Mecânica Geral, Cerâmica Geral, Corte e Costura e Arte Culinária.

Em 1967, em solenidade que constou com a presença do Prefeito Municipal e outras personalidades ferreirenses, foi oficialmente inaugurada a Biblioteca da Escola, cuja realização se fez graças aos esforços de um grupo de idealistas, liderados pela profa Marly de Matos. O acontecimento foi prestigiado ainda pelo sr. Paulo Zingg, interventor da Fundação para o Livro Escolar e pelo jornalista Jairo Pinto de Araujo que representou o deputado Wadih Helu.

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011

-13-

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

1) Organograma (anexo)
 2) Aspectos administrativos da articulação horizontal e vertical.
 Sendo a Escola ensino do 1º grau - o ensino vertical vai da 5ª a 8ª série. Quanto ao ensino horizontal a Escola está assim distribuída:

7 - 5ª séries
 6 - 6ª séries
 6 - 7ª séries
 3 - 8ª séries.

Quanto ao número de alunos por série:

5ª série: 274 alunos
 6ª " 213 "
 7ª " 218 "
 8ª " 120 "

Por período:

5ª série - manhã - 124 alunos
 5ª " - tarde - 110 "
 5ª " - noturno - 40 "
 6ª " - manhã - 72 "
 6ª " - tarde - 40 "
 6ª " - noturno - 101 "
 7ª " - manhã - 60 "
 7ª " - tarde - 29 "
 7ª " - noturno - 129 "
 8ª " - tarde - 38 "
 8ª " - noturno - 82 "

Total de alunos: 825

Total por período: Manhã-256 alunos
 Tarde-217 "
 Noite-352 "

3. Medidas regimentais para garantir a unidade pedagógica e a orientação global do aluno.

Sendo que a Escola não dispõe de orientador pedagógico no seu quadro administrativo, foi escolhido um professor para exercer as funções.

Como a Orientação Educacional há o cargo preenchido pelo Prof. Antonio Gentil, lotado por concurso.

Estes professores são responsáveis pela orientação global do aluno, garantindo assim a unidade pedagógica da Escola.

d) Regime de Funcionamento:

A Escola funciona nos três períodos: Manhã-Tarde-Noite, com um total de 22 classes assim distribuídas:

Manhã - 7 classes
 Tarde - 6 "
 Noite - 9 "

As séries funcionam:

Manhã: 5ªs séries - A, B, C
 6ªs " - A e B
 7ªs " - A e B
 Tarde: 5ªs " - D, E, F
 6ªs " - C
 7ª " - C
 8ª " - A

Noturno: 5ª série - C
 6ªs séries - D, E, F
 7ªs " - D, E, F
 8ªs " - B e C.

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011

Corpo Administrativo e Docente do GIE, "Dr. Djalma Forjas" em 1974
Administrativo

- 1- Dorival Gomes - Diretor
- 2- Antonio Gentil - Orientador Educacional
- 3- Valdir Colussi - Dentista
- 4- Romário Ruchário Gouveia Júnior - Escriturário
- 5- João Tavares - Almoxarife
- 6- Altair A. Borelli Páder - Escriturária
- 7- Neuza Terezinha Alquimin Padua-Escriturária
- 8- Minervina Tavares - Escriturária
- 9- Anna Maria Mixiara Assef - Insp. de Alunos
- 10- Helena Sommerhalder- Artífice Cozinheira
- 11- Wilma Esp. Martins Zuzzi - Artífice Cozinheira
- 12- Carmen de M. do Carmo - Servente
- 13- Itôr Carlos - Servente
- 14- Maria Magdalena Miranda - Servente

Admitidas em caráter precário

- 16- Delminda Leda Maestrello - Insetora de Alunos
- 17- Lorair Amente Carvalho - " "
- 18- Maria Aparecida Adão - Servente
- 19- Maria Helena Calderan

Professores Efetivos - Cultura Técnica

- 20- Anna Teresa Zaccaria Rodrigues Ed. Física Fem.
- 21- Célia Myrte Pincerato - Educação Doméstica ou Educação p/ o Lar.
- 22- Herly Machado de Campos - Mecânica
- 23- Olívio Sommerhalder - Mecânica
- 24- Oswaldo Arantes - Cerâmica
- 25- João Borsoni - Cerâmica
- 26- Benedito Sebastião Antonini - Pintura em Cerâmica
- 27- Nancy Macedo Galvão

Professores Estáveis- Cultura Geral e Técnica

- 28- Cleusa Iatauro Assouad Falco - História e Sondagem de Aptidões
- 29- Maria Aparecida Eleutério - - Corte e Costura
- 30- Vera Terezinha Bissoli - Português
- 31- Jadyr Salles - Coordenador
- 32- Jorge Pedro Assef Júnior - História e Educ. M. Cívica
- 33- Hercees de Vita Carvalho - Educ. Física Masc.

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"
 Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011

Professoras Primárias à Disposição com funções burocráticas

Maria de Lourdes Correa Milanex

Rita Aparecida Bezerra Fernandes

Neusa Mantova Ramos

Professores Admitidos para Cultura Geral e Cultura Técnica

1- Nilda de ^{Moraes} ~~Moraes~~ Barbieri - Português

2- Teresinha Pereira - Ciências

3- Antonio Fernando da Silva Monteiro - Artes Industriais

4- Vera Lucia Sandoval - Desenho Geral

5- José Marques Castelhamo Neto - Geografia

6- Maria Albina Morandim Montanheiro - Sondagem de Aptidões

7- Maura Marques Castelhamo Migliorini - Sondagem de Aptidões

8- Teresinha Edna Villas Boas - Sondagem de Aptidões e Educ. p/o Lar

9- Teresinha de Jesus Pereira de Campos - Matemática

10- Alméria Sobreira da Silva - Matemática

11- ~~Sydney~~ Sydney Malheiros Pares - Matemática

12- Marta Margarida da Silveira Vasconcellos de Oliveira - Ed. Fis. Fem.

13- José Irineu Baptistella - Ciências

14- Carlos Alberto Tomaiolo - Educ. Fis. Masc.

15- Renata Giaretta Chamma - Inglês

16- Marily Brambilla Terra - Português

17- Aline Josefina Faggeane Galvão - Matemática

18- Abigail Arrais Bacciotti - Educ. Fis. Fem.

19- Lucy Rodrigues Ribeiro - Educ. Musical

~~SECRETARIA GERAL - Paulo~~

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011

GINÁSIO INDUSTRIAL ESTADUAL "DR. DJALMA FERJAS"

ESBOÇO HISTÓRICO

De acôrde com o Dec-Lei 17.087, de 8/3/47, foi criado o Curso Prático de Cerâmica, em Porto Ferreira - Data da instalação : 16/11/50
Data da inauguração de prédio próprio: abril de 1 953
Pela Lei n.2663, de 21/1/54, o Curso Prático foi transformado em Escola Artesanal.
A Unidade transformou-se em Escola Industrial pelo Decreto 41.895, de 30/4/63
Pelo Decreto n.44.533, de 18/2/65 a escola foi transferida em Ginásio Industrial Estadual.
Através da lei promulgada a 23/9/70 ~~passou~~ passou a denominar-se Ginásio Industrial Estadual "Dr. Djalma Ferjas"

DADOS BIOGRÁFICOS DO PATRONO

O Dr. Djalma Ferjas, nasceu a 7 de maio de 1883, em Leopoldina (Minas Gerais), tendo se casado a 16 de abril de 1906, com a Sra. Lúcia de Vergueiro Ferjas.

Faleceu em 10 de agosto de 1 962, deixando os seguintes filhos: Djalma Júnior, Marina, Zélia, Nicolau, Lúcia e Sylvio.

No período de 1901 a 1905, frequentou e concluiu a Faculdade de Direito de Largo São Francisco.

Foi Secretário da Escola Normal de Brax, em S. Paulo, Professor de História nas Escolas Normais de Itapetininga e da Pmaça, hoje Instituto de Educação "Caetano de Campos".

Exerceu o cargo de Diretor do Departamento de Estatística e Arquivo do Estado de S. Paulo, ~~depois~~ depois Departamento Estadual de Estatística, onde se aposentou em 1956

Foi membro da Comissão de reajustamento da divisão territorial do Estado e junto com o prof. Sud Menzucchi, teve participação destacada na fixação dos limites de Porto Ferreira.

Destacou-se ainda como membro do Conselho Nacional de Estatística, Presidente da Comissão Revisora e Consultoria de S. Paulo (1940); Membro da Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo; Irmão da Santa Casa de Misericórdia de Porto Ferreira; Vices-Presidente da Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito de S. Paulo. Possuía a COMENDA DA ORDEM DO "BARÃO DO RIO BRANCO".

Sua obra literária é fertilíssima, destacando-se os seguintes trabalhos: "O Senador Vergueiro", "Elementos Fundadores da Pátria Brasileira", "A Esclavidão no Brasil" Origem do Código Comercial Brasileiro" e "Os Três de Maio".

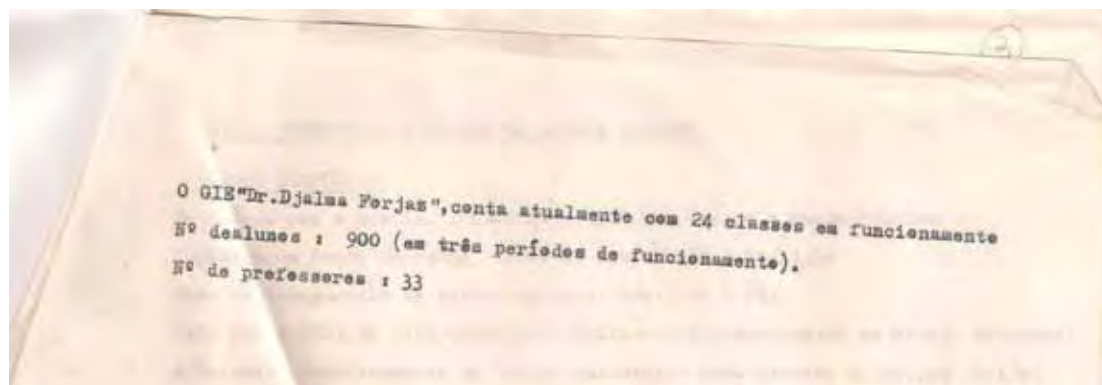
Como empresário, foi Presidente da Cia. de Melhoramentos de Campos de Jordão e Presidente da Cerâmica Porto Ferreira S.A. (1931 a 1 962)

Foi Vereador e presidente da Câmara Municipal de Porto Ferreira.

Presidente do Tenis Clube Paulista, foi ainda Sócio Fundador da Sociedade de Medicina Legal e Criminologia de São Paulo.

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira - SP - DEZEMBRO DE 2011



Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

"ESCOLA PROF. DJALMA FORJAZ" – RECORTES DE JORNAIS

Parte 1 - Mesmo artigo

5 O Ferreirense 29/7/1960

O FERREIRENSE

ESCOLA ARTESANAL

O ensino profissional, na sua modalidade de curso prático, foi criado em Pôrto Ferreira pelo Decreto Lei 17087, de 8/3/1947, no governo do Dr. José Carlos de Macedo Soares e instalado em 16 de novembro de 1950.

As aulas naquele estabelecimento iniciaram-se em 1.º de março de 1951, funcionando inicialmente em prédio provisório nas proximidades da Praça Alcides Salomão. Entretanto, tivemos a ventura de ver a citada praça, quase totalmente tomada pelo erguimento do majestoso edifício, onde hoje funciona, totalizando 3 pavilhões, tendo sido inaugurado em abril de 1953, com todos os equipamentos que permitissem um ensino proficiente.

Pela Lei 2663, de 21/1/54, o Curso Prático de Ensino Profissional foi transformado em Escola Artesanal, continuando com a mesma finalidade, ou seja, a de dar um cabedal, de utilidade profissional, àqueles que concluíram o curso primário.



Escola Artesanal

o que se pôde constatar pelo índice de aproveitamento verificado em todos os cursos. Cumpre-se salientar aqui, o trabalho exercido pelo Prof. Braulio Teixeira, seu primeiro diretor e durante anos pelo Prof. Ulisses Borelli Thomaz, na direção daquele estabelecimento, empregando ambos o máximo de seus esforços para o bom andamento e aproveitamento por parte dos alunos que frequentam aquela casa de ensino profissional. Desde sua fundação, até 1959, receberam certificado de conclusão no curso, na Escola Artesanal de Pôrto Ferreira 81 alunos, os quais, logo após terminarem o curso puderam encontrar, graças aos conhecimentos ali adquiridos, fácil colocação.

Em vespas de ser transformada em escola industrial, conta atualmente a Escola Artesanal de Pôrto Ferreira com 185 alunos, que buscam, através dessa grande conquista de nossa cidade, um aprimoramento em seu grau de cultura intelectual e profissional.

Parte 2- Mesmo artigo



Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

6

Escola Artesanal de Pôrto Ferreira

Por Dorival G. mes



A Escola Artesanal de Pôrto Ferreira, então Curso Prático de Ensino Profissional, criada por força do Decreto-lei 17.087, de 8-3-47 no governo de José Carlos de Macedo Soares e instalada em 16 de novembro de 1950, em prédio provisório nas imediações da Praça Prof. Alcides Salzano.

A 1.º de março de 1951, tiveram início as aulas do Curso Prático de Ensino Profissional, passando a contar então, nossa cidade, com mais um ciclo de ensino. Contava ela em sua fase inicial, os seguintes funcionários lotando as vagas existentes: Prof. Bráulio Teixeira, Altair A. Borelli, Oswaldo Arantes, João Borsoni, Vitor Pedro da Cruz, João Tavares, Carolina Azevedo Oliveira, Alice Pedroso de Moraes e Yara Zadra Ribaldo.

Todavia para que esse curso se completasse em sua finalidade, a de oferecer ao aluno a plena satisfação de instrumentos, se fazia necessário a construção de seu prédio próprio. E isto realmente sucedeu. Viram os ferreirenses naquela época, se erguer o belo e magestoso prédio.

rialci Kanner Scalon.

A direção atual da Escola está a cargo do sr. Dorival Gomes e na secretaria, exercendo a função de escriturária, a sra. Altair A. Borelli Fader. O corpo docente é constituído pelos seguintes mestres: srs. João Borsoni, Oswaldo Arantes, Herly Machado de Campos, Olivio Sommerhalder, Célia Myrte Pincerato, Terezinha Delpha Arliani, Auxiliares de Ensino são os srs. Benedito Sebastião Antonini, Paulo Campos Gonzaga e Nancy Macedo Galvão. A Cultura Geral está entregue às professoras: Vera Terezinha Bissofi e Maria Palhares Pinto. Práticas Educativas: Srs. Walter Strafaccie, Ebe Salzano, Madiana de São Geraldo Barbosa. E' inspetora de alunos a sra. Anna Maria Mizara Assef e serventes os srs. João Tavares, Itôr Carlos e Wilma E. Martins Zuzzi.

Visando dar aos jovens uma ampliação em seus conhecimentos, a Escola Artesanal instalou novamente em 1960 os Cursos Extraordinários de Iniciação, funcionando com os seguintes cursos: Arma- gem Mecânica, Torno Mecâ-



Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

O Ferreirense 29-7-54 O FER

ESCOLA ARTESANAL

DE PORTO FERREIRA



Escola Artesanal de Pôrto Ferreira (Foto «O Ferreirense»)

O ensino profissional na sua modalidade de curso pratico foi criado em Pôrto Ferreira, por força do decreto lei 17087, de 8/3/47, no governo do dr. José Carlos de Macedo Soares e instalado em 16 de novembro de 1950 em prédio provisorio na proximidade da Praça Prof. Alcides Salzano.

A 1.º de março de 1951, tiveram inicio as aulas do Curso Pratico de Ensino Profissional, iniciando assim em Pôrto Ferreira mais um ciclo de ensino que então contava, speras, com o ensino primario. Fazia-se necessario a construção de prédio proprio a fim de que a eficiencia do ensino fosse realmente aquela exigida. Entretanto, os ferreirenses tiveram a ventura de ver o erguimento do

de melhorar o grau de produtividade de todas as nossas atividades.

A direção da Escola Artesanal está a cargo do prof. Ulysses Borelli Thomaz, e na secretaria exerce a função de escrituração d. Altair Afonso Borelli. O corpo docente é constituído pelos contramestres: Srs. João Borsoni, Osvaldo Arantes, Vergilio Melchiorretto, e ds. Yvonne Karam José e Terezinha Delpha Arliani. A parte de Cultura Geral está entregue ás professoras d. Joana Gizelda Ribaldo e Nilce Borelli Thomaz, respectivamente de matematica e português.

Vem cumprindo, assim, a Escola Artesanal de Pôrto Ferreira a sua finalidade dando aos jovens fer-

reirenses a oportunidade para melhorar os seus conhecimentos. Nela o aluno é premiado pelo aproveitamento; tem a protego-lo o serviço de alimentação e higiene escolar.

Os ferreirenses devem prestigiar essa escola fazendo-a frequentada por seus filhos como uma preliminar garantia do seu futuro. Pelos trabalhos apresentados em exposições no fim de cada ano letivo está evidenciada a capacidade de cada aluno nos diferentes cursos e isso constitui uma grande satisfação para Pôrto Ferreira.

O que mais contribui para que venha aumentar o maior numero de alunos é a visita dos pais ao estabelecimento onde o filho estuda. E' essa a razão porque a nossa escola artesanal é frequentemente visitada. Oxalá cresça esse estabelecimento em eficiencia crescente como se agiganta Pôrto Ferreira e isso, constituirá orgulho para todos os filhos desta grande terra.

Seja essa afirmativa — neste aniversario de emancipação politica de Pôrto Ferreira — concretizada num futuro bem proximo.

Parte 2- Mesmo artigo

majestoso edificio tomando literalmente o espaço destinado a praça. O edifício Salzano, totalizado em 3 pavilhões. A majestosa catedral do ensino profissional em Pôrto Ferreira foi entusiasticamente inaugurada em abril de 1.953, estando com o seu equipamento a permitir um ensino com proficiência.

Funcionando com um curso de Cerâmica, a matrícula inicial, em 1951, foi de 45 alunos, sendo 30 do sexo masculino e 15 do feminino. Desse numero, em 1952, concluíram o Curso, 10, do sexo masculino e 7, do feminino. Em 1953, além do Curso de Cerâmica entrou em funcionamento o Curso de Serviços Domésticos, e, visando dar aos jovens uma ampliação em seus conhecimentos foram instalados em Maio de 1953, os Cursos Extraordinarios de Serviços Domésticos, Corte & Costura, Cerâmica e Decoração, com funcionamento á noite.

De 1951 até o corrente ano o movimento de matrícula no Curso Ordinario foi o seguinte: masculinos 104; femininos 105, num total de 209. Nos Cursos Extraordinarios: 65 moços; 103 moças, num total de 168.

Pela Lei 2663, de 21-1-54, o Curso Prático de Ensino Profissional, foi transformado em Escola Artesanal, continuando com a mesma finalidade ou seja dar um cabedal, aqueles que concluíram o curso primario, de utilidade profissional, contribuindo para formar artífices num sentido

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

ESCOLA INDUSTRIAL DE PORTO FERREIRA

A Escola Industrial de Pôrto Ferreira, foi criada por decreto nº 17-087 de 8/3/47 no Governo de Dr. José Carlos de Macedo Soares e instalada em 16 prédio provisório nas imediações da Praça Prof. Alcides Salzano.

No dia 1º de Março de 1951, tiveram início às aulas, iniciando mais um ciclo no ensino ferreirense.

Com o sucesso absoluto conseguido pelo estabelecimento, trabalhou-se para a construção do prédio próprio. E isto realmente aconteceu. Ganhou a cidade um novo prédio, os alunos melhores e confortáveis acomodações.

Inaugurado em abril de 1953, recebendo o melhor material didático para as aulas teóricas, maquinário suficiente e eficiente para o ensino nas oficinas podendo os alunos receber uma educação objetiva. Pela Lei nº 2663, curso prático de ensino profissional, foi transformado em Escola Artesanal, continuando com a mesma finalidade.

Em 1958 foram iniciados os cursos Pré industrial, e Curso avulso de arte culinária e em 1960 teve início o curso de ajustagem de mecânica.

Em 1962, as escolas industriais foram transformadas em Ginásios Industriais, dando ao aluno além de cultura geral,



Escola Industrial de Pôrto Ferreira

uma formação técnica.

Vem cumprindo a Escola Industrial de Pôrto Ferreira a alta missão de educar, dando aos jovens ferreirenses, oportunidades para que possam ter uma vida melhor. De ano para ano vem aumentando o número de alunos, atestado eloquentemente de que a Escola Industrial, está agora sendo melhor compreendida, dando aos jovens as melhores possibilidades.

DADOS DA ESCOLA INDUSTRIAL DE PÔRTO FERREIRA

Funcionamento em dois períodos — Curso Ginásial — Manhã.

Curso de Aprendizagem profissional — Noite.

CÓRPO ADMINISTRATIVO

Director — Dorival Gomes
Assistente — Osvaldo Arantes
Escriturários — Altair A. Borelli Alzira Caetano
Auxiliares de Ensino — Benedito Sebastião Antô-

nini, Generosa Maria da Silva, Nancy Macedo Galvão

Inspetora de Alunos — Ana Maria Miziara Assef
Serventes — João Tavares, Itôr Carlos e Wilma E. M. Zuzzi.

CÓRPO DOCENTE

Celso Chiaratti, Ebe Salzano, Madiana de São Geraldo Barbosa, Sergio Roberto Fernandes, Jadyr Salles, Jorge Pedro Assef, Terezinha Pereira, Mauricio Zanchetta, Maria Aparecida Eleuterio, Arnaldo Duarte de Oliveira, Cleusa Iatauro Assoud, Célia Mirtes Pincerratto, Herly Machado de Campos, João Borsoni, Olívio Sommerjaldier, Osvaldo Arantes e Terezinha D. A. Galhardo.

CURSO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

O Curso de Aprendizagem Profissional, se estende a Mecânica Geral, Cerâmica Geral, Corte e Costura e Curso de Arte Culinária.

“ESCOLA WASHINGTON LUIZ” – Recortes de Jornal

Parte 1 - Mesmo artigo

REIRENSE *O Ferreirense* 29-7-54 (4)

GINASIO ESTADUAL

DE PORTO FERREIRA



Predio onde funcionará o Ginásio Estadual de Porto Ferreira (Foto «O Ferreirense»)

Pôrto Ferreira, pelo seu povo empreendedor, vem de lograr uma vitória que fala bem alto de seu valor e persistência. Mantendo sempre a vanguarda do numero de alunos, reclamava há muito uma casa de ensino secundário, justa aspiração de um povo que trabalha e se esforça em busca daquilo que chamamos melhoria ou progresso. Pleiteou com decisão e coragem junto ao Estado seu ginásio, movido pela necessidade imperiosa. Não esmoreceu diante dos entraves, reforçando seu ideal. Aceitou exigências para exigir também. Mostrou que não poderiam ser negados os seus direitos. Longos anos se passaram sem que tivesse, ao menos, o prenuncio do exito. Mas como todo aquele que sabe o que quer e como conseguiu, não se abalou nas profundezas de seu ideal, numa demonstração inequívoca de seu entranhado amor a

nobres deputados autores do projeto e atende-se o interesse publico. Consta-nos também que foram encaminhados à Assembleia os documentos comprovantes e necessarios para que o Estado possa receber o predio e instalações precisas.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1953.

(a) Luciano Nogueira Filho — “Relator”

Logo a seguir, removendo as barreiras criadas pelo proprio Estado, era doado o terreno pelo Dr. Erlindo Salzano à Prefeitura Municipal para que esta preenchesse as condições exigidas pelo Governo e dele exigisse a lotação. A mesma Prefeitura com o indispensavel auxilio do povo tratou logo da construção, terminando-a num espaço pequeno de tempo.

Para tal foi formada uma comissão de construção

O Diario Oficial de 9 de fevereiro de 54 publicou a lotação:

“Artigo 7.º — Ficam lotados no Ginásio Estadual de Pôrto Ferreira os seguintes cargos:

Um (1) de Diretor QEPP — 11 padrão «Q», criado pelo Decreto Lei n. 15.236 de 28/11/1945.

Um (1) de preparador QPP — 11 padrão «K», criado pela lei n. 2582 de 14/1/1954.

Oito (8) de professores secundarios, QQ-PP — 11, padrão «L», criados pela lei n. 2582 de 14/1/1954, e destinados às disciplinas de: Portugues, Frances, Matemática, Geografia geral e do Brasil, Desenho, Canto Orfeonico, Educação Física — Secção feminina, e Trabalhos Manuais e Economia Domestica.

Um (1) de servente, QQPP — 11, padrão «F», criado pela lei n. 2582 de 14/1/1954

Um (1) de Inspetor de Alunos QSE-PP — 11, classe «G» criado pela lei n. 2582, de 14/1/1954.”

No dia 9 de março p.p. foram nomeados os seguintes professores para preencher os cargos: Portugues — Jadir Salles; Frances — Lázara Aparecida Buschinelli; Matemática — Ivete João; Geografia Geral e do Brasil — Maria José

Parte 2- Mesmo artigo

da seu entranhado amor à terra, e, com satisfação, sentiu sua voz cansada mas firme, ecoar na Câmara Estadual, com um projeto de lei que criava o desejado ginásio. Despontava, na terra árida e aparentemente estéril, o primeiro rebento da semente lançada, quando foi publicado no Diário Oficial a criação do Ginásio Estadual de Pôrto Ferreira; através do projeto de autoria de Romeiro Pereira e Luiz de Oliveira, oriundo de uma mensagem do Governador à Câmara do Estado:

Substitutivo ao Projeto de Lei N. 1287, de 1951 Dispõe sobre a criação de um ginásio estadual em Pôrto Ferreira. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, decreta:

Artigo 1.º — Fica criado um ginásio estadual na cidade de Pôrto Ferreira, condicionada a sua instalação à doação, que seja feita ao Estado pela Prefeitura do Município que o pretende, de prédio e terreno adequados ao fim em vista.

Artigo 2.º — No orçamento do ano em que ocorrer a instalação e o funcionamento do instituto, hora criado, contará verba própria para custeá-la.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parece que assim ficará acolhida a iniciativa dos

comissão de construção que é a seguinte:

Dr. Erlindo Salzano, Sr. Paschoal Salzano, Dr. Nicolau de Vergueiro Forjaz, Prof. João Teixeira, Dr. Plínio de Goes Valeriani, Sr. Osvaldo da Cunha Lima, Dr. Americo Montenegro, Sr. Francisco Denunci, Dr. Waldemar Macedo, Sr. João Miranda Salgueiro, Dr. Alvaro Osorio Alves Lima, Dr. José Gonçalves de Almeida, Pe. Otaviano Antonio Pavesi, Dr. Arthur Carvalho de Sá, Sr. Perondi Iginio, Jadyr Salles, Profa. Ebe Salzano, Profa. Olympia Teixeira, Profa. Dora Ribaldo, Profa. Eneida Brelli Thomaz, Profa. Maria Luiza B. Meduna, Srta. Ivone João e todos os nossos vereadores.

Desnecessário dizer sobre os prestímos dessa comissão, uma vez que, estando o prédio atualmente construído, nada melhor do que ele para atestar a eficiência da referida comissão.

Para o gaudío de todos aqueles que se empenharam em tão árdua luta defendendo os mais legítimos anseios ferreirenses, foram satisfeitas as condições impostas pelo Estado, restando somente a lotação e funcionamento daquela casa de ensino.

Foi então que, após inúmeros apelos, o governo lotava o Ginásio Estadual de Pôrto Ferreira, que só não funcionou porque o prédio se achava na fase de acabamento:

do Brasil — Maria José Marques Camargo; Desenho — Heílio Benedito Ribaldo; Canto Orfeônico — Ebe Salzano; Educação Física — Seção feminina — Icyra Margarida de Goes.

Foram nomeados ainda para os demais cargos: Inspetor de Alunos — Alvaro Americo da Silva; Servente — Aparecida Conceição Peliciari; Preparador Nazareth Dias, em estágio probatório.

Muitos não tomaram posse, sendo aguardadas novas nomeações para os cargos vagos.

Como Diretor foi nomeado o Prof. Rubens Parada, estando em exercício do cargo desde a nomeação, trabalhando para que o Ginásio entre em funcionamento no dia 1.º de agosto.

Hoje, Pôrto Ferreira tem seu Ginásio Estadual criado e lotado prestes a entrar em funcionamento, último marco da batalha que travaram os ferreirenses, durante anos, em prol de uma de suas justas aspirações.

O FERREIRENSE

SEMANÁRIO DEDICADO AOS INTERESSES DO MUNICÍPIO

Director: MAXIMO FENLI — Representado em São Paulo e Rio por Santos & Santa Publicidade S. A. — Propriedade: do Distrito Ferial & Irmãos

ANO XXIV

Red. e Of.
Rua D. Antônio
N. 204

Porto Ferreira, 7 de Novembro de 1948

Ext. da J. Paulo
Brasil

Num. 741

O Ginásio de Porto Ferreira

Cantar as belezas da terra que nos serviu de berço, não constitui coisa nova. Já, a história está cheia desses encantamentos, nas palavras sublimes de Afonso Celso, do Visconde de Itaboraí, de Gonçalves Dias e do grande Campos Sales. Este último quando Presidente da República, fazia questão absoluta de exaltar o seu bairrismo pela sua Campinas: — a tradicional e encantadora Princesa d'Oeste — declarando que esse amor pela sua terra, servia de mira e de incentivo para que ele melhor pudesse servir a República.

Porto Ferreira está passando por uma fase de justo orgulho. Conheço perfeitamente a sua história desde os seus primórdios, e afirmo sem receio de errar: — que nunca o seu progresso foi tão claro e tão sólido.

O surto de progresso que invade os setores da vida ferreirense é justo que se proclame.

Dia a dia, registam-se acontecimentos que traduzem, eloquentemente a abundância de iniciativas em prol do desenvolvimento cultural, social, comercial e industrial.

Em todos os cantos e recantos da cidade levantam-se prédios, promove-se a instalação de casas comerciais, projetam-se indústrias de vulto, cuida-se da instalação da escola profissional e da biblioteca pública.

Os serviços de ampliação das redes de água e esgotos da cidade, reclamados pela população, estão sendo atacados.

Um entusiasmo incontido domina toda a gente ferreirense.

Portodos esses motivos devemos nos vangloriar e cantar com fervor as belezas de nossa terra.

Chegou a hora de pensarmos também na criação do nosso ginásio, afim de proporcionar a nossa mocidade, altiva e sincera, os conhecimentos secundários tão necessários para

que ela mais facilmente, domine os obstáculos que se anteponham nas lutas pela vida.

Façamos como o prospero e culto município de Descalvado, que numa união sagrada de Autoridades e Povo, conseguiu, depois de esforços ingentes a sua casa de ensino secundário, que hoje dá aos descalvadenes frutos inestimáveis.

Em artigos subsequentes mostrarei com dados inofismáveis, que Porto Ferreira comporta, precisa e

tem necessidade também do seu ginásio.

Seja esta a primeira clarinada de chamamento dos homens de boa vontade e das energias ferreirenses, para que este novo empreendimento se torne em breve uma realidade.

Façamos, pois, como Campos Sales, prestigiemos Porto Ferreira em toda parte e em todos os recantos do São Paulo e do Brasil — pelo nosso próprio bem e para o bem dos nossos filhos, futuros homens de Porto Ferreira.

João Teixeira

Recorte doado por Dagmar Aredas
Teixeira em 18/9/1991

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

Escola Normal e Ginásio Estadual "Washington Luiz"



Escola Normal e Ginásio Estadual "Washington Luiz"

Em princípios de agosto de 1954, a cidade de Porto Ferreira recebia com júbilo o seu Ginásio, melhoramento reclamado pelo seu laborioso povo.

Grças aos esforços dos homens, bem intencionados, como o Dr. Erlindo Salzano que fez a doação do terreno necessário para a construção e o municiário oferecido pelo povo, a cidade pode oferecer aos seus filhos um estabelecimento de ensino exemplar.

Foi o sr. Rubens Parada o primeiro diretor do Ginásio Estadual "Washington Luiz", funcionando em apenas um período, para em 1957, depois de vencer os mais difíceis obstáculos, passar a funcionar também no período noturno, favorecendo aos nossos operários.

ESCOLA NORMAL DE PORTO FERREIRA

A Escola Normal Oficial de Porto Ferreira,

foi criada e instalada no então governo do Prof. Carvalho Pinto, pela Lei n.º 7.473 de 16/11/1962. Sua instalação oficial foi em 22 de janeiro de 1963.

Este novo melhoramento para a cidade só foi possível graças ao trabalho incansável do Sr. Joaquim Coelho Filho, Prefeito Municipal, do Deputado Solon Borges dos Reis, ex-Secretário da Educação e outros homens públicos que deram muito da sua boa vontade para o engrandecimento de Porto Ferreira.

ATUAL CORPO ADMINISTRATIVO

Diretor — Geraldo Antonio Piccin
Assistente — Sergio Roberto Fernandes
Secretário — Marcelino Mariano.

CORPO DOCENTE

Fielmaria Gomes Ribeiro, Valdemar José Formenti, Sergio Roberto Fernandes, Yacy Rovero

ni, Madiana de São Geraldo Barbosa, Edirez da Silva Perez, Celso Noll, Sônia Alice Massarotto, José Schmith Pinto, Silma Maria de Oliveira Jacobson, Terezinha de Jesus Barros Pereira, Dalva Rossini Baggio, Hermídio Salzano, Terezinha Pereira, Maria Vilma Marques Castelhano, Herculanino Simões Teixeira, Terezinha Edna Vilasbôas, Rosa de Almeida, Maria Helena de Azevedo Barbiratto, Hyleia Bueno Carpes, Maria Julia Borges de Assis.

NÚMERO DE ALUNOS

Ginásio Diurno — 220
Ginásio Noturno — 183
Curso Normal — 78

CURSO DE ADMISSÃO

A Escola Normal e Ginásio Estadual "Washington Luiz" de Porto Ferreira, ainda mantém um Curso de Admissão ao Ginásio, sob o controle direto dos professores José Eugênio Colli, Moacira Leal Pedrozo.

10 Ferreirense 29-7-1963

A Influência do Ginásio na Vida Ferreirense e a Necessidade de Novos Cursos seguintes

O Ginásio de Porto Ferreira é um marco decisivo para o seu destino, para o desenvolvimento de toda a coletividade que sofre direta e indiretamente a sua benfazeja influência.

E' através da escola e graças à escola que se realiza o melhoramento social. E' a escola o centro social. E' a escola o centro de formação moral e espiritual. E' a oficina onde se ensina e se aprende a bem pensar, talvez o maior bem conquistado pelo homem.

Educar — dizia Montaigne — é ensinar a difícil arte de pensar bem. E pensar bem é ver claro, é trilhar o caminho certo, é distinguir a men tira da verdade. Pensar bem, implica em última análise, um progresso e um adiantamento individual que gera pelo exemplo, um progresso e adiantamento de toda a comunidade.

Mas como é difícil educar e quanto sacrifício exige!

Sómente na escola e através da cooperação de muitos é que se pode alcançar os nobres e elevados objetivos da educação, um trabalho gigantesco.

Assim, nada melhor para o progresso e adiantamento desta tão acolhedora Porto Ferreira, que a criação de seu ginásio. Principalmente de seu ginásio noturno, onde os operários podem encontrar num ambiente sadio e puro a melhoria de sua moral e cultura e tornar sua vida mais feliz através da realização de seus mais ardentes desejos.

Entretanto, Porto Ferreira tem apenas um ginásio e há necessidade de mais. O próprio número de seus alunos (quase quinhentos) clama pela abertura de novos cursos seguintes.

Pensemos um pouco: que fará um aluno que já trabalha para viver, após terminar o ginásio? Muitos caminhos estão abertos diante dele, porém como trilhá-los? Viajar para estudar?! Impossível... Na cidade nenhum outro curso além do ginasial...

Então esse aluno que tanto sacrifício fez, sonhando com um futuro melhor, bem chelo de conhecimentos, estaca desanimado.

E' necessário que o nosso governo veja essa necessidade premente e crie aqui os Cursos Colegial e Normal, pois alunos interessados e suficientes os há.

Esperancosos esperamos que nosso ilustre chefe de estado ouça e atenda nosso justo apelo.

Helena Henriques
Catedrática de Português do
G. E. da cidade.

O. Ferreira
29-7-61

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

O FER

10 Ferreirenses 29-7-1961

(6) Ginásio Estadual "Washington Luiz"



A 1 de agosto de 1954 Porto Ferreira recebia um benefício de há anos reclamado pela sua laboriosa população: a inauguração do Ginásio Estadual.

Grças ao esforço popular foi possível este empreendimento ser concretizado: por doação do Dr. Eelindo Salzano à Prefeitura Municipal do terreno necessário às obras, esta pôde transferir-lo ao Estado e doá-lo ao mesmo, conforme projeto apresentado pelo Dep. Luiz de Oliveira.

A população ferreirense acedeu aos apelos e doou o numerário para a construção do prédio, e os Deputados Romeiro Pereira e Asdrubal do Nascimento conseguiram com que os projetos de criação fossem aprovados pela Assembleia Legislativa e obtivessem a sanção governamental.

Foi seu primeiro diretor o prof. Rubeus Parada e a atual a Prof. Terezinha do Menino Jesus Almeida Lima Marin.

Inicialmente o Ginásio Estadual "Washington Luiz" funcionava somente em período diurno, beneficiando sobremaneira a juventude ferreirense que já não precisava locomover-se às cidades vizinhas em busca do ensino médio.

Em nossa edição de n.º 1177 de 2 de junho de 1957, estampávamos em primeira página a reportagem com o seguinte título: "Ginásio Noturno de Porto Ferreira. Mereceu o povo de Porto Ferreira as melhores atenções até hoje desconhecidos, o Prefeito Municipal de então, Sr. Oswaldo da Cunha Lima, criava obstáculos para o curso noturno. O Deputado Gomes dos Reis cortou a nefasta ação daquele senhor conforme telegrama que recebemos do Prof. Flávio da Silva Oliveira e que publicamos em nossa edição de n.º 1179, a 16 de junho de 1957. Assim, com a maior satisfação, o n.º 1192 de "O Ferreirense" de 15 de setembro de 1957 publicava a notícia de que fôra autorizado o funcionamento noturno do Ginásio Estadual.

A árvore plantada àquela ocasião desabrochou-se em frutos agora: quarenta alunos do curso noturno receberão, este ano, o seu certificado de conclusão do curso ginasial. Com a criação da escola de comércio municipal poderão seguir seus estudos, tornando-se úteis à cidade e ao Brasil.

Fonte: "Museu de História e Pedagógico Prof. Flávio da Silva Oliveira"

Porto Ferreira – SP – DEZEMBRO DE 2011

ANEXO 5

Pequena Cronologia da História da cidade de Porto Ferreira		
Lei Provincial nº 36	7 de abril de 1879	É construída a Ponte de Madeira sobre o Rio Mogi Guaçu, ao lado do local onde hoje se localiza a atual Ponte de Metal.
_____	15 de janeiro de 1880	Inauguração oficial da chegada dos trilhos da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais.
_____	No ano de 1884	Construção das docas de atracação dos barcos da navegação fluvial.
Lei Provincial nº 3	9 de fevereiro de 1888.	Criada a freguesia de Porto Ferreira, subordinada ao Município de Descalvado.
Lei Estadual nº 110	1 de outubro de 1892	Porto Ferreira foi desanexado de Descalvado, com a denominação genérica de Distrito de Paz e passou a pertencer ao município de Pirassununga.
Decreto nº 183	29 de maio de 1891	Estabelecimento das primeiras divisas de Porto Ferreira.
Lei Estadual nº 424	29 de julho de 1896	Emancipação político-administrativa.
_____	1º de maio de 1903	É extinta a navegação fluvial.
_____	27 de setembro de 1919	O Prof. Júlio de Oliveira Dorta abre escola noturna para adultos.
Decreto nº 17087	8 de março de 1947	Criação do Curso Prático de Ensino Profissional.
_____	30 de julho de 1954	Inaugurado o Grupo “Prof. José Gonso”
_____	1 de agosto de 1954	Inaugurada a Escola Normal e Ginásio Estadual “Dr. Washington Luís”.
Lei nº 5.285	19 de outubro de 1963	Instalada a Comarca de Porto Ferreira

Quadro criado com dados obtidos com informações obtidas por meio das citações: Rocha (1996), Coelho (2009) e Bellini (1996).